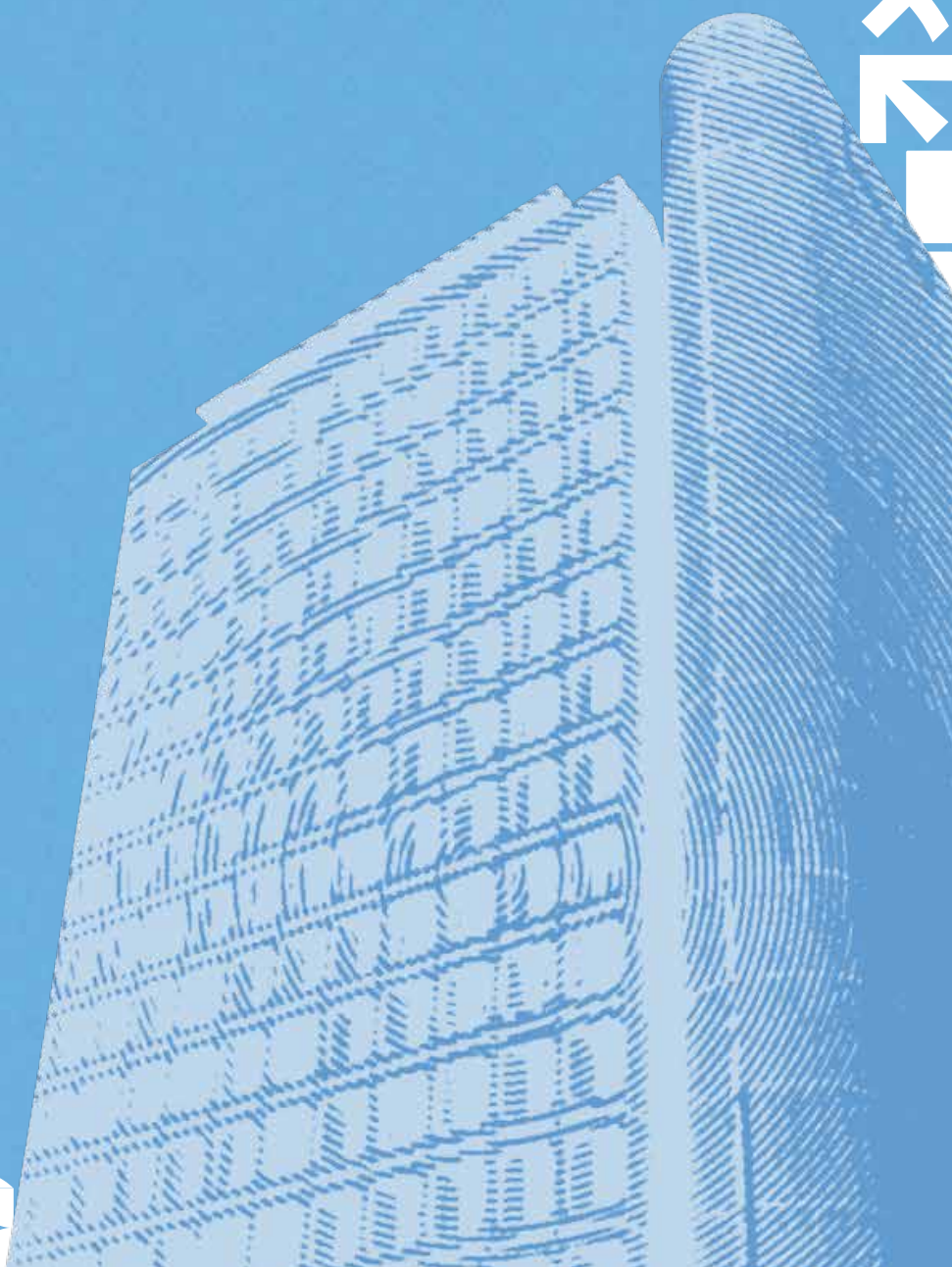
POLO CRIATIVO
TECNOLÓGICO
DO SETOR
COMERCIAL SUL

Relatório
Estudo Diagnóstico

Primeira Etapa · Polo Criativo Tecnológico do Setor Comercial Sul

1



Novembro
2025

Relatório Estudo Diagnóstico

Primeira Etapa • Polo Criativo Tecnológico do Setor Comercial Sul

Desenvolvido pelo grupo de pesquisa em Economia Criativa do PPG Inovação em Comunicação e Economia Criativa da Universidade Católica de Brasília. Demanda da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI/DF). Chamada Pública No 01/2024 - Projeto: Polo Criativo Tecnológico do Setor Comercial Sul- SCS. Vinculada ao Edital No 01/2024 - Programa Desafio DF, Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal - FAPDF (Processo: No 00193-00001969/2024-27).

Brasília
Universidade Católica de Brasília
2025

R382 Relatório estudo diagnóstico [recurso eletrônico] : primeira etapa : Polo Criativo Tecnológico do Setor Comercial Sul / Alexandre Kieling, Leandro Bessa, Clarissa Motter, Gustavo Pereira Vidigal. – Brasília, DF : Universidade Católica de Brasília, 2025.

Inclui referências bibliográficas.
Disponível em: <https://ucb.catolica.edu.br>.
ISBN 978-65-87629-63-6

1. Planejamento urbano. 2. Economia criativa. 3. Setor Comercial Sul - SCS. 4. Tecnologia. 5. Inovação. I. Kieling, Alexandre. II. Bessa, Leandro. III. Motter, Clarissa. IV. Vidigal, Gustavo Pereira.

CDU 711.4(817.4)

Ficha elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da Universidade Católica de Brasília (SIBI/UCB)
Bibliotecária Sara Mesquita Ribeiro CRB1/2814

Ficha Técnica

Professores pesquisadores:
Alexandre Schirmer Kieling - Coordenação Geral
Ana Carla Fonseca Reis - Pesquisadora
Clarissa Motter - Líder etapa 1
Leandro de Bessa Oliveira - Líder etapa 1
Gilberto Josemin - Líder etapa 2
Raquel Naves Blumenschein - Líder etapa 3

Pesquisadores bolsistas (discentes e egressos do PPG Inovação em Comunicação e Economia Criativa):
Beatriz Ramos Brandão de Faria
Gabriela Fonseca Costa
Gesiane do Socorro Andrade Leão Farias
Gustavo Pereira Vidigal
Laura Tiemi Fugita
Patrícia Queiroz Una
Mateus Augusto Marques Rodrigues
Tricia Almeida Santiago

Iniciação científica:
Carolina Nishitani Romariz - Design Visual
Eduardo Augusto de Melo Arrais - Design Visual
Maria Clara Souza Ribeiro - Design Visual
Miguel Brito Ferronato - Design Visual

Outros colaboradores:
Agda Jéssica de Freitas Galletti – Estatística
Aline Ávila – Consultoria de Pesquisa Qualitativa
Clarissa Jahns Schlabitz – Economista
Davi Botelho – Estatístico
Marcela Rocha Mendonça Ribeiro – Publicitária
Rodolfa dos Santos Rocha – Socióloga
Talia Alves Xavier – Estatística
Thiago Mendes Rosa – Economista

Equipe de apoio para pesquisa de campo:
Arthur Weber Faria Oliveira
Gabriel Teixeira de Melo
Joaquim Braga Tenório de Oliveira
Kauan Gomes da Silva
Lucas Cristo Moreira
Manuela Bicalho Lima da Costa
Marcelo Marques Santos da Silva
Paula Gomes de Faria
Vitória Carreiro Tuma Delbin
Wandson Carlay Silva de Oliveira

"As cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa."
Cidades Invisíveis — Ítalo Calvino

"Cada lugar combina variáveis de tempos diferentes. Não existe um lugar onde tudo seja novo ou onde tudo seja velho. A situação é uma combinação de elementos com idades diferentes. O arranjo de um lugar, peça aceitação ou rejeição do novo, vai depender da ação dos fatores de organização existentes nesse lugar, quais sejam o espaço, a política, a economia, o social, o cultural..."
Metamorfoses do Espaço Habitado — Milton Santos

"Creativity refers to the production of completely new knowledge, therefore leading to an invention, but also refers to the combination of existing knowledge in order to produce new styles or trends. [...] As a result, creative forces can only be brought to the market and turn into an innovation through the complex coupling of heterogeneous entities working in different layers of a specific geographical milieu."
Economics and the Ecology of Creativity — Patrick Cohendet

Sumário

APRESENTAÇÃO..... 10

Plano de Realização..... 14

Base Conceitual Metodológica..... 20

Dados Quantitativos.....30
- Cadastro Nacional de Pesquisa Jurídica..... 34
- Amostragem..... 37
- Instrumento de Coleta..... 39
- Achados do Campo..... 39
- Resultados SCS (TOTAL)..... 41
- Resultados por Quadra..... 55
- Resultados de Atores locais sem domicílio fiscal ativo no SCS..... 76
- Resultados por Quadras..... 93
- Resultados de Atores locais sem domicílio fiscal ativo no SCS.....100

Dados Qualitativos..... 106
- Entrevistas em profundidade..... 110
- Grupos de Discussão..... 122
- O cartógrafo na Cartografia Visual: modos de presença no campo..... 133
- Mapa Afetivo: camadas de memória e experiência no território..... 135
- Entre Caminhos e Memórias: Relato da Aplicação das Atividades Cartografia Visual e Mapa Afetivo.....136
- Cartografia Visual do SCS..... 136
- Cartografia Visual..... 138
- SCS aos olhos dos pesquisadores..... 140
- Entre frestas e entraves: o que os registros revelam sobre o SCS em movimento..... 153
- Mapa Afetivo: camadas de memória e experiência no território.....154
- Escutar o que ficou no papel..... 158
- Entre imagens, memórias e desejos: articulando Cartografia Visual e Mapa Afetivo.....166

Benchmarking..... 168
- Medellín..... 174
- Roma.....175
- Lisboa..... 176

Diagnóstico de Setores Estratégicos..... 184
- Underground..... 188
  - Percepções do grupo..... 189
  - Percepção sobre o Nível de maturidade do ecossistema existente..... 191
  - Vocação..... 192
  - Oportunidades..... 193
  - Ameaças..... 194
  - Tendências..... 195

Middleground....196
Percepções do grupo.... 196
Percepção sobre Nível de maturidade do ecossistema existente.... 197
Vocação.... 198
Oportunidades.... 198
Ameaças.... 199
Tendências.... 200
Upperground.... 200
Percepções do grupo....201
Percepção sobre o Nível de maturidade do ecossistema existente.... 202
Vocação.... 202
Oportunidades.... 203
Ameaças.... 204
Tendências.... 205
Informações gerais.... 207

Políticas, Programas e Equipamentos de Apoio ao Empreendedorismo e Inovação.... 218
Ecossistema Criativo.... 221
Políticas e Programas de Apoio ao Empreendedorismo e Inovação.... 226
Equipamentos de Apoio ao Empreendedorismo e Inovação.... 228
Coleta de Dados....230
Análise de Dados.... 231
Pontos de destaque.... 293

Mapa de Atores SLAC e SLAT.... 298
Linhas de diagnóstico.... 304

Considerações Finais.... 310

Referências.... 318
Apêndice A.... 325
Apêndice B.... 340
ANEXO II - LISTA DE PAÍSES.... 358

Sumário Executivo

- O estudo diagnóstico do Setor Comercial Sul (SCS) compõe a primeira fase do projeto de implantação do Polo Criativo Tecnológico de Brasília, demandado pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do DF (SECTI) executado pela Universidade Católica de Brasília (UCB) em parceria com o Parque de Inovação e Sustentabilidade do Ambiente Construído - UNB (PISAC/UNB) e com financiamento pela FAPDF, no âmbito do Programa Desafio DF.

- O estudo tem como objetivo mapear o ecossistema criativo, tecnológico e social do SCS, identificando atores, potencialidades, desafios e oportunidades que orientem políticas públicas e estratégias de revitalização urbana e desenvolvimento inclusivo.

- A metodologia, de caráter qualitativo, quantitativo e cartográfico, envolveu entrevistas, grupos de discussão, mapeamentos afetivos e fotográficos e pesquisa de campo em 482 empreendimentos, complementada por dados oficiais e análises territoriais.

- O SCS apresenta uma configuração híbrida, que combina forte memória afetiva e diversidade sociocultural com processos recentes de esvaziamento e degradação urbana. Há mais de 5.500 CNPJs registrados, mas apenas parte desses estabelecimentos mantêm atividade física efetiva, indicando ociosidade imobiliária e evasão empresarial.

- Predominam micro e pequenas empresas do setor de serviços (65%), seguidas por comércio e saúde, com concentração nas quadras 1, 2, 4 e 6. O território reúne coletivos culturais, artistas, empreendedores e universidades, ainda pouco articulados, mas com alto potencial de sinergia e formação de redes criativas.

- A adesão a políticas públicas de fomento é baixa (10%), e o uso de equipamentos de inovação - como coworkings, incubadoras e *makerspaces*

- é limitado (menos de 15%), evidenciando déficit de governança e conectividade institucional.

- Entre os principais desafios percebidos estão: déficit habitacional (74%); degradação do espaço público (60%); discriminação racial (48%); e falta de segurança (8%) e infraestrutura urbana (5%).

- Apesar dos desafios, o estudo revela movimento crescente de reocupação e reestruturação do SCS, impulsionado por novas diretrizes urbanísticas do PPCUB (Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília) e intervenções do GDF a partir de 2023.

- O cenário indica um potencial real de transformação do SCS em território criativo e inclusivo, capaz de integrar cultura, inovação e tecnologia como vetores de desenvolvimento socioeconômico sustentável.

- O fortalecimento das redes de articulação entre agentes independentes e instituições (*middleground*), aliado à integração entre governo, universidades e sociedade civil, cria condições para uma governança colaborativa capaz de impulsionar o desenvolvimento do Setor Comercial Sul. Destacam-se oportunidades para a implantação de equipamentos de inovação e centros de formação, a requalificação urbana com foco em mobilidade, segurança e uso criativo do espaço público, e a promoção da inclusão produtiva e social da população vulnerável do território.

- Os próximos passos envolvem a estruturação de um modelo de governança compartilhada e permanente, a elaboração do plano estratégico do Polo Criativo Tecnológico do SCS e a implementação de ações-piloto voltadas à ocupação cultural e à inovação social. Também incluem a criação de mecanismos de financiamento e incubação de iniciativas criativas e o desenvolvimento de uma plataforma digital para mapeamento e monitoramento contínuo das atividades criativas e tecnológicas do território.

APRESENTAÇÃO

O Setor Comercial Sul nasceu com o Plano Piloto de Lúcio Costa (vencedor do concurso para o plano da nova capital em 1957). A proposta designava o espaço como uma das faixas centrais destinadas à ocupação urbana de atividades comerciais e de serviços e uma articulação no "corpo" do avião (Asa Sul), com a plataforma rodoviária e com as circulações norte-sul.

A edificação das áreas comerciais ocorreu entre o final dos anos 1950 e início dos anos 1960, subdividido entre blocos comerciais da "parte alta" (quadras 7 e 8) e "parte baixa" (quadras 1 a 6) do Setor, pensado com praças, calçadas cobertas e bolsões de estacionamento, características da morfologia urbana da cidade. O SCS tornou-se o polo de comércio, serviços, escritórios e intensa circulação.

Ao longo do tempo, o Setor passou por transformações que partiram desde sua época áurea de consolidação comercial até um gradual processo de esvaziamento. Foram surgindo ocupações informais e atividades noturnas típicas de um centro metropolitano, como comércio alternativo. O cotidiano e a apropriação social incorporaram feiras, festas e atividades culturais. O processo, entretanto, não foi suficiente para uma reconfiguração de uso e o ritmo de esvaziamento (acelerado pela pandemia de 2020/21) atraiu problemas de degradação urbana e de segurança em uma área onde atualmente circulam, diariamente, mais de 150 mil pessoas.

Com a atualização do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB) em 2023, 2024 e 2025, novas ocupações e atividade econômicas (muitas que já aconteciam) foram autorizadas no SCS como parte de um projeto de requalificação articulado pelo Governo do Distrito Federal e por agentes produtivos locais. Hoje, as atividades liberadas estão na área de educação (Faculdades e universidades privadas; Creches e pré-escolas; Centros de ensino técnico e profissionalizante; Atividades de educação a distância -EAD), Tecnologia e Serviços (Empresas de TI - desenvolvimento de software, hospedagem, consultoria – ; Escritórios de advocacia, contabilidade e consultorias; serviços administrativos e de apoio), Comércio (Comércio varejista em geral, Serviços bancários e financeiros, pequenos comércios

locais), Alimentação (Restaurantes, Bares e cafés, *delivery* e serviços de alimentação rápida); Saúde (Consultórios médicos e odontológicos, Clínicas especializadas, Serviços de saúde ambulatorial), Cultura e Entretenimento (Centros culturais, Galerias de arte, Pequenos teatros, Espaços de produção artística e eventos).

A partir de 2020, o GDF vem atuando em intervenções de reestruturação do SCS que incluem reformas de calçadas e infraestrutura, propostas para flexibilizar usos e investimentos em obras em todas as quadras (obras já realizadas nas quadras 2,4 e 5, em andamento na 6). O movimento que envolve iniciativas do setor produtivo e da sociedade civil tem almejado tanto a retomada das atividades econômicas quanto culturais no SCS.

Nesse percurso, a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, com o estímulo da Prefeitura do Setor Comercial Sul e empresários locais, encomendou o presente estudo diagnóstico por meio de edital da Fundação de Apoio à Pesquisa – FAPDF. O propósito é culminar com a criação de um **Polo Criativo Tecnológico** no local.

O presente documento inicia aqui um conjunto de relatórios dos estudos e proposta em conformidade com o convênio FAPDF 00193-00001969/2024-27, ancorado na CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2024 - PROJETO: POLO CRIATIVO TECNOLÓGICO DO SETOR COMERCIAL SUL- SCS, VINCULADA AO EDITAL Nº 01/2024 - PROGRAMA DESAFIO DF, da FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL - FAPDF.

Este relatório se abriga no estudo diagnóstico da primeira fase, que almeja apresentar dados e evidências abrangentes do cenário atual do SCS, com um mapeamento dos setores estratégicos e dos principais atores do ecossistema de inovação e economia criativa, com a identificação das políticas, programas e infraestruturas de apoio ao empreendedorismo criativo e tecnológico, e do grau de interação e maturidade entre os atores locais, contemplando nesse mapeamento os agentes criativos (SLAC) e agentes tecnológicos (SLAT), fortalecendo a compreensão do potencial inovador do SCS. Tais aspectos serão apresentados e detalhados nessa sequência como veremos na próxima seção.

De partida, mostra-se pertinente destacar, considerando as premissas de abordagem da nossa proposta selecionada no edital de ancorar nosso objeto de estudo nas bases de desenvolvimento a partir

das cadeias de produção, circulação e consumo da Economia Criativa, que os distintos tratamentos oferecidos às relações entre a economia criativa, aqui entendida como a dinâmica de atividades artísticas, culturais e de inovação (científica e tecnológica), e à dinâmica territorial mobilizam diferentes quadros teóricos e procedimentos metodológicos, fundamentando enfoques e formas divergentes de análise e intervenção sobre processos de desenvolvimento.

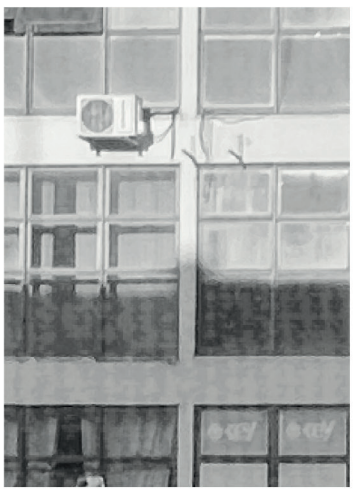
A incursão exposta neste relatório localiza os ecossistemas criativos a partir do complexo de relações estabelecidas entre diferentes atores, e entre esses e o ambiente físico e institucional, em circuitos socioeconômicos percorridos por bens e serviços. Essa apreensão, por sua vez, evidencia a centralidade dos setores criativos no desenvolvimento de sistemas territoriais de inovação, bem como a necessidade de avançarmos na ecologia desses atores, valores e territórios de forma a informarmos processos de intervenção e coordenação mais eficazes e justos.

No contexto específico de investigação, o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília vigente, instrumento das políticas de preservação, planejamento e gestão da Unidade de Planejamento Territorial Central (instituído pela Lei Complementar nº 1.041, de 12 de agosto de 2024), localiza o Setor Comercial Sul como um dos elementos fundamentais e indispensáveis para a leitura da Escala Gregária do Plano Piloto. Tal escala urbana referencia espaços cujas características fundamentais incluem serem densamente utilizados e propícios ao encontro, com diversidade de usos, e apresentarem maior densidade de ocupação do solo, constituindo a principal centralidade do Conjunto Urbanístico de Brasília.

O referido instrumento ainda estabelece que os planos, programas e projetos específicos para a preservação e desenvolvimento desses espaços deve contemplar ações relacionadas às políticas públicas de mobilidade urbana, de habitação, de serviços e de infraestrutura, prevendo, dentre suas linhas de ações prioritárias, intervenções sobre o espaço público, visando à requalificação do território e à integração dos diversos setores. Nesse sentido, uma das diretrizes estabelecidas consiste na implementação de polo Criativo Tecnológico no Setor Comercial Sul.

1

Plano de Realização



O capítulo apresenta os fundamentos teórico-metodológicos que orientaram o estudo-diagnóstico, detalhando a formação da equipe, a definição dos instrumentos de coleta e a organização das etapas de execução. A elaboração do plano permitiu estruturar ações, fluxos e procedimentos operacionais essenciais, garantindo coerência entre objetivos, métodos e cronograma da primeira etapa.





A atividade inicial voltada ao planejamento do Estudo Diagnóstico do projeto **Polo Criativo Tecnológico do Setor Comercial Sul (SCS)** foi intitulada Plano de Realização. Seu objetivo consistiu em sistematizar as bases teórico-metodológicas do projeto, com ênfase na etapa de pesquisa de campo. O documento atuou como guia orientador, delineando as premissas conceituais e metodológicas da investigação, ao mesmo tempo em que definiu os critérios de análise e os instrumentos de coleta de dados — de natureza qualitativa e quantitativa — empregados durante a execução do trabalho de campo. Além disso, o plano estabelece diretrizes para a condução das atividades de pesquisa, a organização das equipes envolvidas, a definição do cronograma das saídas de campo e o planejamento das entregas.

No que concerne à fundamentação teórica, a pesquisa apoia-se nas discussões em torno da noção de território, conforme desenvolvida por autores como Deleuze (1995), Santos (2005), Closs e Oliveira (2017) e Faria (2024). Nessa perspectiva, o território não se reduz a um espaço físico ou geográfico, mas configura-se como um ambiente social e simbólico, constituído por manifestações criativas e afetivas que vinculam os sujeitos aos lugares por meio de suas práticas, relações e vivências. Assim, o território é concebido como um espaço habitado por diferentes atores — residentes, empresários de comércio e serviços, produtores, consumidores e frequentadores — que se relacionam com o lugar a partir de suas trajetórias e interações sociais.

A partir dessa abordagem, o Setor Comercial Sul (SCS) é aqui reconhecido como um território criativo em potencial, apto a favorecer o desenvolvimento de iniciativas tecnológicas e criativas. O SCS apresenta características que o qualificam como um espaço propício à experimentação e à inovação, articulando-se tanto às atividades já em operação no local quanto às possibilidades de expansão, com repercussões significativas no contexto econômico, social e cultural do

Distrito Federal. Com base nessa premissa, a etapa inicial da pesquisa tem como propósito investigar as dimensões sociais, as dinâmicas culturais, as cadeias econômicas, as práticas de identidade e pertencimento e a configuração institucional do território, envolvendo atores dos setores público, privado e da sociedade civil.

A realização deste Estudo Diagnóstico tem como finalidade a produção de dados de natureza quanti-quali que possibilitem compreender a complexidade do ecossistema criativo e tecnológico do SCS, bem como identificar o grau de maturidade desse ecossistema, seus desafios, potencialidades e as condições necessárias para fomentar a prática empreendedora, a geração de novos empreendimentos criativos, especialmente de inovação, estimulando negócios de base tecnológica e a reestruturação econômica em geral da região. Sendo a etapa inicial da pesquisa, o Estudo Diagnóstico deve subsidiar as fases subsequentes do projeto, a saber: **i)** Criação e Estruturação do Polo Tecnológico Criativo; **ii)** Estudo e Desenvolvimento de Modelo Urbanístico Digital e Físico; **iii)** Estudo, Modelagem e Desenvolvimento de uma Plataforma de Atividades Criativas.

A partir da coleta e análise dos dados, estão aqui elencados os documentos que compõem o corpo de pesquisa do Estudo Diagnóstico:

> **I)** diagnóstico dos setores estratégicos, com identificação dos principais atores do ecossistema de inovação e economia criativa;
>
> **II)** relatório sobre programas, políticas públicas e infraestruturas de apoio ao empreendedorismo criativo e tecnológico;
>
> **III)** relatório sobre a interação e o grau de maturidade entre os atores locais, visando ao fortalecimento da compreensão do potencial inovador do SCS;
>
> **IV)** mapa de atores do Sistema Local de Atividades Criativas (SLAC) e do Sistema Local de Atividades Tecnológicas (SLAT).

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa adotou um conjunto de abordagens no que se refere às fontes dos dados e ao tratamento destes

dados. Como o principal desafio implicou em conhecer os atores e identificar áreas estratégicas, seu ecossistema o percurso demandou abordagens documentais quantitativas (primárias e secundárias) e qualitativas.

No âmbito da coleta quantitativa, houve, inicialmente, um levantamento de dados secundários com base nos registros oficiais da Receita Federal em relação às empresas ativas cadastradas em março de 2025. Na segunda etapa, de coleta de dados primários, foram aplicados questionários junto aos agentes locais que atuam no SCS. O primeiro levantamento, de caráter sociodemográfico, voltou-se à caracterização do perfil dos participantes das atividades qualitativas; o segundo, destinado ao mapeamento de elementos específicos relacionados às práticas empreendedoras, aos usos do território, às redes de colaboração e às infraestruturas disponíveis no SCS.

Outra coleta, de caráter secundário, contempla uma busca documental em meio digital, realizada a partir de informações e documentos públicos, visando o levantamento preliminar de atores, equipamentos, políticas e programas com interface ao território investigado, ou à agenda de apoio ao empreendedorismo criativo e tecnológico.

Nas técnicas e práticas de coleta primária de dados, a abordagem cartográfica, reconhecida por seu caráter qualitativo e participativo, foi central. Trata-se de um método que privilegia a interação direta entre pesquisador, espaço e sujeitos, evitando hierarquizações rígidas e favorecendo um processo de observação participativa e dialógica. A cartografia, conforme destacam Barros e Kastrup (2020), possibilita construir uma leitura do ambiente investigado a partir das experiências e contribuições dos próprios atores que o habitam, revelando as redes de força que atravessam o território e permitindo compreender suas dinâmicas e movimentos.

A pesquisa qualitativa, sobretudo quando articulada à cartografia, apresenta uma vantagem significativa para a compreensão do ecossistema, na medida em que revela motivações, necessidades e comportamentos dos sujeitos, muitas vezes invisíveis em análises estritamente quantitativas. Ao aprofundar a leitura das complexidades humanas, torna-se possível identificar oportunidades genuínas de inovação, seja pela criação de novos serviços, seja pela reconfiguração de mercados existentes. Mais do que gerar empatia, esse tipo de investigação reduz riscos ao fundamentar o desenvolvimento de soluções em insights reais e testáveis desde as etapas iniciais do processo.

Assim, a pesquisa qualitativa não apenas alimenta ideias mais relevantes, mas também sustenta projetos mais consistentes e alinhados às expectativas de diferentes públicos (POLAINE; LØVLIE; REASON, 2013).

No que se refere aos instrumentos de coleta, a pesquisa qualitativa utilizou **entrevistas em profundidade com abordagem narrativa**, **grupos de discussão** e a construção de um **mapa afetivo** por meio de uma **cartografia fotográfica**. Tais atividades foram essenciais para a construção de uma narrativa coletiva sobre o território, sobretudo no que diz respeito à identificação de percepções, desejos e desafios dos atores locais, bem como a produção de registros visuais do espaço.

Por fim, o *Plano de Realização* encontra-se estruturado em quatro partes principais. A primeira corresponde à fundamentação conceitual e metodológica da pesquisa. A segunda apresenta os instrumentos de coleta de dados, acompanhados de orientações para sua aplicação em campo. A terceira parte reúne registros das saídas de campo, contendo informações sobre o volume e a abrangência dos participantes, as datas e as atividades realizadas. E a quarta parte contempla uma síntese dos dados coletados, consolidando os principais resultados da etapa diagnóstica.

BASE CONCEITUAL METODOLÓGICA

A pesquisa para desenvolvimento do Polo Criativo Tecnológico do Setor Comercial Sul (SCS), em Brasília, parte de uma revisão do conceito de territórios criativos por Closs e Oliveira (2017) que, por sua vez, está fortemente atrelado à economia criativa e à noção de que a criatividade e o capital intelectual representam ativos valiosos capazes de gerar crescimento econômico para o local. Para os autores, no lugar de cidades ou bairros, que seguem uma delimitação política preestabelecida, propõe-se o entendimento de territórios criativos como "territórios usados". Assim, concebe-se território criativo como o espaço ocupado por manifestações culturais, artísticas, de inovação científica e tecnológica, que integra pessoas: residentes, comerciantes, artistas, produtores, consumidores ou frequentadores que se ligam ao lugar pelas relações sociais e afetivas estabelecidas no decorrer de suas trajetórias de vida.

Considera-se para a compreensão do território, nessa perspectiva:

> [...] a história das manifestações criativas, como surgem e se alteram ao longo do tempo; a relação estabelecida entre aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos no direcionamento das manifestações criativas daquele espaço; a diversidade de bens e serviços criativos apresentadas pelos integrantes do lugar; a relação de continuidades e descontinuidades entre estas formas criativas e os seus contextos nacional e internacional. (CLOSS; OLIVEIRA, 2017, p. 360).

No caso do SCS e da proposta de criação de um Polo Criativo e Tecnológico, inclui-se, nesta dimensão de território, a dinâmica dos negócios atuais e sua capacidade ou potência de absorver novos empreendimentos e novas dinâmicas.

Tal abordagem sobre espaços e territórios utilizada nesta pesquisa contempla, também, os conceitos de verticalidade e horizontalidade de Milton Santos, para entender as relações entre o local e o global. A verticalidade se refere à dominação do espaço global sobre o espaço local, enquanto a horizontalidade se refere à possibilidade de conexão e interação entre diferentes espaços locais. Segundo Santos (2006, p. 194), a verticalidade é uma característica do sistema capitalista global, que busca maximizar os retornos econômicos em detrimento da diversidade cultural e da inclusão social. Já a horizontalidade é vista como uma forma de resistência e de construção de alternativas ao modelo hegemônico, permitindo a troca de experiências e a construção de redes de cooperação entre diferentes espaços locais.

Partindo dos conceitos de verticalidade e horizontalidade, busca-se, portanto, trabalhar em uma abordagem transversal e dialógica, identificando potencialidades de inovação e tecnológicas, que articula diferentes agentes criativos locais do SCS, bem como os incentivos e obstáculos para a prática empreendedora advindos de programas e políticas públicas regionais e nacionais. Lógicas que se mostram pertinentes à realidade do SCS, que reúne predominantemente pequenos e médios empreendimentos (comércio e serviço), atividades artísticas e culturais com baixo grau de institucionalidade

organizacional, ambulantes totalmente informais e problemas sociais como grupos de pessoas em situação de vulnerabilidade social, morando nas ruas.

A associação entre a noção de território aqui abordada e o campo da economia criativa se torna mais evidente quando se entende a criatividade e o capital intelectual como ativos valiosos capazes de gerar crescimento econômico para o SCS. Considerando, de acordo com Florida (2002), o talento, a tecnologia e a tolerância (os 3T's) passíveis de mensuração por diversos indicadores, como pontos principais para a definição de um território, bem como para o desenvolvimento deste, sugere-se que a atração e concentração de talentos — indivíduos com alto capital intelectual — em um determinado território pode levar a um ambiente propício para a inovação e o empreendedorismo, que, por sua vez, podem impulsionar o desenvolvimento econômico. Para o autor, talento diz respeito à qualificação do capital humano, enquanto tolerância se refere à abertura ao diverso. Os dois se relacionam e reforçam a tecnologia e os três respondem pela capacidade de gerar desenvolvimento econômico e competitividade.

Assim, partindo da perspectiva teórico-conceitual apresentada, orientada pelo conceito de territórios criativos, articulamos as três camadas de agentes criativos segundo a abordagem denominada "anatomia da cidade criativa", e desenvolvida por Patrick Cohendet et al (2009). Tal perspectiva trata os espaços criativos com especial valorização da criatividade como um processo social emergente e não hierárquico. Nesta leitura, a dinâmica da criatividade reside na interação entre três camadas diferentes de um território: o *underground*, *middleground* e *upperground*.

Nesse sentido, a anatomia da cidade criativa pode ser compreendida pela articulação das três camadas interdependentes acima mencionadas. Cada uma dessas instâncias desempenha um papel específico no processo de geração, circulação e consolidação de ideias criativas, permitindo que um território urbano se configure como um ecossistema fértil para a inovação (Florida, 2002, 2008; Lazzeretti et al., 2008). No contexto do Setor Comercial Sul de Brasília, concebê-lo como território criativo implica reconhecer como essas três camadas se manifestam, interagem e se fortalecem mutuamente, transformando a região em um espaço singular de experimentação cultural, produção simbólica e inovação social.

O ***underground***[1] contempla um movimento de baixa ou nenhuma institucionalidade que não necessariamente está na tradução literal de subterrâneo, mas no sentido de invisibilidade estatística (por vezes econômica e social) e que, em contrapartida, funciona como uma base de efervescência criativa. Uma camada que corresponde ao nível mais próximo da criação espontânea, formada por indivíduos e coletivos que desenvolvem linguagens artísticas, práticas culturais e expressões alternativas fora da lógica imediata do mercado. No SCS, isso pode ser identificado na presença de artistas independentes, coletivos de música, grafiteiros, performers de rua e demais agentes culturais que utilizam o espaço urbano como suporte criativo. Essa camada, por estar enraizada na experimentação livre, tende a constituir um repositório de tendências emergentes, que frequentemente inspira e alimenta tanto a cena cultural quanto iniciativas empresariais mais consolidadas.

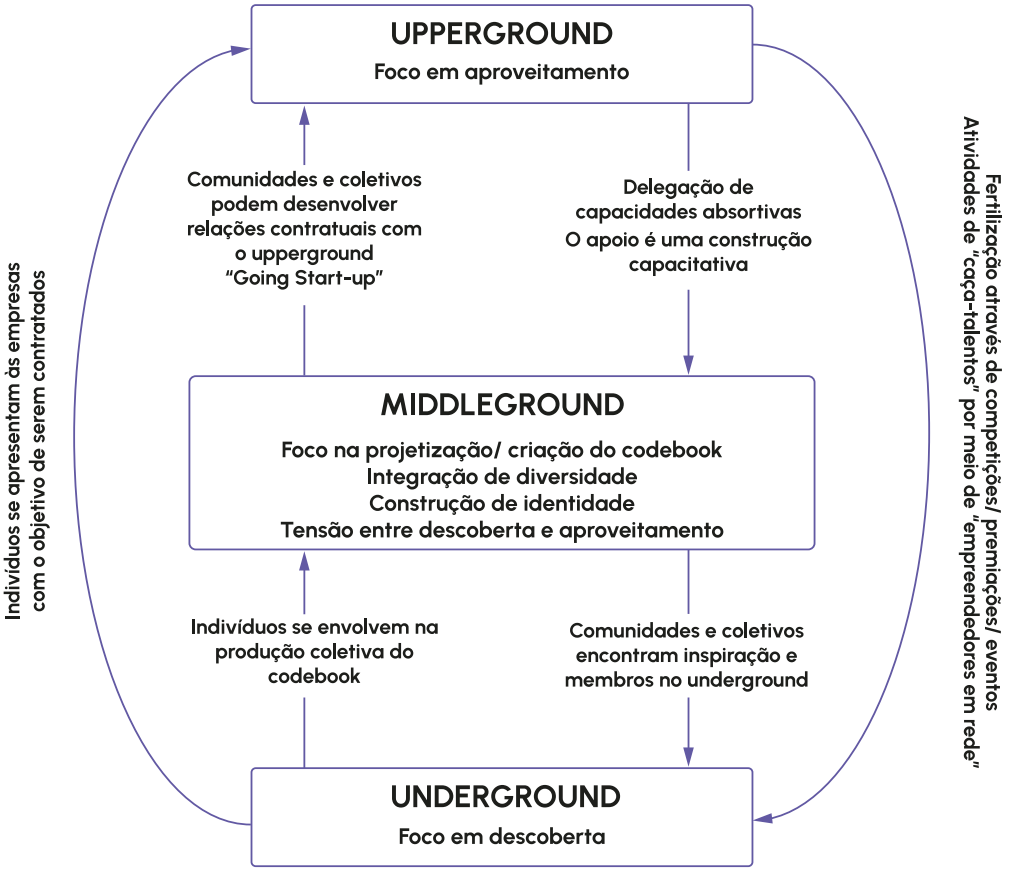
Já o *upperground* refere-se ao nível institucional e organizacional bem mais estruturado e sustentável, formado por empresas, centros culturais, órgãos públicos, universidades e organizações que possuem capacidade de transformar ideias criativas em produtos, serviços ou políticas (Caves, 2000; Howkins, 2001). No caso do SCS, pode-se considerar a atuação de instituições de ensino e instituições culturais estabelecidas, de espaços de coworking, de startups criativas e mesmo de órgãos do governo local que fomentam projetos culturais e inovadores. Essa camada é responsável por garantir a sustentabilidade econômica das iniciativas e por consolidar a visibilidade da região como ambiente criativo de formação e inovação, de promoção cultural, conectando o território a circuitos mais amplos de mercado (de produção e consumo) e difusão cultural.

Entre essas duas instâncias situa-se o *middleground*, organizações de pequeno e médio porte organizacionais. Camada que desempenha um papel crucial como mediador entre a criatividade espontânea do underground e a

[1] A despeito de qualquer sentido negativo que possa derivar do termo underground, sobretudo em sua tradução literal para o português (subterrâneo), optamos por manter a terminologia, uma vez que esta consegue abarcar os elementos não necessariamente visíveis e não necessariamente institucionalizados das comunidades criativas. Importa destacar que este conceito é central na construção de um território criativo, assim como o define Cohendet et al. "A cultura underground é considerada uma das principais forças propulsoras de novas tendências, à medida que diferentes indivíduos (ou gatekeepers) adquirem uma posição de liderança na definição das trajetórias evolutivas da arte e cultura." (2010, p 96).

estrutura institucional do *upperground*. É nela que se formam as comunidades criativas, os espaços coletivos, as redes colaborativas e as plataformas de experimentação que permitem traduzir a produção simbólica em gramáticas compartilhadas, viabilizando a circulação do conhecimento (Amin e Roberts, 2008; Cohendet et al., 2010).

Figura 1 - Anatomia de um território criativo



Fonte: Cohendet et al., 2010, p. 100 (livre tradução da equipe do projeto).

No SCS, essa camada pode ser observada em iniciativas como ocupações culturais, galerias independentes, gráficas, oficinas de costura, cafés, panificadoras, bares, restaurantes, entretenimento, desenvolvimento de software, feiras criativas e eventos que reúnem agentes de diferentes origens para troca de saberes e construção de projetos conjuntos. O *middleground*, portanto, constitui a verdadeira infraestrutura que envolve comércio e serviços

de suporte às atividades e promove possibilidades de interação social e de desenvolvimento cognitivo do território criativo.

Assim, ao aplicar o modelo das três camadas ao Setor Comercial Sul, é possível compreender que a vitalidade criativa da região não depende apenas da existência de talentos individuais ou de instituições estabelecidas, mas da interação dinâmica entre essas formas sociais. O SCS se apresenta como um espaço privilegiado para observar tais processos, dado seu histórico de centralidade urbana, sua diversidade sociocultural e seu potencial de abrigar tanto práticas subterrâneas de experimentação quanto iniciativas institucionais robustas. Essa articulação sugere que o fortalecimento do *middleground* é condição essencial para transformar o SCS em um ecossistema criativo sustentável, capaz de gerar inovação cultural e desenvolvimento econômico inclusivo.

Importante destacar que, nesta perspectiva da anatomia dos territórios criativos, novos conhecimentos só serão capazes de emergir e se desenvolver de forma consistente se o *underground* e o *upperground* agirem em conjunto, compartilhando a mesma plataforma cognitiva e simbólica. No caso do Setor Comercial Sul, essa articulação é ainda mais crucial, uma vez que o território abriga tanto expressões culturais espontâneas — ligadas à arte urbana, coletivos independentes, manifestações de rua e ocupações artísticas — quanto instituições estabelecidas, como centros culturais, órgãos públicos e empresas que possuem capacidade de dar escala e sustentabilidade a essas práticas. A coexistência dessas camadas no mesmo espaço geográfico abre a possibilidade de criar um ecossistema fértil em que a criatividade não se restringe a nichos isolados, mas circula entre diferentes agentes sociais e econômicos.

Uma das premissas da abordagem dos territórios criativos que orientam a compreensão do SCS como tal é de tratá-lo como um território criativo complexo, integrado e conectado, corroborando assim com a visão de Ana Carla Reis (2011), que compreende as cidades criativas como um espaço que inclui áreas e grupos marginalizados. Isso implica em conectar pessoas, espaços e identidades, experiências passadas, contexto presente e estratégias futuras, diferentes áreas da cidade e do mundo, além de setores e agentes públicos, privados, acadêmicos e da sociedade civil. Para Reis (2011), a transformação da cidade por meio da criatividade pode ser entendida como um processo,

bem como uma trama de interações simbólicas, sociais e produtivas.

Ana Carla Reis sustenta que, inicialmente, a criatividade surge de forma isolada e desconectada, requerendo apenas seguir uma liderança que a integre de forma sistêmica. Com isso, Reis e Kageyama (2008) sistematizaram três eixos essenciais para o desenvolvimento de uma cidade criativa: inovações,

Tabela 1 - Fases de transformação para uma cidade criativa.

	Latência	Catálise	Consolidação
Criatividade	Esparsa	Em polos	Difusa
Liderança	Inexistente	Desencadeadora	Compartilhada
Mapas geográfico, mental e emocional	Desconhecidos	Ampliados	Sobrepostos
Conexões	Nas pontas	Entre nodos	Em rede
Espaço público	Espaço de ninguém	Híbrido: espaço de ninguém e de todos	Espaço de todos

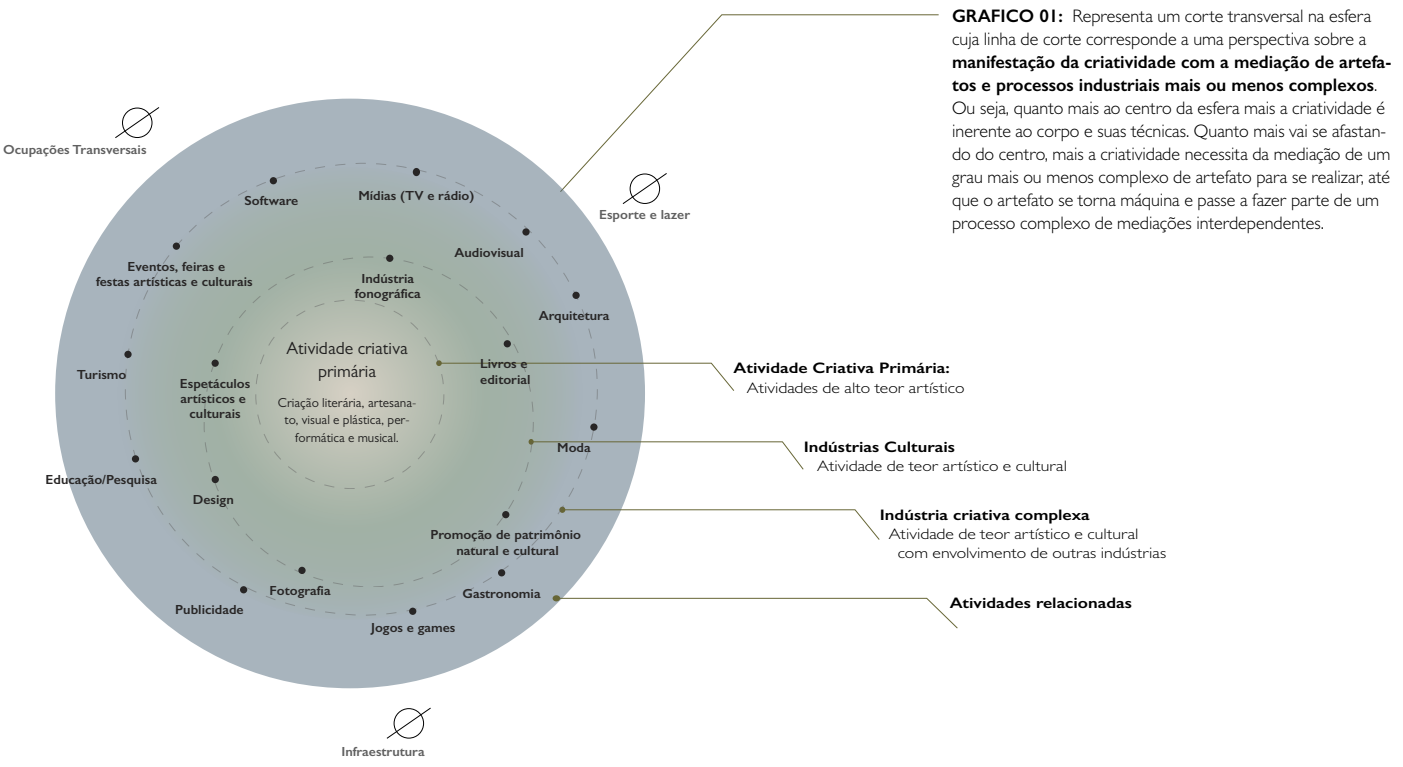
Fonte: Reprodução - REIS, 2011.

conexões e cultura do espaço.

A sistematização da transformação de uma cidade criativa, com base na tabela acima, pode servir como lente indicativa da maturidade dos agentes criativos e tecnológicos do SCS. Do mesmo modo, tal leitura se aproxima da tipologia proposta por Cohendet et al. (2009) — *underground*, *middleground* e *upperground* — na medida em que explicita a necessidade de ambientes híbridos em que práticas marginais, experimentais e institucionais dialoguem de forma orgânica. No caso do SCS, isso significa criar condições para que manifestações espontâneas de coletivos artísticos (*underground*) encontrem espaços de mediação e circulação (*middleground*), capazes de traduzir sua vitalidade para estruturas institucionais e produtivas mais amplas (upperground), como empresas criativas, políticas públicas e mercados culturais.

Todo este campo conceitual se reforça quando associado à abordagem dos Círculos Dinâmicos apresentada na pesquisa **Panorama da Economia Criativa no Distrito Federal** (KIELING et al, 2022).

Figura 2 - Círculos Dinâmicos da Economia Criativa.



Fonte: KIELING et al, 2022, p. 125.

No primeiro círculo (C1), estão as atividades criativas primárias, diretamente ligadas ao *underground* do território: artistas visuais, músicos independentes, performers de rua e artesãos que atuam no SCS, produzindo a partir de repertórios pessoais e coletivos. Essas práticas, nucleares no campo da criatividade, demandam redes de apoio para se conectar a instâncias mais amplas de circulação e sustentabilidade. O *middleground* manifesta-se no segundo círculo (C2), das indústrias culturais, que envolve processos de mediação tecnológica e institucional, como editoras independentes, espaços culturais, iniciativas de design, fotografia e espetáculos que atuam como ponte entre a produção primária e circuitos mais estruturados. É nesse ponto que se materializa a função tradutora e articuladora do *middleground*, que organiza e potencializa a vitalidade criativa do SCS.

Já o terceiro círculo (C3), das indústrias criativas complexas, encontra

correspondência com o *upperground*, onde se situam atividades de alta complexidade tecnológica e institucional, como o audiovisual, a publicidade, os eventos de grande porte, o turismo e a educação criativa. Essas atividades, presentes também no SCS, são capazes de amplificar a potência criativa inicial, incorporando-a em cadeias produtivas robustas, conectadas a mercados e redes globais. Por fim, o quarto círculo (C4), das atividades relacionadas, reforça a transversalidade do sistema, evidenciando que o fortalecimento do território criativo exige suporte logístico, de gestão e de financiamento, sem os quais a circulação entre *underground*, *middleground* e *upperground* não se concretiza.

Assim, ao articular a proposta de Reis (2011), a tipologia de Cohendet et al. (2009) e o modelo dos Círculos Dinâmicos (2022), o Setor Comercial Sul pode ser entendido como um ecossistema criativo em que a criatividade emerge de forma rizomática e se consolida por meio de interações transversais e inclusivas. A força desse território não está apenas em suas produções artísticas ou em seus empreendimentos culturais, mas na capacidade de gerar conexões entre diferentes camadas sociais, econômicas, que lá já atuam, e também tecnológicas e institucionais, permitindo que ações experimentais de forte teor criativo dialoguem com o estruturado e o global. Trata-se, portanto, de reconhecer o SCS como um espaço onde o *underground* alimenta os círculos criativos primários, o *middleground* organiza e difunde essas práticas e o *upperground* garante sua institucionalização e sustentabilidade, compondo uma engrenagem dinâmica que expressa, em escala local, o que Reis denomina como processo criativo de transformação urbana.

É, portanto, a partir desse fundamento teórico que se estrutura a presente pesquisa, cujo propósito central consiste em oferecer os alicerces necessários para a formulação do Polo Criativo e Tecnológico do Setor Comercial Sul. Esse percurso não se limita apenas à exposição de conceitos, mas busca articular uma base sólida que permita compreender a complexidade do território, suas potencialidades e seus desafios.

Assim, o estudo avança para a dimensão metodológica, em que se descrevem os procedimentos adotados, os critérios de análise e os instrumentos de coleta de dados que possibilitam não apenas a sistematização das informações, mas também a construção de um olhar crítico e fundamentado sobre o SCS. A investigação está organizada de forma a apresentar, inicialmente, os dados quantitativos, que oferecem uma visão geral do cenário em questão, para, em seguida, avançar para etapas mais interpretativas, nas quais se articulam análises, diagnósticos e perspectivas que servirão de base para o desenvolvimento do projeto.

2

Dados Quantitativos



A pesquisa quantitativa buscou mapear o perfil dos estabelecimentos do SCS por meio de dados do CNPJ e 482 entrevistas em campo. Os resultados revelam baixa utilização de equipamentos de inovação e carência de estruturas de apoio ao empreendedorismo. Conclui-se que o território demanda iniciativas que fortaleçam seu ecossistema criativo e tecnológico, justificando a implantação de um Polo Criativo.









A pesquisa quantitativa do projeto Polo Criativo no SCS partiu de um levantamento de dados secundários na base da Receita Federal e foi desenhada para ser uma pesquisa com coleta de entrevistas realizadas por meio de visitas aos estabelecimentos. A técnica estatística adotada foi de coleta por cotas, tendo por base as cotas definidas a partir do mesmo processo utilizado na amostragem estratificada proporcional, de forma a diminuir eventuais vieses de características.

Ao todo foram coletadas 482 entrevistas de estabelecimentos válidos, desconsiderando duplicidade de respostas e empresas cuja CNAE era Administração Pública. Destes, 59 não puderam ser aproveitados no procedimento de expansão estatística, uma vez que eles não faziam parte da base de cadastros que foi utilizada para a definição das cotas, ou seja, CNPJs que atuam no SCS e não estavam na base da Receita Federal no período da coleta ou o domínio fiscal é em outro endereço.

Participaram da etapa de coleta de entrevistas em campo cerca de 20 agentes. A coleta teve duração de 53 dias, começando no dia 26 de maio de 2025 e finalizando no dia 18 de julho de 2025. As entrevistas foram coletadas em meio digital, em um questionário programado na ferramenta Kobo Toolbox.

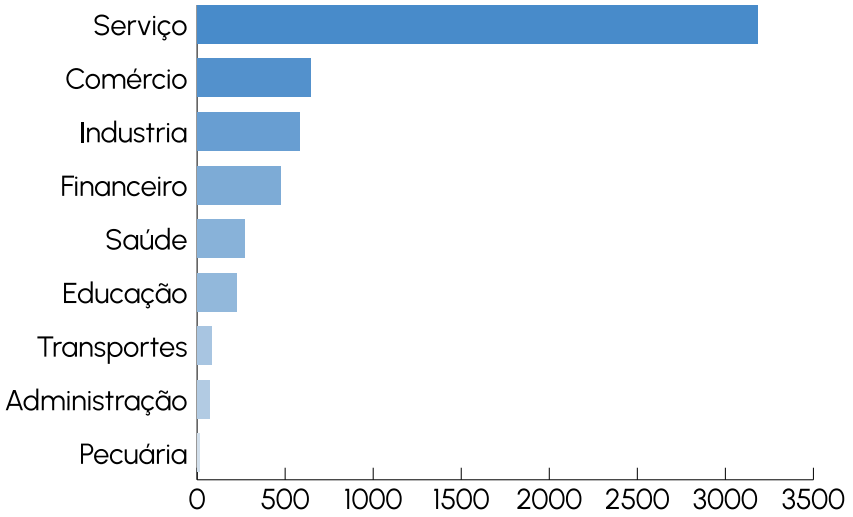
CADASTRO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

A seleção dos estabelecimentos participantes da pesquisa baseou-se no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) administrado pela Receita Federal do Brasil (RFB) na referência de março de 2025. Este conjunto de dados encontra-se disponível para download e possui atualização mensal. Dentre as principais informações encontradas estão o número do CNPJ, razão social, nome fantasia, situação cadastral, data de início de atividade, CNAE fiscal principal, CNAEs fiscais secundárias, endereço completo e contatos de telefone e e-mail.

A aplicação dos dados do CNPJ como principal referência para a pesquisa implica considerar alguns pontos de atenção, um deles se refere ao fato de que o domicílio fiscal do estabelecimento pode ser diferente do domicílio físico, ou seja, embora conste no cadastro que o estabelecimento se localiza em uma determinada localidade, não necessariamente atua nela.

Os dados secundários coletados da base da Receita Federal indicam a existência de **5.566** CNPJs com domicílio fiscal no SCS, sendo 3.183 nas atividades de serviço, 647 de comércio, 582 de indústria, 472 de financeiro, 269 de saúde, 224 de educação, 82 de transportes, 70 de administração (pública) e 17 de pecuária.

Gráfico 1 - CNPJs Setor Comercial Sul - por tipo de atividade.



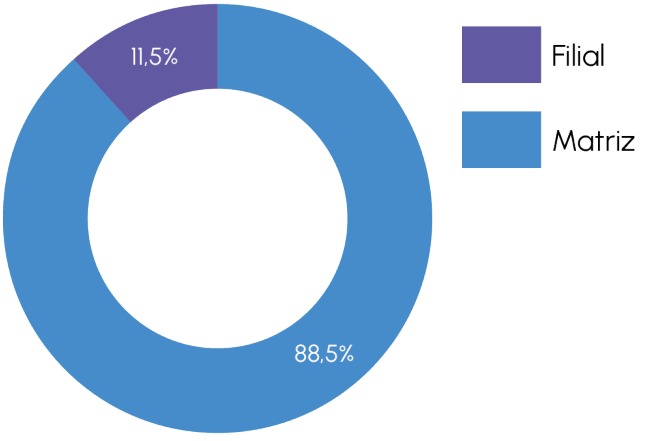
Fonte: Pesquisa Diagnóstico Projeto SCS.

Em relação ao porte, mais de 60% são organizações de pequeno e médio negócios:

> EPP – Pequeno Porte: 2.781
> ME – Microempresa: 1.962
> MEI – Empreendedor individual: 458
> Média: 215,
> Grande: 150.

Entre as empresas, 88,5% são matrizes e 11,45% filiais.

Gráfico 2 - Tipo e Porte das Empresas e Estabelecimentos do SCS.



Fonte: Pesquisa Diagnóstico Projeto SCS.

Reforçamos que o domicílio fiscal não significa que as empresas estejam fisicamente no SCS. Ao contrário, os registros da companhia de energia elétrica que abastece o Distrito Federal mostram que, até o mês de agosto de 2025, existem 3.142 consumidores ativos na região, sendo 2.369 na parte baixa do SCS (quadras 1, 2, 3, 4, 5 e 6) e 2.369 na parte alta (quadras 7, 8 e 9). Pelos dados da companhia de energia elétrica, a maior concentração de consumidores está nas quadras 1, 2 e 6.

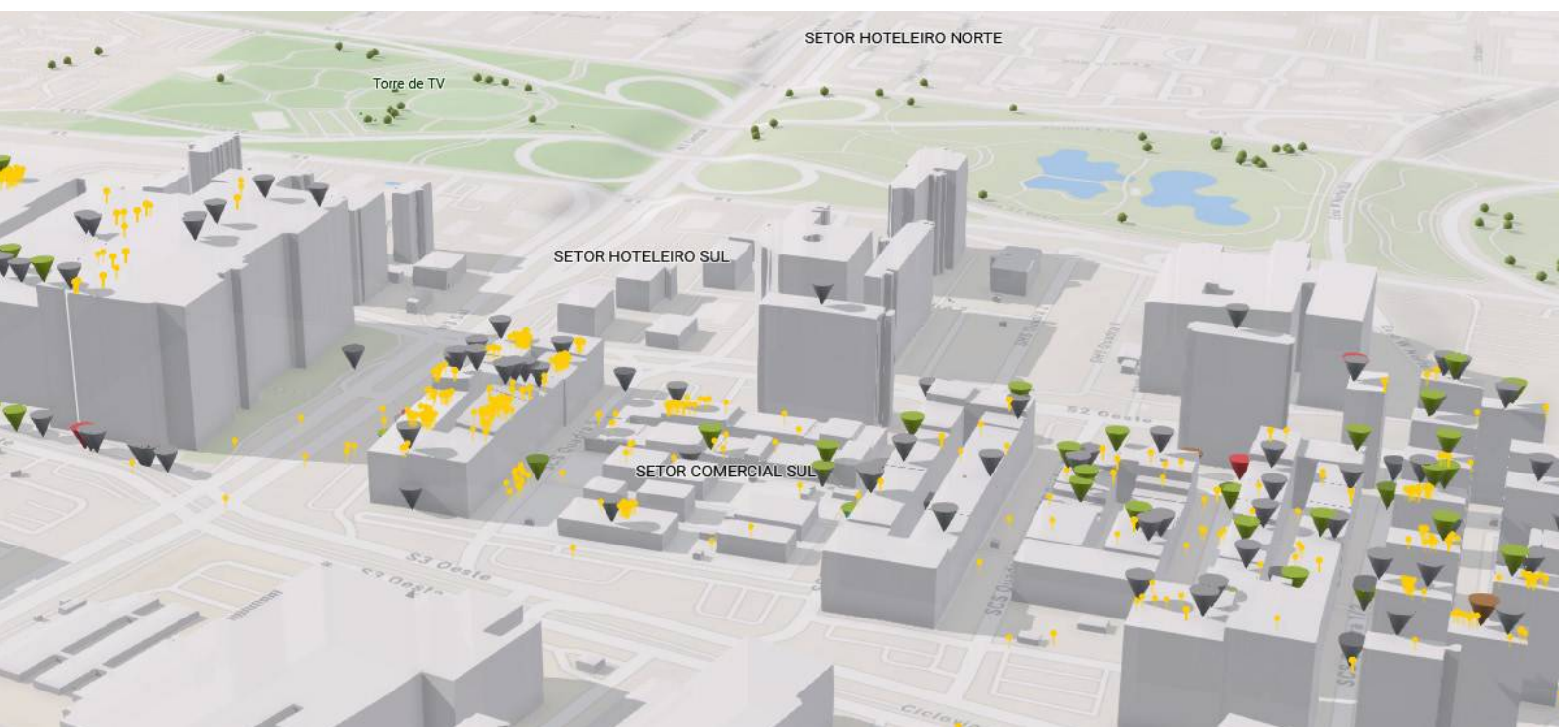
Tabela 2 - Consumidores ativos de emergia elétrica no SCS.

Número de ligações de energia	
Total	3143
Baixo SCS	2369
Alto SCS	774
Quadra 1	721
Quadra 2	760
Quadra 3	72
Quadra 4	241
Quadra 5	131
Quadra 6	444
Quadra 7	480
Quadra 8	144
Quadra 9	150

Fonte: Pesquisa Diagnóstico Projeto SCS.

Informações de coordenadas e geoprocessamento permitem observar estas concentrações de consumidores ativos no SCS.

Mapa 1 - Consumidores ativos no SCS - por geolocalização. / *Fonte: Pesquisadores do PISAC - UNB que integram o projeto.*



Dados da companhia de fornecimento de água indicam semelhantes concentrações. Os dados da CAESB que contemplam blocos e prédios (não unidades) registram 381 pontos ligados, sendo 257 no baixo SCS. A maior concentração também está na Quadra 1 (blocos L e M), Quadra 2 (blocos A, C e D) e Quadra 6 (bloco A).

Dos 110 prédios que existem no local, segundos registros da Prefeitura do SCS, estima-se que 10 estão completamente desocupados, 30 com ociosidade próxima de 50 %, e os demais variam de 5% a 30 % de ociosidade.

Essas evidências ajudam a inferir o quantitativo de empresas fisicamente presentes no SCS e dar maior sustentação às escolhas amostrais da coleta de campo quantitativa.

AMOSTRAGEM

A proposta inicial para a seleção das amostras foi a utilização da amostragem aleatória estratificada proporcional. Esse método consiste em dividir a população em subgrupos homogêneos (estratos), definidos com base em critérios específicos, e selecionar os elementos de forma aleatória dentro de cada estrato, em proporção ao seu tamanho relativo na população. Essa abordagem garante maior representatividade da amostra, refletindo fielmente a composição da população. É especialmente indicada quando se deseja obter estimativas precisas para diferentes segmentos, preservando as características relevantes de cada grupo.

Para a aplicação da técnica de amostragem, a população-alvo foi composta por estabelecimentos com endereço fiscal localizado no Setor Comercial Sul (SCS), identificados por meio do CEP correspondente, e que apresentavam situação cadastral ativa na data de referência considerada.

A definição dos estratos seguiu o critério de segmentar a população em grupos homogêneos, com base em duas características consideradas relevantes. A primeira foi o setor de atividade econômica, utilizado para classificar os estabelecimentos conforme os tipos de produção ou serviços prestados. Essa categorização foi realizada por meio da extração dos dois primeiros dígitos do código CNAE principal, que indicam a seção econômica correspondente. A segunda característica foi a localização geográfica dentro do Setor Comercial Sul (SCS), subdividido em nove quadras e a Galeria dos

Estados (GE). Esta galeria é contígua à Quadra 1 — a mais próxima do Setor Bancário Sul (SBS) e da estação de metrô — enquanto, na extremidade oposta, a Quadra 9 é adjacente ao Parque da Cidade.

Tabela 3 - Distribuição dos Estabelecimento – SCS – Maio de 2025.

SETOR	QUADRA				
	Q1/GE	Q2/Q3	Q4/Q5/Q6	Q7/Q8/Q9	TOTAL
Serviços	1.197	844	887	701	3.629
Comércio	130	90	128	235	583
Demais	332	332	277	214	1.155
TOTAL	1.659	1.266	1.292	1.150	5.367

Fonte: CNPJ/RFB.

Com o objetivo de simplificar o processo de coleta, análise e interpretação dos dados, as quadras do Setor Comercial Sul (SCS) foram agrupadas em quatro subgrupos geográficos (quadras): Q1/GE, Q2/Q3, Q4/Q5/Q6 e Q7/Q8/Q9. Os setores de atividade econômica também foram reorganizados em três categorias, abrangendo Serviços, Comércio e os demais segmentos, como Saúde, Educação, Financeiro, Transportes, Indústria e Agropecuária. Empresas vinculadas à Administração Pública foram excluídas da amostra, por não se enquadrarem nos objetivos da pesquisa. No total, como já informado, foram identificados 5.367 estabelecimentos, cuja distribuição por localização geográfica e setor de atividade econômica está apresentada na Tabela 3.

Utilizando a equação clássica para o cálculo do tamanho amostral em populações finitas, foram adotados os seguintes parâmetros: população total (N), valor da distribuição normal correspondente a um nível de confiança de 95% (Z), proporção esperada (p) igual a 0,5 e margem de erro tolerada (e) de 5%. Com base nesses critérios, o tamanho amostral foi estimado em 359 unidades, distribuídas proporcionalmente entre os 12 estratos definidos.

Diante dos obstáculos enfrentados durante o processo de coleta — como a divergência entre domicílio fiscal e domicílio físico, a dificuldade de localizar os representantes dos estabelecimentos no momento da abordagem, a baixa adesão à pesquisa e os elevados custos operacionais — optou-se por alterar o método de amostragem inicialmente previsto. A técnica adotada passou

a ser a seleção por cotas, que, embora semelhante à amostragem estratificada proporcional, por considerar a distribuição dos estratos, não se caracteriza como um método aleatório.

INSTRUMENTO DE COLETA

O questionário, programado na ferramenta Kobo Toolbox, foi dividido em cinco seções: perfil; programas e políticas; instalações de apoio ao empreendedorismo e inovação; maturidade dos atores locais; e interação dos atores locais.

O primeiro bloco de perguntas teve por objetivo identificar o perfil dos estabelecimentos, de forma a oferecer uma melhor compreensão de quem são os atores locais e suas características.

O segundo bloco procurou saber se os programas e políticas públicas são utilizados pelos estabelecimentos, enquanto o propósito do terceiro bloco foi o de compreender se os equipamentos de apoio ao empreendedorismo e inovação são utilizados, quais são mais utilizados e também quais deveriam ser instalados no SCS.

Já o quarto bloco aprofunda o perfil dos estabelecimentos ao questionar sobre o seu grau de maturidade digital. Ao se descobrir o percentual que se encontra em cada estágio de maturidade, pode-se desenhar uma política pública de inovação que seja mais aderente à realidade da região.

Finalmente, a interação entre os atores locais e as diversas questões que os envolvem foi trabalhada no último bloco de perguntas, novamente, buscando conhecer melhor a realidade local, com seus desafios e oportunidades.

ACHADOS DO CAMPO

O Setor Comercial Sul, um dos mais tradicionais centros de atividades econômicas de Brasília, enfrenta um acelerado processo de esvaziamento e deterioração urbana. Atualmente, praticamente todas as quadras apresentam um alto número de lojas fechadas ou disponíveis para locação. Nas entrequadras, a presença constante de ambulantes e camelôs molda o novo perfil do movimento local, que passou a ser caracterizado por um comércio informal predominante e uma circulação de pedestres cada vez mais reduzida.

Durante a pesquisa de campo foi constatado que grande parte dos edifícios do setor enfrenta dificuldades significativas relacionadas à evasão de CNPJs. Muitos prédios operam com ocupação mínima — com apenas dois ou três CNPJs por andar — e há diversas salas comerciais vagas. Nas quadras mais próximas ao estacionamento subterrâneo conhecido como "Buraco do Rato", observou-se uma notável migração de CNPJs: vários abandonaram essas áreas das Quadras 5 e 6 em busca de locais mais valorizados, como as Quadras 1 e 2, ou mantiveram no endereço apenas uma sala como sede fiscal simbólica, sem atividades operacionais no local. Há prédios vagos em reforma e prédios de instituições de educação que não operam mais no setor que também estão vagos.

Esse cenário parece reflexo de múltiplos fatores combinados. O aumento da população em situação de rua, a falta de manutenção e segurança, e a concorrência desleal com o comércio informal que têm afugentado empresários. Muitos lojistas não conseguiram competir com os preços baixos praticados pelos camelôs, cuja presença intensa nas ruas oferece fácil acesso, mas contribui para a desorganização e desvalorização da região. Porém, mesmo assim, muitos trabalhadores do local apoiam a presença dos vendedores ambulantes, alegando que eles movimentam o SCS e essa movimentação aumenta a sensação de segurança para quem trabalha diariamente no setor.

Como o universo estatístico utilizado foi o cadastro de domicílios fiscais da Receita Federal do Brasil, a situação de vacância imobiliária encontrada impactou a realização da coleta de entrevistas. Um impacto foi a mudança de metodologia, pois houve necessidade de se utilizar uma amostra por conveniência ao invés de uma amostra probabilística, diante das dificuldades em se encontrar os CNPJs que seriam sorteados. Dessa forma, a amostra por conveniência foi montada utilizando o cadastro para definir cotas em termos de números de CNPJs que deveriam ser pesquisados por setor de atividades e por quadras do Setor Comercial, garantindo assim uma heterogeneidade de características das pessoas jurídicas pesquisadas.

Outro impacto relevante ocasionado pela falta de aderência do cadastro com as atividades de fato no SCS foi o atraso no cronograma de coleta. Isso porque as estimativas haviam sido construídas a partir de um número maior de endereços do que de fato foram encontrados, de forma que houve

necessidade de retorno ao campo para encontrar os locais em funcionamento. Ainda assim, a pesquisa foi finalizada com sucesso, com preenchimento de praticamente todas as cotas estimadas, garantindo assim, maior robustez nos resultados, conforme será apresentado a seguir.

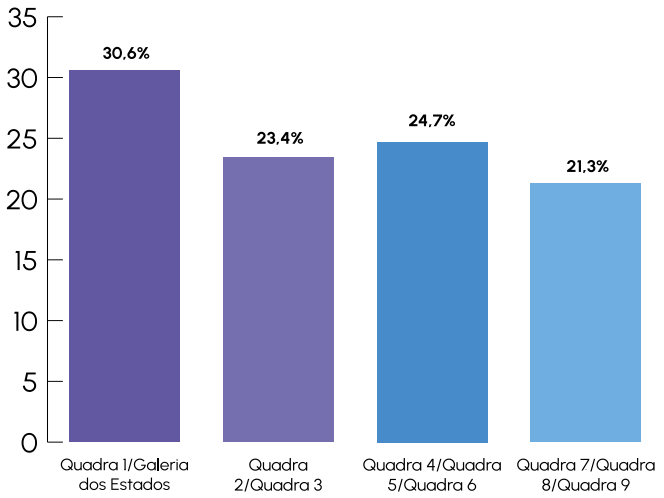
RESULTADOS SCS (TOTAL)

Passamos agora a apresentar os resultados da coleta de campo quantitativa que servem de base para configurar:

> **I)** diagnóstico dos setores estratégicos, com identificação dos principais atores do ecossistema de inovação e economia criativa;
>
> **II)** relatório sobre programas, políticas públicas e infraestruturas de apoio ao empreendedorismo criativo e tecnológico;
>
> **III)** o relatório sobre a interação e o grau de maturidade entre os atores locais, visando ao fortalecimento da compreensão do potencial inovador do SCS.

Perfil

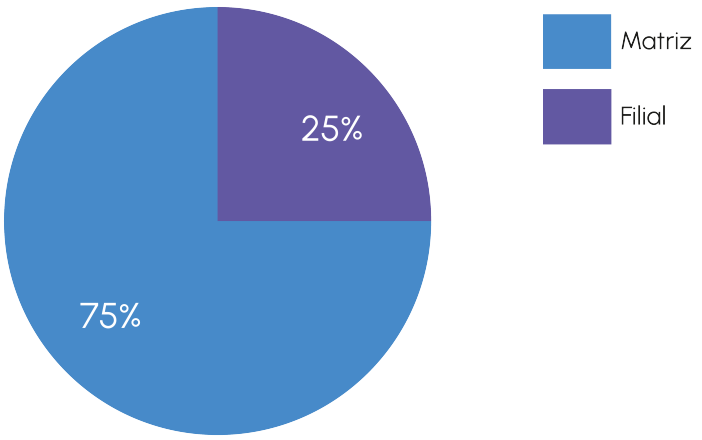
Gráfico 3 - Distribuição dos CNPJs por local do estabelecimento, Brasília, 2025.



Fonte: Pesquisa Setor Comercial Sul (SCS).

Observa-se que, no caso de empresas, a maior concentração de empreendimentos está situada na Quadra 1 ou na Galeria dos Estados, que reúnem 30,6% dos estabelecimentos. Em seguida, destaca-se o agrupamento Quadra 4 / Quadra 5 / Quadra 6, com 24,7%, Quadra 2 / Quadra 3, com 23,4%, e, por fim, Quadra 7/Quadra 8/Quadra 9, que concentra 21,3% dos estabelecimentos (Gráfico 3). Cabe destacar que, apesar do objeto da amostra se dedicar às empresas (CNPJs), a concentração de estabelecimentos com domicílio físico encontrados não difere de modo significativo das concentrações observadas pelos registros das companhias de fornecimento de energia e água, assim como dos dados de domicílio fiscal da Receita Federal.

Gráfico 4 - Distribuição dos CNPJs por tipo de estabelecimento, Brasília, 2025.

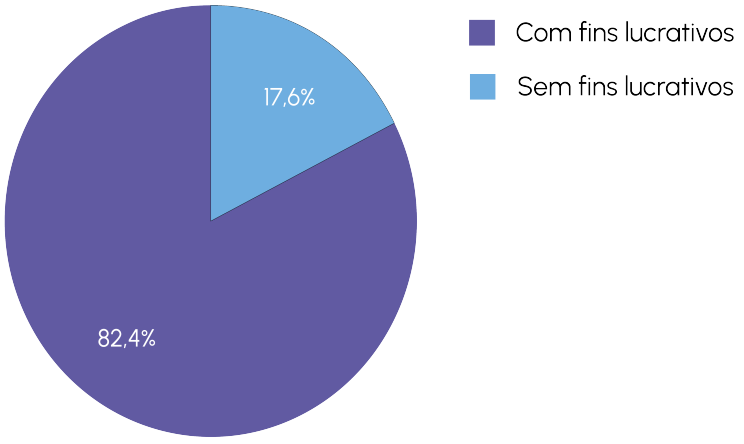


Fonte: Pesquisa Setor Comercial Sul (SCS).

Conforme apresentado no Gráfico 4, a maior parte dos empreendimentos identificados na pesquisa corresponde a matrizes (74,7%), enquanto as filiais representam 25,3% dos estabelecimentos. Logo, o contexto do Setor Comercial Sul evidencia a predominância da presença de unidades principais, o que pode estar associado à centralização administrativa e operacional dos estabelecimentos na região. Aqui cabe destacar que a pesquisa de campo encontrou um número maior de filiais do que o percentual indicado pelos dados da Receita Federal. Fato que se deu em razão de que muitos dos estabelecimentos estão usando o CNPJ da matriz como domicílio fiscal nos

dados da Receita Federal. Ou seja, há casos de que num mesmo endereço há dois CNPJs da mesma empresa.

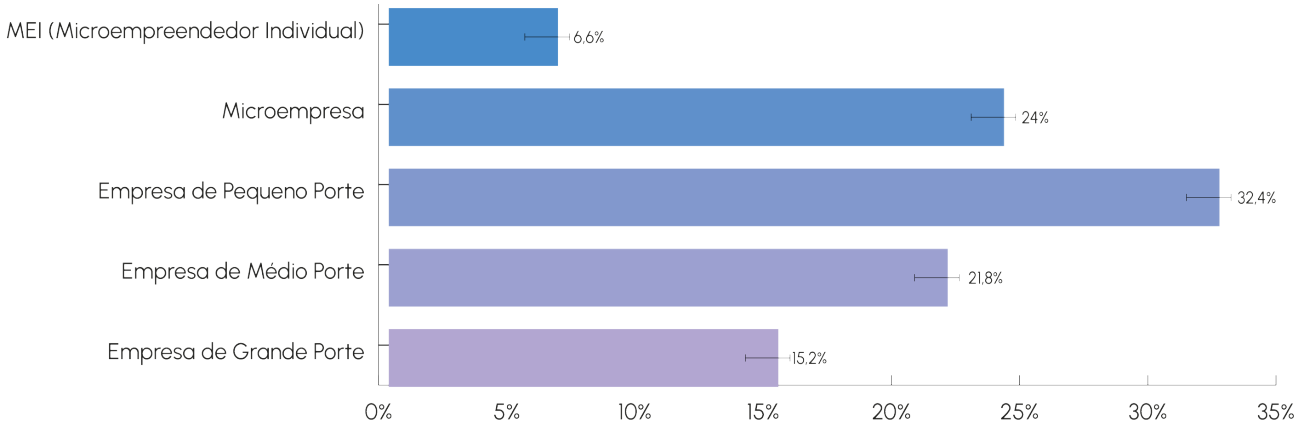
Gráfico 5 - Distribuição dos CNPJs por natureza jurídica, Brasília, 2025.



Fonte: Pesquisa Setor Comercial Sul (SCS).

A análise da natureza jurídica (Gráfico 5) demonstra que a maioria dos empreendimentos atua com fins lucrativos, representando 82,4% dos CNPJs e as organizações sem fins lucrativos correspondem a 17,6%. Com isso, destaca-se que a presença de empresas sem fins lucrativos pode demonstrar potencial para iniciativas de cunho social, cultural ou comunitário.

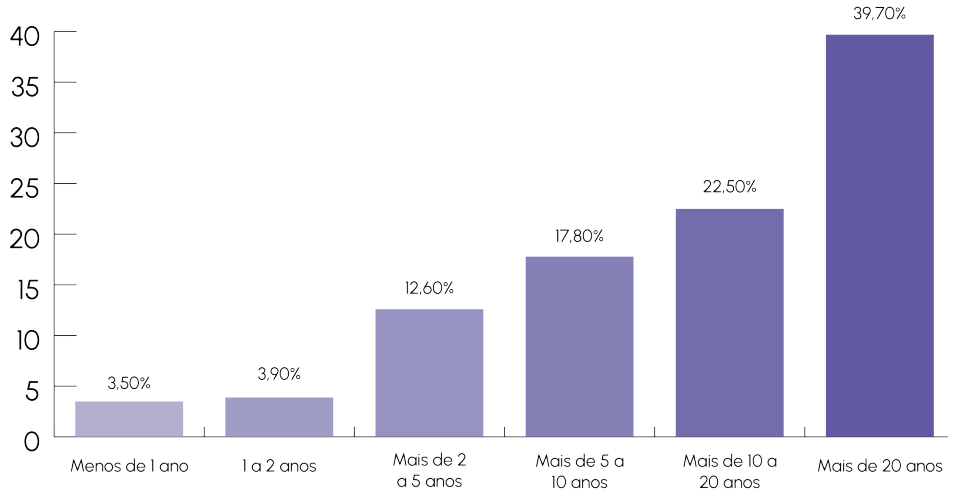
Gráfico 6 - Distribuição dos CNPJs por porte do estabelecimento, Brasília, 2025.



Fonte: Pesquisa Setor Comercial Sul (SCS).

A distribuição dos estabelecimentos por porte, apresentado no Gráfico 6, evidencia a predominância de estabelecimentos de pequeno porte (32,4%), em seguida, destacam-se as microempresas (24,0%), os estabelecimentos de médio porte (21,8%), os estabelecimentos de grande porte (15,2%) e, por fim, os microempreendedores individuais (MEI), que somam 6,6% dos estabelecimentos.

Gráfico 7 - Distribuição dos CNPJs por faixa etária do estabelecimento, Brasília, 2025.



Fonte: Pesquisa Setor Comercial Sul (SCS).

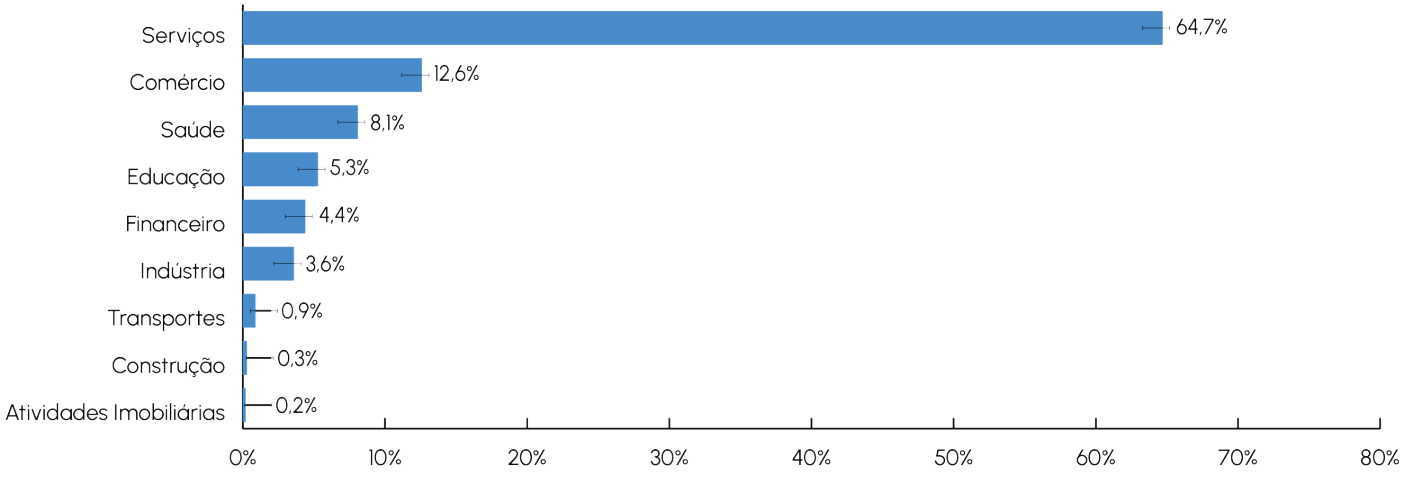
A distribuição etária dos CNPJs mostra que a maior parte dos estabelecimentos possui mais de 20 anos de existência, representando 39,7% dos estabelecimentos. Enquanto os empreendimentos com 10 a 20 anos, que correspondem a 22,5%, os empreendimentos com 5 a 10 anos somam 17,8% e aquelas com 2 a 5 anos representam 12,6%. Além disso, os empreendimentos mais novos, com 1 a 2 anos e menos de 1 ano, correspondem a 3,9% e 3,5% dos CNPJs, respectivamente (Gráfico 7).

Dessa forma, observa-se a presença de diversos negócios consolidados no Setor Comercial Sul, com quase dois terços dos CNPJs possuindo mais de 10 anos de funcionamento (62,2%). Ao mesmo tempo que a presença de empreendimentos jovens indica renovação e potencial para a introdução de novas práticas e inovação tecnológica.

A partir do Gráfico 8, observou-se uma dominância de empreendimentos no setor de serviços, que corresponde a 64,7% dos estabelecimentos, seguido por

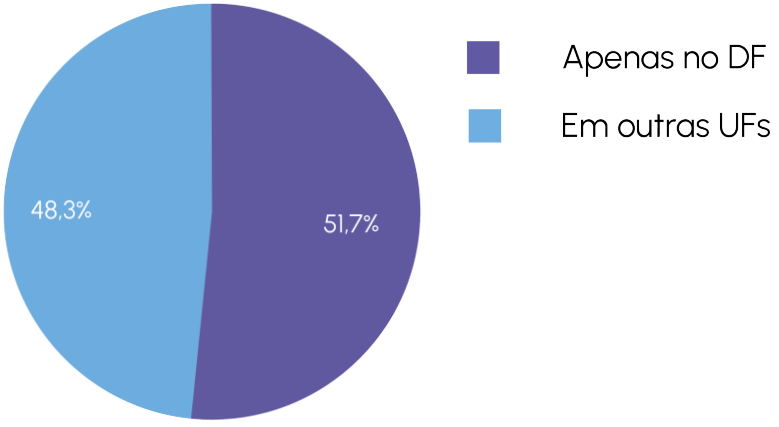
comércio (12,6%), saúde (8,1%) e educação (5,3%). Outros setores apresentam menor participação, como o financeiro (4,4%), indústria (3,6%), transportes (0,9%), construção (0,3%) e atividades imobiliárias (0,2%). Assim, o perfil econômico destaca-se pela oferta de serviços e consumo, aspecto que se alinha às vocações tradicionais de áreas centrais urbanas.

Gráfico 8 - Distribuição dos CNPJs por setor do estabelecimento, Brasília, 2025.



Fonte: Pesquisa Setor Comercial Sul (SCS).

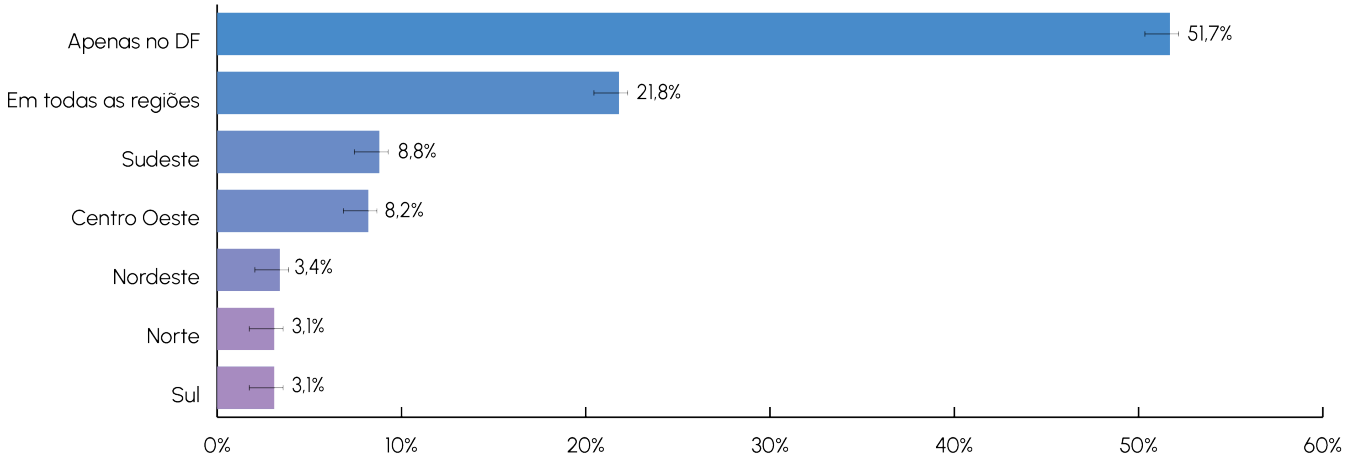
Gráfico 9 - Distribuição dos CNPJs por UF de atuação do estabelecimento, Brasília, 2025.



Fonte: Pesquisa Setor Comercial Sul (SCS).

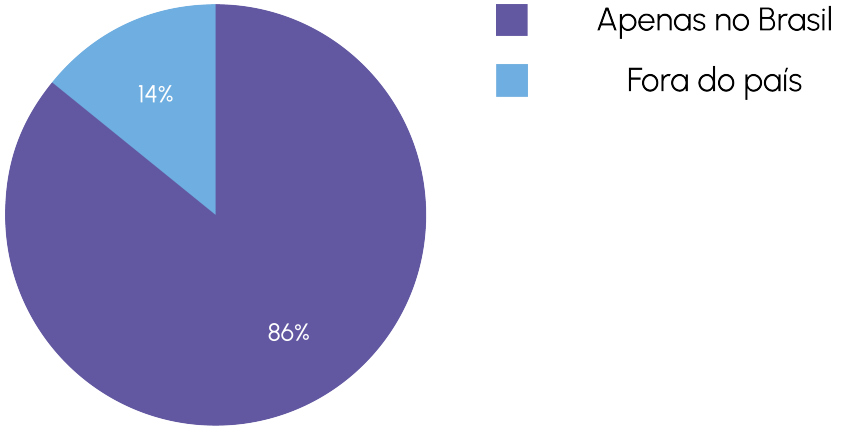
A atuação territorial dos empreendimentos apresenta um cenário equilibrado entre CNPJs com foco exclusivo no mercado local (51,7%), atuando apenas no Distrito Federal, e aqueles que expandem suas atividades para outras Unidades da Federação (48,3%) (Gráfico 9). Além disso, 21,8% dos estabelecimentos possuem uma abrangência nacional atuando em todas as UFs, sendo que entre as UFs, em que os empreendimentos mais atuam, além do DF, são: Goiás (7,3%), São Paulo (4,7%), Rio de Janeiro (3,0%), Rio Grande do Sul (1,6%), Bahia (1,5%), Pará (1,2%) e Minas Gerais (1,1%).

Gráfico 10 - Distribuição dos CNPJs por região que atua, Brasília, 2025.



Fonte: Pesquisa Setor Comercial Sul (SCS).

Gráfico 11 - Distribuição dos CNPJs por abrangência internacional, Brasília, 2025.



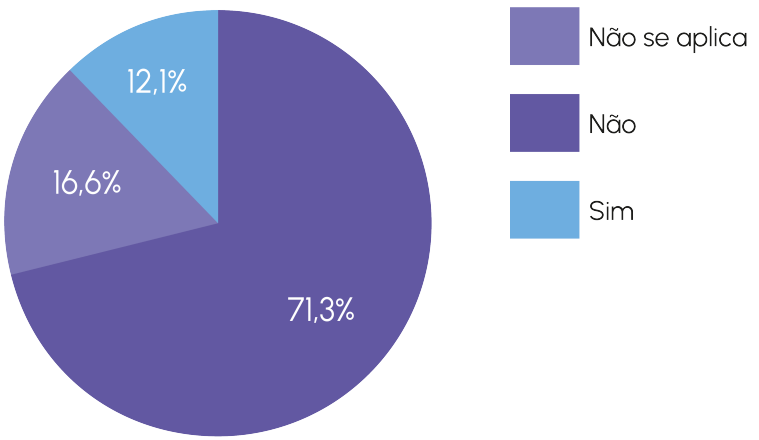
Fonte: Pesquisa Setor Comercial Sul (SCS).

Por uma ótica regional, além do DF, 8,8% dos CNPJs também atuam no Sudeste e 8,2% no Centro-Oeste, seguido pelas regiões Nordeste (3,4%), Norte (3,1%) e Sul (3,1%), que somados, representam 9,6% dos empreendimentos (Gráfico 10).

Pelo Gráfico 11, observa-se que a maioria dos estabelecimentos atuam exclusivamente dentro do território nacional (86%), enquanto 14% possuem operações internacionais, indicando uma presença relevante, mas ainda minoritária, no mercado externo.

Destaca-se que dentre os CNPJs que possuem uma atuação internacional, 21,2% delas atuam em todos os países, sugerindo presença global. O país de atuação mais frequente é os Estados Unidos, reunindo 27,9% dos estabelecimentos que também atuam fora do país. Os países europeus, França (6,2%), Espanha (5,0%) e Portugal (4,5%) também se destacam, enquanto Reino Unido, Argentina, Chile e Itália concentram percentuais próximos a 3% cada.

Gráfico 12 - Distribuição dos CNPJs que realizaram patrocínio esportivo/cultural via leis de incentivo fiscal, Brasília, 2025.



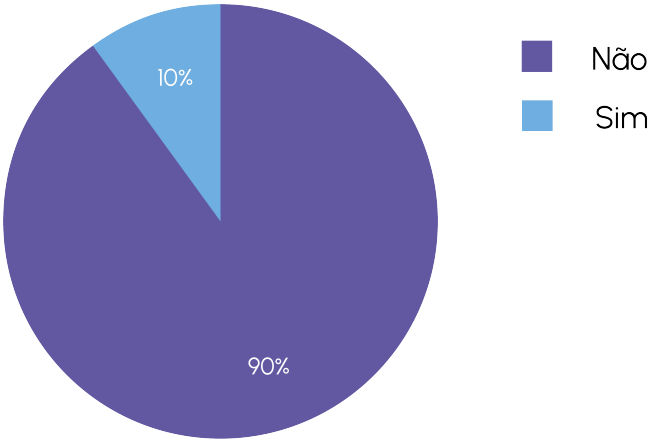
Fonte: Pesquisa Setor Comercial Sul (SCS).

Observa-se, no Gráfico 12, que grande parte dos CNPJs não utilizou leis de incentivo fiscal para patrocínios esportivos ou culturais (71,3%). Sendo que apenas 12,1% realizaram esse tipo de patrocínio, enquanto em 16,6% dos casos a questão não se aplica, possivelmente por não serem elegíveis ou não estarem enquadradas na legislação pertinente.

Em resumo, o perfil da pessoa jurídica mais comum no SCS é de um estabelecimento matriz do setor de serviços com fins lucrativos, de porte micro ou pequeno, com mais de 10 anos de funcionamento. Esses CNPJs atuam em sua maioria no território nacional, com quase metade operando em outras UFs. A distribuição de domicílios fiscais entre as quadras parece ser mais homogênea, sendo a Quadra 1 em conjunto com a Galeria dos Estados, a mais populosa. A seguir, apresentam-se os resultados da pesquisa.

Uso de Políticas e Programas (Total)

Gráfico 13 - Distribuição dos estabelecimentos que se beneficiaram de políticas e programas públicos no Setor Comercial Sul, Brasília, 2025.

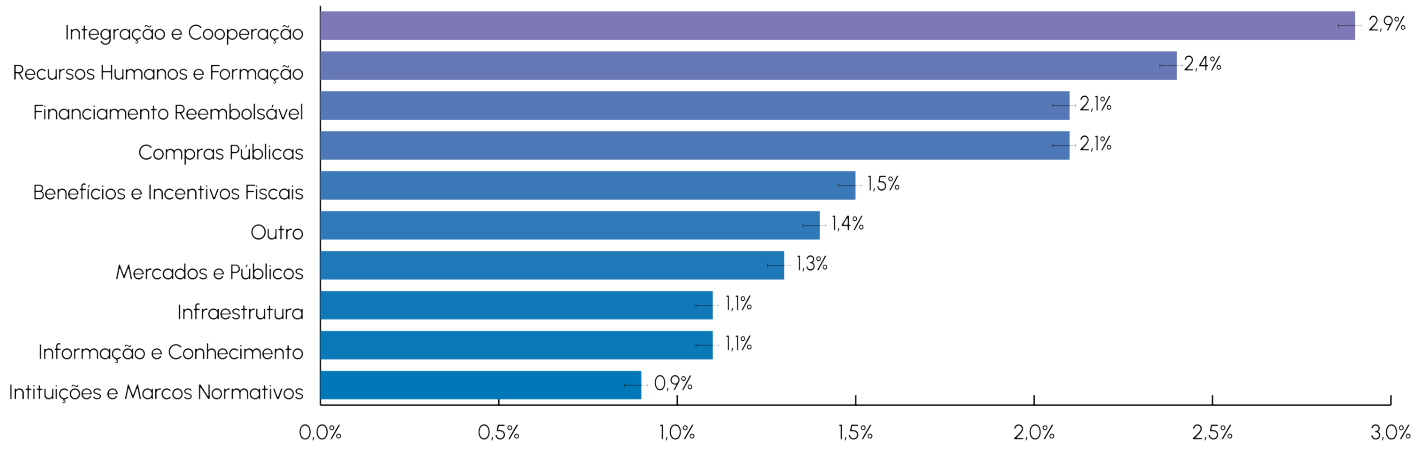


Fonte: Pesquisa Setor Comercial Sul (SCS).

A adesão das pessoas jurídicas a políticas e programas públicos é muito baixa. O percentual de CNPJs do SCS que se beneficiaram deles totaliza 10%. Isso implica que 90% dos estabelecimentos parecem estar excluídos dessas políticas ou programas, podendo ser devido à falta de oportunidades ou de interesse, ou por dificuldades de acesso ou desconhecimento, entre outros motivos possíveis (Gráfico 13).

Entre as políticas e programas que foram utilizados, destaca-se a Integração e Cooperação (2,9%), seguida de Recursos Humanos e Formação (2,4%), Financiamento Reembolsável (2,1%), Compras Públicas (2,1%), enquanto áreas estruturais como instituições normativas (0,9%) e infraestrutura (1,1%) aparecem como pouco utilizadas (Gráfico 14).

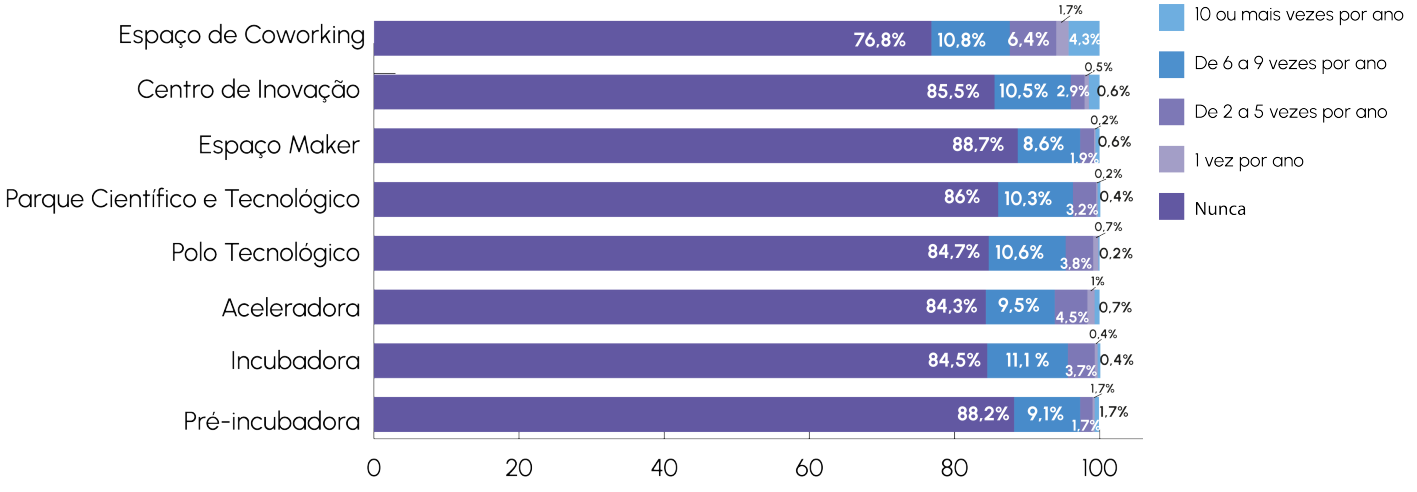
Gráfico 14 - Distribuição dos estabelecimentos por políticas e programas públicos dos quais já se beneficiaram, Brasília, 2025.



Fonte: Pesquisa Setor Comercial Sul (SCS).

Uso de Instalações de Apoio ao Empreendedorismo e Inovação (Total)

Gráfico 15 - Distribuição dos estabelecimentos por frequência de acesso aos equipamentos de apoio à inovação, Brasília, 2025.



Fonte: Pesquisa Setor Comercial Sul (SCS).

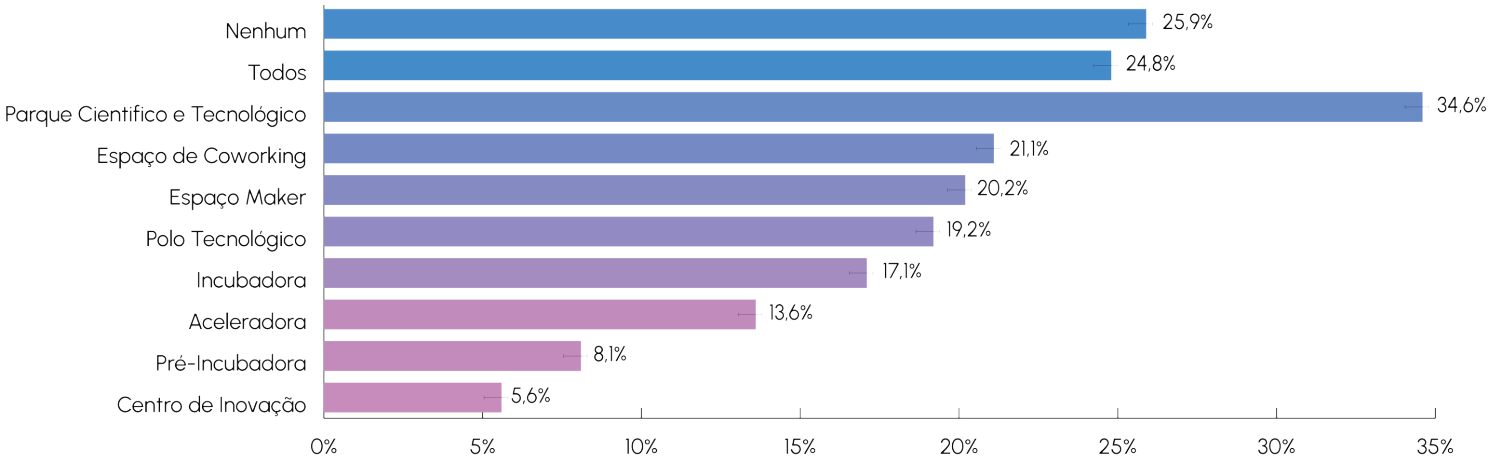
Em todos os equipamentos, a maior parte dos estabelecimentos declarou nunca utilizar os espaços, com percentuais variando entre 76,8% (Espaço de Coworking) e 88,7% (Espaço Maker). Entretanto, observando pela ótica da utilização, o Espaço de Coworking se destaca, sendo que 23,2% declararam usar ao menos uma vez por ano. Este é o equipamento com maior proporção de uso intensivo (4,3% utilizam 10 ou mais vezes por ano). Nos demais equipamentos, a soma de todos os níveis de uso anual dificilmente supera 15% (Gráfico 15).

A Pré-incubadora, Incubadora, Aceleradora e Polo Tecnológico apresentam perfis muito semelhantes, com cerca de 9% a 11% de uso eventual (1 vez/ano) e proporções muito pequenas de uso mais frequente. O Parque Científico e Tecnológico e o Centro de Inovação seguem a mesma tendência, reforçando a percepção de que esses espaços ainda são pouco acessados. Finalmente, o Espaço Maker apresenta a maior taxa de não uso (88,7%), sugerindo forte subutilização (Gráfico 15).

Em síntese, o resultado apresentado no Gráfico 15 indica uma barreira de acesso ou desconhecimento sobre esses ambientes de inovação, mesmo sendo estratégicos para o empreendedorismo e o desenvolvimento tecnológico, sendo que menos de 15% dos respondentes utilizam cada equipamento com alguma frequência. Contudo, esse percentual de não utilização dos equipamentos pode estar relacionado ao fato de que são poucos os que estão localizados no SCS. Encontra-se aqui, portanto, uma oportunidade de se incentivar tais instalações, a partir de sua implementação local ou em alguma proximidade.

Os estabelecimentos indicaram os órgãos de apoio ao empreendedorismo e inovação que auxiliariam seu estabelecimento se implementados no SCS (Gráfico 16). Assim, observou-se que o Parque Científico e Tecnológico aparece como o instrumento mais citado, sendo indicado por 34,6% dos CNPJs. Em segundo lugar, destacam-se o Espaço de Coworking (21,1%) e o Espaço Maker (20,2%), apontando que estruturas de compartilhamento de recursos físicos, tecnológicos e de colaboração são altamente desejadas. Em seguida vêm a Incubadora (17,1%), o Polo Tecnológico (19,2%), o Centro de Inovação (5,6%) e a Pré-incubadora (8,1%). Também se destaca que 25,9% dos estabelecimentos declararam que nenhuma dessas estruturas auxiliaria diretamente seus negócios; em contraste, 24,8% indicaram que todas as estruturas auxiliariam seu negócio.

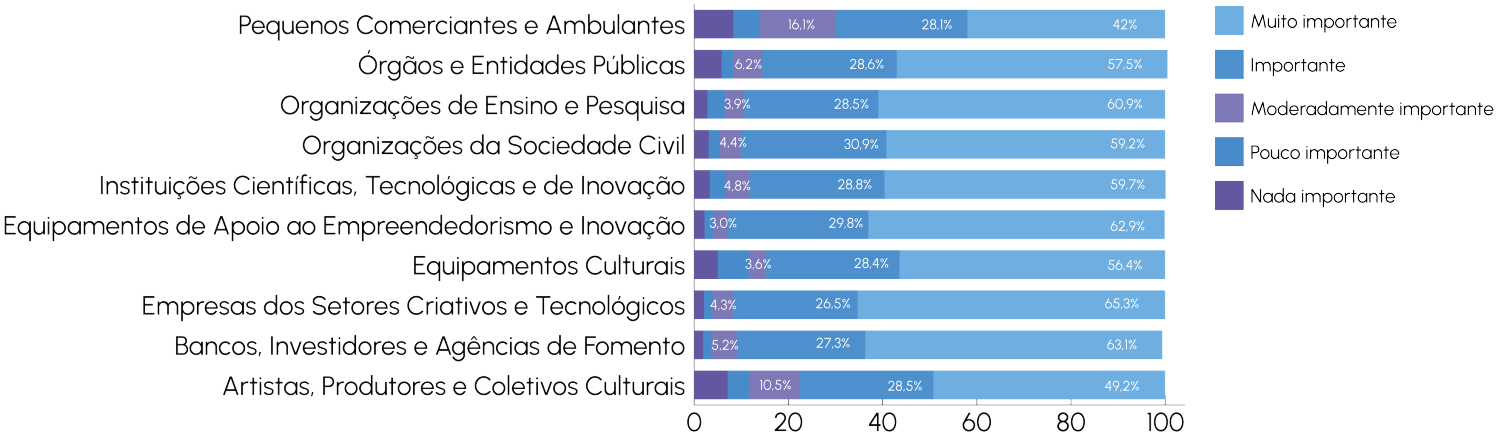
Gráfico 16 - Distribuição dos estabelecimentos por órgãos de apoio ao empreendedorismo e inovação que os auxiliariam se implementados no SCS, Brasília, 2025.



Fonte: Pesquisa Setor Comercial Sul (SCS).

Interação dos Atores Locais

Gráfico 17 - Distribuição dos estabelecimentos por importância de diferentes atores para o desenvolvimento de um ambiente criativo e inovador no SCS, Brasília, 2025.

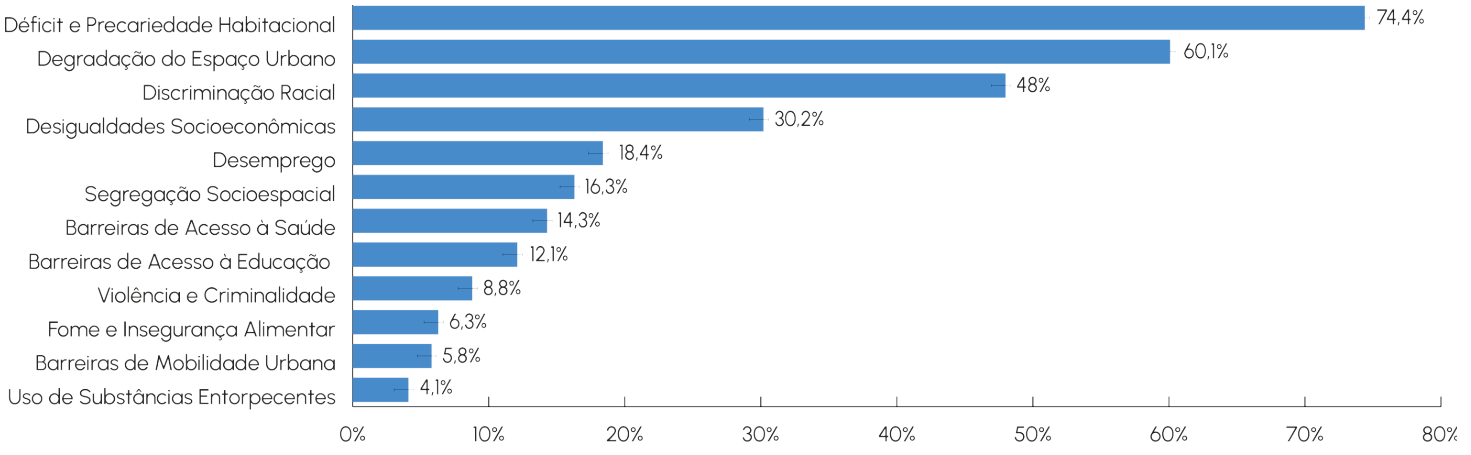


Fonte: Pesquisa Setor Comercial Sul (SCS).

A pesquisa procurou saber quais ações os respondentes entenderiam que produziriam impacto no desenvolvimento no SCS. A partir do Gráfico 17, observou-se que 65,3% dos estabelecimentos consideram as Empresas dos Setores Criativos e Tecnológicos 65,3% muito importantes para o desenvolvimento de um ambiente criativo e inovador, seguidos pelos Bancos, Investidores e Agências de Fomento (63,1%), Equipamentos de Apoio ao Empreendedorismo e Inovação (62,9%), Organizações de Ensino e Pesquisa (60,9%) e Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (59,7%), Órgãos e Entidades Públicas (57,5%), Equipamentos Culturais (56,4%), Organizações da Sociedade Civil (59,2%), Artistas, Produtores e Coletivos Culturais (49,2%) e Pequenos Comerciantes e Ambulantes (42%).

Com isso, tem-se que as atividades criativas, sejam artísticas, culturais e, especialmente, de inovação científica e tecnológica, são compreendidas como de grande impacto para o desenvolvimento local. Em seguida vem o investimento e fomento, considerando aqui o capital financeiro, investidores e financiadores públicos. Em terceiro vem a formação (capacitação) e a geração de patentes, mostrando a relevância de instituições de Ensino e PD & I (pesquisa, desenvolvimento e inovação). Em escala também importante, quase a metade defende o estímulo aos atores culturais, sociais e comerciantes locais.

Gráfico 18 - Distribuição dos estabelecimentos por questões MAIS relevantes relacionadas aos desafios sociais, econômicos e políticos no Setor Comercial Sul, Brasília, 2025.



Fonte: Pesquisa Setor Comercial Sul (SCS).

Dentre as questões críticas que influenciam conflitos de interesse entre os diferentes atores sociais, econômicos e políticos no SCS, os problemas apontados como mais relevantes são o déficit e precariedade habitacional (74,4%), a degradação do espaço urbano (60,1%), a discriminação racial (48,0%) e as desigualdades socioeconômicas (30,2%). Em seguida, aparecem desemprego (18,4%), saúde (14,3%) e educação (12,1%), violência e criminalidade (8,8%), fome e insegurança alimentar (6,3%), barreiras de mobilidade urbana (5,8%) e o uso de substâncias entorpecentes (4,1%) (Gráfico 18).

Dessa forma, as respostas indicam que a questão mais acentuada sobre os problemas está relacionada a problemas sociais estruturais, como moradia, discriminação racial e problemas de infraestrutura. Fatores que são vistos como geradores do processo de degradação urbana. Curiosamente, a violência e criminalidade, a insegurança alimentar, e mesmo o consumo de drogas, não são as questões mais citadas.

Gráfico 19 - Distribuição dos estabelecimentos por ações prioritárias para a implantação de um Polo Criativo e Tecnológico no Setor Comercial Sul, Brasília, 2025.

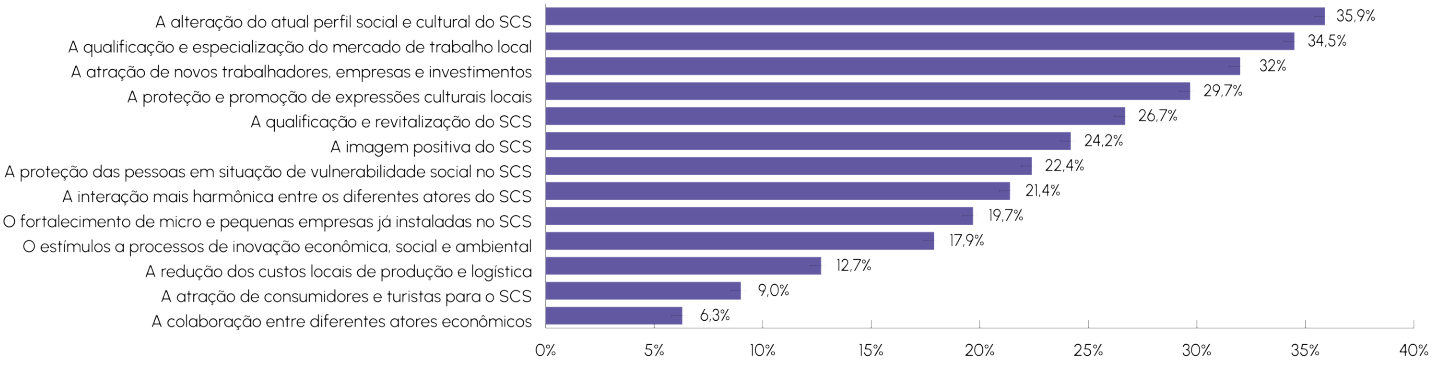


Fonte: Pesquisa Setor Comercial Sul (SCS).

Já as ações consideradas mais prioritárias indicam que a implantação do Polo Tecnológico deve se concentrar em três eixos estratégicos: eixo econômico - **fortalecer micro e pequenas empresas** (43,8%) e **atrair novos investimentos** (39,2%); eixo cultural - **preservar e promover as expressões culturais locais** (40,8%); e eixo social/educacional - **qualificar e especializar a mão de obra local** (36,0%).

Além disso, outras ações como a qualificação e revitalização do SCS (18,0%), a proteção das pessoas em vulnerabilidade social (14,7%) e o estímulo ao processo de inovação (9,9%) foram apontadas como prioritárias. Já iniciativas voltadas apenas à imagem positiva (7,7%) ou à redução de custos (8,5%) têm menor peso na percepção dos estabelecimentos (Gráfico 19).

Gráfico 20 - Distribuição dos estabelecimentos por contribuições esperadas do Polo Criativo e Tecnológico no Setor Comercial Sul, Brasília, 2025.



Fonte: Pesquisa Setor Comercial Sul (SCS).

Quando questionados sobre as ações prioritárias para viabilizar o Polo Criativo e Tecnológico, fica evidente o desejo de mudança. Pelo Gráfico 20, observa-se que as principais contribuições destacadas foram a **alteração do atual perfil social e cultural do SCS** (35,9%), a **qualificação e especialização do mercado de trabalho local** (34,5%), a **atração de novos trabalhadores, empresas e investimentos** (32,0%), a **proteção e promoção de expressões culturais locais** (29,7%), a **qualificação e revitalização do SCS** (26,7%), a **imagem positiva do SCS** (24,2%), a **proteção das pessoas em situação de vulnerabilidade social** (22,4%) e a **interação mais harmônica entre atores locais** (21,4%).

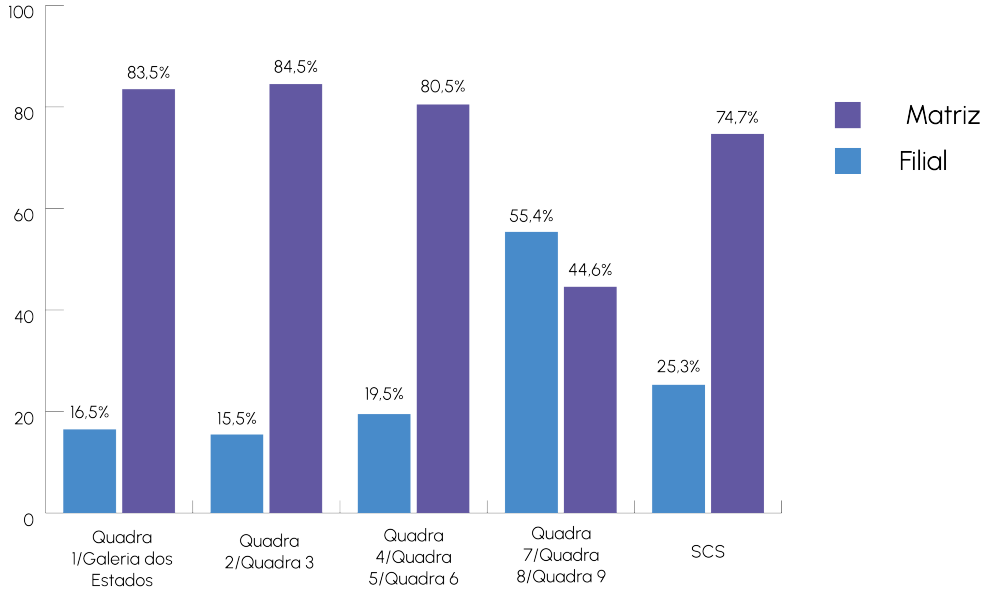
Os resultados demonstram que as contribuições esperadas do Polo não se limitam apenas à esfera econômica, mas abrangem também as esferas social, cultural e urbana. Há uma clara noção das necessidades e qualificação dos negócios existentes, integração entre os agentes, novos investimentos, valorização da identidade e da cultura local e mitigação dos problemas sociais.

O SCS, apesar de ser uma região pequena em termos territoriais, possui idiossincrasias econômicas e sociais que podem ser observadas entre suas quadras. Por exemplo, as quadras 7, 8 e 9 passaram por uma revitalização de infraestrutura e são basicamente compostas por grandes prédios comerciais, sendo dois deles, shoppings centers. Já as quadras 4, 5 e 6 são quadras em que há maior número de população moradora de rua, isto é, quadras que tendem a sofrer conflitos sociais maiores que as demais. Nesse sentido, a seguir será apresentada a análise das respostas da pesquisa dividida por conjunto de quadras: Quadra 1/Galeria dos Estados; Quadras 2 e 3; Quadras 4, 5, e 6; e Quadras 7, 8 e 9. O objetivo é investigar se há desigualdades de opiniões entre os blocos territoriais.

RESULTADOS POR QUADRA

Perfil

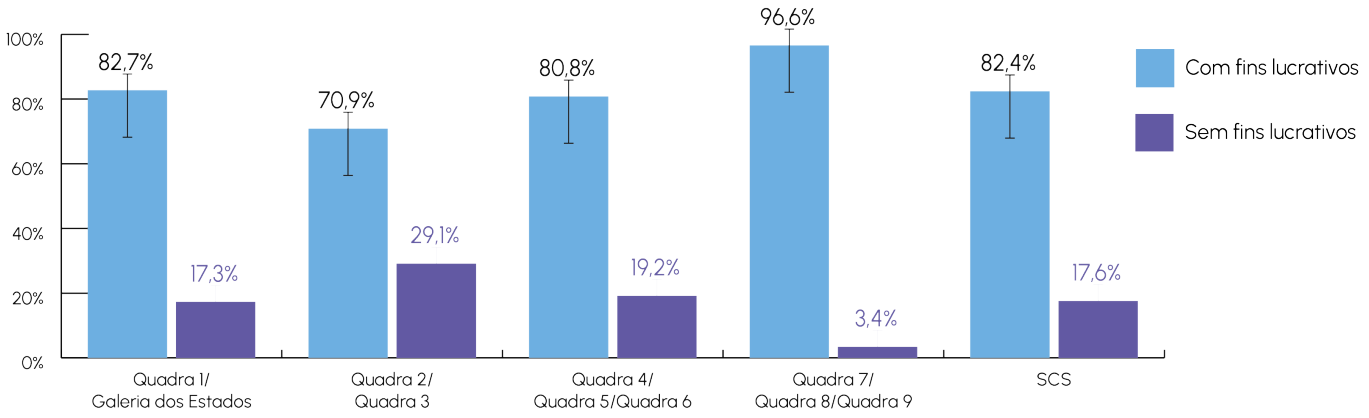
Gráfico 21 - Distribuição dos CNPJs por tipo de estabelecimento e local, Brasília, 2025.



Fonte: Pesquisa Setor Comercial Sul (SCS).

Nas Quadra 1/Galeria dos Estados, Quadra 2/3 e Quadra 4/5/6 predominam empresas matrizes, o que indica maior centralização administrativa e presença de empreendimentos com maior autonomia de gestão nessas áreas. Ao passo que, nas Quadra 7/8/9, por outro lado, destacam-se como um espaço onde predominam filiais (Gráfico 21).

Gráfico 22 - Distribuição dos CNPJs por natureza jurídica e local, Brasília, 2025.



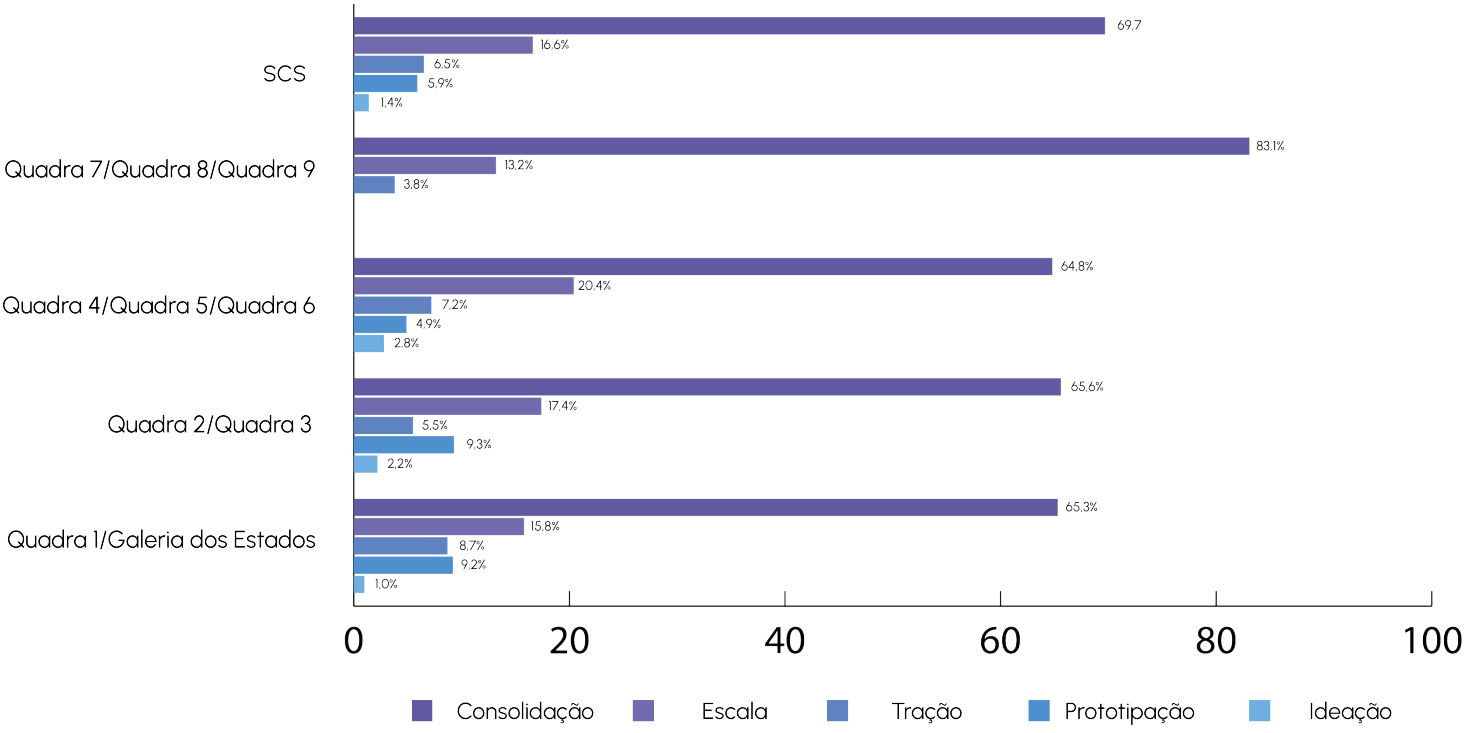
Fonte: Pesquisa Setor Comercial Sul (SCS).

A partir do Gráfico 22, observa-se maior frequência de CNPJs com fins lucrativos em todas as quadras do SCS, mas com algumas diferenças. Assim, as Quadras 2/3 se destacam pela maior proporção de organizações sem fins lucrativos (29,1%), sugerindo que essa área concentra mais entidades públicas ou ligadas a iniciativas sociais, culturais ou comunitárias. As Quadras 7/8/9, em contraste, apresentam perfil quase exclusivamente empresarial lucrativo (96,6%), enquanto, as Quadras 1/Galeria dos Estados e 4/5/6 refletem a média geral do SCS, com predominância de CNPJs com fins lucrativos, mas ainda com presença de uma parcela de entidades sem fins lucrativos, incluindo públicas, (entre 17% e 19%).

Na Quadra 1/Galeria dos Estados são mais frequentes empreendimentos de pequeno porte (33,6%), seguidos por microempresas (28,7%) e médias empresas (21,2%). Nas Quadras 2/3 há maior participação de microempresas (33,5%), seguidas de empreendimentos de pequeno porte (31,3%) e médio porte (21,5%). Nas Quadras 4/5/6 há um predomínio de estabelecimentos de

pequeno porte (41,6%), acima da média do SCS, seguidas por microempresas (22,0%) e empresas de médio porte (18,2%). As Quadras 7/8/9 possuem uma configuração distinta, com a predominância de empreendimentos de grande porte (41,9%) e médias empresas (26,9%) (Gráfico 23).

Gráfico 23 - Distribuição dos CNPJs por porte e local do estabelecimento, Brasília, 2025.



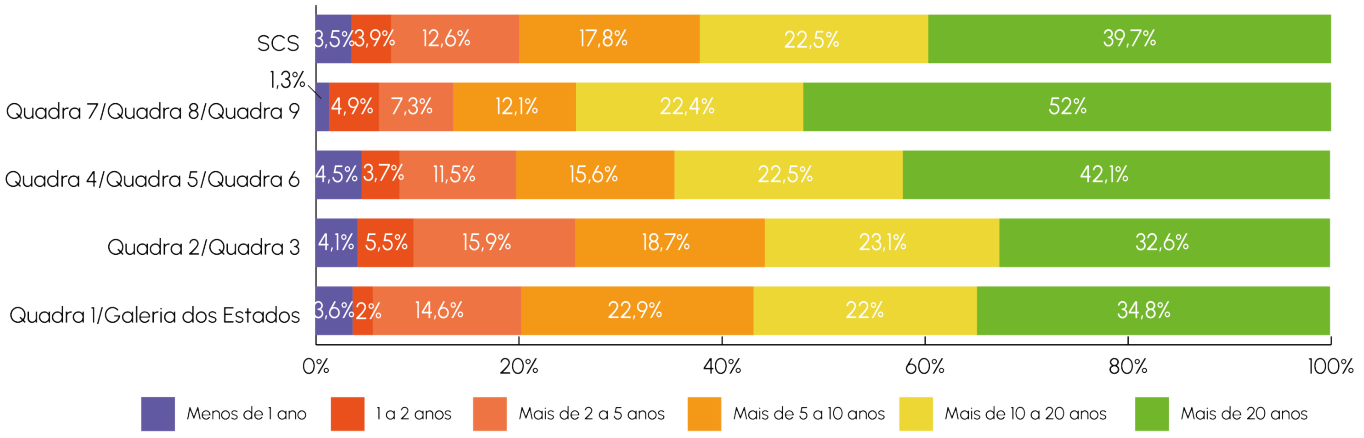
Fonte: Pesquisa Setor Comercial Sul (SCS).

Dessa forma, as Quadras 1/Galeria dos Estados, 2/3 e 4/5/6 concentram sobretudo micro e pequenos empreendimentos, o que reforça a vocação dessas áreas para negócios de menor porte, enquanto, as Quadras 7/8/9, em contraste, formam um polo diferenciado, dominado por grandes e médias empresas, sugerindo maior concentração de capital, infraestrutura e atividades empresariais de maior escala. Tem-se ainda que a presença de MEIs é baixa, variando de 10,4% (Quadra 4/5/6) a 0,9% (Quadra 7/8/9).

O SCS é composto por empreendimentos consolidados, sendo que mais de 60% dos estabelecimentos em todas as quadras possuem mais de 10 anos de existência. A Quadra 1/Galeria dos Estados apresenta

predomínio de estabelecimentos com mais de 20 anos (34,8%), seguidas pela presença de empreendimentos entre 5 e 20 anos (44,9%). Apenas 5,6% têm até 2 anos de existência. Além disso, as Quadras 7/8/9 se destacam por reunir estabelecimentos mais antigos e tradicionais, sendo que 74,4% dos empreendimentos possuem mais de 10 anos, reforçando seu papel como núcleo consolidado. As Quadras 2/3 apresentam maior proporção de empreendimentos jovens, sendo que 25,5% dos estabelecimentos possuem até 5 anos, sugerindo maior renovação em comparação às demais áreas. A distribuição das idades nas Quadras 4/5/6 é similar à média geral (do SCS) (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Distribuição dos CNPJs por faixa etária e local do estabelecimento, Brasília, 2025.

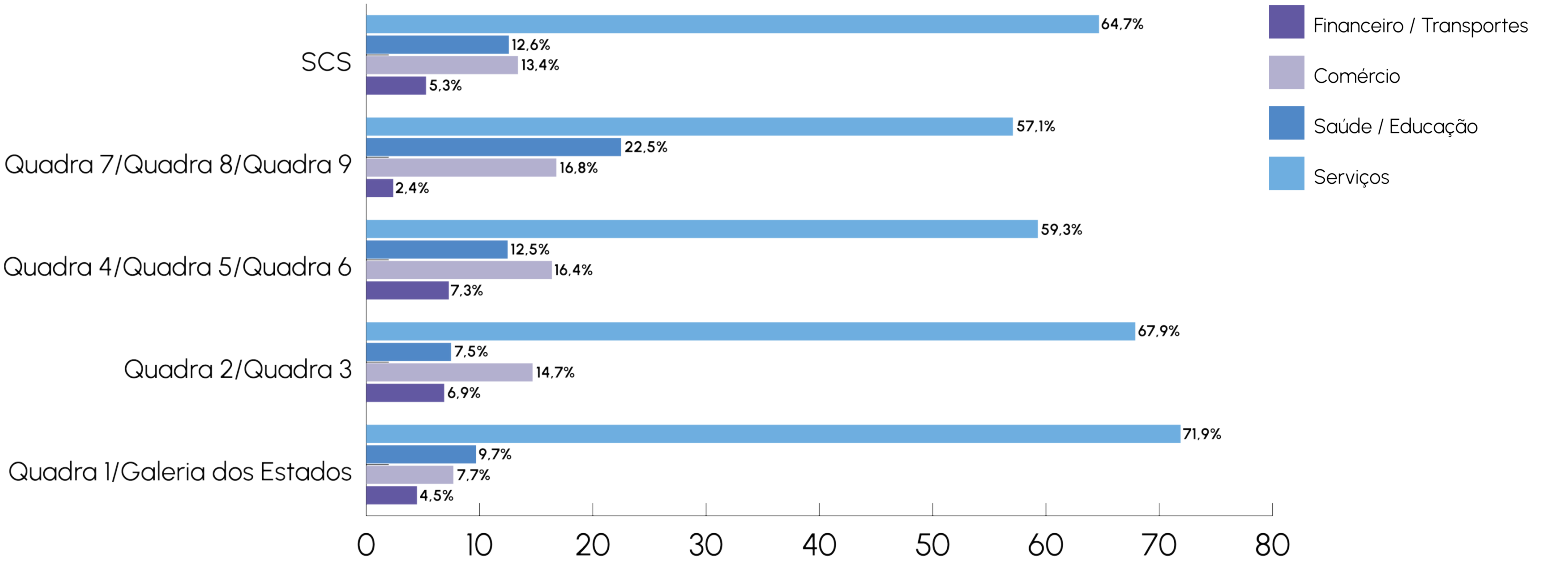


Fonte: Pesquisa Setor Comercial Sul (SCS).

No que se refere à distribuição dos estabelecimentos por atividade econômica, destaca-se pela presença em maior frequência do setor de serviços, em todas as quadras. A Quadra 1/Galeria dos Estados apresenta predominância do setor de serviços (71,9%), acima do observado no SCS (64,7%), seguido pelos setores saúde/educação que representam 9,7% dos CNPJs e o comércio (7,7%). As Quadras 2/3 também se destacam pela presença do setor serviços (67,9%), mas apresentam comércio mais frequente (14,7%), quase o dobro da Quadra 1/Galeria dos Estados. Nas Quadras 4/5/6, os setores mais frequentes são serviços (59,3%), comércio (16,4%) e saúde/educação (12,5%), enquanto nas Quadras 7/8/9, os setores predominantes são serviços

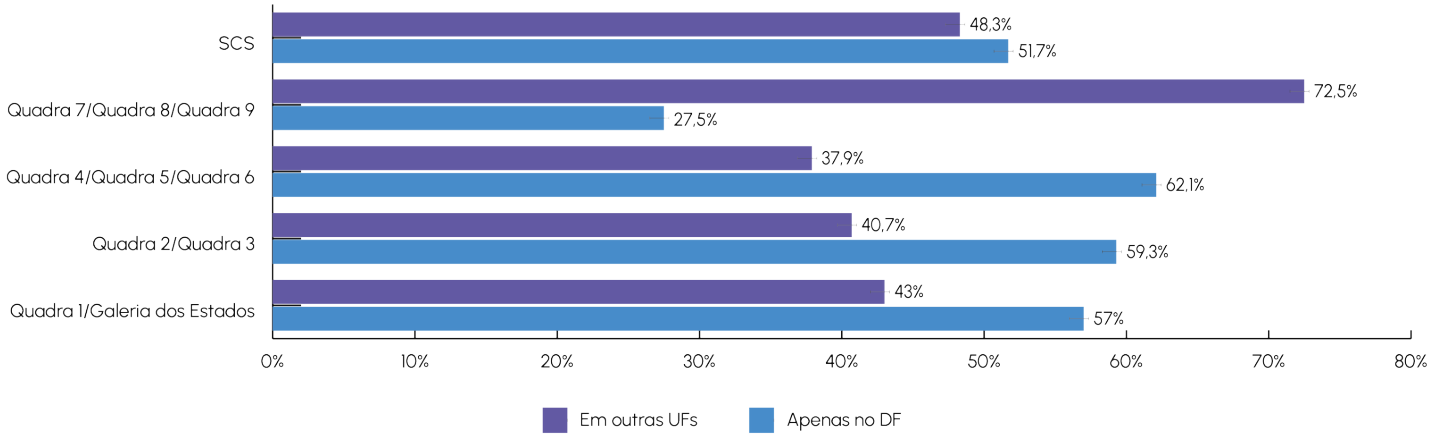
(57,1%), saúde/educação (22,5%), representando quase o dobro da média geral do SCS, além de comércio (16,8%) e financeiro/transportes (2,4%) (Gráfico 25).

Gráfico 25 - Distribuição dos CNPJs por setor e local do estabelecimento, Brasília, 2025.



Fonte: Pesquisa Setor Comercial Sul (SCS).

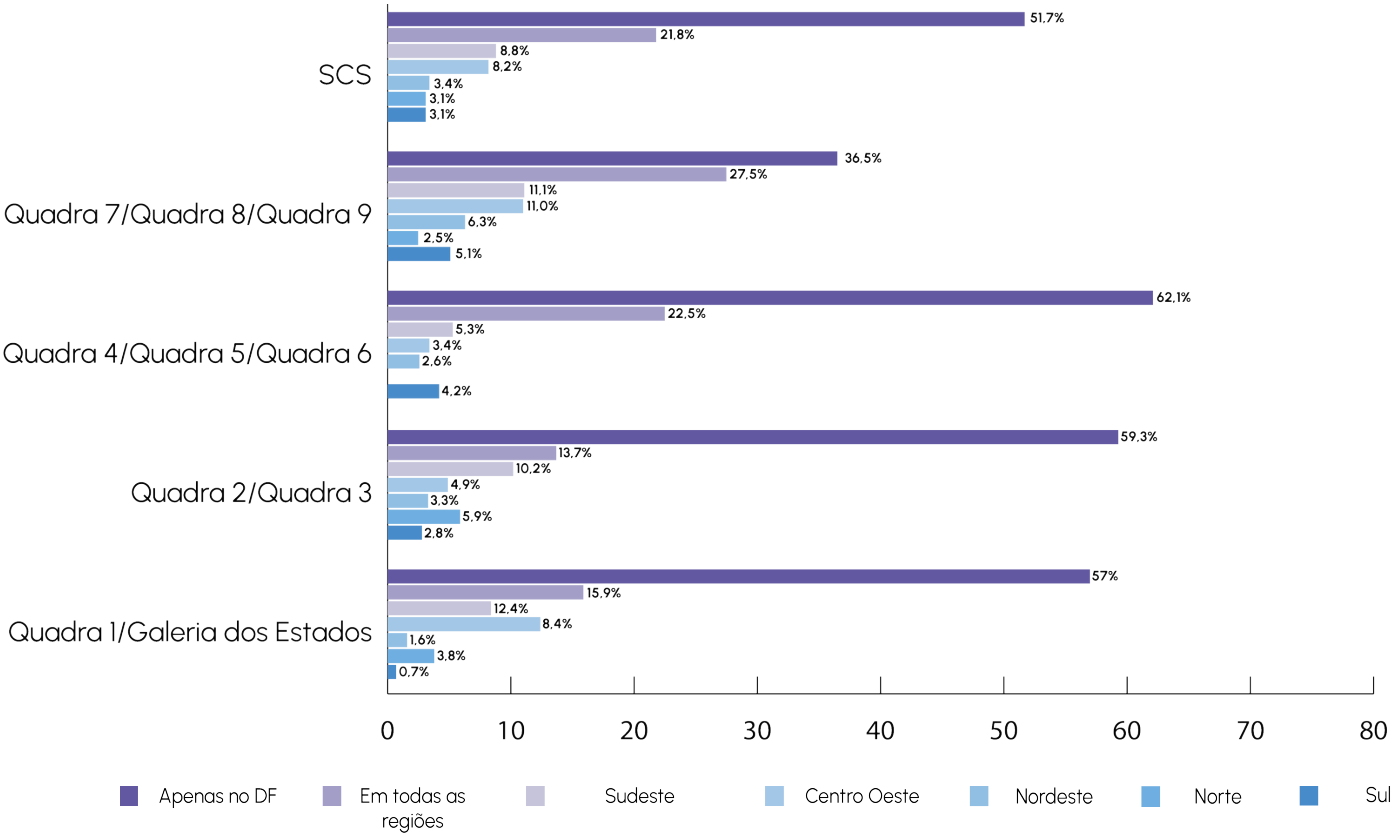
Gráfico 26 - Distribuição dos CNPJs por UF em que atua e local do estabelecimento, Brasília, 2025.



Fonte: Pesquisa Setor Comercial Sul (SCS).

Observa-se, no Gráfico 26, o equilíbrio entre a atuação local e nacional dos estabelecimentos do SCS, em que, nas Quadra 1/Galeria dos Estados, Quadras 2/3 e Quadras 4/5/6 se concentram empreendimentos com perfil predominantemente local, sendo que entre 57% e 62,1% dos empreendimentos atuam apenas no DF. Entretanto, nas Quadras 7/8/9 este cenário destoa do padrão, com atuação desses estabelecimentos, principalmente, em nível nacional ou ampliado para outras UFs, sendo que 72,5% dos estabelecimentos também atuam fora do DF e, possivelmente, caracterizado pela concentração de empreendimentos de maior porte nessa quadra.

Gráfico 27 - Distribuição dos CNPJs por região em que atuam e por local do estabelecimento, Brasília, 2025.



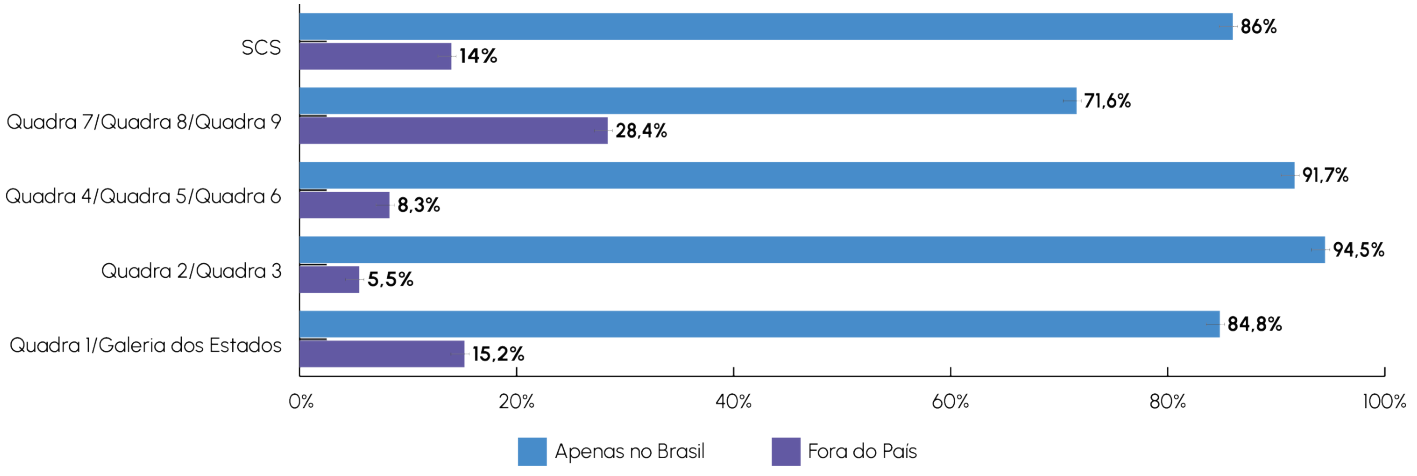
Fonte: Pesquisa Setor Comercial Sul (SCS).

Na Quadra 1/Galeria dos Estados, observa-se maior concentração no mercado local, com 57,0% atuando apenas no DF e presença reduzida em âmbito nacional, já que apenas 15,9% atuam em todas as regiões,

destacando-se o Centro-Oeste (12,4%) e o Sudeste (8,4%) entre as regiões externas. As Quadras 2/3 seguem padrão semelhante, com 59,3% dos empreendimentos atuando no DF e participação nacional ainda limitada (13,7% em todas as regiões), sendo o Sudeste (10,2%) e o Norte (5,9%). Já as Quadras 4/5/6 concentram a maior proporção de empreendimentos que atuam apenas no DF (62,1%), mas também apresentam a maior representatividade nacional entre essas áreas (22,5% em todas as regiões). Por fim, as Quadras 7/8/9 apresentam perfil bastante distinto, com apenas 27,5% restritos ao DF e 36,5% dos empreendimentos atuando nacionalmente, seguidos dos que atuam em diferentes regiões: Sudeste (11,1%), Nordeste (6,3%) e Sul (5,1%) (Gráfico 27).

Resumidamente, a distribuição da atuação dos estabelecimentos por quadra no Setor Comercial Sul evidencia perfis distintos entre áreas mais tradicionais e aquelas de maior dinamismo. Enquanto as Quadras 1/Galeria dos Estados, 2/3 e 4/5/6 mantêm uma vocação fortemente local, com mais da metade dos estabelecimentos atuando exclusivamente no Distrito Federal, as Quadras 7/8/9 apresentam um padrão oposto, com forte presença nacional.

Gráfico 28 - Distribuição dos CNPJs por país em que atua e local do estabelecimento, Brasília, 2025.

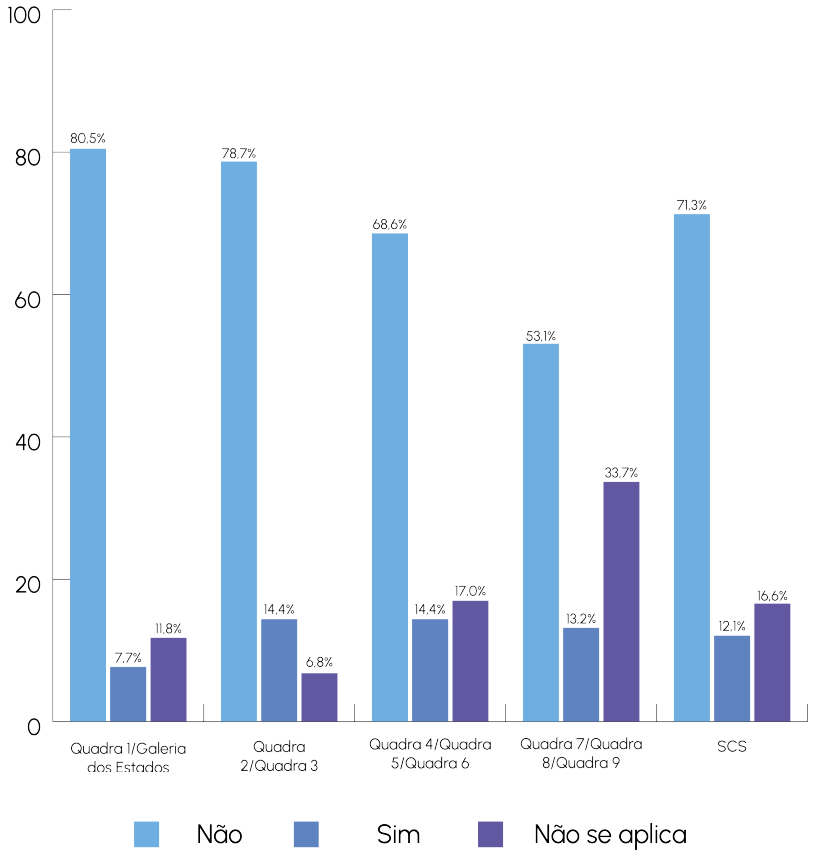


Fonte: Pesquisa Setor Comercial Sul (SCS).

A distribuição dos estabelecimentos por países de atuação no Setor Comercial Sul revela um perfil predominantemente nacional, em que 86% deles

operam apenas no Brasil. No entanto, observa-se diferentes distribuições entre as quadras. As Quadras 2/3 e 4/5/6 concentram-se no mercado interno, com 94,5% e 91,7% de atuação exclusivamente nacional, respectivamente. A Quadra 1/Galeria dos Estados apresenta 15,2% das empresas atuando fora do país. O maior destaque é das Quadras 7/8/9, onde 28,4% dos estabelecimentos possuem presença internacional, quase o dobro da média geral do SCS (Gráfico 28).

Gráfico 29 - Distribuição dos CNPJs que realizaram patrocínio esportivo/cultural via leis de incentivo fiscal e local do estabelecimento, Brasília, 2025.

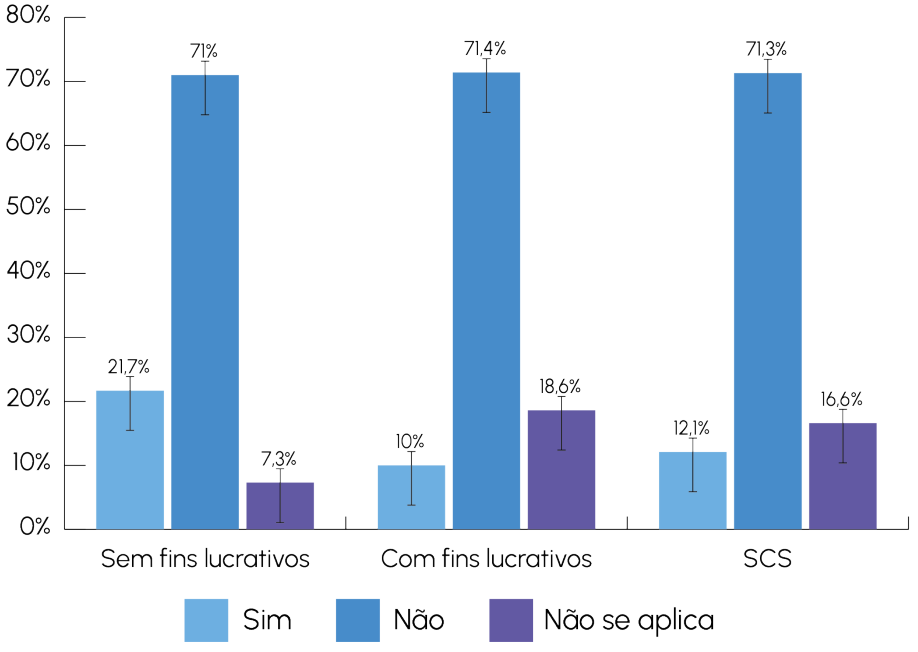


Fonte: Pesquisa Setor Comercial Sul (SCS).

A análise da distribuição dos estabelecimentos que realizaram patrocínio esportivo ou cultural por meio de leis de incentivo fiscal no Setor Comercial Sul (Gráfico 29) indica alguma diferença entre as quadras. Na

Quadra 1/Galeria dos Estados, Quadras 2/3 e Quadras 4/5/6, apresentam baixa participação em patrocínios, sendo que 80,5%, 78,7% e 68,6% dos CNPJs não participaram, respectivamente. Entretanto, a proporção de CNPJs que utilizaram o mecanismo é maior nas Quadras 2/3 (14,4%), Quadras 4/5/6 (14,4%), Quadras 7/8/9 (13,2%) em relação à Quadra 1/Galeria dos Estados (7,7%), sugerindo um perfil empresarial relativamente mais engajado com esse tipo de ação cultural e esportiva ou mais esclarecida sobre a existência desses incentivos. Porém, nas Quadras 7/8/9, apenas 53,1% dos estabelecimentos responderam negativamente, enquanto 33,7% afirmaram não se enquadrar na questão. Essa alta proporção de "não se aplica" comparada a demais quadras, sugere a presença de CNPJs cujo ramo de atividade não dialoga diretamente com políticas de incentivo cultural e esportivo.

Gráfico 30 - Distribuição dos CNPJs que realizaram patrocínio esportivo/cultural via leis de incentivo fiscal e natureza jurídica do estabelecimento, Brasília, 2025.



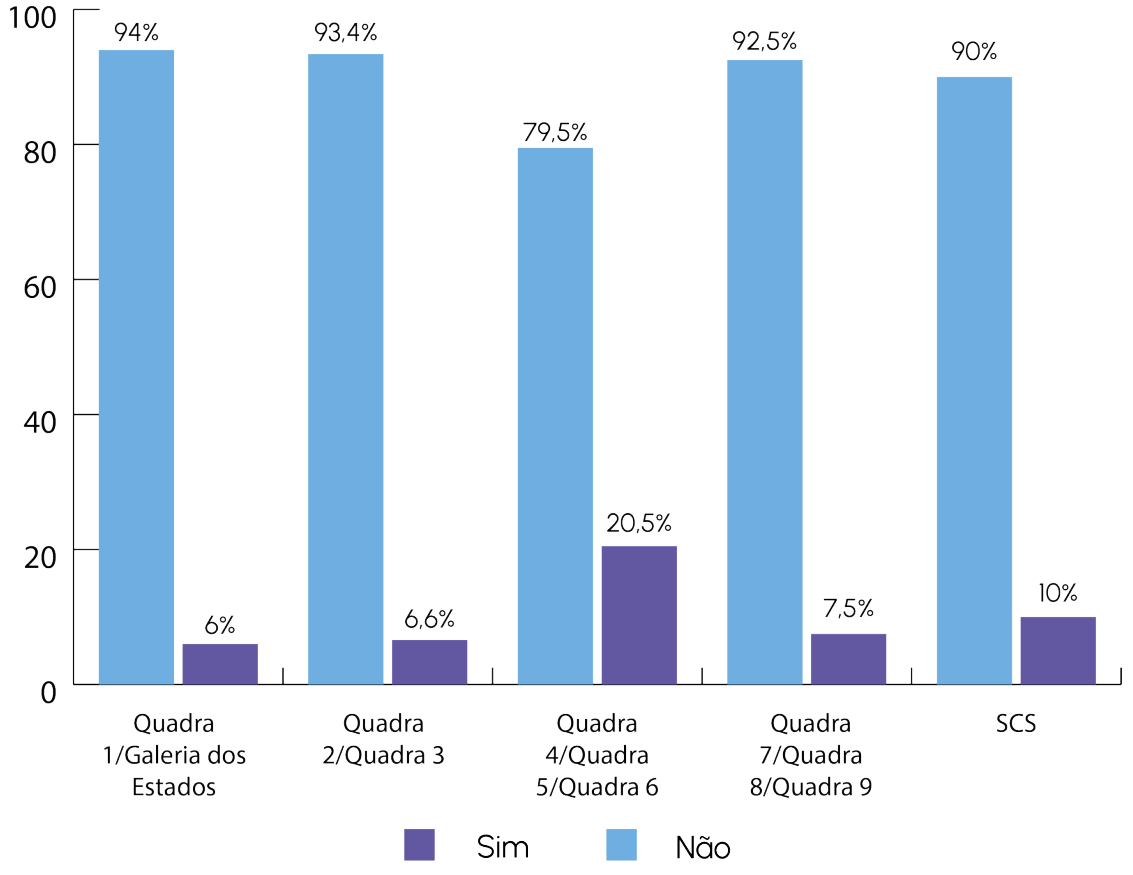
Fonte: Pesquisa Setor Comercial Sul (SCS).

Dessa forma, ao analisar o Gráfico 30, entre as organizações sem fins lucrativos, observa-se maior engajamento nesse tipo de política, em que 21,7% dos estabelecimentos afirmaram ter realizado patrocínios, enquanto

apenas 10,0% dos CNPJs com fins lucrativos realizaram patrocínio. Já entre os estabelecimentos com fins lucrativos, predomina o não envolvimento com esse tipo de política pública, em que 71,4% declararam não ter realizado patrocínios e 18,6% afirmaram que a questão não se aplica - proporção maior que a registrada entre organizações sem fins lucrativos (7,3%).

Uso de Políticas e Programas (Por Quadra)

Gráfico 31 - Distribuição dos estabelecimentos que se beneficiaram de políticas e programas públicos, por local do estabelecimento, Brasília, 2025.

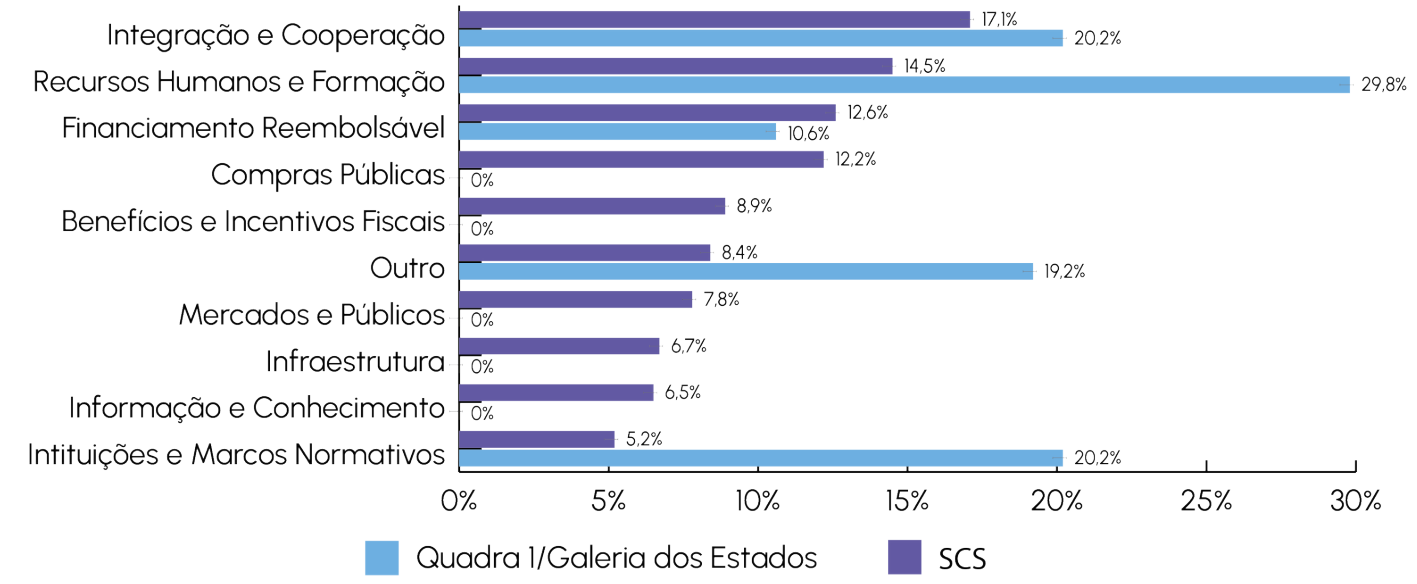


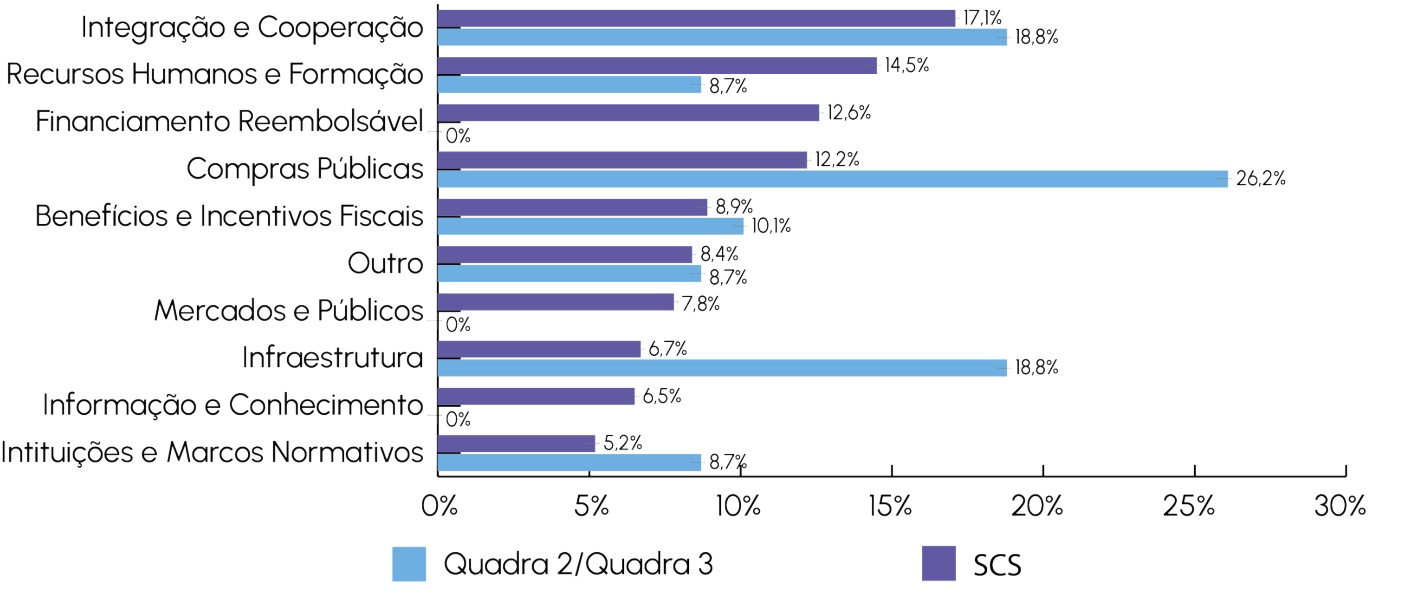
Fonte: Pesquisa Setor Comercial Sul (SCS).

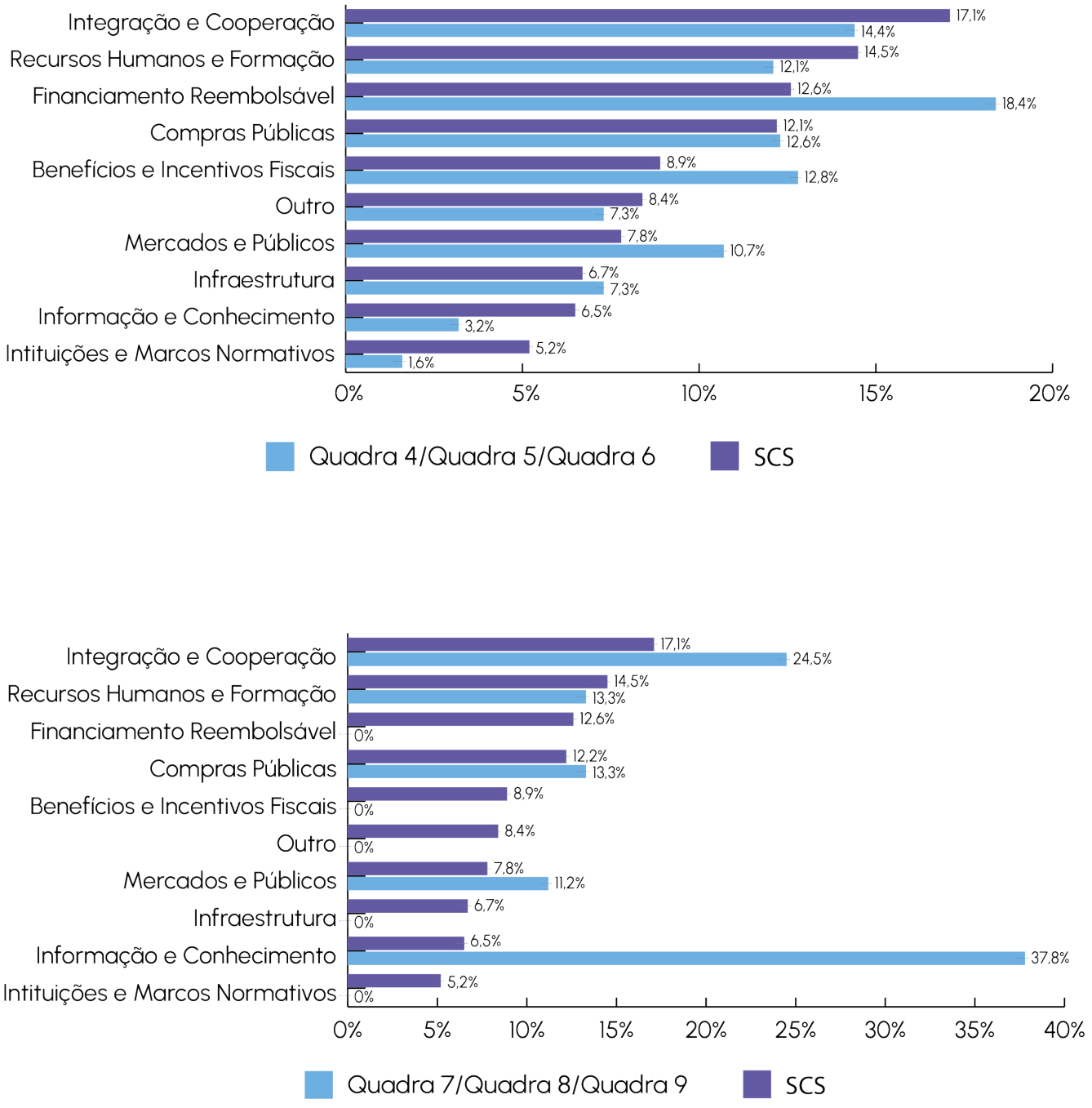
De forma similar, a distribuição geral (SCS), na Quadra 1/Galeria dos Estados, nas Quadras 2/3 e nas Quadras 7/8/9, entre 6,0% e 7,5% dos estabelecimentos se beneficiaram de políticas e programas públicos,

enquanto que de 92,5% a 94,0% não. Entretanto, nas Quadras 4/5/6, 20,5% dos empreendimentos se beneficiaram, mais do que o triplo das demais quadras (Gráfico 31).

Gráfico 32 - Distribuição dos estabelecimentos que se beneficiaram de políticas e programas públicos por tipo e local do estabelecimento, Brasília, 2025.







Fonte: Pesquisa Setor Comercial Sul (SCS).

A partir do Gráfico 32, observa-se que cada quadra apresenta maior frequência em diferentes tipos de apoio recebidos. Na Quadra 1/Galeria dos Estados, os tipos de benefícios recebidos em destaque são Recursos Humanos e Formação (29,8%), seguida de Instituições e Marcos Normativos

(20,2%) e Integração e Cooperação (20,2%). Nas Quadras 2/3, a distribuição é diversificada, com destaque para Compras Públicas (26,2%), Infraestrutura (18,8%) e Integração e Cooperação (18,8%). Nas Quadras 4/5/6, a distribuição é equilibrada, com ênfase em Financiamento Reembolsável (18,4%), Benefícios e Incentivos Fiscais (12,8%) e Compras Públicas (12,3%). Por fim, nas Quadras 7/8/9, destaca-se Informação e Conhecimento (37,8%), muito superior às demais quadras, Integração e Cooperação (24,5%) e Recursos Humanos e Formação (13,3%).

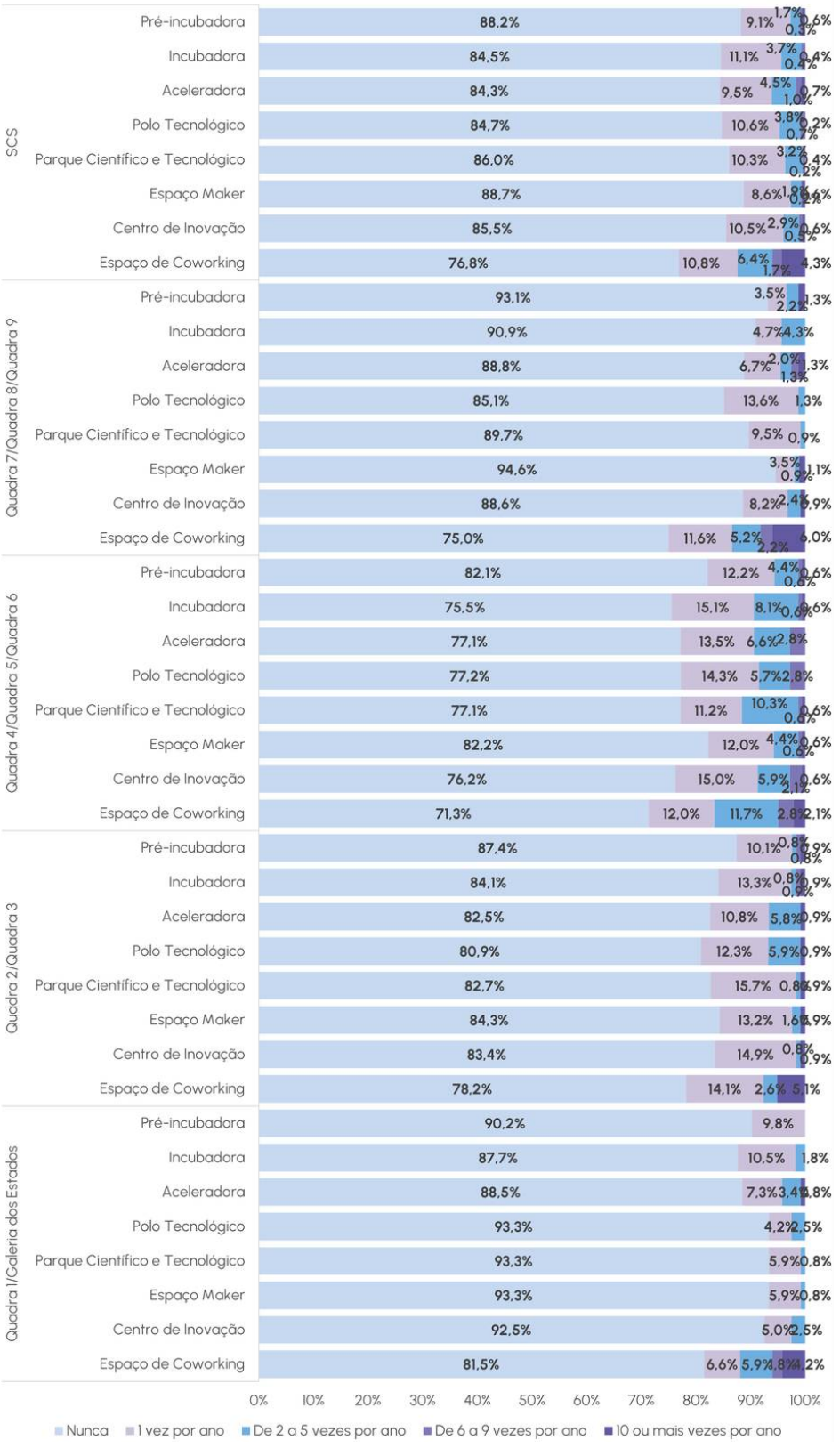
Uso de Instalações de Apoio ao Empreendedorismo e Inovação (Por Quadra)

O Gráfico 33 indica que a maioria dos estabelecimentos nunca acessa os equipamentos de apoio ao empreendedorismo e inovação, sendo que a proporção de não utilização varia entre 71,3% e 90%. Mesmo assim, algumas quadras apresentam maior uso eventual ou frequente.

Na Quadra 1/Galeria dos Estados, pelo menos 81,5% dos estabelecimentos nunca frequentaram algum dos equipamentos e o utilizado com mais frequência (pelo menos 1 vez ao ano) é o coworking, somando 18,5% dos CNPJs. Nas Quadras 2/3, o percentual de estabelecimentos que acessam ao menos uma vez ao ano o Espaço de Coworking é de 21,8%, seguidos pelos Polo Tecnológico (19,1%), Parque Científico e Tecnológico (17,4%) e Centro de Inovação (16,6%). Enquanto isso, nas Quadras 4/5/6, a utilização do coworking é maior, sendo que 28,1% acessam ao menos uma vez ao ano (destes, 16,6% chegam a utilizar duas vezes ou mais ao ano), seguidos pelo Centro de Inovação (20,6%) e Incubadora (24,2%), que também mostram percentuais acima da média em relação as demais quadras, com a frequência de uso de pelo menos uma vez ao ano.

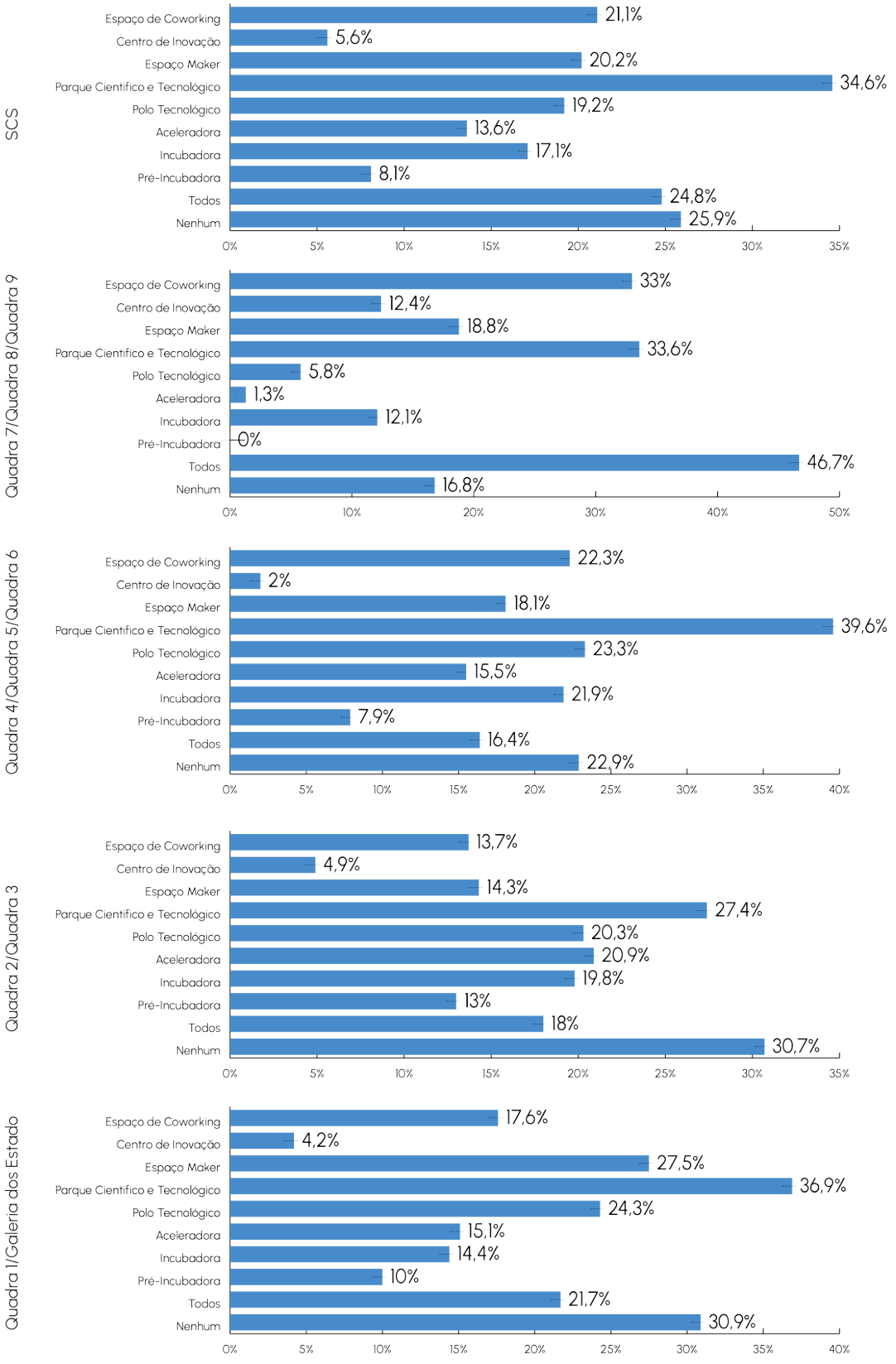
Por fim, nas Quadras 7/8/9, destaca-se também o acesso ao Espaço Coworking, com 25% dos estabelecimentos utilizando-o com alguma frequência. Desses, 6% utilizam o equipamento 10 vezes ou mais. Além dele, outros equipamentos mais acessados, pelo menos uma vez ao ano, são o Polo Tecnológico (14,9%), o Centro de Inovação (11,5%) e o Parque Científico e Tecnológico (10,4%).

Gráfico 33 - Distribuição dos estabelecimentos por frequência de acesso aos equipamentos de apoio ao empreendedorismo e inovação e local do estabelecimento, Brasília, 2025.



Fonte: Pesquisa Setor Comercial Sul (SCS).

Gráfico 34 - Distribuição dos estabelecimentos por equipamentos de apoio ao empreendedorismo e inovação que auxiliariam se implementados no SCS e local do estabelecimento, Brasília, 2025.



Fonte: Pesquisa Setor Comercial Sul (SCS).

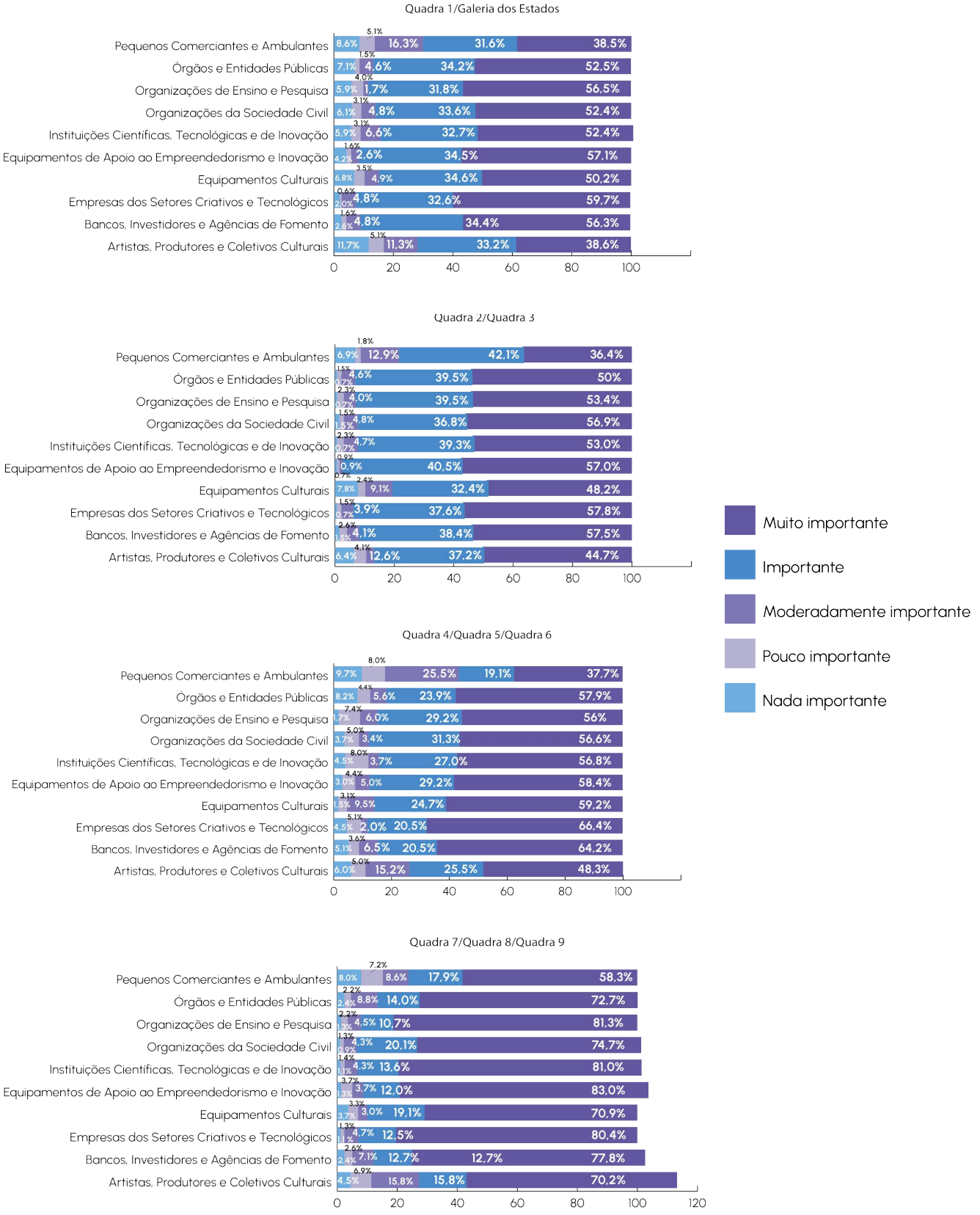
Ao analisar por quadra, observa-se que, na Quadra 1/Galeria dos Estados, os equipamentos mais relevantes foram o Parque Científico e Tecnológico (36,9%), Espaço Maker (27,5%) e o Polo Tecnológico (24,3%). No entanto, 30,9% afirmaram que nenhum equipamento seria útil. Nas Quadras 2/3, os destaques foram o Parque Científico e Tecnológico (27,4%), a Aceleradora (20,9%) e a Incubadora (19,8%), enquanto, 30,7% apontam que nenhum equipamento seria relevante. Nas Quadras 4/5/6, os mais frequentes foram o Parque Científico e Tecnológico (39,6%), Incubadora (21,9%) e Espaço de Coworking (22,3%), enquanto 22,9% dos estabelecimentos não veem utilidade em nenhum equipamento. Nas Quadras 7/8/9, a maioria optou por "Todos" (46,7%). Além disso, os equipamentos mais citados foram o Espaço de Coworking (33,0%) e o Parque Científico e Tecnológico (33,6%), sendo que 16,8% acreditam que nenhum equipamento seria útil (Gráfico 34).

Interação dos Atores Locais (Por Quadra)

Ao se analisar o Gráfico 35, observa-se que, em geral, todos os atores são apontados como importantes para o desenvolvimento de um ambiente criativo no SCS pela maioria dos empreendimentos. As respostas também incluem nessa perspectiva, em uma proporção entre 30 e 60%, Pequenos Comerciantes e Ambulantes e Artistas, Produtores e Coletivos Culturais como "importantes" ou "muito importantes".

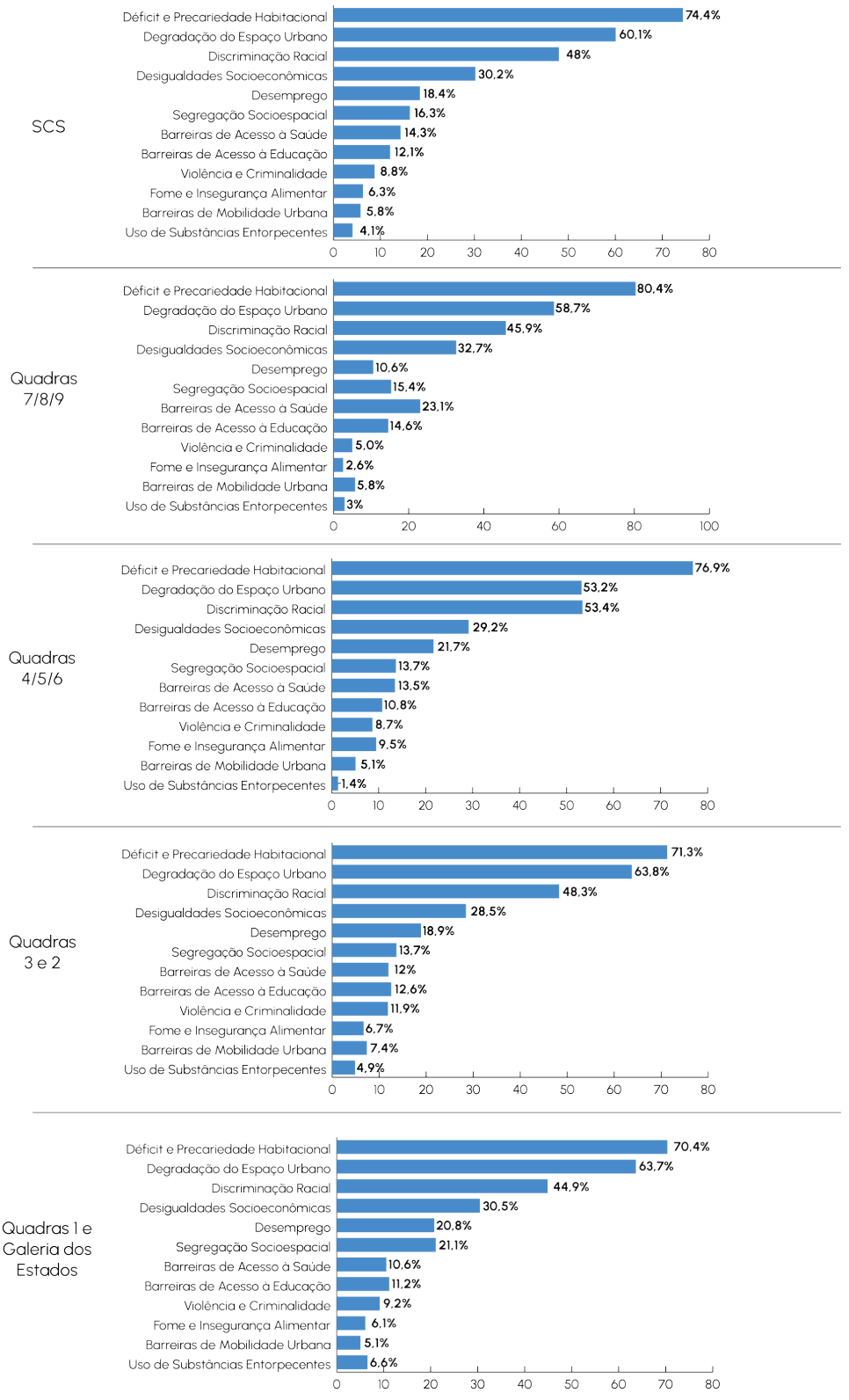
Na análise por quadras, há variações. As Quadras 7/8/9 se destacam por atribuir "muita importância" aos atores ligados a tecnologia, inovação e pesquisa: Empresas dos Setores Criativas e Tecnológicos (80,4%), Equipamentos de Apoio ao Empreendedorismo e Inovação (83,0%), Organizações de Ensino e Pesquisa (81,3%) e Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (81%). Já nas Quadras 4/5/6 destacaram-se empresas criativas (66,4%), bancos/investidores (64,2%) e equipamentos culturais (59,2%). As Quadras 1/Galeria dos Estados e Quadras 2/3 atribuíram importância mais homogênea, com destaque às empresas criativas e bancos, ambos acima de 56% de "muito importantes" (Gráfico 35).

Gráfico 35 - Distribuição dos estabelecimentos por grau de importância dos atores para a composição e o desenvolvimento de um ambiente criativo e inovador no SCS e local do estabelecimento, Brasília, 2025.



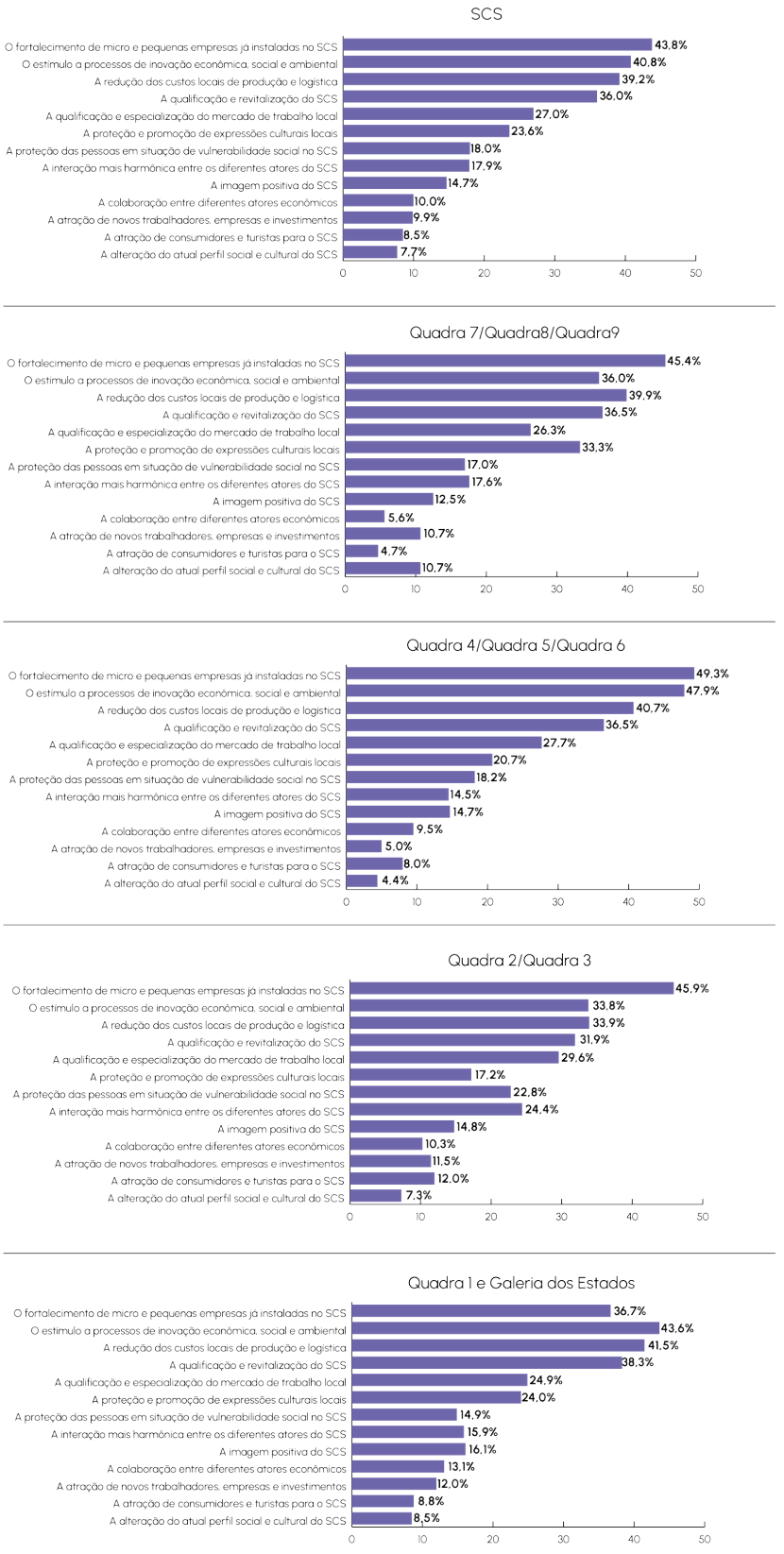
Fonte: Pesquisa Setor Comercial Sul (SCS).

Gráfico 36 - Distribuição dos estabelecimentos por desafios sociais, econômicos e políticos no SCS mais relevantes e local do estabelecimento, Brasília, 2025.



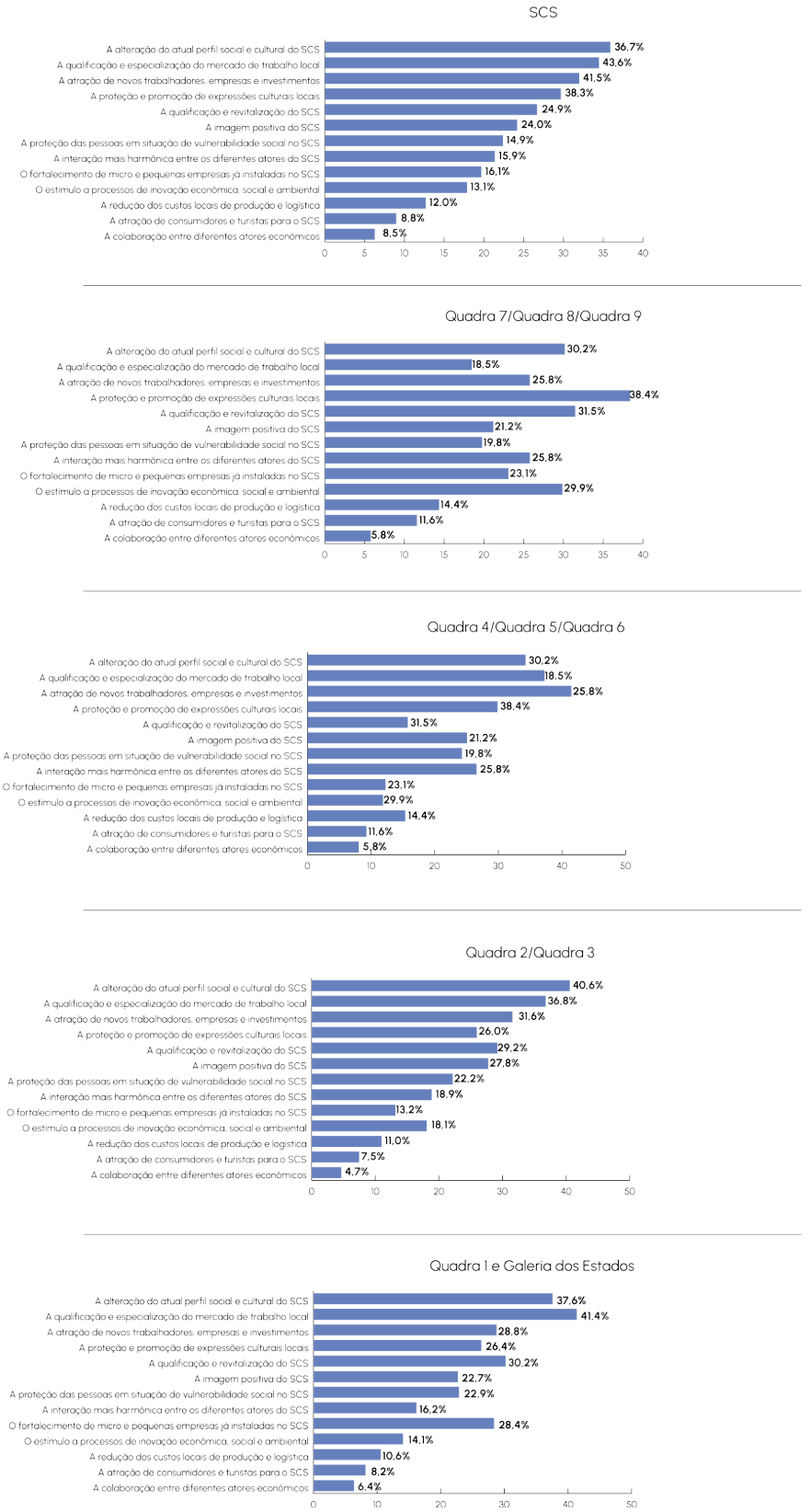
Fonte: Pesquisa Setor Comercial Sul (SCS).

Gráfico 37 - Distribuição dos estabelecimentos por ações que a implantação de um Polo Criativo e Tecnológico no SCS deveria priorizar e local do estabelecimento, Brasília, 2025.



Fonte: Pesquisa Setor Comercial Sul (SCS).

Gráfico 38 - Distribuição dos estabelecimentos por ações que a implantação do Polo Criativo e Tecnológico no SCS deveria contribuir e local do estabelecimento, Brasília, 2025.



Fonte: Pesquisa Setor Comercial Sul (SCS).

Quando a questão diz respeito a desafios, a degradação, habitação e discriminação voltam a aparecer na estratificação das quadras. O Gráfico 36 apresenta os desafios sociais, econômicos e políticos mais relevantes no Setor Comercial Sul (SCS) por quadras. A Quadra 1/Galeria dos Estados e as Quadras 2/3 apresentam perfil semelhante ao total (SCS), sendo indicados como os maiores desafios o déficit habitacional (70,4% e 71,3%, respectivamente) e a degradação urbana (63,7% e 63,8%), seguidos pela discriminação racial (44,9% e 48,3%). Nas Quadras 4/5/6, os resultados apresentam maior destaque para o déficit habitacional (76,9%), seguidos pela discriminação racial (53,4%), degradação do espaço urbano (53,2%) e desigualdades socioeconômicas (29,2%). Já as Quadras 7/8/9 se diferenciam por atribuírem maior peso às barreiras de acesso à saúde (23,1%), que as demais quadras, além disso, também apresentam maior destaque para os desafios de déficit habitacional (80,4%), degradação urbana (58,7%) e discriminação racial (45,9%).

Assim, a análise demonstra que, embora haja pequenas variações de opiniões entre as quadras, os problemas habitacionais, urbanos e de discriminação racial são apontados como desafios mais relevantes do que segurança pública, fome, mobilidade e uso de entorpecentes.

Em relação às ações que a implantação de um polo criativo e tecnológico no SCS deveria priorizar, demonstra-se que os estabelecimentos se preocupam com a necessidade de investimentos em inovação e qualificação. No Gráfico 37, observa-se que as Quadras 4/5/6 e as Quadras 7/8/9 apresentam os maiores percentuais de apoio ao fortalecimento de micro e pequenas empresas (49,3% e 45,4%, respectivamente). As Quadras 1/Galeria dos Estados apontaram como prioridade o estímulo à inovação econômica, social e ambiental (43,6%) e a redução de custos de produção e logística (41,5%), sinalizando preocupações de caráter econômico. Já as Quadras 2/3 apontaram como prioridade a maior proteção das pessoas em situação de vulnerabilidade (22,8%) e à interação harmônica entre atores (24,4%). Por sua vez, as Quadras 7/8/9, além do foco empresarial, também indicaram como ação prioritária a valorização da proteção e promoção de expressões culturais locais (33,3%).

Com isso, a implantação de um Polo Criativo e Tecnológico no SCS, considerando as necessidades de cada quadra, deve equilibrar ações voltadas

à competitividade econômica e à inovação, com iniciativas de fortalecimento social e cultural.

A partir do Gráfico 38, observa-se que a contribuição esperada do Polo Criativo e Tecnológico no Setor Comercial Sul deve priorizar ações que envolvam mudanças capazes de transformar a dinâmica econômica, social e cultural do SCS, já que as principais ações apontadas pelos estabelecimentos foram a alteração do atual perfil social e cultural (35,9%), a qualificação e especialização do mercado de trabalho local (34,5%) e a atração de novos trabalhadores (32%).

Nas Quadras 1/Galeria dos Estados, há maior destaque para a qualificação do mercado de trabalho (41,4%), à alteração do perfil social e cultural do SCS (37,6%) e à qualificação e revitalização do setor (30,2%). Já nas Quadras 2/3, observa-se uma distribuição das respostas mais distribuídas, com maior percentual para a alteração do perfil social e cultural (40,6%), seguida pela qualificação do mercado de trabalho (36,8%) e pela atração de novos trabalhadores e empresas (31,6%). Nas Quadras 4/5/6, as ações indicadas como mais prioritárias são a atração de novos trabalhadores e investimentos (41,5%), a qualificação da mão de obra (37,3%) e a proteção e promoção de expressões culturais locais (29,9%). Enquanto nas Quadras 7/8/9, os empreendedores indicaram que o polo deveria contribuir em maior proporção em proteção e promoção da cultura (38,4%), qualificação e revitalização do setor (31,5%), alteração do perfil social e cultural (30,2%) e no estímulo à inovação (29,9%) (Gráfico 38).

RESULTADOS DE ATORES LOCAIS SEM DOMICÍLIO FISCAL ATIVO NO SCS

O universo utilizado para a definição de cotas da amostra foi o Cadastro de Receita Federal de CNPJs com situação ativa e domicílio fiscal no SCS. Porém, durante a pesquisa, foram identificados atores locais que, embora possuam atuação no Setor Comercial Sul (SCS), não mantêm domicílio fiscal ativo na região, assim como aqueles CNPJs formalmente registrados com endereço fiscal no SCS, mas que não constavam ou não estavam ativas nos cadastros da Receita Federal no momento da coleta[2]. No total, foram identificados 59

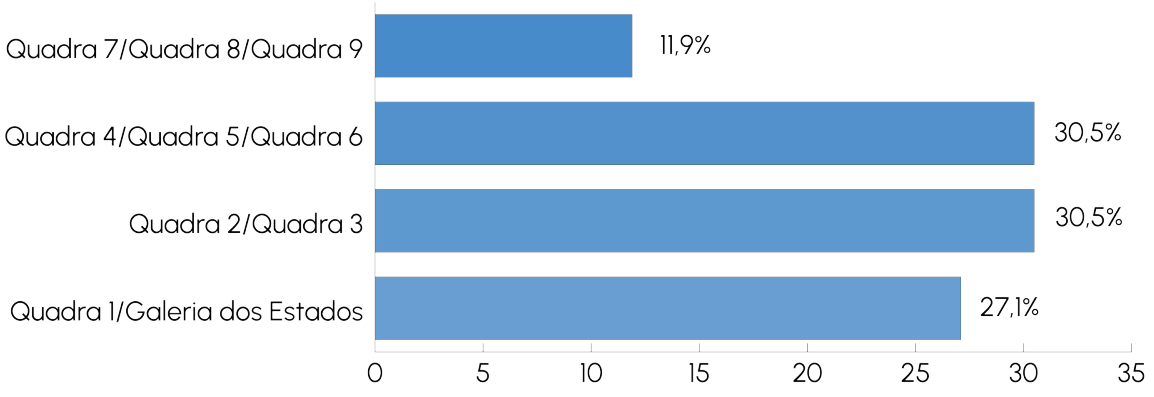
estabelecimentos, dos quais 41 CNPJs possuíam domicílio fiscal fora do SCS e 18 possuíam domicílio fiscal no SCS, porém, não estavam no cadastro ou não estavam em situação ativa.

Esta seção apresenta os resultados da pesquisa para esse conjunto de estabelecimentos. Cabe a ressalva que, diferentemente das seções anteriores, as respostas a seguir não representam um universo a partir de um conjunto amostral, ou seja, os percentuais apresentados mostram as características e posicionamento apenas desse conjunto de 59 estabelecimentos respondentes, não podendo ser generalizados.

Perfil

O perfil desse conjunto mostra que apenas 11,9% dos estabelecimentos foram encontrados nas Quadras 7/8/9, sendo mais frequentes nas demais quadras. Nas quadras 4/5/6 e 2/3, se encontram 61% deles e na Quadra 1/ Galeria dos Estados, 27,1% (Gráfico 39). Além disso, 62,7% deles são matrizes (Gráfico 40) e 76,3% são pessoas jurídicas com fins lucrativos (Gráfico 41).

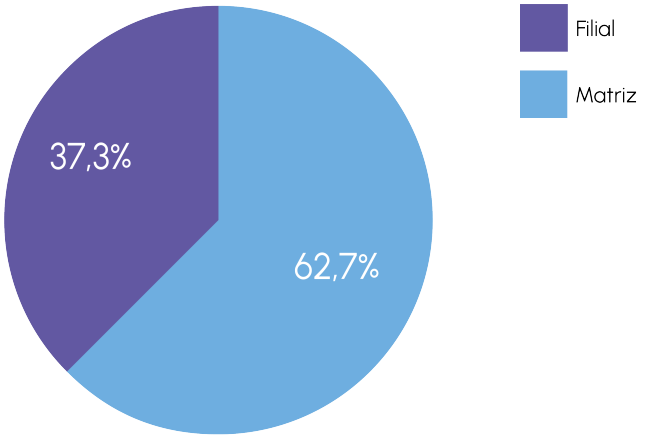
Gráfico 39 - Distribuição dos estabelecimentos por local, Brasília, 2025.



Fonte: Pesquisa Setor Comercial Sul (SCS).

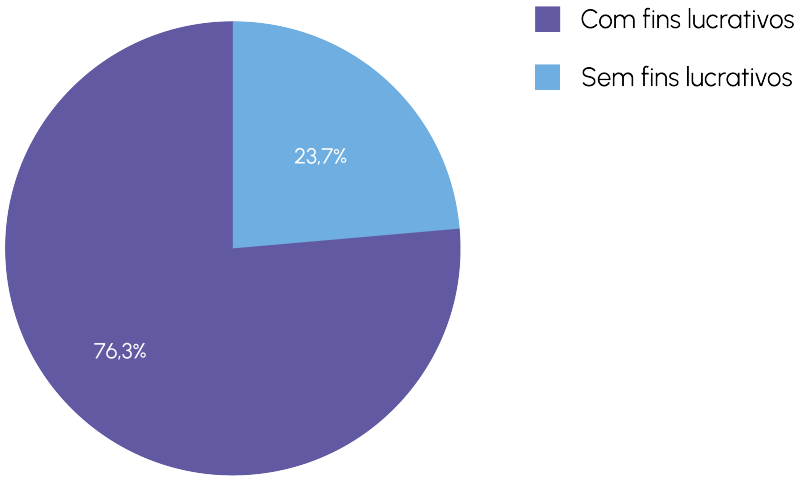
[2] Esse tipo de ocorrência aparece devido à metodologia da pesquisa de se realizar uma amostra por conveniência, isto é, a busca pelaresposta de estabelecimentos durante as visitas a campo. Por exemplo, se a metodologia da pesquisa fosse de amostra probabilística, os estabelecimentos teriam sido pré-definidos em sorteio de forma *ex ante*. Nesse caso, não teriam sido identificados estabelecimentos fora do cadastro, uma vez que eles não teriam participado do sorteio.

Gráfico 40 - Distribuição dos CNPJs por tipo de estabelecimento, Brasília, 2025.



Fonte: Pesquisa Setor Comercial Sul (SCS).

Gráfico 41 - Distribuição dos CNPJs por natureza jurídica, Brasília, 2025.



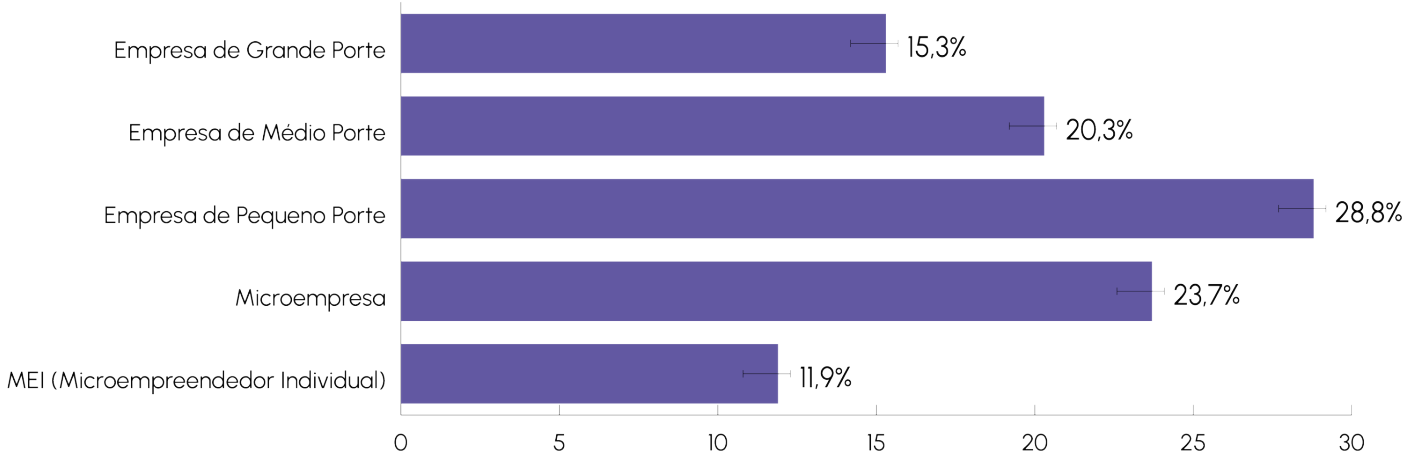
Fonte: Pesquisa Setor Comercial Sul (SCS).

Já quando se trata do porte desses estabelecimentos, 11,9% são MEI e 52,5% são Micro e Pequenas empresas. 20,3% são de médio porte e apenas 15,3% são estabelecimentos de grande porte (Gráfico 42).

Ademais, diferente do encontrado no SCS, esses estabelecimentos são, em sua maioria, mais jovens, com 40,6% deles tendo mais de 10 anos, sendo que no SCS, foi estimado que 62,2% estão nessa faixa etária. Em contraposição,

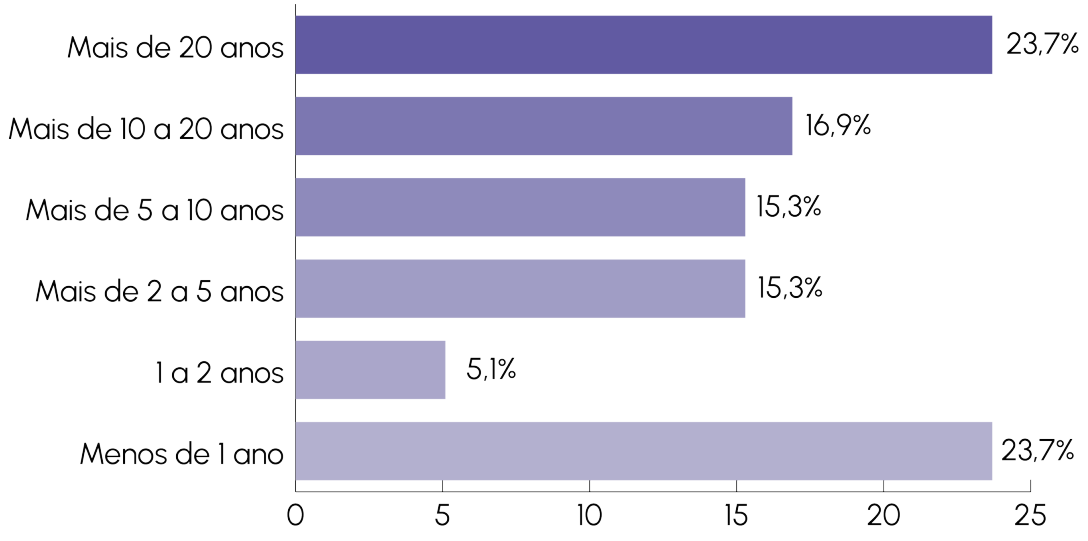
enquanto no SCS somente 3,5% possuem menos de um ano de constituição, entre esses estabelecimentos, esse número é de 23,7% (Gráfico 43). Ou seja, uma das explicações possíveis para que os respondentes desse conjunto não estivessem no cadastro da Receita Federal como ativos, é de que sua constituição ainda não havia ocorrido.

Gráfico 42 - Distribuição dos CNPJs por porte do estabelecimento, Brasília, 2025.



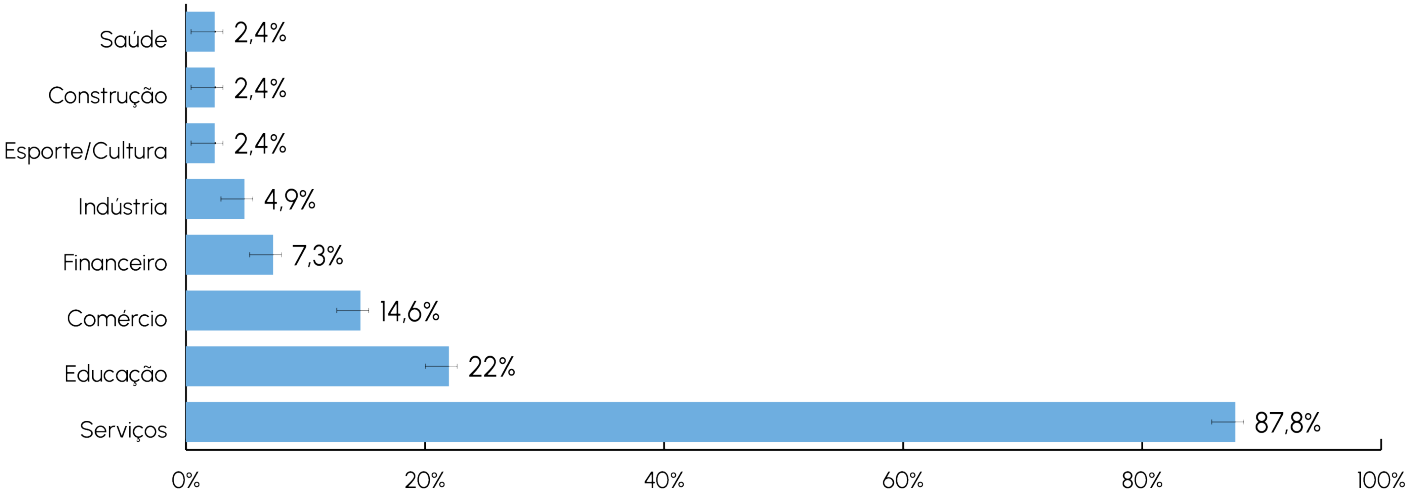
Fonte: Pesquisa Setor Comercial Sul (SCS).

Gráfico 43 - Distribuição dos CNPJs por faixa etária do estabelecimento, Brasília, 2025.



Fonte: Pesquisa Setor Comercial Sul (SCS).

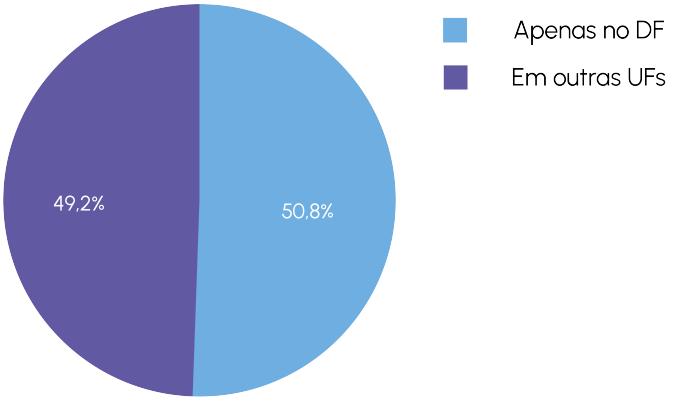
Gráfico 44 - Distribuição dos CNPJs por setor do estabelecimento, Brasília, 2025.



Fonte: Pesquisa Setor Comercial Sul (SCS).

Em relação ao setor de atuação, 87,8% dos respondentes afirmaram atuar no setor de serviços em geral, 22,0% no setor de serviços de educação e 14,6% no comércio (Gráfico 44). Cabe a ressalva de que as atividades de educação foram autorizadas a funcionar no local a partir de maio de 2023, por meio da Lei Complementar 1.021/2023, do Distrito Federal. Isso pode explicar porque a presença de estabelecimentos de educação tem maior representação neste conjunto de respondentes do que no SCS como um todo (5,3%).

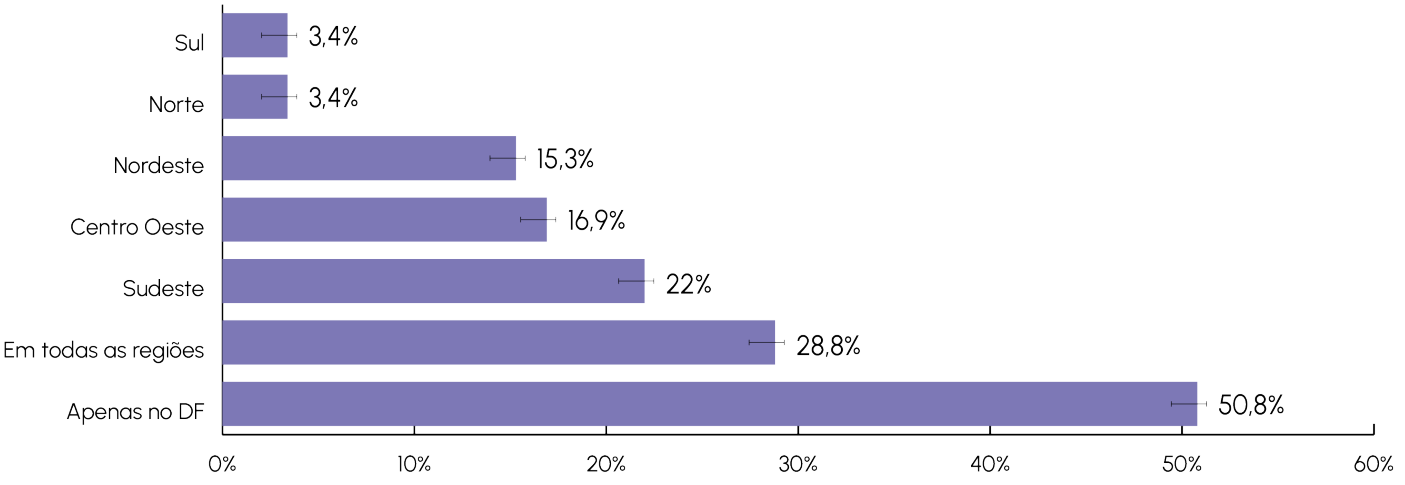
Gráfico 45 - Distribuição dos CNPJs por UF de atuação do estabelecimento, Brasília, 2025.



Fonte: Pesquisa Setor Comercial Sul (SCS).

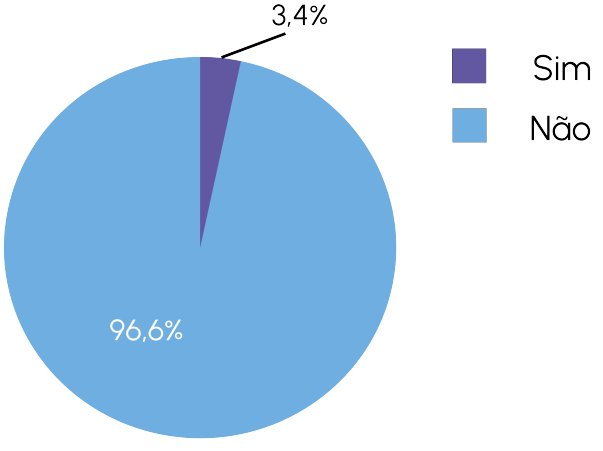
Outro levantamento feito de perfil é o local de atuação. Em relação ao Brasil, 50,8% dos respondentes afirmam atuar somente no DF e 28,8% atuam em todas as regiões brasileiras. Entre as regiões, os mercados em que os estabelecimentos atuam são concentrados no Sudeste (22,0%), Nordeste (16,9%) e Centro-Oeste (15,3%). Já em relação aos mercados internacionais, apenas 3,4% dos respondentes declararam atuar no exterior (Gráficos 45, 46 e 47).

Gráfico 46 - Distribuição dos CNPJs por região que atua, Brasília, 2025.



Fonte: Pesquisa Setor Comercial Sul (SCS).

Gráfico 47 - Distribuição dos CNPJs por abrangência internacional, Brasília, 2025.

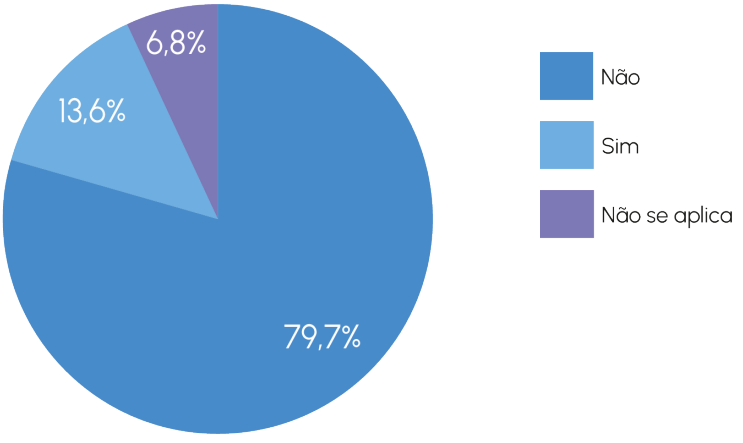


Fonte: Pesquisa Setor Comercial Sul (SCS).

Por fim, buscou-se levantar informações sobre a atuação desses estabelecimentos na realização de patrocínio esportivo/cultural por meio de leis de incentivo fiscal. Observou-se que 13,6% dos respondentes desse conjunto de CNPJs realizaram algum tipo de patrocínio, enquanto 79,7% não o fizeram. Isso indica que há ainda algum espaço para a expansão dessa política entre esses estabelecimentos.

O perfil desse conjunto de CNPJs mostrou-se um pouco diferente do que foi encontrado na pesquisa do SCS. Se um dos motivos de eles estarem fora do universo é a idade do estabelecimento, esses números mostram que pode estar havendo algum movimento no sentido de dinamizar o SCS com novos setores.

Gráfico 48 - Distribuição dos CNPJs que realizaram patrocínio esportivo/cultural via leis de incentivo fiscal, Brasília, 2025.

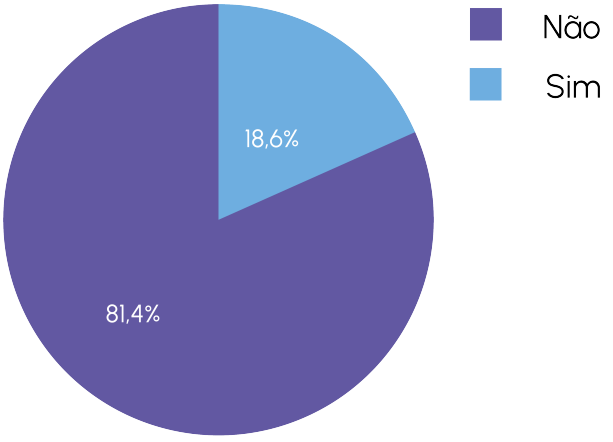


Fonte: Pesquisa Setor Comercial Sul (SCS).

Uso de Políticas e Programas

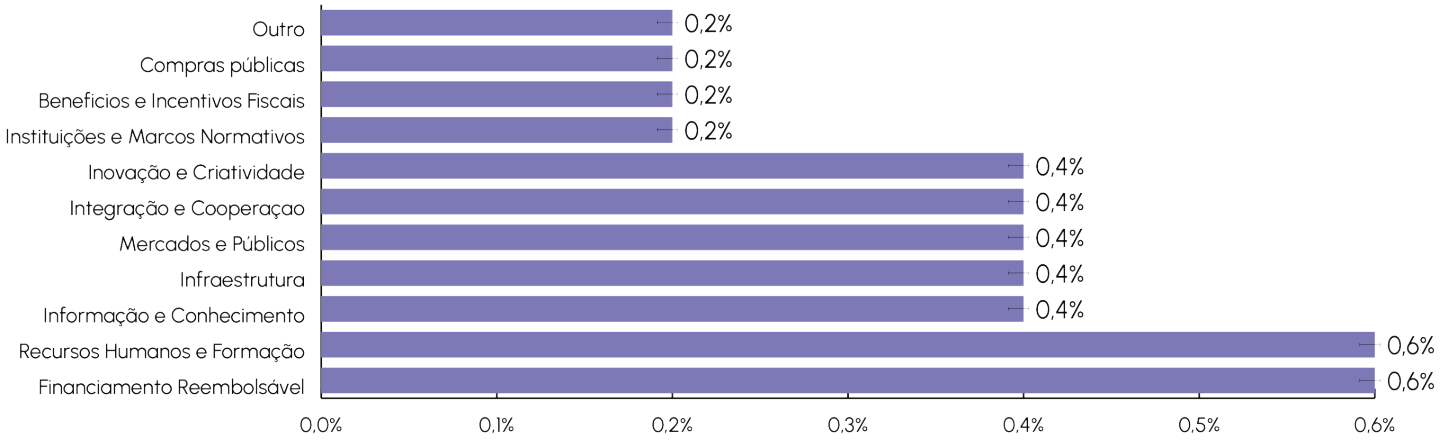
Entre os 59 estabelecimentos considerados, apenas 18,6% relataram ter se beneficiado de algum tipo de política ou programa público, enquanto a maioria, 81,4%, declarou não ter recebido tais benefícios. Esse resultado indica baixa efetividade das políticas públicas voltada a esses atores locais (Gráfico 49).

Gráfico 49 - Distribuição dos estabelecimentos que se beneficiaram de políticas e programas públicos no Setor Comercial Sul, Brasília, 2025.



Fonte: Pesquisa Setor Comercial Sul (SCS).

Gráfico 50 - Distribuição dos estabelecimentos por políticas e programas públicos dos quais já se beneficiaram, Brasília, 2025.



Fonte: Pesquisa Setor Comercial Sul (SCS).

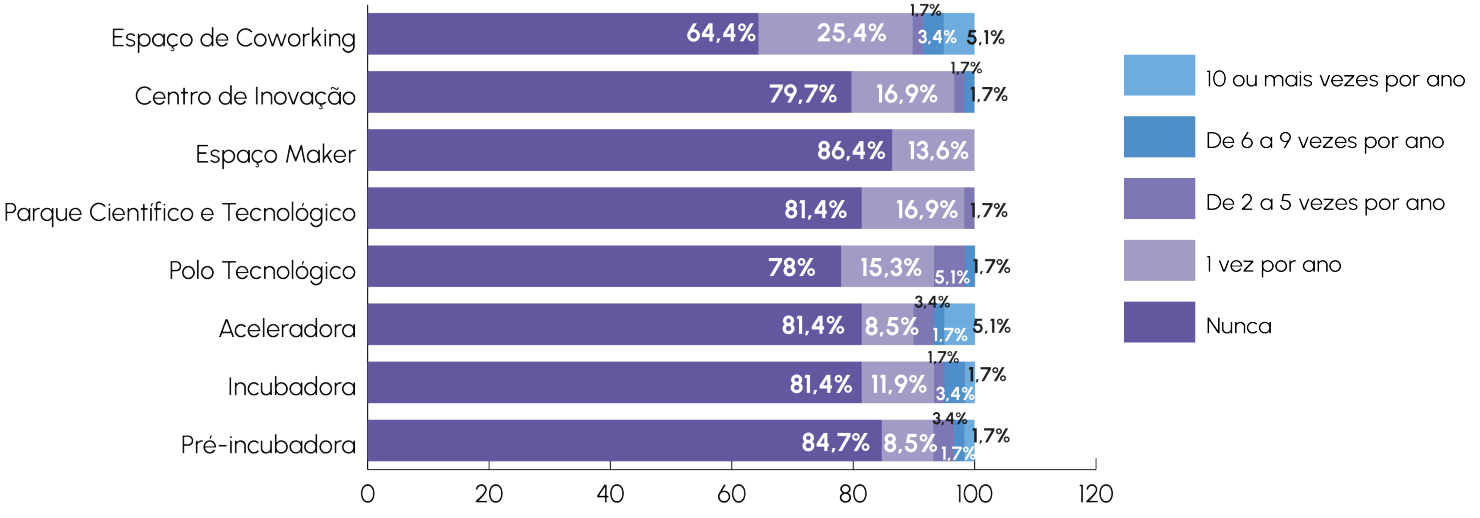
As categorias mais citadas, ainda que em proporção baixa, foram Financiamento Reembolsável (0,6%) e Recursos Humanos e Formação (0,6%). Em seguida aparecem, com 0,4% cada, os benefícios relacionados à Informação e Conhecimento, Infraestrutura, Mercados e Públicos, Integração

e Cooperação, e Inovação e Criatividade. Políticas como Instituições e Marcos Normativos, Benefícios e Incentivos Fiscais, Compras Públicas e Outros foram mencionadas por apenas um estabelecimento cada (0,2%). Além disso, Financiamento não-reembolsável não foi citado por nenhum dos respondentes (Gráfico 50).

Uso de Instalações de Apoio ao Empreendedorismo e Inovação

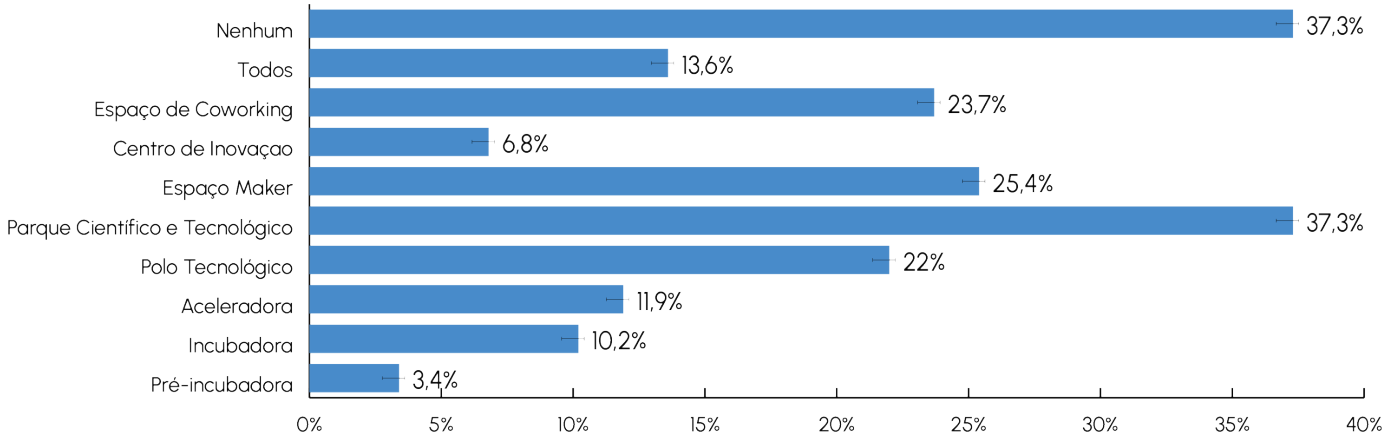
Conforme os empreendimentos do SCS, os resultados evidenciam que a maioria dos estabelecimentos entrevistados nunca acessa os equipamentos de apoio à inovação. O Espaço de Coworking é o equipamento mais utilizado, sendo que 35,6% o frequentam ao menos uma vez ao ano. Ademais, o Polo Tecnológico, Parque Científico e Centro de Inovação são utilizados pelo menos uma vez ao ano por mais estabelecimentos, mesmo com uma diferença mínima em relação aos demais equipamentos (Gráfico 51).

Gráfico 51 - Distribuição dos estabelecimentos por frequência de acesso aos equipamentos de apoio à inovação, Brasília, 2025.



Fonte: Pesquisa Setor Comercial Sul (SCS).

Gráfico 52 - Distribuição dos estabelecimentos por órgãos de apoio ao empreendedorismo e inovação que auxiliariam se implementados no Setor Comercial Sul, Brasília, 2025.



Fonte: Pesquisa Setor Comercial Sul (SCS).

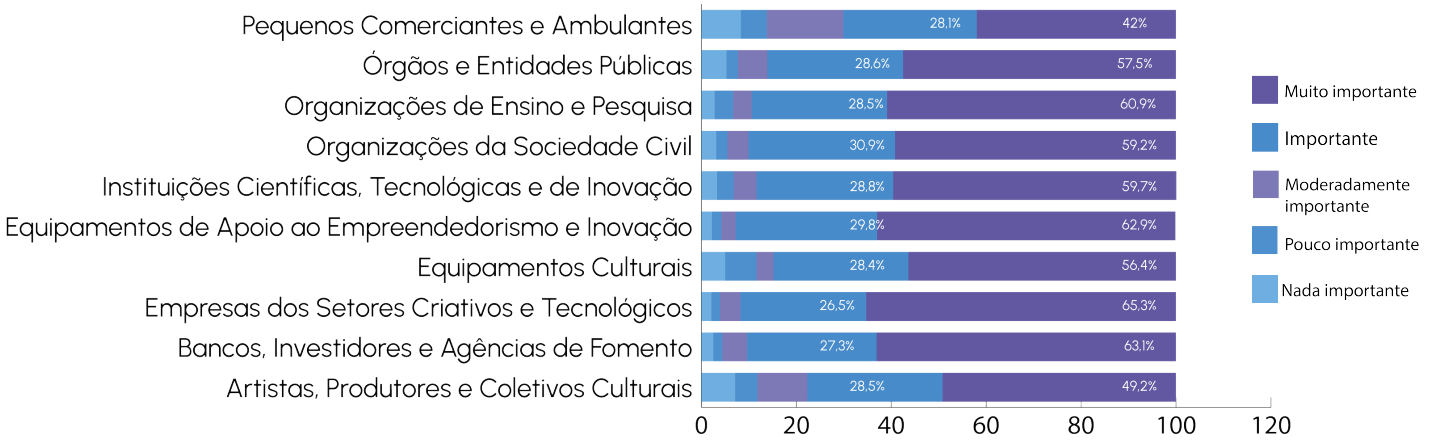
Por outro lado, quando questionados sobre quais órgãos poderiam auxiliar seus empreendimentos caso fossem implementados no SCS, os estabelecimentos apontaram principalmente para o Parque Científico e Tecnológico (37,3%), seguido pelo Espaço Maker (25,4%) e pelo Espaço de Coworking (23,7%), enquanto 22% destacaram o Polo Tecnológico.

No entanto, 37,3% dos estabelecimentos declararam que nenhum desses equipamentos os auxiliaria (Gráfico 52).

Interação dos Atores Locais

Em relação à importância atribuída a diferentes atores para o desenvolvimento no Setor Comercial Sul, 66,1% dos empreendimentos classificaram como “muito importantes” os equipamentos de apoio ao empreendedorismo e inovação e as empresas dos setores criativos e tecnológicos. Além disso, bancos, investidores e agências de fomento (64,4%) e as instituições científicas, tecnológicas e de inovação (62,7%) também foram classificados como “muito importantes” pela maioria dos estabelecimentos, seguidos de organizações de ensino e pesquisa (61,0%), organizações da sociedade civil (61,0%), equipamentos culturais (59,3%) e órgãos e entidades públicas (49,2%) (Gráfico 53).

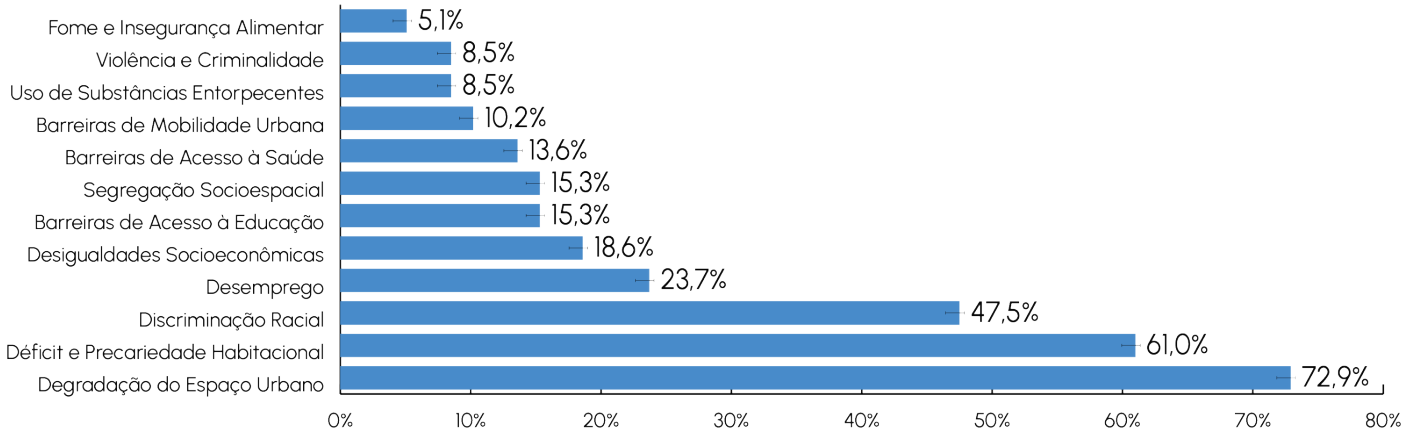
Gráfico 53 - Distribuição dos estabelecimentos por importância de diferentes atores para o desenvolvimento de um ambiente criativo e inovador no SCS, Brasília, 2025.



Fonte: Pesquisa Setor Comercial Sul (SCS).

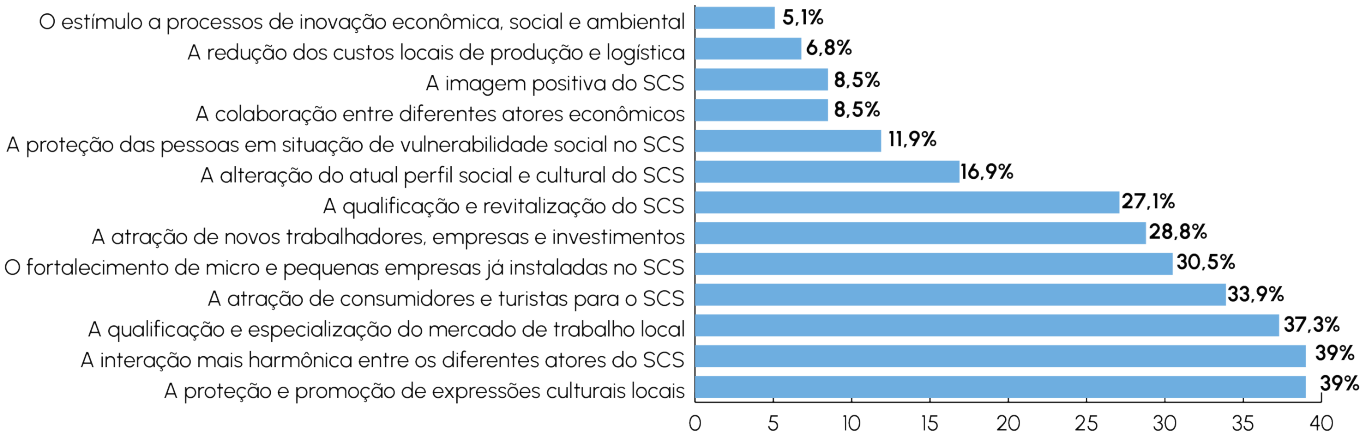
As questões mais relevantes relacionadas aos desafios sociais, econômicos e políticos no SCS apontadas pelos CNPJs foram a degradação do espaço urbano (72,9%), o déficit e a precariedade habitacional (61,0%), a discriminação racial (47,5%), o desemprego (23,7%) e as desigualdades socioeconômicas (18,6%). Por outro lado, como indicado pelos empreendedores do SCS, a violência e criminalidade (8,5%), uso de substâncias entorpecentes (8,5%) e fome e insegurança alimentar (5,1%), foram menos citados (Gráfico 54).

Gráfico 54 - Distribuição dos estabelecimentos por questões MAIS relevantes relacionadas aos desafios sociais, econômicos e políticos no Setor Comercial Sul, Brasília, 2025.



Fonte: Pesquisa Setor Comercial Sul (SCS).

Gráfico 55 - Distribuição dos estabelecimentos por ações prioritárias para a implantação de um Polo Criativo e Tecnológico no Setor Comercial Sul, Brasília, 2025.

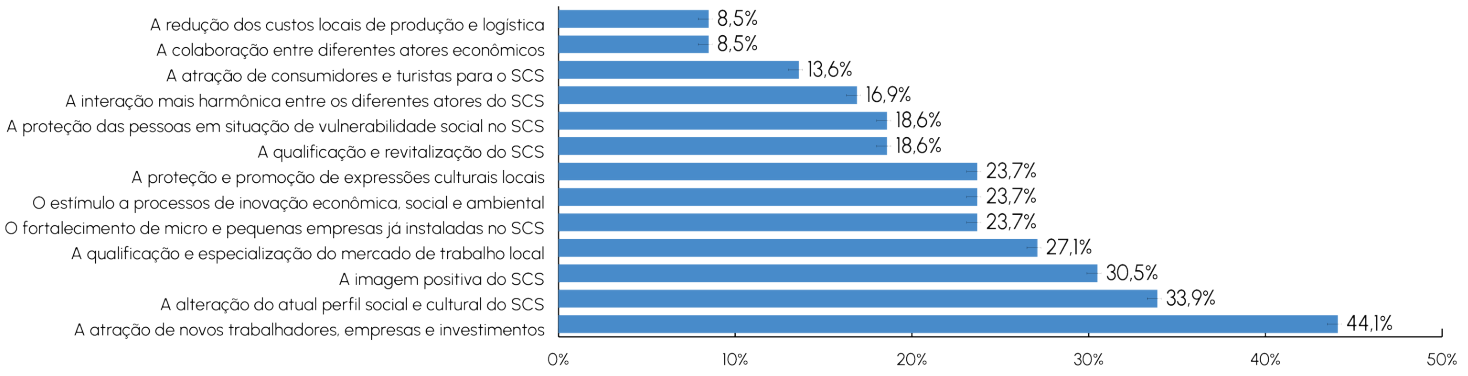


Fonte: Pesquisa Setor Comercial Sul (SCS).

Os estabelecimentos locais atribuíram maior relevância à proteção e promoção de expressões culturais locais (39,0%) e a interação mais harmônica entre os diferentes atores do SCS (39%). Em seguida, aparece a qualificação e especialização do mercado de trabalho local (37,3%), reforçando a necessidade de políticas voltadas à capacitação profissional, à atração de consumidores e turistas (33,9%), ao fortalecimento de micro e pequenas empresas (30,5%) e à atração de novos trabalhadores, empresas e investimentos (28,8%). Além disso, ações como a alteração do perfil social e cultural (16,9%), a proteção das pessoas em situação de vulnerabilidade social (11,9%) e a colaboração entre diferentes atores econômicos (8,5%) receberam menor destaque (Gráfico 55).

As contribuições esperadas da implantação de um Polo Criativo e Tecnológico no SCS mostram que as empresas e investimentos (44,1%), a expectativa de alteração do perfil social e cultural do SCS (33,9%), a construção de uma imagem positiva do setor (30,5%), a qualificação e especialização do mercado de trabalho (27,1%), o fortalecimento de micro e pequenas empresas (23,7%), o estímulo à inovação econômica, social e ambiental (23,7%) e a proteção e promoção de expressões culturais locais (23,7%) são as principais expectativas dos estabelecimentos (Gráfico 56).

Gráfico 56 - Distribuição dos estabelecimentos por contribuições esperadas do Polo Criativo e Tecnológico no Setor Comercial Sul, Brasília, 2025.



Fonte: Pesquisa Setor Comercial Sul (SCS).

Interação e Maturidade do Ecossistema

Como se pode observar até aqui, os empreendimentos do SCS são de pequeno porte, sendo que mais de 50% é de micro e pequenas empresas, sendo que a maioria (mais de 40%) está no local há mais de 20 anos. Mais da metade considera seu negócio consolidado, mas reconhece que pode e precisa melhorar. Aproximadamente um terço (30%) já tem negócios regionais, fora do DF e um grupo menor já exporta serviços e produtos para o mercado internacional. Quase a totalidade nunca recorreu a incentivos e patrocínios das leis de incentivo. Apenas um grupo muito pequeno já recorreu aos Programas de Apoio do governo e mais de 80% também não usou ou participou de atividades de inovação. Todavia, os agentes têm consciência da necessidade de apoio das ações de empreendedorismo para se desenvolverem no SCS. Principalmente de um Parque Científico e Tecnológico.

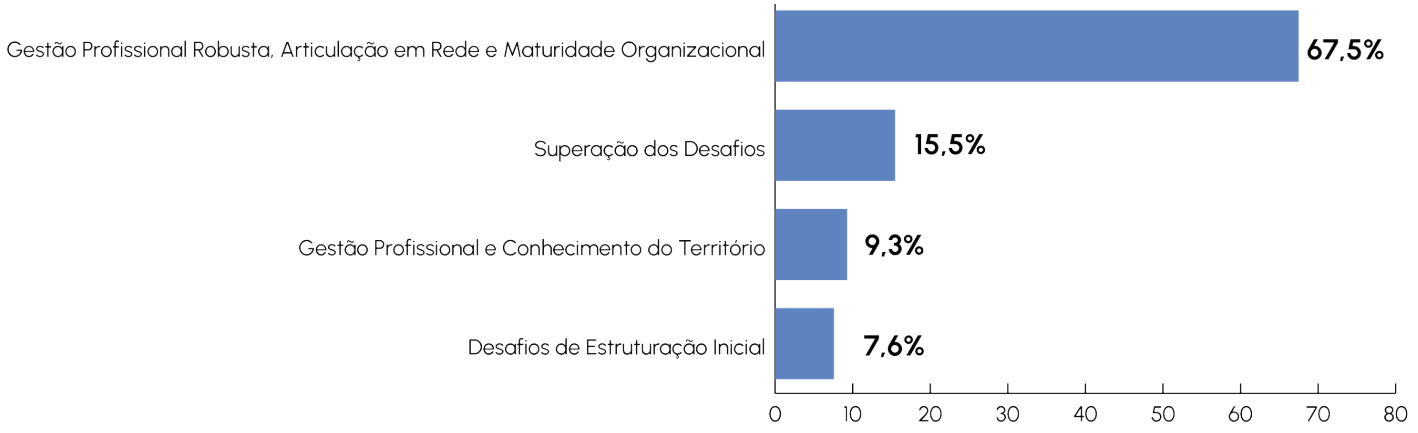
Embora a relação associativa e o compartilhamento de ações não aconteçam, há consciência da necessidade de integração. Um número superior a 60% defende a articulação de atividades criativas e tecnológicas, na promoção de atividades artísticas e culturais, no fomento e nos recursos e equipamentos de empreendedorismo.

Entre os problemas e desafios sociais, econômicos e políticos, são apontados a questão habitacional e a degradação do espaço como os principais. Em terceiro aparece a discriminação racial. Também é defendido que a

implantação do Polo Criativo e Tecnológico deveria priorizar o fortalecimento das micro e pequenas empresas que existem no SCS, a promoção da cultura, a atração de novos negócios e a qualificação e especialização do trabalho. Nesse cenário, é importante conhecer o diagnóstico de maturidade (atores e/ou ecossistema), seminários e demais tratativas com os agentes, apontar o grau de integração entre os atores locais e suas conexões com a economia criativa.

Grau de Maturidade

Gráfico 57 - Distribuição dos CNPJs sem fins lucrativos por estágio de desenvolvimento da organização, Brasília, 2025.

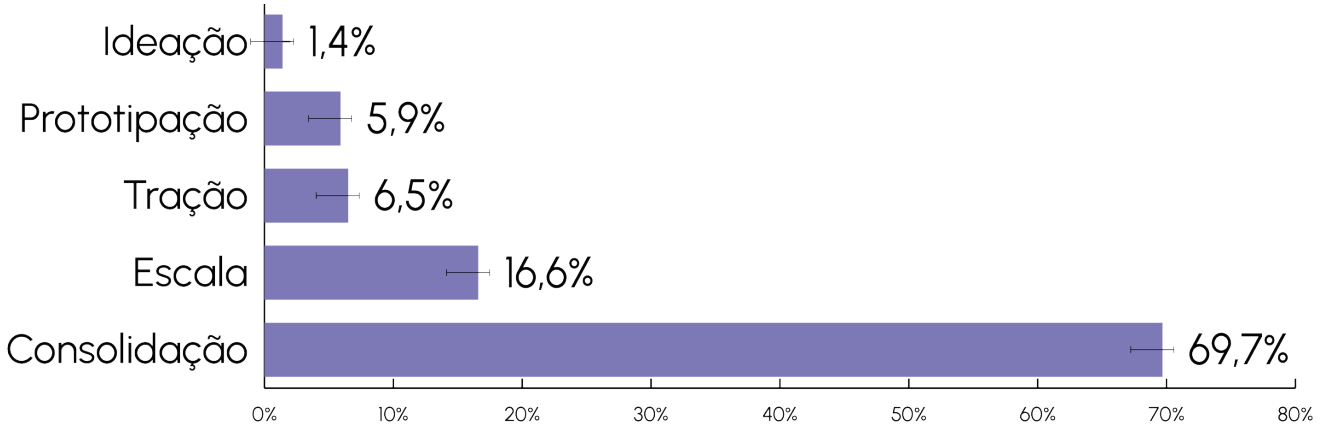


Fonte: Pesquisa Setor Comercial Sul (SCS).

Pelo Gráfico 57, observa-se que os empreendimentos sem fins lucrativos possuem certa maturidade organizacional, em que 67,5% das entidades encontram-se no estágio de gestão profissional robusta, com articulação em rede e maturidade organizacional, 15,5% já superaram os desafios, enquanto 9,3% estão em nível de gestão profissional com conhecimento do território e 7,6% permanecem enfrentando desafios de estruturação inicial.

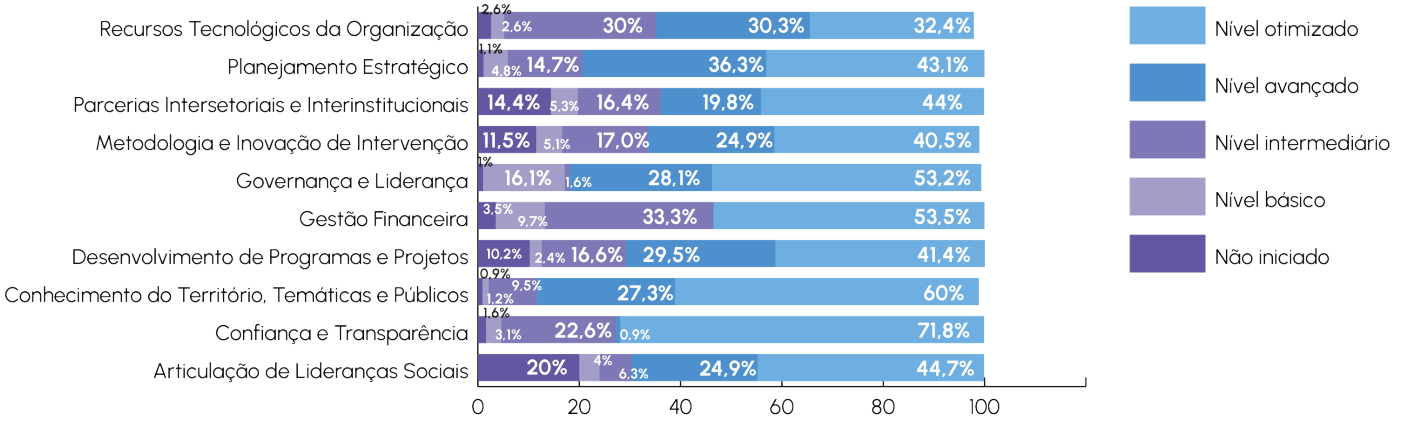
De forma semelhante, os CNPJs com fins lucrativos no Setor Comercial Sul apresentam perfil maduro e consolidado, com 69,7% dos estabelecimentos em estágio de desenvolvimento em consolidação, 16,6% na fase de escala, 6,5% em tração, 5,9% em prototipação e 1,4% em ideação.

Gráfico 58 - Distribuição dos CNPJs com fins lucrativos por estágio de desenvolvimento da organização, Brasília, 2025.



Fonte: Pesquisa Setor Comercial Sul (SCS).

Gráfico 59 - Distribuição dos CNPJs sem fins lucrativos por maturidade da organização, Brasília, 2025.



Fonte: Pesquisa Setor Comercial Sul (SCS).

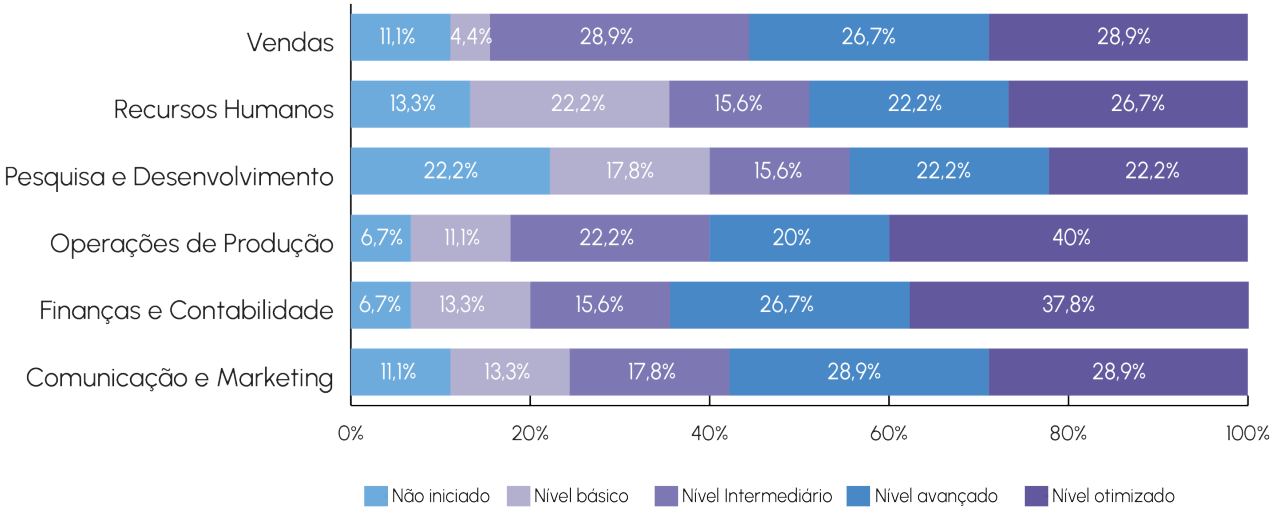
A maturidade organizacional dos CNPJs sem fins lucrativos do SCS apresenta como aspecto mais consolidado a confiança e transparência, na qual 71,8% das organizações estão no nível otimizado e 22,6% no nível avançado, totalizando mais de 94% em estágios elevados. Outros indicadores

também possuem maiores níveis de desenvolvimento, como o conhecimento do território, temáticas e públicos (60% no nível otimizado e 27,3% avançado), a gestão financeira (53,5% otimizado e 33,3% avançado), a governança e liderança (53,2% otimizado e 28,1% avançado), o planejamento estratégico (43,1% otimizado e 36,3% avançado) e a articulação de lideranças sociais (44,7% otimizado e 24,9% avançado) (Gráfico 59).

Por outro lado, algumas dimensões apresentam menor desenvolvimento, com destaque para a articulação de lideranças sociais (20,0%), as parcerias intersetoriais e interinstitucionais (14,4%) e a metodologia e inovação de intervenção (11,5%), que registram os maiores percentuais no nível não iniciado.

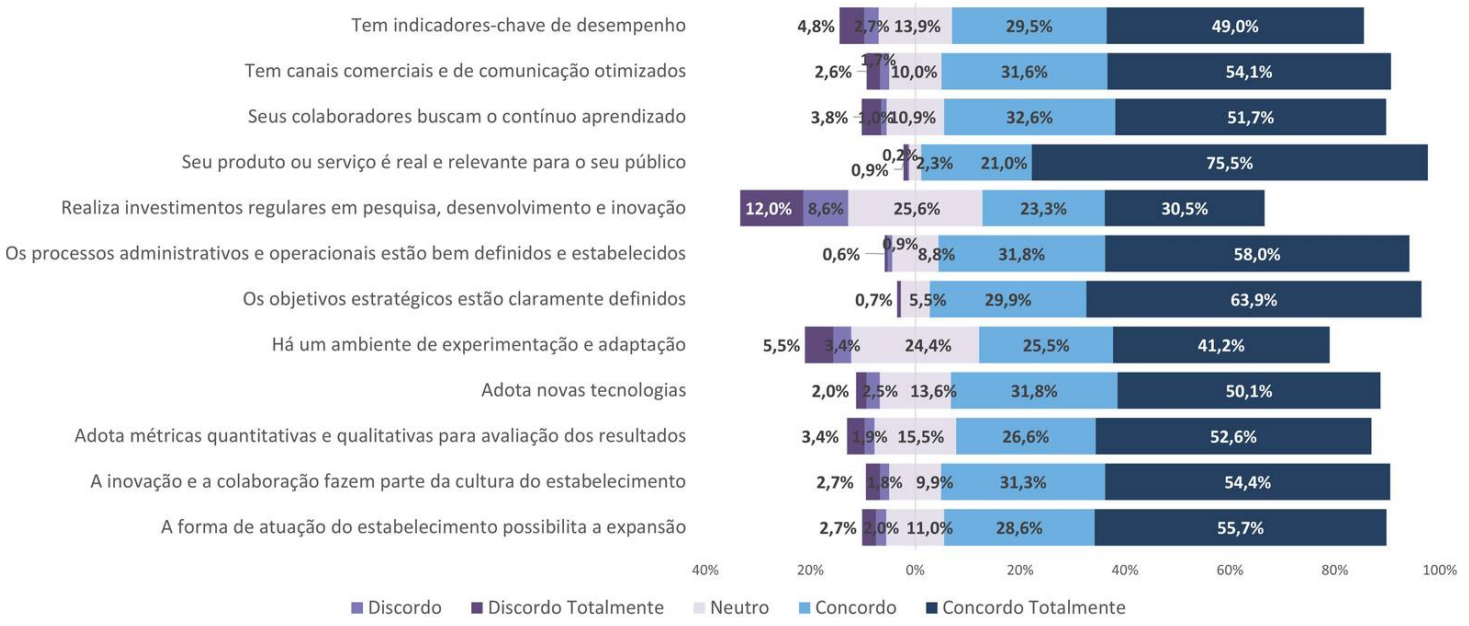
Em relação à maturidade organizacional das empresas com fins lucrativos, destaca-se apontado em nível otimizado, finanças e contabilidade (47,7%), operações de produção (45,3%), recursos humanos (40,6%) e vendas (39,8%). Enquanto a dimensão de pesquisa e desenvolvimento apresenta fragilidade, já que 32,3% ainda não iniciaram atividades nessa área e apenas 19,9% alcançaram o nível otimizado. Por outro lado, em comunicação e marketing observa-se maior dispersão, mas com tendência positiva, uma vez que 30,5% já estão em estágio otimizado (Gráfico 60).

Gráfico 60 - Distribuição dos CNPJs com fins lucrativos por maturidade da organização, Brasília, 2025.



Fonte: Pesquisa Setor Comercial Sul (SCS).

Gráfico 61 - Distribuição dos CNPJs por atuação do estabelecimento, Brasília, 2025.



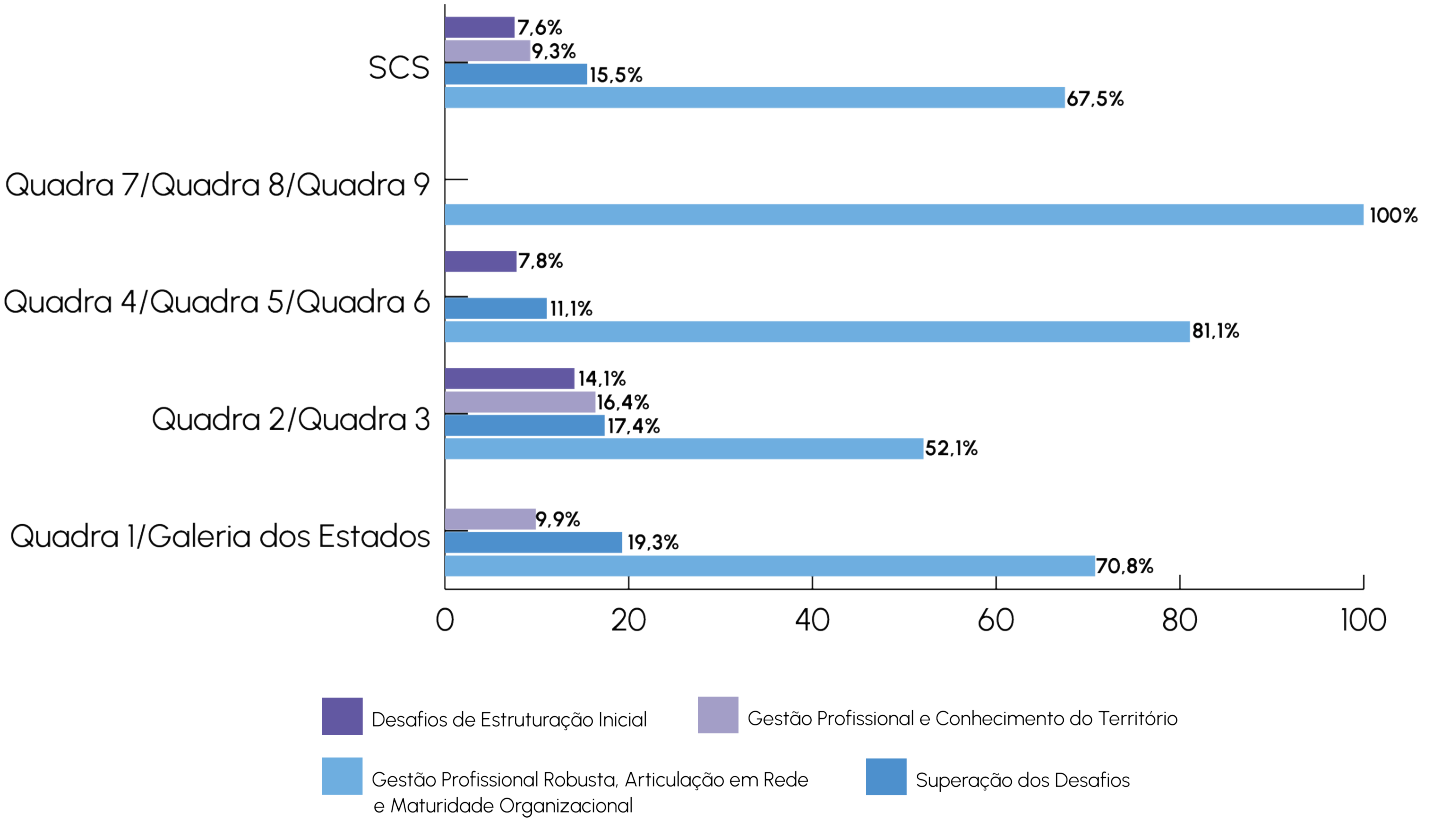
Fonte: Pesquisa Setor Comercial Sul (SCS).

A partir do Gráfico 61, observa-se que a maioria reconhece que seus produtos e serviços são reais e relevantes para o público (75,5% concordam totalmente e 21% concordam), 63,9% (concordam totalmente) afirmam ter objetivos estratégicos claramente definidos e 58,0% (concordam totalmente) relatam possuir processos administrativos e operacionais bem estabelecidos, 54,4% concordam totalmente que a inovação e a colaboração fazem parte da cultura do estabelecimento, 50,1% confirmam a adoção de novas tecnologias, 52,6% afirmam adotar métricas quantitativas e qualitativas para avaliação e 49,0% dizem possuir indicadores-chave de desempenho bem estabelecidos.

Contudo, apenas 30,5% concordam totalmente e 23,3% concordam, enquanto 20,6% discordam em algum grau e 25,6% permanecem neutros entre os que realizam investimentos regulares em pesquisa, desenvolvimento e inovação.

RESULTADOS SCS POR QUADRA

Gráfico 62 - Distribuição dos CNPJs sem fins lucrativos por estágio de desenvolvimento da organização e local, Brasília, 2025.



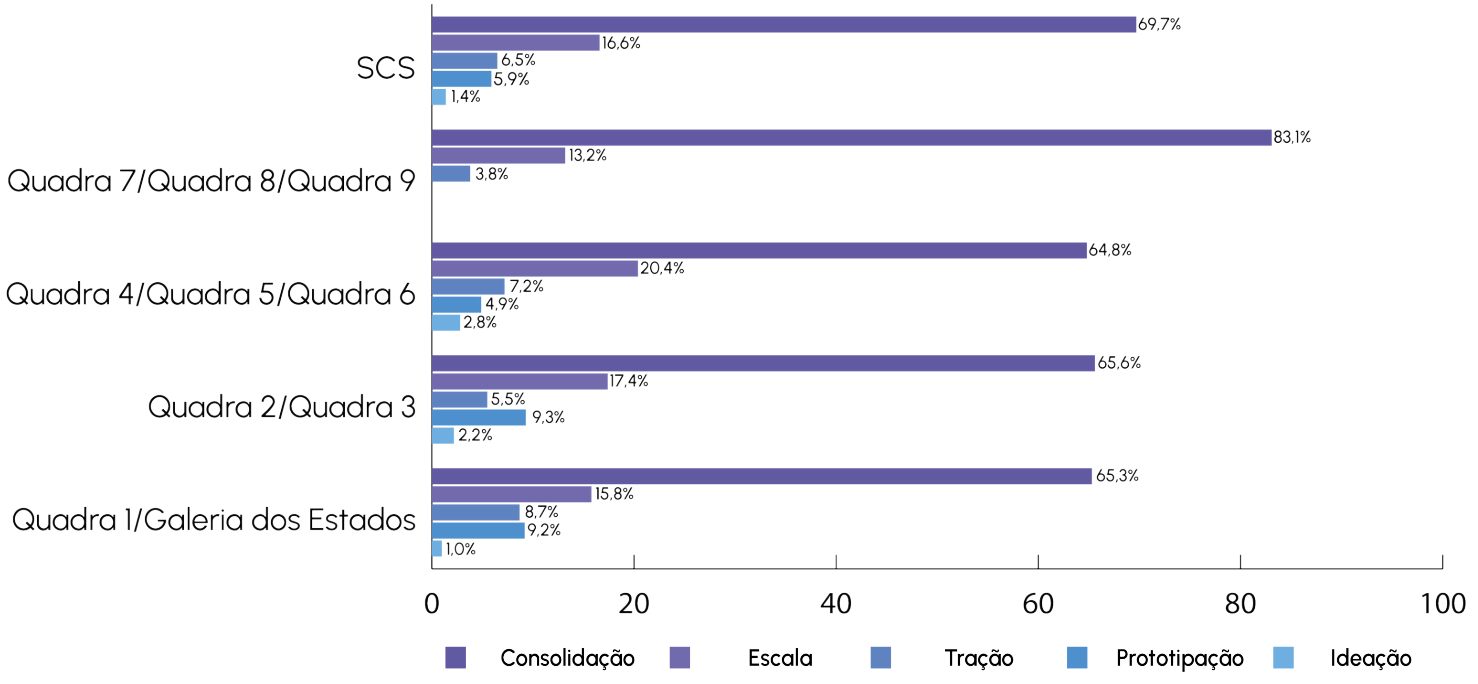
Fonte: Pesquisa Setor Comercial Sul (SCS).

Em relação ao estágio de desenvolvimento dos CNPJs sem fins lucrativos no SCS, a Quadra 7/8/9 se destaca com 100% de suas organizações com o nível mais avançado de maturidade organizacional. Já as Quadras 4/5/6 também demonstram alto estágio de desenvolvimento, com 81,1% dos estabelecimentos com gestão robusta, embora ainda apresente 7,8% em desafios de estruturação inicial. Na Quadra 1/Galeria dos Estados 70,8% estão em estágio avançado (gestão profissional robusta, articulação em rede e maturidade organizacional), 19,3% em superação de desafios e 9,9% em gestão profissional com conhecimento do território. Por outro lado, na Quadra 2/3, 52,1%

atingiram o estágio de maturidade robusta, enquanto 16,4% permanecem em gestão profissional com conhecimento do território e 14,1% ainda enfrentam desafios de estruturação inicial (Gráfico 62).

A distribuição dos CNPJs com fins lucrativos no SCS mostra que a consolidação é o estágio predominante em todas as quadras. Na análise por quadra, as Quadras 7/8/9 se destacam com 83,1% das empresas em consolidação e menor presença em estágios iniciais, sem estabelecimentos em ideação ou prototipação, e apenas 3,8% em tração. A Quadra 1/Galeria dos Estados e Quadras 2/3 apresentam perfis semelhantes, com cerca de 65% em consolidação, 15,8% e 17,4%, respectivamente, de empreendimentos em escala, 9,2% e 9,3% em prototipação e 1,0% e 2,2% em ideação. Já as Quadras 4/5/6 apresentam um perfil intermediário, em que 64,8% das empresas está em consolidação, 20,4% em escala (a maior proporção entre as quadras) e percentuais menores em ideação e prototipação (Gráfico 63).

Gráfico 63 - Distribuição dos CNPJs com fins lucrativos por estágio de desenvolvimento da organização e local, Brasília, 2025.



Fonte: Pesquisa Setor Comercial Sul (SCS).

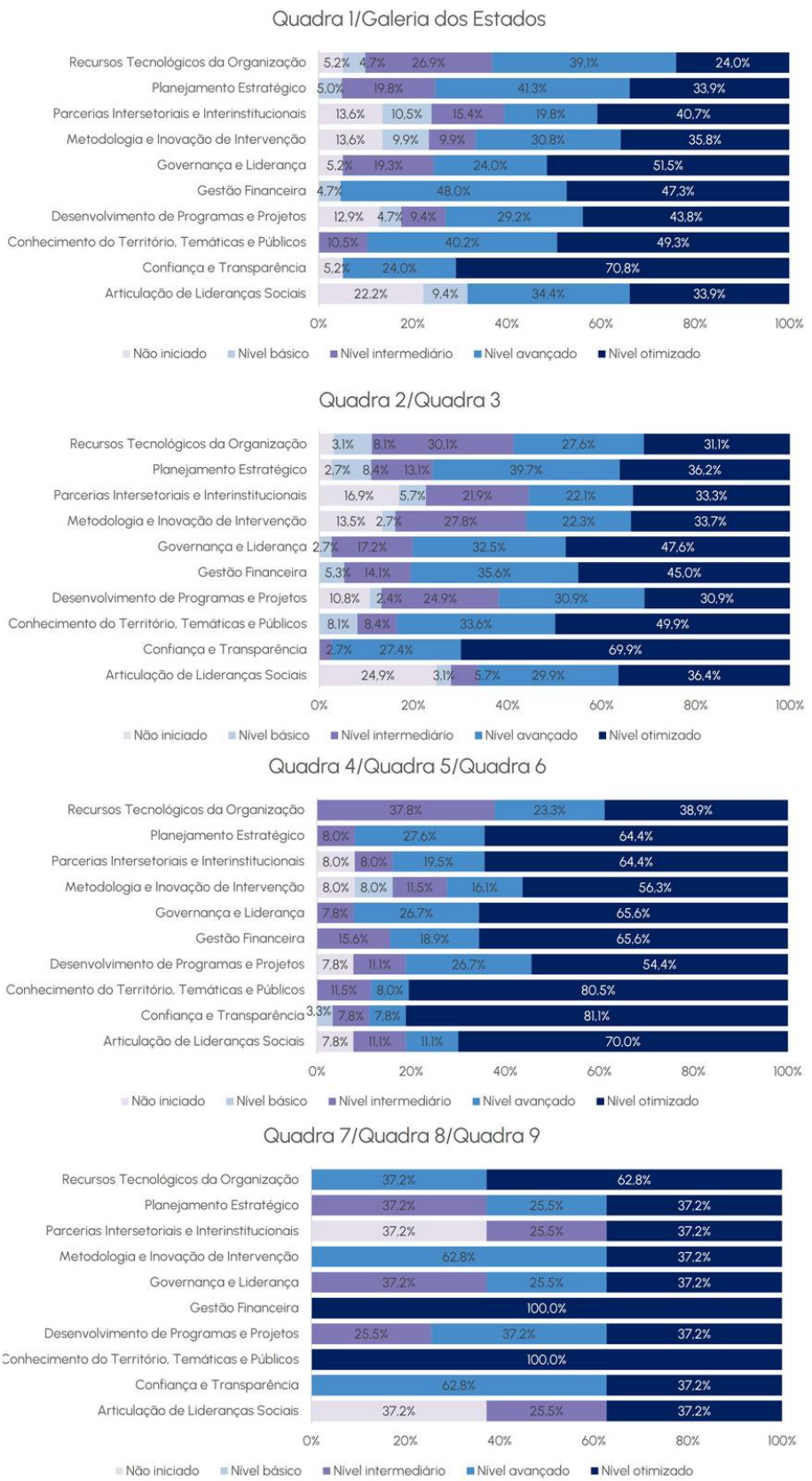
A maturidade dos CNPJs sem fins lucrativos no Setor Comercial Sul apresenta algumas diferenças entre as quadras. A Quadra 1/Galeria dos Estados e as Quadras 2/3 apresentam perfil semelhantes, em que, níveis elevados de maturidade em confiança e transparência (70,8% e 69,9% no nível otimizado), conhecimento do território (49% otimizado; 40,2% e 33,6% avançado), gestão financeira (47,3% e 45,0% otimizado; 48,0% e 35,6% avançado) e governança e liderança (51,5% e 47,6% otimizado; 24,0% e 32,5% avançado). Entretanto, dimensões como recursos tecnológicos (26,9% e 30,1% intermediário e apenas 24,0% e 31,1% otimizado), articulação de lideranças sociais (22,2% e 24,9% não iniciado; 33,9% e 36,4% otimizado), metodologia e inovação de intervenção (13,6% e 13,5% não iniciado) e parcerias intersetoriais e interinstitucionais (13,6% e 16,9% não iniciado) demonstram que ainda há pontos frágeis que limitam a modernização de alguns estabelecimentos (Gráfico 64).

As Quadras 4/5/6, destacam-se com os estabelecimentos em maiores níveis de maturidade em todos os aspectos, com os quesitos confiança e transparência (81,1%), de conhecimento do território (80,5%), articulação de lideranças sociais (70%), governança e liderança (65,6%), gestão financeira (65,6), planejamento estratégico (64,4%), e parcerias intersetoriais e interinstitucionais (64,4) apresentando nível otimizado (Gráfico 64).

Já a Quadra 7/8/9 apresenta um padrão mais diversificado. Há dimensões com desempenho máximo, como conhecimento do território (100% otimizado) e gestão financeira (100% otimizado). Por outro lado, surgem fragilidades pontuais, como articulação de lideranças sociais (37,2% não iniciado) e parcerias intersetoriais e interinstitucionais (37,2% não iniciado), além de percentuais maiores em níveis intermediários em governança e liderança, planejamento estratégico e desenvolvimento de programas e projetos (Gráfico 64).

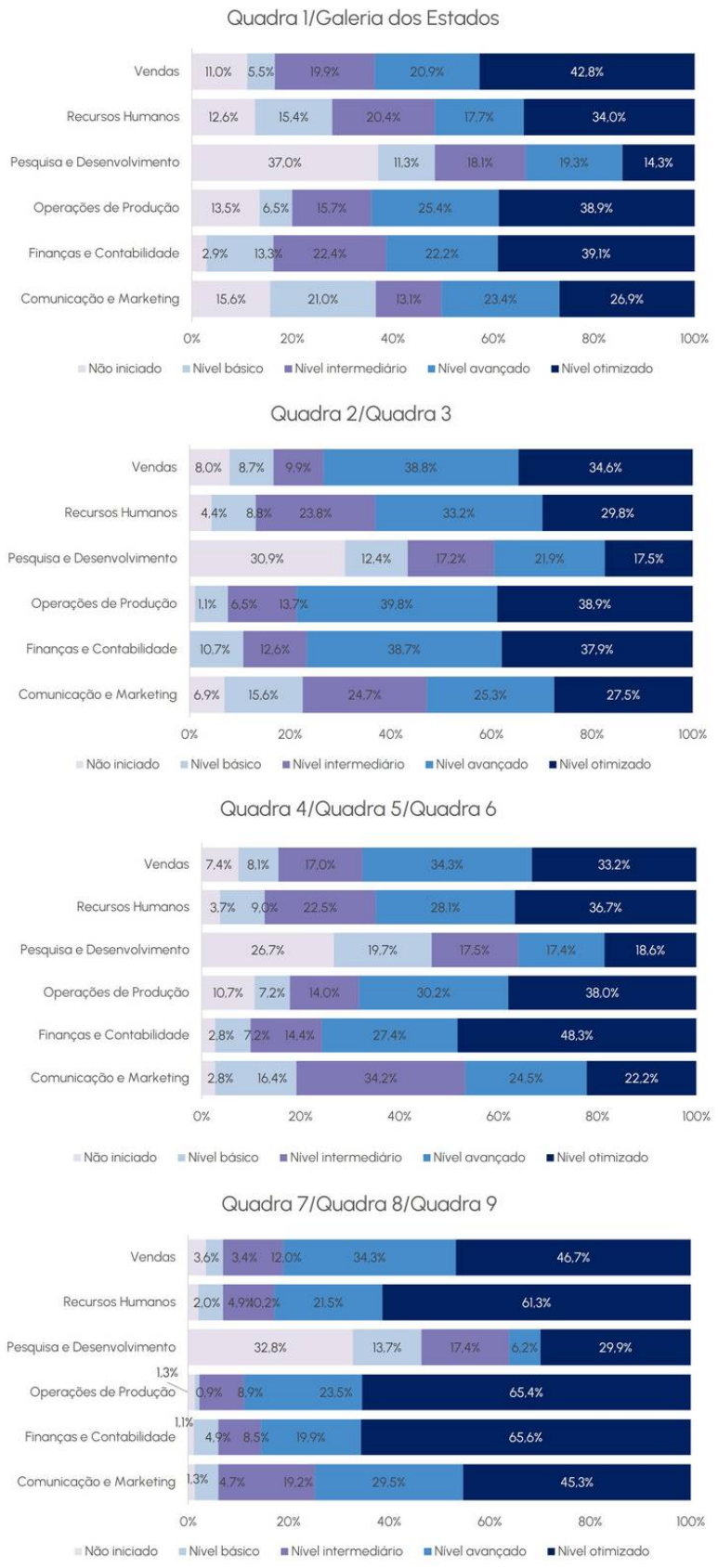
No Gráfico 65 é apresentado a distribuição dos empreendimentos segundo a maturidade das organizações com fins lucrativos por quadra. Na Quadra 1/Galeria dos Estados, há concentração em níveis avançados e otimizados em finanças e contabilidade (61,3% somados), vendas (63,7%), operações de produção (64,3%) e finanças e contabilidade (61,3%). Entretanto, a dimensão pesquisa e desenvolvimento (37% não iniciado e apenas 14,3% otimizado) indica fragilidade em inovação nos empreendimentos.

Gráfico 64 - Distribuição dos CNPJs sem fins lucrativos por maturidade da organização e local, Brasília, 2025.



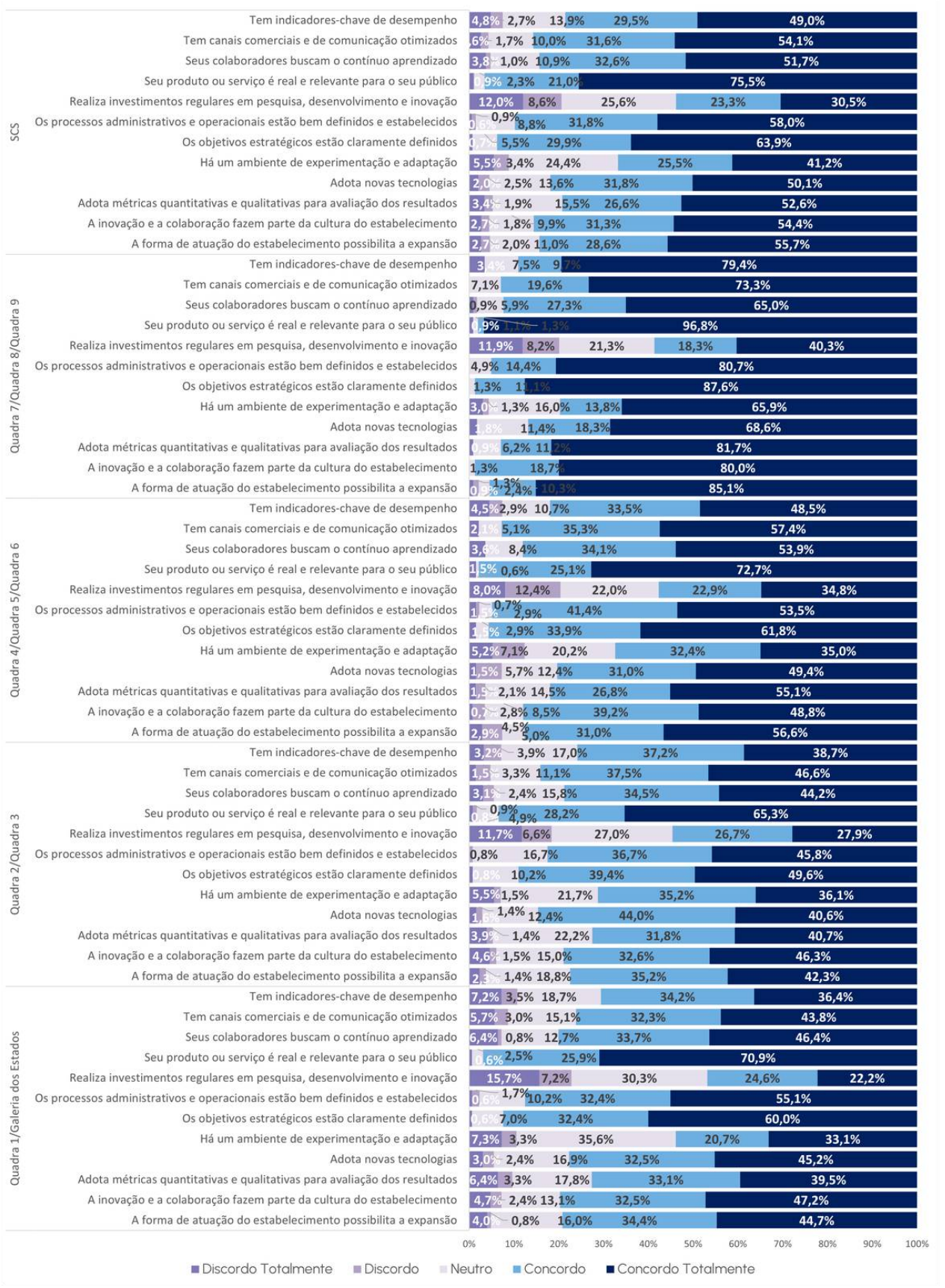
Fonte: Pesquisa Setor Comercial Sul (SCS).

Gráfico 65 - Distribuição dos CNPJs com fins lucrativos por maturidade da organização, Brasília, 2025



Fonte: Pesquisa Setor Comercial Sul (SCS).

Gráfico 66 - Distribuição dos CNPJs por atuação do estabelecimento, Brasília, 2025.



Fonte: Pesquisa Setor Comercial Sul (SCS).

Já nas Quadras 2/3, as operações de produção (78,7%), finanças e contabilidade (76,6%) e vendas (73,4%) são aspectos que estão em níveis avançados e otimizados. De forma semelhante, na Quadra 1/Galeria dos Estados, há limitação em pesquisa e desenvolvimento (30,9% não iniciado e apenas 17,5% otimizado).

Já nas Quadras 4/5/6, finanças e contabilidade (48,3% no nível otimizado) e operações de produção (38% no nível otimizado) são áreas também consolidadas como nas demais quadras. Contudo, a dimensão comunicação e marketing concentra-se em níveis intermediários (34,2%) e básicos/não iniciado (19,2%), enquanto pesquisa e desenvolvimento tem 26,7% não iniciado e apenas 18,6% otimizado.

Por fim, nas Quadras 7/8/9, os empreendimentos apresentam desempenho superior em praticamente todas as dimensões, com finanças (65,6% otimizado), operações de produção (65,4% otimizado), recursos humanos (61,3% otimizado) e vendas (46,7% otimizado). Mesmo em pesquisa e desenvolvimento, o nível de maturidade é mais elevado em comparação às demais quadras (29,9% otimizado, embora 32,8% ainda não iniciado).

De forma geral, os estabelecimentos do SCS apresentam alto grau de concordância quanto à clareza de seus objetivos estratégicos, relevância de seus produtos e serviços e definição de processos administrativos (Gráfico 66).

Na Quadra 1/Galeria dos Estados, há destaque para a clareza dos objetivos estratégicos (mais de 90% entre "concordo" e "concordo totalmente"), para a percepção de relevância do produto ou serviço (96,8% ao menos concordo) e boa definição para os administrativos e operacionais (87,5% ao menos concordo). Entretanto, a quadra também concentra uma proporção mais elevada de discordância e neutralidade nas dimensões experimentação e adaptação (46,2%) e investimentos regulares em pesquisa, desenvolvimento e inovação (53,2%).

Nas Quadras 2/3, os padrões são semelhantes à Quadra 1/Galeria dos Estados, além das áreas apresentadas, destaca-se também a adoção de novas tecnologias (84,6%), otimização de canais comerciais e de comunicação (84,1%), os colaboradores buscam aprendizado contínuo (78,7%), a inovação e colaboração fazem parte da cultura da organização (78,9%) e a atuação possibilita a expansão (77,5%) como as áreas mais maduras dos estabelecimentos, com concordância parcial ou total. Ao mesmo tempo, repete-

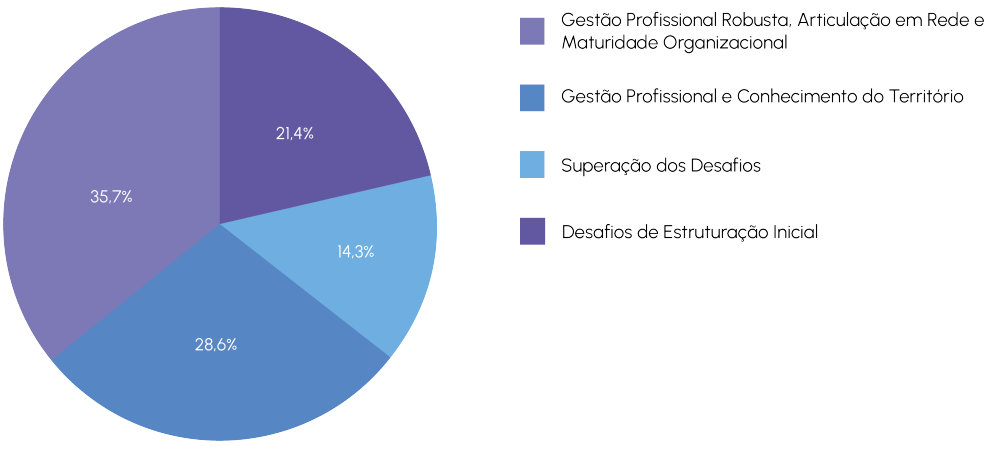
se a fragilidade em investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Nas Quadras 4/5/6, os estabelecimentos reportaram concordância total ou parcial quanto à relevância de seus produtos (97,8%), ao bom funcionamento de processos administrativos (94,9%), aos objetivos estratégicos bem definidos (95,7%), aos canais comerciais e de comunicação otimizados (92,7%) e a busca pelo contínuo aprendizado dos colaboradores (88%). Ao mesmo tempo em que os empreendimentos também registram maior presença de avaliações neutras ou discordantes em inovação e colaboração e investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Já, as Quadras 7/8/9 se sobressaem como as mais estruturadas e maduras. Nessa região, praticamente a totalidade dos estabelecimentos considera que seus produtos são relevantes para o público (mais de 98%) e que seus objetivos estratégicos estão claramente definidos (cerca de 100% em concordância). Além disso, destacam-se os altos índices de concordância em processos bem estabelecidos, colaboração e uso de métricas de desempenho, superando as demais quadras. Ainda assim, os investimentos regulares em pesquisa e inovação aparecem como o ponto mais frágil.

RESULTADOS DE ATORES LOCAIS SEM DOMICÍLIO FISCAL ATIVO NO SCS

Gráfico 67 - Distribuição dos CNPJs sem fins lucrativos por estágio de desenvolvimento da organização, Brasília, 2025.

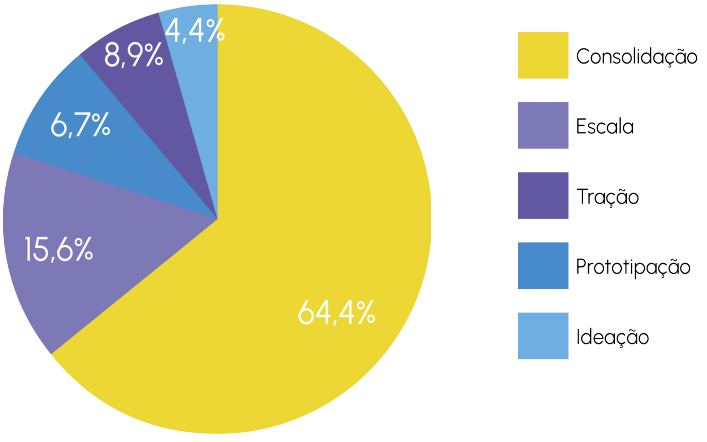


Fonte: Pesquisa Setor Comercial Sul (SCS).

O estágio de desenvolvimento organizacional dos CNPJs sem fins lucrativos no SCS apresentado na Gráfico 67, mostra que a maioria das entidades já alcançou um nível mais avançado de estruturação, com 35,7% dos estabelecimentos em estágio de gestão profissional robusta, articulação em rede e maturidade organizacional, enquanto 28,6% em uma fase de gestão profissional e conhecimento do território, 21,4% enfrentam desafios de estruturação inicial e 14,3% já superaram os desafios básicos.

No caso dos CNPJs com fins lucrativos, observa-se um perfil também consolidado. A maioria das empresas (64,4%) encontra-se no estágio de consolidação, além disso, 15,6% dos empreendimentos estão na fase de escala, enquanto 6,7% encontram-se em tração e 8,9% em prototipação (Gráfico 68).

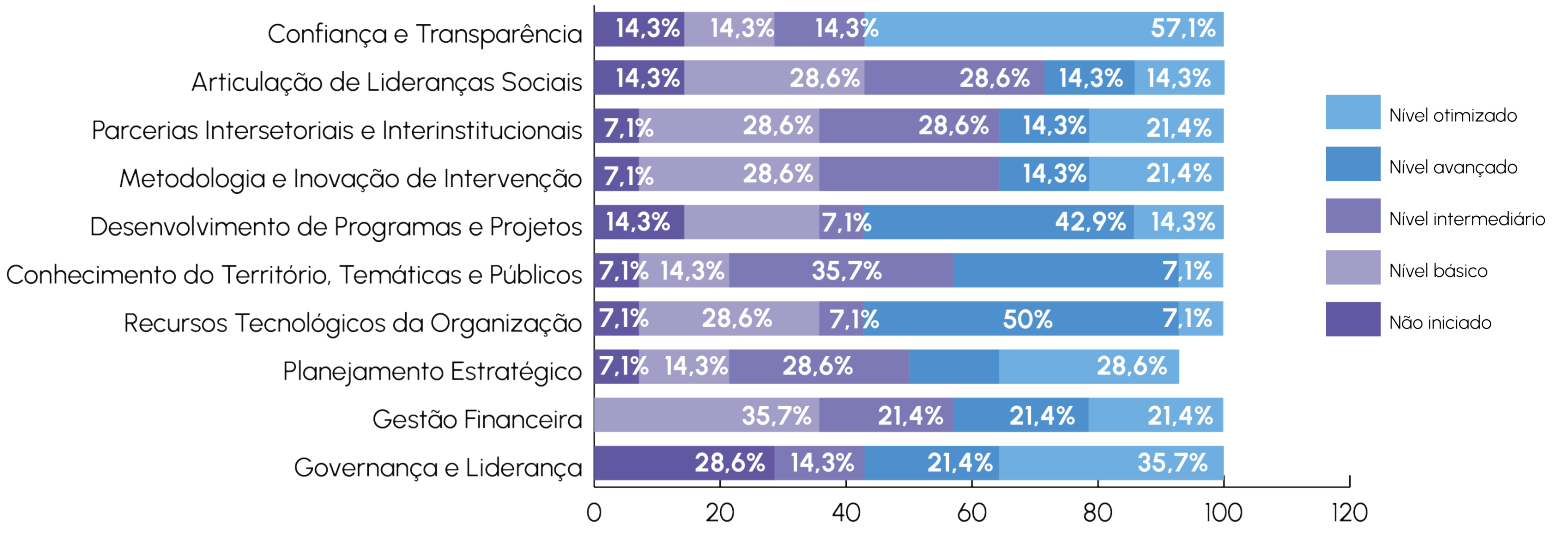
Gráfico 68 - Distribuição dos CNPJs com fins lucrativos por estágio de desenvolvimento da organização, Brasília, 2025.



Fonte: Pesquisa Setor Comercial Sul (SCS).

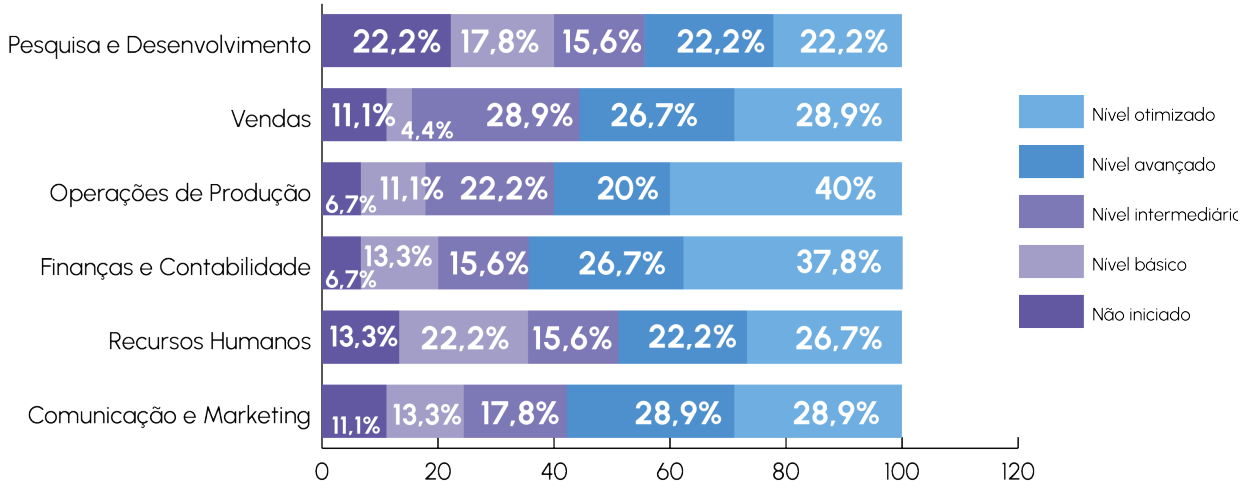
A maturidade dos estabelecimentos, no caso dos CNPJs sem fins lucrativos, como confiança e transparência (71,4%), conhecimento do território, temáticas e públicos (71,4%), governança e liderança (57,1%) e desenvolvimento de programas e projetos (57,2%) são os principais aspectos com nível avançado ou otimizado. Por outro lado, áreas como recursos tecnológicos (50%), metodologia e inovação de intervenção (28,6%) e parcerias intersetoriais (28,6%) ainda se encontram em estágio intermediário de maturidade (Gráfico 69).

Gráfico 69 - Distribuição dos CNPJs sem fins lucrativos por maturidade da organização, Brasília, 2025.



Fonte: Pesquisa Setor Comercial Sul (SCS).

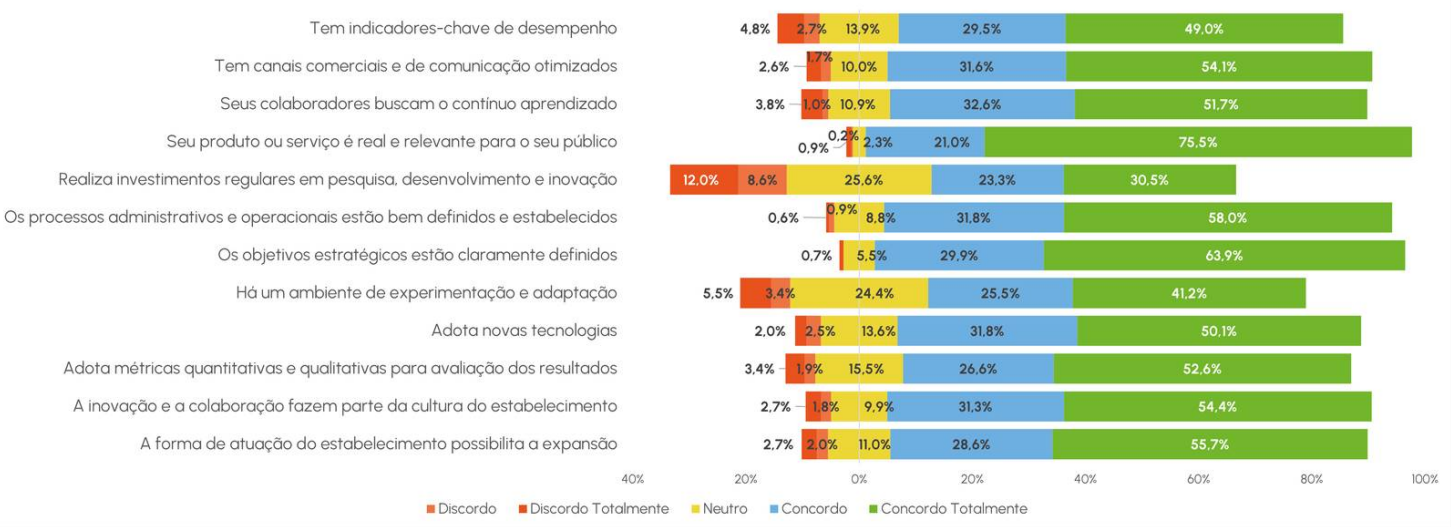
Gráfico 70 - Distribuição dos CNPJs com fins lucrativos por maturidade da organização, Brasília, 2025.



Fonte: Pesquisa Setor Comercial Sul (SCS).

Entre os CNPJs com fins lucrativos, observa-se maior destaque nas áreas de operações de produção (40% no nível otimizado) e finanças e contabilidade (37,8% no nível otimizado). Já comunicação e marketing (28,9% avançado e 28,9% otimizado) e vendas (26,7% avançado e 28,9% otimizado) também se destacam. Entretanto, setores relacionados à pesquisa e desenvolvimento (22,2% em não iniciado e 17,8% em nível básico) são os que apresentam menor maturidade (Gráfico 70).

Gráfico 71 - Distribuição dos CNPJs por atuação do estabelecimento, Brasília, 2025.



Fonte: Pesquisa Setor Comercial Sul (SCS).

De modo geral, enquanto os CNPJs sem fins lucrativos apresentam maior maturidade em articulação e confiança institucional e menor em recursos tecnológicos e inovação, os CNPJs com fins lucrativos são mais maduros em aspectos financeiros e operacionais e menos maduros no campo da pesquisa e desenvolvimento.

Os estabelecimentos demonstram grande confiança quanto à relevância de sua atuação. A maioria reconhece que seus produtos e serviços são reais e relevantes para o público (69,5% concordam totalmente e 25,4% concordam), os objetivos estratégicos estão claramente definidos (52,5% concordam totalmente e 37,3% concordam), possuem indicadores-chave de desempenho

(45,8% concordam totalmente e 28,8% concordam), adotam métricas quantitativas e qualitativas para avaliação (40,7% concordam totalmente, 32,2% concordam), adotam novas tecnologias (47,5% concordam totalmente e 28,8% concordam), possuem canais comerciais e de comunicação otimizados (47,5% concordam totalmente e 30,5% concordam) e os colaboradores buscam aprendizado contínuo (47,5% concordam totalmente e 39% concordam).

Por outro lado, o aspecto investimentos regulares em pesquisa, desenvolvimento e inovação apresenta apenas 27,1% em concordância total e 25,4% em concordância parcial, contra 35,6% neutros e 11,9% em discordância (parcial ou total), revelando que esse é o aspecto mais frágil entre os avaliados.

SÍNTESE

O resultado também indica uma barreira de acesso ou desconhecimento sobre ambientes de inovação, mesmo sendo estratégicos para o empreendedorismo e o desenvolvimento tecnológico, sendo que menos de 15% dos respondentes utilizam cada equipamento com alguma frequência. Contudo, esse percentual de não utilização dos equipamentos pode estar relacionado ao fato de que são poucos os que estão localizados no SCS. Encontra-se aqui, portanto, uma oportunidade de se incentivar tais instalações, a partir de sua implementação local ou em alguma proximidade.

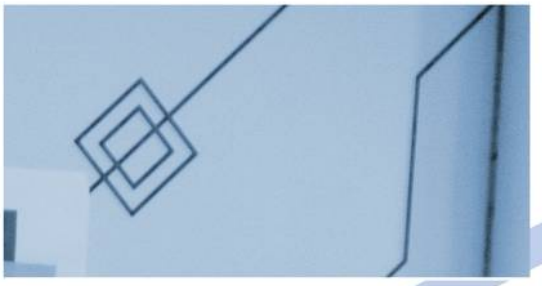
Os resultados da pesquisa apontam para uma localidade que está carente de instalações de apoio ao empreendedorismo e inovações, e que pode ter sua situação reconfigurada com a implementação de um Polo Tecnológico no SCS. Em conjunto com os equipamentos de apoio, o entendimento é que empresas dos setores criativos e tecnológicos e os atores financeiros são muito importantes para o desenvolvimento de um ambiente criativo e inovador no local.

No capítulo a seguir vamos relatar os dados quantitativos e sua relação com os dados qualitativos.

3

Dados Qualitativos

A etapa qualitativa investigou as percepções e vínculos simbólicos dos atores do SCS por meio de entrevistas, grupos de discussão, mapa afetivo e cartografia visual. Os achados revelam um território marcado por tensões, vulnerabilidades, expressões culturais e forte pulsão criativa. As diferentes leituras reforçam a vitalidade local e apontam para seu potencial de inovação e transformação social.









Para dar materialidade à compreensão do Setor Comercial Sul como território criativo, optou-se por empregar um conjunto de instrumentos de coleta de dados capazes de captar a complexidade das dinâmicas locais e suas múltiplas camadas de significados. Considerando as articulações entre *underground*, *middleground* e *upperground*, bem como a lógica de expansão e interdependência proposta pelos Círculos Dinâmicos da Economia Criativa, tornou-se necessário adotar metodologias que privilegiassem tanto a profundidade das experiências individuais quanto a diversidade de percepções coletivas.

Nesse sentido, foram aplicados três instrumentos principais: i) **entrevistas em profundidade**, voltadas a compreender trajetórias, práticas e visões estratégicas dos diferentes agentes do território; ii) **grupos de discussão**, que possibilitaram o debate entre atores sociais e culturais, evidenciando tensões e consensos emergentes; iii) o **mapa afetivo**, instrumento sensível à dimensão simbólica e subjetiva do espaço, permitindo identificar os vínculos emocionais e identitários que conectam os sujeitos ao SCS.

A abordagem qualitativa, quando somada aos dados quantitativos, assegura uma sistematização da pesquisa em escala mais ampla, possibilitando análises comparativas e/ou específicas sobre o perfil dos participantes e suas práticas culturais e criativas. Juntos, os instrumentos quanti-quali não apenas complementam-se metodologicamente, mas também reforçam a ideia de que a vitalidade do território criativo está no cruzamento de narrativas, perspectivas e formas distintas de habitar e produzir a cidade.

ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE

A realização de entrevistas em profundidade com lideranças do Setor Comercial Sul (SCS) constituiu-se uma etapa crucial para o desenvolvimento do projeto, que visa transformar a região em um polo criativo e tecnológico. Tais entrevistas, alinhadas aos grupos de discussão, estão articuladas mediante três dimensões centrais: os ecossistemas de inovação e economia criativa, o urbanismo participativo e as metodologias qualitativas de pesquisa-intervenção. Tal abordagem permitiu não apenas diagnosticar o cenário atual, mas também construir coletivamente soluções para os desafios do território, formando "uma matéria-prima para a redação de tratados mais sistemáticos" (KASTRUP, 2020, p. 70).

As lideranças entrevistadas foram selecionadas para representar a diversidade do ecossistema do SCS, de gestores de grandes empresas e formuladores de políticas públicas na camada *upperground*. Estas lideranças são importantes tomadoras de decisão, representadas pelas indústrias criativas, empresas e demais instituições formalmente consolidadas.

Complementarmente, a perspectiva do urbanismo reforça a importância de desenhar espaços urbanos que estimulem a inovação e a colaboração. Segundo Drumm et al (2018, p. 159), "o planejamento territorial urbano é um processo político-administrativo de governo, que, além de estar embasado em conhecimentos teóricos, precisa também ser definido como política pública e apresentar diretrizes práticas para seu estabelecimento", assim, as entrevistas deverão investigar como a configuração física do SCS — seus espaços públicos, acessibilidade, mistura de usos — impacta as atividades criativas e tecnológicas.

Metodologicamente, as entrevistas seguem os princípios da entrevista narrativa. A entrevista narrativa, segundo Sandra Jovchelovitch e Martin W. Bauer, "é considerada uma forma de entrevista não estruturada, de profundidade, com características específicas. Conceitualmente, a ideia da entrevista narrativa é motivada por uma crítica do esquema pergunta-resposta da maioria das entrevistas. No modo pergunta-resposta, o entrevistador está impondo estruturas em um sentido tríplice: a) selecionando o tema e os tópicos; b) ordenando as perguntas; c) verbalizando as perguntas com sua própria linguagem." (Jovchelovitch; Bauer 2014, p. 95).

Os autores elaboram as seguintes fases para a realização da entrevista narrativa:

Quadro 1 - Fases principais da entrevista narrativa.

Preparação	Exploração do campo; Formulação de questões exmanentes.
Iniciação	Formulação do tópico inicial para narração; Emprego de auxílios visuais.
Narração central	Não interromper; Somente encorajamento não verbal para continuar a narração; Esperar para os sinais de finalização (“coda”).
Fase de perguntas	Somente “Que aconteceu então?”; Não dar opiniões ou fazer perguntas sobre atitudes; Não discutir sobre contradições; Não fazer perguntas do tipo “por quê?”.
Fala conclusiva	Ir de perguntas exmanentes para imanentes; Parar de gravar; São permitidas perguntas do tipo “por quê?”; Fazer anotações imediatamente depois da entrevista.

Fonte: (JOVCHELOVITCH, BAUER, 2014, p. 95).

O roteiro apresentado a seguir é guiado pela estrutura da entrevista narrativa apresentada, com perguntas norteadoras flexíveis à área específica do entrevistado: gestores públicos, empresários, líderes de instituições relevantes para o território.

Perguntas norteadoras

Fase 1 - Temas relacionados à interação e maturidade dos atores com os setores estratégicos do ecossistema de inovação e economia criativa

Tema 1A: Níveis e tipos de envolvimento dos atores com o setor

- Você possui alguma relação pessoal com o Setor Comercial Sul? Quais suas experiências e percepções sobre o território?
- Como você percebe o SCS? Quais potenciais e desafios enxerga no território?
- Durante o seu mandato vocês fizeram ou pretendem realizar ações no Setor Comercial Sul? Se sim, como foi a experiência?
- Caso tenha realizado atividades no SCS, foi em parceria com algum agente ou instituição? Se sim, como foi a experiência?

Tema 1B: Relação com políticas públicas e infraestrutura do setor

- Na sua opinião, quais são as principais iniciativas culturais, criativas e de empreendedorismo (eventos, espaços, organizações...) que existem no SCS?
- Como você avalia tais iniciativas? (Pontos positivos e negativos)
- Como você enxerga a atuação da Câmara Legislativa em relação à economia criativa?
- Existem hoje iniciativas na Câmara para favorecer o desenvolvimento de um ecossistema de inovação no Distrito Federal?
- Em relação ao seu mandato, como você se relaciona com as pautas de economia criativa e inovação?

- Como você percebe as políticas públicas de incentivo aos serviços e produtos criativos e tecnológicos? Há programas e políticas públicas que considere importantes para o fomento ao empreendedorismo criativo e tecnológico no SCS?

Tema 1C: Maturidade e interação (Percepção das potencialidades do setor)

- Como você avalia o nível de maturidade da sua atuação/interação com os setores criativos e tecnológicos do SCS?
  - **Inicial:** relações de colaboração/interação esporádicas e assistemáticas;
  - **Definido:** linhas de colaboração/interação definidas e alinhadas aos objetivos institucionais estabelecidos;
  - **Gerenciado:** relações de colaboração/interação sistematicamente estabelecidas e continuamente avaliadas;
  - **Otimizado**: melhoria contínua das relações de colaboração/interação de forma a responder adequadamente às oportunidades e ameaças do contexto;
- Quais oportunidades e desafios você enxerga para ampliar a relação com os setores criativos e tecnológicos do SCS?

Fase 2 - Modelos e experiências com gestão, inovação e sustentabilidade

Tema 2A: Modelos existentes de gestão em Inovação e Economia Criativa no Setor (levantar pontos positivos e negativos)

- A partir da sua experiência, quais modelos de gestão você identifica hoje no setor de inovação e economia criativa no DF?

- Como as formas de gestão que você citou impactam o desenvolvimento e a sustentabilidade das iniciativas?

- Quais aspectos se destacam positivamente nesses modelos de gestão?

- Quais os desafios ou limitações de tais modelos?

- Nos próximos anos, o que você acredita que pode influenciar consideravelmente o ecossistema de empreendedorismo e inovação no SCS?

- Se você fosse sugerir um plano de revitalização cultural e tecnológica para o SCS, quais riscos emergentes você levaria em consideração? (emergência climática, transformações urbanas, disputas sociais etc.)

Tema 2B: Discussão sobre sustentabilidade econômica, social e ambiental e melhores práticas de ESG

- Quais ações de desenvolvimento sustentável você observa hoje no DF e no SCS especificamente?

- Sob a ótica da sustentabilidade social, quais oportunidades e desafios você citaria para o SCS?

- Como você enxerga a interação entre diferentes grupos sociais no SCS?

- Em relação à dinâmica social, comercial, empresarial e ocupação do SCS, que fatores contribuem para o desenvolvimento da região e quais ações podem ser aprimoradas?

Tema 2C: Alternativas e sustentabilidade

- Durante a pandemia, o que você observou em relação aos negócios no DF e no SCS?
- Você enxerga alternativas de circulação econômica de produtos e serviços para além da moeda oficial no SCS?

Fase 3 - Modelo Urbanístico

Tema 3A: Infraestrutura e Espaços de Inovação

- Qual a sua avaliação da configuração urbana no SCS?

- Entre os aspectos levantados na pergunta anterior, quais os pontos que você entende como prioridade para se melhorar no SCS?

- Em relação à infraestrutura urbana, quais seriam as potencialidades e desafios do SCS na sua opinião?

- Você conhece ou já trabalhou em algum lugar, em Brasília ou não, em que o entorno fosse estimulante para a criatividade, a inovação? Em que você tenha sentido que as ideias e inspirações surgiam ou se desenvolviam mais facilmente? Se sim, como eram esses lugares?

- Quais equipamentos (incubadora, espaço maker, coworking etc.) você considera os mais relevantes para o apoio ao empreendedorismo e inovação? Conhece iniciativas como essas no SCS?

Tema 3B: Usos e Acessos

- Você considera fácil o acesso ao SCS via transporte público e privado? E dentro do espaço, considera fácil estacionar ou transitar a pé para resolver tudo?
- Como é caminhar no SCS? Como você se relaciona com as zonas desabitadas e escuras que não possuem caminho de pedestres?

Tema 3C: Políticas Urbanas e Sustentabilidade

- Como você considera o planejamento urbano no SCS?

- Quais políticas urbanas ou iniciativas você considera mais relevantes para fortalecer a economia criativa e a inovação no SCS?

Tema 3D: Proposições

- Se você tivesse o poder da decisão e orçamento à disposição, o que você faria no SCS, que nunca tenha sido feito, para resolver as questões que discutimos?

- Quais oportunidades você acha que ainda não foram contempladas ou ainda não existem no SCS?

- O que você considera necessário para fazer do SCS um local em que qualquer profissional da inovação e da economia criativa quisesse estar?

- Quais tendências (sociais, tecnológicas, econômicas, culturais, ambientais etc.) você percebe que podem impactar o SCS nos próximos 5 a 10 anos?

- Na sua opinião, quais capacidades e competências são fundamentais para que o Polo Criativo e Tecnológico do SCS tenha sucesso até 2035?

- Como você visualiza o SCS em 10 anos, caso o projeto do Polo seja implementado com sucesso? Que tipo de transformação você espera?

- Baseado na sua experiência como parlamentar, quais lições devem ser consideradas para que a estruturação deste novo projeto seja bem-sucedida?

- O que você faria diferente em relação aos setores estratégicos do ecossistema de inovação e economia criativa? Possui outras sugestões para o desenvolvimento dos setores estratégicos dos ecossistemas mencionados?

Também foram promovidas reuniões estratégicas com representantes do Poder Público e de diferentes esferas do governo, incluindo o Legislativo distrital e secretarias voltadas à segurança e ao desenvolvimento urbano.

Quadro 2 - Líderes ouvidos conforme suas respectivas instituições.

Cargo	Instituição
Deputado distrital	N/A
Presidente	No Setor
Presidente	Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação (Assespro)
Vice-presidente	Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação (Assespro)
Deputado distrital	N/A
Prefeita	Prefeitura do Setor Comercial Sul
Gerente de soluções de promoção e patrocínio	Banco do Brasil
Gerente de Marketing	Pátio Brasil

Fonte: Pesquisa Setor Comercial Sul (SCS).

Os encontros possibilitaram a identificação de oportunidades estratégicas, com destaque para os seguintes aspectos:

Incentivos fiscais e fomento econômico

- "Algum outro tipo de isenção [...] para que essas empresas de tecnologia venham se instalar aqui.";
- "Vai ter que ter uma linha de crédito com juros subsidiados [...] para que os prédios possam fazer o seu retrofit.";
- "Muita loja fechou, muita empresa foi embora. Se tivesse isenção de imposto ou algo que ajudasse, talvez voltassem.";
- "Quem se instalar no Setor Comercial Sul vai ter pontuação em editais públicos.";
- "A gente com um edital, com um fomento, consegue fazer uma coisa incrível e não depender mais do governo para crescer.".

Ambiente favorável à inovação

- “A nossa ideia é desenvolver mais empresas pra gente ter um faturamento na área de tecnologia cada vez maior [...] e nós entendemos o histórico-cultural que aquele lugar representa pra capital.”;
- “Se tivesse um CNAE de desenvolvimento de jogos seria muito interessante [...] isso tende a tirar muito profissional da informalidade.”;
- “Se a gente encher aquelas salas do SCS com empresa de tecnologia, vai ser o maior faturamento do DF.”;
- “O polo tem que gerar riqueza. Tem que ter impacto econômico real.”.

Vocação e posicionamento estratégico

- “Tem que focar: tecnologia, inovação, e as atividades econômicas relacionadas a isso.”;
- “A gente precisa saber exatamente o que queremos ser quando crescer.”;
- “Queremos falar sobre tecnologia ou queremos falar sobre economia criativa?”;
- “O que o Setor Comercial Sul quer ser? Esse é o primeiro passo.”;
- “Quando se fala em economia criativa, é amplo demais [...], mas se você vai para o lado da tecnologia, já é mais objetivo.”.

Segurança pública e percepção do território

- “A questão número 1 é a segurança [...] tem um estigma no Setor Comercial Sul [...] parece ser mais perigoso do que é.”;
- “A pessoa vai, ela consegue estacionar, [...] vai ter uma boa iluminação, um lugar confortável.”;
- “Se você se sente segura indo para um lugar, então você vai.”;
- “Já fui assaltada duas vezes aqui. A gente fica com medo, mas precisa trabalhar.”;
- “Tem que ter segurança. [...] iluminação, presença do Estado.”.

Infraestrutura e espaços públicos

- “Eu vejo esse potencial acontecendo lá principalmente pela questão de acessibilidade [...] próximo de empresas, de governo [...] tudo muito perto.”
- “O aluguel ser mais barato é um potencial. É espaço disponível, com áreas grandes, áreas pequenas, variedade.”;

- “É um dos poucos lugares que tem prédio com garagem, o que é raro em Brasília.”;
- “Transformaria o Setor Comercial Sul em um grande condomínio [...] com gestão própria e orçamento próprio.”;
- “Falta um lugar pra sentar, pra descansar, tomar uma água... Não tem nada disso. Só prédio e cimento.”;
- “Tem que reurbanizar. [...] Colocar bancos, fazer espaços de convivência.”.

Acolhimento e políticas públicas sociais

- “A gente tem pedido muito [...] a retirada dos moradores de rua e a transferência do CAPS.”;
- “Existe uma concentração muito alta de pessoas em situação de rua [...] e uma negligência por parte do poder público.”;
- “A gente precisa [...] que políticas públicas incidam sobre essa questão.”;
- “Não é só tirar da rua. É dar condição, respeito, cuidar da saúde.”;
- “Tem que enfrentar o problema social de frente. [...] Temos que cuidar das pessoas.”.

Capacitação e reinserção

- “Pega esse povo, qualifica. [...] Cria um programa de reinserção, com acolhimento e trabalho.”;
- “Se tivesse um programa para pegar essas pessoas, fazer curso, ensinar alguma coisa prática, talvez diminuísse esse tanto de gente na rua.”;
- “Projeto de lixo reciclável que leva o lixo para cooperativas [...] com agentes ambientais em vulnerabilidade.”.

Educação, universidades e conhecimento

- “Se eu fosse pensar em algo assim, eu começaria com espaços voltados para ensino e letramentos [...] e logo em seguida uma incubadora.”;
- “Tem que instalar incubadoras [...] criar um hub de fato.”;
- “Cada universidade ou faculdade pudesse trazer um hub para cá.”;
- “Que todas as universidades [...] tivessem um ponto de atendimento comunitário [...] jurídico, psicologia, atendimento médico.”;
- “A UnB tem que estar lá. [...] Cursos de computação, design, comunicação, tudo que se conecta com esse ecossistema.”;

- “A universidade pública tem que estar presente. Não só como formadora, mas como parte do ecossistema.”.

Economia criativa e cultura

- “Eu acredito que daqui pra frente o Setor Comercial Sul vai se tornar um grande polo criativo.”;
- “Games acaba puxando outras áreas [...] como audiovisual, criadores de conteúdo, moda, música [...] então essa união vai fazer a diferença.”;
- “Não é só fazer empresas lá ou projetos lá, mas também estúdios para a galera ficar, morar e movimentar aquele lugar.”;
- “A cultura de rua é a que transforma. É ela que chega primeiro, que ocupa espaço, que comunica direto com o povo.”;
- “Esses prédios todos vazios podiam ser ocupados por cursos, cultura, oficinas... dar vida pro lugar de novo.”;
- “Não existe inovação se ela não estiver conectada com o território. [...] Não adianta só trazer startup se não ouvir quem está na rua.”.

Comércio, uso dos espaços e economia local

- “A reorganização do comércio informal [...] peca muito [...] uma sugestão é que [...] fosse criada uma Lei dos Puxadinhos.”;
- “Está o corredor entupido de mercadoria [...] o consumidor não consegue chegar na porta do comerciante.”;
- “Vamos pensar numa feira permanente [...] cobrar uma taxa e devolver aquilo ali em segurança, manutenção, iluminação.”;
- “A gente tem um cuidado especial em incentivar fornecedores locais, fornecedores regionais.”;
- “Especialmente em Brasília, isso acontece com bastante naturalidade.”;
- “Vamos tentar reduzir o IPTU dos prédios que estão fechados para estimular o aluguel.”;
- “Ou então aumentar [...] para ver se a pessoa vai lá e coloca o prédio para jogo.”.

Governança e papel do Estado

- “Eu vejo que as políticas públicas não têm orquestração. Lançam-se determinadas iniciativas, mas não há um foco no desenvolvimento econômico de uma região.”
- “Existem ações pontuais, mas nada que olhe para o desenvolvimento territorial.”
- “O governo não pode querer gerir. [...] Mas pode fomentar, estimular, regular.”
- “Precisa de uma governança híbrida. Setor público, setor privado, academia e sociedade civil.”
- “Tem que ter uma entidade responsável por isso. [...] Alguém que fique ali, full time, pensando no polo.”
- “O principal desafio é a gente fazer com que a cidade se conecte com o território.”
- “Tem que fazer o povo voltar para o Setor Comercial Sul.”
- “A maior parte das pessoas que vinha para cá era para resolver alguma coisa no serviço público. [...] Tem que trazer isso de volta.”

Urbanismo, moradia e uso misto do território

- “Em muitos países tem muito desse modelo de negócio: você tem estúdios, você trabalha e dorme ao mesmo tempo. [...] Isso é muito necessário.”;
- “A quadra 1 poderia ser o espaço 100% boêmio, das ocupações culturais, da dinâmica de circulação.”;
- “Tornar um local de referência, até como um exemplo de smart city [...] trazer mais tecnologia.”;
- “Transformaria o Setor Comercial Sul em um grande condomínio [...] com gestão própria e orçamento próprio.”;
- “Tem que reurbanizar. [...] Colocar bancos, fazer espaços de convivência.”;
- “Falta um lugar pra sentar, pra descansar, tomar uma água... Não tem nada disso.”.

Identidade, pertencimento e integração social

- “Tem que mostrar quem está ali, quem está fazendo. [...] Contar histórias de quem começou pequeno e cresceu ali dentro.”;
- “Não adianta colocar empresas ali e deixar cada uma na sua. Tem que provocar a interação.”;
- “É isso que gera inovação: gente diferente se encontrando.”;
- “Transformar o Setor Comercial Sul em um grande polo criativo.”;
- “Conectar a cidade com o território.”.

GRUPOS DE DISCUSSÃO

Os Grupos de Discussão, enquanto instrumentos metodológicos, foram conduzidos com base em princípios que privilegiam a construção coletiva de conhecimento, alinhando-se à perspectiva da pesquisa-intervenção: o pesquisador não se limita a observar um objeto pré-definido, mas está inevitavelmente implicado nas relações sociais e institucionais que constituem o próprio campo de estudo (PASSOS, BARROS, 2020, p. 21). A intervenção se dará justamente a partir das relações estabelecidas com os atores locais — coletivos, gestores, empreendedores e poder público —, compreendendo que a dinâmica criativa do território é modificada pela própria presença e atuação da pesquisa. Essa abordagem permite capturar não apenas os fluxos formais de criatividade, mas também os tensionamentos, as negociações e as reinvenções cotidianas que emergem das interações sociais, produzindo um conhecimento situado e comprometido com a transformação do objeto estudado.

Os grupos de discussão, segundo Godoi (2013), enfatizam a coconstrução do conhecimento a partir do diálogo com os atores locais. O roteiro elaborado — organizado em três fases temáticas — foi desenhado para evitar vieses e garantir que os participantes possam expressar livremente suas visões, sem a imposição de categorias pré-definidas. A moderação seguirá as orientações de Godoi (2013), como a escuta sensível e a validação das falas dos participantes; enquanto o registro em diários de campo e gravações, permitirá captar nuances discursivas e comportamentais. Os temas abordados no roteiro não se restringem a perguntas que devem ser obrigatoriamente feitas aos entrevistados, mas sim "questões de horizonte, pois ao trabalhar com uma teoria, assumimos como horizonte de reflexão a ordem de questionamento diante da qual construímos nossas perguntas específicas de investigação" (BRAGA, 2008, p. 11).

Para facilitar essas discussões, foram empregadas técnicas que equilibram estrutura e flexibilidade. Cada sessão foi mediada por pesquisadores treinados, que atuaram como facilitadores, garantindo que os debates contemplem os eixos temáticos da pesquisa sem cercear a emergência de novas questões. Técnicas como a escuta ativa foram fundamentais para captar não apenas o conteúdo explícito das falas, mas também os gestos, as pausas e os silêncios que muitas vezes podem revelar tensões ou consensos não verbalizados. As provocações estratégicas por parte dos facilitadores, por

sua vez, serviram para aprofundar temas críticos sem influenciar as respostas, enquanto sínteses periódicas ajudarão a reorganizar o debate e a validar as contribuições dos participantes. O roteiro de discussão, embora organizado em tópicos pré-definidos – como desafios locais, redes de colaboração e políticas públicas –, permite adaptações conforme os fluxos de conversa que surgirem naturalmente no grupo.

O registro dos debates foi feito por meio de gravações em vídeo (com consentimento prévio) e anotações de campo, que posteriormente foram transcritas e submetidas a uma análise qualitativa detalhada realizada no software de linguagem R. A interpretação dos dados combinou análise temática, para identificar padrões discursivos, possíveis tensões e movimentos surgidos durante as interações. Essa dupla perspectiva visa captar não apenas o conteúdo explícito das falas, mas também as dinâmicas relacionais e os processos de significação coletiva que caracterizam os grupos de discussão.

Foram realizados, no total, quatro agendas dos grupos de discussão, sendo um com pessoas representantes da camada underground e três com representantes da camada *middleground*, sendo dois realizados na estrutura da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Distrito Federal (SECTI/DF) ao longo do mês de maio e dois encontros realizados simultaneamente, nos espaços da Associação Comercial do Distrito Federal (ACDF). As atividades somaram um esforço de dez horas de execução e contaram com registros audiovisuais para auxílio de relatórios e análises posteriores.

Na realização da agenda dos grupos de discussão, distribuiu-se um formulário de pesquisa, a fim de reconhecer o perfil sociodemográfico dos participantes. Foi realizado um levantamento e sistematização, desses dados, que será apresentado no tópico.

Formação dos grupos de discussão

Para a formação dos Grupos de Discussão, partimos de um levantamento orgânico dos *stakeholders* de cada camada mencionada. Através da metodologia "bola de neve", técnica de amostragem não probabilística que usa um pequeno grupo inicial de participantes para identificar outros, localizamos lideranças (empreendedores/as, microempreendedores/ as, representantes de coletivos e organizações). Essas lideranças representam "sementes" que

auxiliam o pesquisador no processo de ramificação e localização de outras peças-chave que podem contribuir com os grupos.

A organização e montagem dos grupos de discussão seguiram a abordagem teórica fundamentada no conceito de anatomia dos territórios criativos de Cohendet et al (2019), que estrutura os ecossistemas criativos em três camadas interconectadas: *underground*, *middleground* e *upperground* conforme já demonstramos. Essa divisão reconhece que a criatividade emerge da interação dinâmica entre essas camadas. Nessa perspectiva, os pesquisadores atuaram ativamente no território do Setor Comercial Sul, não como observadores distantes, mas como agentes engajados nos processos de mediação entre as camadas criativas.

Do mesmo modo, baseada na pesquisa Panorama da Economia Criativa do DF (KIELING et al, 2023) que aplicou essa abordagem para mapear atores e fluxos criativos no Distrito Federal, este estudo adapta a metodologia de grupos de discussão estratificados conforme as camadas de Cohendet et al. A seleção dos participantes foi desenhada em três grupos de discussão distintos que representam cada nível, a fim de capturar visões específicas de cada um deles. A divisão segue o formato:

- O *underground*, com artistas independentes, coletivos culturais, produtores informais, pequenos comerciantes e ambulantes e outros indivíduos que transitavam, trabalhavam ou vivenciavam o SCS em seu cotidiano;
- O *middleground*, com gestores de espaços culturais e eventos, líderes de associações, gestores e proprietários de empreendimentos consolidados e formalizados;
- Já o *upperground* contou com *stakeholders* tomadores de decisões, como gestores públicos, prefeitos, instituições de fomento e proprietários de imóveis.

Especificamente para o grupo de discussão da camada *underground*, decidiu-se por realizar a atividade após a cartografia visual. Pela natureza orgânica e informal desses atores, cujas dinâmicas muitas vezes escapam aos mapeamentos tradicionais, foi durante o processo cartográfico que os pesquisadores, imersos no território, puderam identificar *in loco* quais atores que efetivamente ocupam e transformam os espaços do SCS — desde artistas de rua até coletivos independentes e demais trabalhadores informais —,

estabelecendo contatos diretos e convites baseados em interações espontâneas.

Essa abordagem não apenas respeita a fluidez característica do *underground*, como também amplia a diversidade de vozes no debate, incluindo aquelas que, por ausência de vínculos institucionais, poderiam ser negligenciadas em processos formais de recrutamento. A estratégia ainda reforça o caráter participativo da pesquisa, alinhando-se aos princípios da cartografia social (Kastrup, 2012), que valoriza o conhecimento emergente das experiências vividas.

Por fim, a sistematização ainda considera o que define Godoi (2013) em suas orientações para a formação de um grupo de discussão:

> **A)** A composição dos grupos deve considerar dimensões como características sociodemográficas (como gênero, faixa etária), posições sociais específicas (jovens e adultos; trabalhadores e estudantes);
> **B)** Cada sessão contará com 5 a 10 participantes, preferencialmente que não mantenham relações prévias entre si. Esse cuidado visa evitar que dinâmicas de intimidade existentes inibam a livre expressão ou distorçam os resultados;
> **C)** A duração ideal de cada encontro ficará entre 60 e 120 minutos, tempo suficiente para aprofundar as discussões sem cansar os participantes;
> **D)** Os convites devem ser feitos com informações mínimas sobre os objetivos da pesquisa, a fim de preservar a espontaneidade das respostas. O pesquisador deve restringir-se ao compartilhamento de dados como data, local e horário da atividade;
> **E)** Sugere-se fortemente que o ambiente físico tenha uma disposição de assentos em formato circular para evitar hierarquias, com equipamentos de gravação discretamente posicionados para registrar integralmente as discussões, essenciais para a posterior transcrição e análise. Essa configuração busca criar um espaço democrático de interlocução, onde todas as vozes possam emergir com igual peso;
> **F)** Considerar que as características físicas do local interfiram o mínimo possível no comportamento dos entrevistados; prezar por um conforto do ambiente.

No quadro a seguir está o roteiro semiestruturado, construído com base nos objetivos de cada fase do projeto e orientando as temáticas para orientação dos debates.

Quadro 3 - Temas e questões para os grupos de discussão.

Fase 1 – Temas relacionados à interação e maturidade dos atores com os setores estratégicos do ecossistema de inovação e economia criativa	
Temas	**Questões de apoio**
Tema 1A: Níveis e tipos de envolvimento dos atores com o setor.	De que forma você e/ou sua organização se envolvem com os setores estratégicos do ecossistema de inovação e economia criativa?
	Você e/ou sua organização já colaborou com algum agente e/ou organização do Setor Comercial Sul? Se sim, com qual agente e/ou organização e qual foi a finalidade dessa colaboração? Como avalia essa experiência?
	Como você descreve o seu envolvimento e participação/atuação no SCS? Qual o nível de envolvimento (Ex.: trocas comerciais, consumo dos produtos e serviços oferecidos no SCS, interação e participação em atividades que já existem?) Nota para pesquisador: observar qual nível de pertencimento, se existem vínculos afetivos com o local e demais atores.
Tema 1B: Relação com políticas públicas e infraestrutura do setor.	Na sua opinião, quais são as principais iniciativas culturais, criativas e de empreendedorismo (eventos, espaços, organizações etc.) que existem no SCS?
	Como você avalia essas iniciativas (aspectos positivos e negativos)?
	Como você percebe as políticas públicas de incentivo aos serviços e produtos criativos e tecnológicos? Que tipos de programas e políticas públicas (financiamento, conhecimento, capacitação, acesso a mercados etc.) consideram os mais importantes para o fomento ao empreendedorismo criativo e tecnológico no SCS? *Obs.: Instituições e Marcos Normativos; Financiamento e Incentivos Fiscais; Compras Públicas; Informação e Conhecimento; Recursos Humanos e Formação; Infraestrutura; Mercados e Públicos; Integração e Cooperação; Inovação e Criatividade.*
	Quem do grupo já teve apoio de alguma política pública? Quais foram essas políticas e programas dos quais já se beneficiaram?
	Quem do grupo nunca foi contemplado por uma política pública, direta ou indiretamente? Quais as principais barreiras que vocês enxergam para não conseguirem acessar políticas públicas (burocracia, informação, conhecimento etc.)?

Fase 1 - Temas relacionados à interação e maturidade dos atores com os setores estratégicos do ecossistema de inovação e economia criativa	
Temas	**Questões de apoio**
Tema 1C: Maturidade e interação (Percepção das potencialidades do setor).	Como você avalia o nível de maturidade da sua atuação/interação com esses setores? Inicial - Definido - Gerenciado - Otimizado *Obs: Não Iniciada (ainda não foram estabelecidas relações de colaboração/interação com os setores criativos e tecnológicos do SCS; Inicial (relações de colaboração/ interação com os setores criativos e tecnológicos do SCS esporádicas e assistemáticas); Definido (linhas de colaboração/interação com os setores criativos e tecnológicos do SCS definidas e alinhadas aos objetivos institucionais estabelecidos); Gerenciado (relações de colaboração/interação com os setores criativos e tecnológicos do SCS sistematicamente estabelecidas e continuamente avaliadas); Otimizado (melhoria contínua das relações de colaboração/interação com os setores criativos e tecnológicos do SCS, de forma a responder adequadamente às oportunidades e ameaças do contexto).*
	E quais oportunidades e desafios você enxerga para ampliar essa interação?

Fase 2 - Modelos e experiências com gestão, inovação e sustentabilidade	
Temas	**Questões de apoio**
Tema 2A: Modelos existentes de gestão em Inovação e Economia Criativa no Setor (levantar pontos positivos e negativos).	Quais modelos de gestão você identifica atualmente no setor de inovação e economia criativa?
	Como eles impactam o desenvolvimento e a sustentabilidade das iniciativas?
	Quais aspectos dos modelos de gestão em inovação e economia criativa você considera mais eficazes e que contribuem para o desenvolvimento do setor?
	Quais desafios ou limitações você identifica nos modelos de gestão atuais em inovação e economia criativa?
	Que mudanças ou transformações você acredita que podem alterar de forma significativa o ecossistema de inovação e empreendedorismo local nos próximos anos?
	Quais riscos emergentes – como instabilidades econômicas, mudanças políticas, transformações urbanas ou disputas sociais – você considera importantes para que o planejamento do Polo leve em conta?
Tema 2B: Discussão sobre sustentabilidade econômica, social e ambiental e melhores práticas de ESG.	Quais ações para um desenvolvimento sustentável você observa na região?
	Quais são os principais desafios e oportunidades do Setor Comercial Sul sob a ótica da sustentabilidade social?
	Como diferentes grupos sociais interagem com esse espaço?
	Em relação à dinâmica social, comercial, empresarial e ocupação do SCS, que fatores contribuem para o desenvolvimento da região e quais ações podem ser aprimoradas?
	Que exemplos de boas práticas já realizados na região, ou até mesmo no âmbito do Distrito Federal, podem inspirar melhorias?
Tema 2C: Alternativas e sustentabilidade	Como foi durante a pandemia para manter seu serviço ou negócio?
	Qual ou quais alternativas de circulação econômica de produtos e serviços para além da moeda oficial?
	Quais dificuldades você encontra para manter/exercer a sua atividade econômica? Faltam insumos, pessoas qualificadas, problemas externos do mercado etc.? E em relação aos processos internos da organização (gestão, comunicação, produção, vendas etc.), quais as principais dificuldades?

Fase 3 - Modelo Urbanístico	
Temas	**Questões de apoio**
Tema 3A: Infraestrutura e Espaços de Inovação.	Qual a sua avaliação da configuração urbana no SCS? Dê uma nota de 1 a 5, sendo 1 péssimo e 5 ótimo. *Obs.: Utilizar Escala de Likert para mensurar os seguintes critérios: acessibilidade para carros; acessibilidade para pedestres; acessibilidade para pessoas com deficiência; iluminação pública; iluminação privada que contribua com o meio público; meios de transporte; ocupação dos edifícios; espaços públicos; pontos de disposição para coleta de resíduos; manutenção e limpeza urbana do setor; estrutura da rede elétrica; estrutura das telecomunicações (internet), disposição e opções alimentícias; disposição e opções de lazer e entretenimento.*
	Das questões levantadas na pergunta anterior, quais vocês acham prioritário melhorar? Por quê?
	Quais são os principais desafios e potencialidades do Setor Comercial Sul sob a ótica da infraestrutura urbana?
	Vocês já trabalharam ou visitaram algum lugar, em Brasília ou não, em que o entorno fosse estimulante para a criatividade, a inovação? Em que vocês tenham sentido que ali as ideias e inspirações surgiam ou se desenvolviam mais facilmente? Se sim, como eram esses lugares?
	Quais equipamentos (incubadora, espaço maker, coworking etc.) vocês consideram os mais relevantes para o apoio ao empreendedorismo e inovação? Esses equipamentos já existem no SCS? Se sim, quais? Nota para pesquisador: analisar, ao longo da discussão, a viabilidade de realizar tal pergunta. O foco é maior para camadas *middle* e *upper*. *Obs.: Questionar a tipologia de equipamentos (Incubadoras e Aceleradoras; Polos e Parques Tecnológicos; Espaços Maker; Centros de Inovação; Espaços de Coworking), usando a escala: Sem importância; Pouca importância; Importância moderada; Importante; Muita importância.*
Tema 3B: Usos e Acessos	É fácil chegar ou sair do SCS, vindo de qualquer região de Brasília? Como? E dentro do SCS? É fácil estacionar? Dá para fazer tudo a pé? Caso você utilize meios de transporte coletivo ou meios de transporte particulares, detalhe quais. Quais trajetos prioritários e trajetos alternativos?
	Como é caminhar, como é circular com o SCS? Como vocês se relacionam com as zonas desabitadas e escuras que não possuem caminho de pedestres? Nota para o pesquisador: observar relatos relacionados à segurança; atentar-se para questões de gênero.

Fase 3 - Modelo Urbanístico	
Temas	**Questões de apoio**
Tema 3C: Políticas Urbanas e Sustentabilidade	Como você considera o planejamento urbano no SCS?
	Quais políticas urbanas ou iniciativas você considera mais relevantes para fortalecer a economia criativa e a inovação no SCS?
Tema 3D: Proposições	Se você tivesse o poder da decisão e orçamento à disposição, o que você faria no SCS, que nunca tenha sido feito, para resolver as questões que discutimos? Quais oportunidades você acha que ainda não foram contempladas ou ainda não existem no SCS?
	O que você considera necessário para fazer do SCS um local em que qualquer profissional da inovação e da economia criativa quisesse estar?
	Quais tendências (sociais, tecnológicas, econômicas, culturais, ambientais etc.) você percebe que podem impactar o SCS nos próximos 5 a 10 anos?
	Na sua opinião, quais capacidades e competências são fundamentais para que o Polo Criativo e Tecnológico do SCS tenha sucesso até 2035?
	Como você visualiza o SCS em 10 anos, caso o projeto do Polo seja implementado com sucesso? Que tipo de transformação você espera?
	Você vivenciou experiências anteriores de projetos ou iniciativas semelhantes? Que lições (positivas ou negativas) devem ser consideradas como referência na estruturação deste novo projeto?
	O que você faria diferente em relação aos setores estratégicos do ecossistema de inovação e economia criativa? Possui outras sugestões para o desenvolvimento dos setores estratégicos dos ecossistemas mencionados?

Fonte: Pesquisa Setor Comercial Sul (SCS).

Para a moderação, seguimos algumas instruções fornecidas por Godoi (2013) divididas em posicionamentos adequados e inadequados:

Quadro 4 - Posicionamentos adequados e inadequados do moderador.

Posicionamentos Adequados	Posicionamentos inadequados
Estabelecer a movimentação do grupo, após haver deixado clara sua exposição e identidade inicial.	Estabelecer ou contribuir para a formação de contextos e conceitos que não sejam os estabelecidos propriamente pelos participantes.
Utilizar propostas de cenários possíveis, enquadrando o discurso na prática concreta dos participantes. Somente ao final pode-se relevar as propostas pré-desenhadas.	Delimitar e impor os temas ou conceitos que não possam ser abordados ou tenham que ser descartados pelos participantes, por não se ajustarem às vivências ou interesses dos sujeitos.
Não se posicionar como uma pessoa de fora, mas sim como um prolongamento do discurso interno.	Comentar, por questões pessoais, ainda que seja brevemente, os aspectos tratados ao longo da conversação.
Solicitar a ampliação de contextos que os participantes se referem ao longo da conversação.	Discutir ideias, opiniões ou situações manifestadas pelos sujeitos caso pareçam incoerentes ou sem sentido ao moderador.
Incitar a ideia de que todo o conversado é importante e significativo para a pesquisa, **assumindo o papel de escuta sensível e sensibilizante aos temas tratados.**	**Referendar ou invalidar pontos de vista.**
Promover os comentários relacionados direta ou indiretamente com o tema da conversação, **estimulando a tratar os temas colaterais que pareçam oportunos.**	**Evitar as rupturas e transições bruscas entre um tema e outro.**
Chamar à participação os participantes que não falam.	Privilegiar a participação de especialistas ou preferentes.
Ser rigoroso e literal em reproduzir ou recordar aspectos das conversações e observações desenvolvidas.	Incitar o diálogo, perguntando ou pedindo ampliação de informação a partir de perguntas concretas sobre o tema em questão.

Fonte: elaborado a partir de Callejo (1998); Gutierrez (2008), grifo nosso.

O moderador principal, responsável por conduzir a conversa nos *Grupos de Discussão*, ficou responsável por: 1) Entrar em contato com os agentes para marcar os Grupos de Discussão; 2) Acompanhar o Grupo observando comportamentos e silêncios dos participantes; 3) Realizar anotações (diário de campo). Além do moderador, uma equipe de dois estudantes auxiliou nos registros audiovisuais, realização de chamada de presença e demais documentos. No início do encontro, a assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido confirma sua participação na pesquisa, autorizando o uso de imagens para fins acadêmicos.

CARTOGRAFIA VISUAL E MAPA AFETIVO

"Os olhos não vêem coisas, mas figuras que representam coisas.",
Cidades Invisíveis - Italo Calvino

A Cartografia Visual é uma atividade de pesquisa que propõe o mapeamento de espaços urbanos a partir da perspectiva dos fluxos e intervenções cotidianas de seus habitantes. Inspirada na cartografia proposta por Deleuze e Guattari (1995), a prática se estrutura como uma ferramenta de análise que recusa a representação estática do território, priorizando os modos de existência que se atualizam nos deslocamentos, nos atravessamentos e nas marcas deixadas pelos fluxos.

Ao utilizar a fotografia como instrumento de investigação, a atividade busca captar não apenas imagens, mas índices da intervenção e construção do espaço enquanto território. Neste contexto, território é entendido como uma construção relacional e processual, que se dá a partir da articulação entre sujeitos, práticas e materialidades (HAESBAERT, 2004). Mais do que um dado físico ou geográfico, o território é concebido como um campo de forças, continuamente tensionado pelas dinâmicas sociais, políticas e afetivas que o constituem.

A cartografia, enquanto método, não busca representar o já conhecido, mas acompanhar processos. Conforme propõem Deleuze e Guattari (1995), trata-se de mapear aquilo que está em devir, colocando-se junto às forças que produzem o espaço em sua multiplicidade. A cartografia é um instrumento de pensamento e produção de sentido que se constitui na imanência, na implicação do pesquisador com o campo, e não na distância objetiva da representação tradicional (ROLNIK, 1989; PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2015).

Nesse sentido, a Cartografia Visual se diferencia de abordagens tradicionais de mapeamento, pois não parte de categorias fixas ou recortes prévios. Ao contrário, sua construção é situada e relacional, atenta às singularidades e às emergências do cotidiano. O espaço urbano é entendido como um campo dinâmico, atravessado por múltiplas camadas e trajetórias em constante e recursiva recomposição.

A caminhada, elemento fundador da prática, permite que o pesquisador se envolva diretamente com os ritmos e expressões do território, adotando uma postura sensível e implicada. A fotografia, nesse processo, atua como

registro e também como forma de leitura e problematização do real. Cada imagem produzida é um ponto de entrada para compreender como os sujeitos constroem seus modos de habitar, resistir e significar o espaço.

Com isso, a Cartografia Visual se apresenta como uma metodologia de pesquisa que articula prática e teoria, experimentação e reflexão, deslocamento e registro. Ao tensionar as fronteiras entre representação e vivência, entre o visível e o latente, propõe-se uma abordagem que considera o espaço urbano como um sistema aberto, em constante transformação.

O cartógrafo na Cartografia Visual: modos de presença no campo

A postura do pesquisador nessa atividade exige um modo específico de atenção: uma escuta sensível e implicada, que não se guia por recortes prévios nem por categorias analíticas estabelecidas. Em vez disso, o trabalho de campo demanda uma presença atenta aos sinais, às forças e aos acontecimentos que emergem nas bordas do visível e do sensível.

Segundo Kastrup (2015), essa atenção cartográfica não se resume à seleção de informações nem se confunde com a focalização típica da observação clássica. Ela opera por detecção, não por representação. Trata-se de uma atenção "cujo funcionamento [...] se faz através da detecção de signos e forças circulantes, ou seja, de pontas do processo em curso" (KASTRUP, 2015, p. 33). Essa forma de atenção se dá "através da apreensão de material, em princípio desconexo e fragmentado, de cenas e discursos" (KASTRUP, 2015, p. 33).

Trata-se de uma atenção flutuante, concentrada e ao mesmo tempo aberta, que é frequentemente inibida pela preponderância da atenção seletiva. Ao entrar no campo, o pesquisador se depara com o desafio de onde pousar sua atenção diante da multiplicidade de estímulos sensoriais e afetivos que o atravessam (KASTRUP, 2015).

Nesse contexto, recomenda-se uma atenção em que "a seleção se encontra inicialmente suspensa, cuja definição é 'prestar igual atenção a tudo'" (p. 36). Essa abertura permite captar não apenas os elementos organizados e conscientes, mas também o "material 'desconexo e em desordem caótica'" (p. 36).

A autora propõe ainda a noção de macro e microcontextos: o macro diz respeito à transformação do problema geral de pesquisa; o micro, à emergência de microproblemas ao longo das visitas ao campo, ambos se retroalimentando numa lógica recursiva.

A partir da noção de uma atenção que se concentra sem se fixar, Kastrup (2015, p. 40) propõe quatro gestos que compõem o funcionamento atencional do cartógrafo: **rastreio**, **toque**, **pouso** e **reconhecimento atento**.

O **rastreio** é um gesto inicial de varredura do campo, no qual o pesquisador se coloca em estado de abertura, sem buscar algo específico. A atenção não está orientada por uma meta informacional, mas sintonizada com o problema de pesquisa, mesmo que este ainda não esteja formulado de forma clara. Trata-se de uma escuta movida por implicação, e não por distanciamento analítico (KASTRUP, 2015, p. 42).

O **toque** acontece quando algo no campo, um detalhe, uma cena, um gesto, um ruído, ressoa de forma particular e chama a atenção. Esse momento, que pode se dar de modo súbito ou demorar a emergir, marca uma primeira seleção dentro da multiplicidade do campo. O toque introduz intensidade: algo ganha destaque em meio ao fluxo aparentemente homogêneo de percepções. Esse gesto é fundamental para manter o rigor metodológico sem eliminar a abertura ao imprevisto e à potência do acaso (KASTRUP, 2015, p. 42–43).

O **pouso** é o momento em que a atenção se fixa temporariamente sobre algo que se destacou. É como se a percepção fizesse uma pausa, criando um enquadramento, um zoom. Com isso, o campo de observação se reconfigura: novos contornos se formam e um território específico se delineia para o olhar do pesquisador (KASTRUP, 2015, p. 43).

Já o **reconhecimento atento** ocorre quando esse pouso leva a uma intensificação do envolvimento com o que foi percebido. Diferente de uma identificação imediata, esse gesto demanda uma postura investigativa que não busca respostas prontas, mas acompanha os desdobramentos do que está em curso. Em vez de perguntar “o que é isso?”, o pesquisador se coloca diante da cena com a disposição de quem diz “vamos ver o que está acontecendo”. Isso exige, por vezes, suspender novamente o julgamento e retornar ao movimento da escuta, ajustando a atenção à singularidade da situação (KASTRUP, 2015, p. 44–45).

A Cartografia Visual propõe mapear os espaços urbanos a partir da perspectiva de quem vive e circula por eles. Ao tomar a fotografia como meio de escuta e registro dos fluxos cotidianos, essa prática reconhece que o espaço, enquanto território, é dinâmico; resultado de uma relação contínua entre pessoas, ambiente e práticas. Essa dinâmica é recursiva, os modos de habitar impactam o espaço, e o espaço, por sua vez, afeta os modos de vida. O que se busca não é apenas ver, mas acompanhar os processos que constituem e transformam o território no ritmo das vivências que nele se desenrolam.

A Cartografia Visual, ao registrar fluxos e modos de habitar, abre caminho para o Mapa Afetivo, que opera como instância coletiva de interpretação e elaboração dos significados atribuídos ao território.

Mapa Afetivo: camadas de memória e experiência no território

Como desdobramento da Cartografia Visual, propõe-se a atividade chamada **Mapa Afetivo**, inspirada na obra Arqueologia Afetiva Urbana (2011), de **Eduardo Foresti**, criada para a mostra *Cidade Gráfica* do Itaú Cultural.

Na obra original, Foresti parte da base técnica e impessoal de um mapa eletrônico da cidade de São Paulo para intervir graficamente com balões de fala que narram vivências pessoais associadas a diferentes pontos do território. A partir dessa operação, o mapa se transforma: deixa de ser apenas representação geográfica e se torna **paisagem de lembranças, afetos e histórias.**

Com base nesse gesto, o Mapa Afetivo do SCS propõe reunir **pessoas que tenham alguma familiaridade com a região** para olhar o mapa construído a partir das imagens da Cartografia Visual e, a partir dele, compartilhar suas próprias memórias e desejos. A ideia é que os participantes possam:

- **Reagir às imagens e trajetos registrados na Cartografia Visual**, reconhecendo ou estranhando os lugares fotografados;
- **Relatar histórias vividas** nesses locais: momentos marcantes, encontros, mudanças, conflitos, hábitos, sentimentos;
- **Fabular sobre situações possíveis e desejos** para o SCS;

- **Anotar ou desenhar** essas memórias em balões de fala diretamente sobre o mapa impresso ou em suportes complementares.

O resultado será uma cartografia ampliada, que articula a leitura dos pesquisadores à dimensão sensível das pessoas que tiveram e têm contato com a região, reconhecendo o território como um tecido vivo de experiências compartilhadas.

A atividade parte do entendimento de que o território não é apenas um dado físico ou jurídico, mas também uma construção simbólica e relacional. Como propõe Haesbaert (2004), é onde se inscrevem os afetos, as memórias e os modos de viver. Ao ativar essas camadas subjetivas, o Mapa Afetivo permite reconhecer as formas de apropriação e pertencimento que escapam à observação inicial, mas que são fundamentais para compreender o espaço em sua dimensão vivida.

Entre Caminhos e Memórias: Relato da Aplicação das Atividades Cartografia Visual e Mapa Afetivo

O relato das atividades realizadas apresenta o desdobramento da Cartografia Visual e do Mapa Afetivo no campo, reunindo registros individuais e formulações coletivas que compõem uma leitura integrada do processo de investigação sensível do Setor Comercial Sul. Trata-se da descrição de como as práticas fundamentadas anteriormente se materializaram, revelando os modos de presença, as dinâmicas de condução e as expressões que emergiram durante a realização das atividades.

Cartografia Visual do SCS

O Setor Comercial Sul, em Brasília, guarda histórias, tensões e potências que, à primeira vista, muitas vezes passam despercebidas. Mas é justamente nesse emaranhado de relações, afetos e práticas cotidianas que se desenha o futuro do território. Este projeto nasce do desejo e da necessidade de enxergar o SCS para além da sua função urbana aparente, reconhecendo ali um ecossistema criativo e tecnológico em construção.

O SCS é um lugar marcado por contradições. Embora tenha sido planejado como um centro comercial moderno, voltado para escritórios e serviços, sua configuração urbana, ao longo do tempo, foi revelando outras camadas de uso e significados. Por mais que o SCS não tenha sido pensado como espaço de moradia, ele é atravessado todos os dias por milhares de pessoas: trabalhadores, comerciantes, ambulantes, passantes, usuários dos serviços públicos, pessoas em situação de vulnerabilidade; que ocupam e ressignificam esse espaço. Essa densidade de usos e interações torna a região estratégica para quem deseja pensar o futuro urbano da cidade com base em inovação, criatividade e inclusão.

É justamente nesse cenário que nasce o projeto de estruturação do Polo Tecnológico Criativo do Setor Comercial Sul. O projeto foi pensado para atuar em várias frentes, mas começa com uma etapa essencial: o estudo-diagnóstico. Esse primeiro momento busca compreender as dinâmicas existentes no local, identificar as potências e os entraves para o desenvolvimento de um ecossistema voltado à economia criativa e tecnológica, e oferecer subsídios sólidos para a fase de estruturação do Polo. Trata-se, portanto, de lançar um olhar atento sobre o que já está em curso no território e sobre o que precisa ser fortalecido, articulado ou reconfigurado. A proposta é ambiciosa, mas tem os pés fincados na escuta: entender o SCS como um território vivo, feito por e para as pessoas que ali trabalham, circulam, transformam e são transformadas. Mais do que levantar dados, o projeto se propõe a escutar vozes, observar movimentos e captar nuances.

A pesquisa parte do entendimento de que o espaço urbano não se resume a sua forma física. Mais do que um conjunto de edifícios e vias, o SCS é um ambiente atravessado por relações sociais, trajetórias individuais, fluxos econômicos e usos simbólicos. Essa visão está ancorada em uma abordagem teórico-metodológica que reconhece o espaço como construção coletiva, e que valoriza a escuta dos sujeitos que o vivem. Ao traçar os contornos do SCS a partir daquilo que as pessoas veem, sentem e fazem, o diagnóstico ganha densidade e sentido. Essa escuta ativa permite identificar não só os setores estratégicos e os atores em atuação, mas também as redes de colaboração, os recursos existentes e as lacunas que precisam ser preenchidas para fomentar a inovação e o empreendedorismo na região.

Com isso, os objetivos do projeto se desdobram em duas direções principais. Por um lado, mapear e compreender o cenário atual do SCS, identificando políticas públicas em vigor, infraestruturas de apoio, práticas empreendedoras e o grau de interação entre os atores locais. Por outro, estruturar um modelo para o futuro Polo, incluindo sua configuração urbanística, seu funcionamento institucional, seus serviços e a plataforma digital que o sustentará. O Polo deve ser mais do que uma intervenção espacial, deve ser uma resposta integrada, capaz de conectar vocações criativas e tecnológicas com as necessidades sociais, econômicas e ambientais da cidade.

Esse processo de escuta, análise e modelagem é guiado por uma lógica de integração entre métodos. Isso significa que, ao mesmo tempo em que se garante o cumprimento dos marcos e entregas previstas, há espaço para ajustes contínuos com base nos aprendizados em campo. O estudo-diagnóstico é, assim, o primeiro passo de um projeto que pretende transformar o SCS em uma referência de inovação urbana, sem romper com o que já existe, mas a partir do que ali pulsa e se reinventa todos os dias. A Cartografia Visual e o Mapa Afetivo foram duas atividades propostas que buscam permitir que a leitura do espaço seja feita a partir das experiências, e não apenas de indicadores frios.

Cartografia Visual

A Cartografia Visual é uma atividade que propõe olhar o espaço urbano a partir de quem o vive. Em vez de partir de mapas prontos ou categorias fixas, essa prática parte do caminhar, da observação direta e da escuta dos sinais que o cotidiano deixa pelo caminho. Ao usar a fotografia como ferramenta de pesquisa, o objetivo não é apenas registrar imagens, mas captar marcas, rastros e indícios que revelam como as pessoas se relacionam com o lugar.

Inspirado na cartografia de Deleuze e Guattari, a atividade entende que o espaço não é algo dado e fixo, mas algo que está sempre sendo construído e transformado. O território, nesse caso, não é só um pedaço de chão, é um conjunto de relações, práticas, memórias e afetos que se entrelaçam no dia a dia. Ele ganha forma nos deslocamentos, nas intervenções, nas formas de uso, nos gestos de cuidado ou de resistência que aparecem mesmo nos detalhes.

A caminhada, nesse método, é central. Ela permite que o pesquisador se envolva com o ritmo do lugar, percebendo não só o que está à vista, mas também o que se insinua nos vazios, nas sobreposições, nas escolhas silenciosas que moldam o ambiente. A fotografia, por sua vez, atua tanto como registro quanto como forma de leitura. Cada imagem pode ser vista como uma pergunta: o que isso diz sobre este espaço? O que se revela aqui que um mapa tradicional não mostraria?

O que diferencia a Cartografia Visual de outras formas de mapeamento é justamente essa atenção ao que escapa às categorias prontas. A ideia é construir o conhecimento a partir do contato direto com o campo, acompanhando os processos que configuram o espaço em sua complexidade e movimento. Em vez de buscar um retrato definitivo, a atividade quer captar o que está sempre em transformação.

No contexto do SCS, esse método nos ajuda a enxergar além das fachadas dos prédios e da lógica funcional do setor. Permite perceber os modos de circular e significar o espaço que emergem nas entrelinhas do cotidiano. Assim, a Cartografia se afirma como uma ferramenta potente para construir leituras situadas e sensíveis, reconhecendo que o que faz um lugar não é apenas sua estrutura física, mas o modo como ele é vivido.

A atividade foi realizada com a participação de 14 pesquisadores, entre pesquisadores-coordenadores, estudantes e colaboradores do projeto. Todos tinham um ponto de partida em comum: observar o Setor Comercial Sul com atenção às suas dinâmicas cotidianas, seus usos, tensões e expressividades. O objetivo era claro: produzir um mapeamento visual e sensível da região, observar e registrar o território com o corpo e com a câmera.

A atividade começou com a definição dos percursos, dividido pelas quadras do setor. Cada grupo de participantes cobriu diferentes quadras. A ideia era garantir uma cobertura diversa do SCS, contemplando diferentes tipos de espaços e situações urbanas: áreas de circulação intensa, locais de descanso, espaços vazios ou em disputa, pontos de encontro, comércio informal, conflitos de uso, e assim por diante. Não havia uma rota única, mas a proposta de estar presente, de se deixar afetar, de reparar no que normalmente passa despercebido.

Durante os deslocamentos, os pesquisadores registraram suas impressões com uma câmera e com anotações feitas. A fotografia, nesse

contexto, foi usada como forma de leitura e problematização do espaço. Após o percurso em campo, cada pesquisador elaborou um relatório individual, reunindo o material produzido durante o Safári Fotográfico. Esses relatórios foram concebidos como um exercício de leitura interpretativa. A proposta era que cada participante organizasse sua entrega com base em uma seleção comentada das fotografias, fazendo observações que articulassem o que foi visto com o que foi percebido.

Para ajudar na organização das análises, foi proposta uma classificação das imagens em três categorias interpretativas: **recorrência**, para situações que se repetem no cotidiano do SCS e fazem parte do modo de funcionamento do lugar; **intercorrência**, para acontecimentos pontuais, que também integram a realidade local, mas surgem de forma esporádica; e **singularidade**, para elementos que destoam, interrompem padrões ou chamam atenção justamente por escaparem à lógica dominante do espaço.

Os relatos podiam incluir, além de texto e fotografias, outros formatos de expressão: esquemas, desenhos, anotações manuais. A ideia era manter a liberdade de forma, sem perder o foco na construção de sentido. Esses relatórios formaram um conjunto diverso e potente de olhares, cada um revelando, a sua maneira, as camadas visíveis e latentes do Setor Comercial Sul.

SCS aos olhos dos pesquisadores

A partir da leitura dos relatórios, articulamos os achados das categorias recorrência, intercorrência e singularidade, trazendo o olhar único de cada pesquisador, com o cuidado de identificar os pontos em que eles se sobrepõem e aqueles em que se complementam.

Recorrências: padrões consolidados no cotidiano

Todos os relatórios destacam, de forma coerente e convergente, a **presença do abandono** como paisagem predominante: fachadas degradadas, imóveis vagos (Imagem 2), acúmulo de lixo (Imagem 1), precariedade na manutenção e sinalização. Trata-se de uma recorrência que, embora já naturalizada pelos usuários do espaço, reforça a sensação de estagnação e negligência. O abandono é visível, repetido e distribuído por todo o território.

Outro ponto comum é a **centralidade do comércio informal**, que assume diversas formas: barracas improvisadas (Imagem 3), ambulantes fixos (Imagem 4), venda de artigos diversos nas calçadas e até usos híbridos do espaço como varais e bancas de alimentação informal. Esse fenômeno indica que, mesmo em contexto de esvaziamento comercial formal, o SCS segue sendo um território funcional, sustentado por uma economia de sobrevivência.

A **arte urbana** (Imagens 5 e 6), presente em forma de grafites, lambes e murais, aparece como linguagem viva, que tensiona a paisagem urbana com crítica, ironia ou afeto. Sua repetição em áreas abandonadas sugere uma ocupação simbólica do espaço e também uma resistência ao apagamento.

Por fim, a **presença constante de pessoas em situação de vulnerabilidade social** (Imagens 7 e 8) emerge como parte estruturante do cotidiano. Essa não é uma exceção, mas uma realidade urbana integrada ao funcionamento do setor. Os relatos e imagens apontam para modos que reinventam o espaço com várias improvisações e práticas de sobrevivência.

> "Muitas vezes, ao falarmos sobre pessoas em situação de rua — especialmente em áreas que não são residenciais — esquecemos que esses espaços também se tornam lar para quem vive em situação de vulnerabilidade social. Quando nos deparamos com barracos, roupas estendidas e, mais do que isso, com comunidades organizadas, percebemos que ali há vidas sendo construídas. Para alguns, esse lugar é apenas uma passagem, algo transitório. Para outros, é permanência."
>
> "Me deparo com o Edifício Planalto, e o que mais se destaca são as inúmeras salas comerciais que estão: desocupadas, abandonadas ou disponíveis para aluguel. Isso me fez pensar na indispensável oportunidade de ocupar e fazer florescer esses espaços, fomentando a economia e o crescimento/ valorização da cultura local."
>
> *Fonte: Entrevistas com os Grupos de Discussão do projeto SCS.*



Imagem 1 - Quadra 3

Fonte: relatórios individuais sobre a Cartografia Visual (2025).



Imagem 2 - Quadra 3

Fonte: relatórios individuais sobre a Cartografia Visual (2025).



Imagem 3 - Quadra 2

Fonte: relatórios individuais sobre a Cartografia Visual (2025).

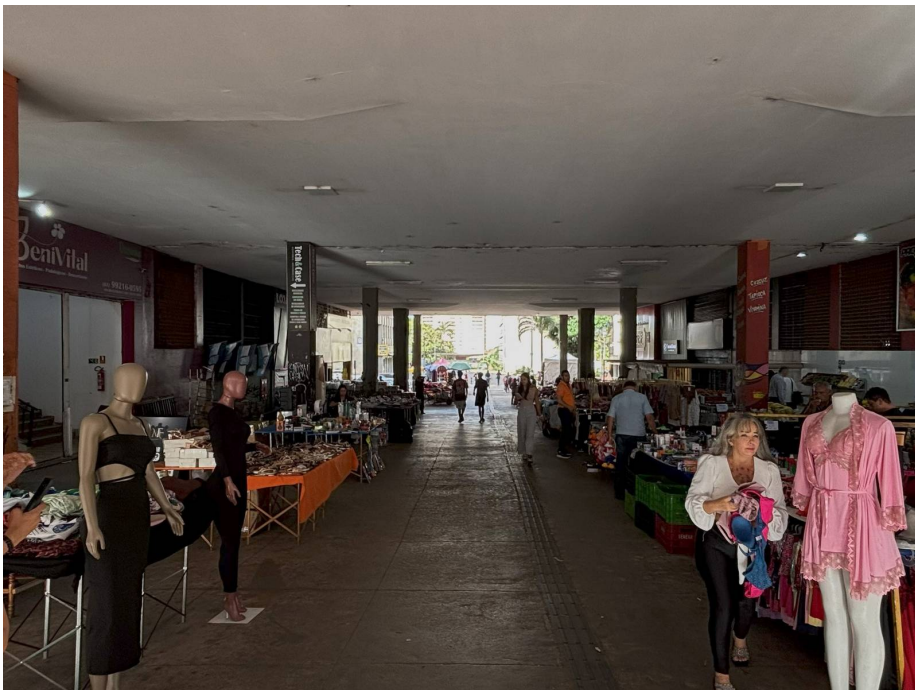


Imagem 4 -Quadra 2

Fonte: relatórios individuais sobre a Cartografia Visual (2025).



Imagem 5 -Quadra 3

Fonte: relatórios individuais sobre a Cartografia Visual (2025).



Imagem 6 -Quadra 5

Fonte: relatórios individuais sobre a Cartografia Visual (2025).



Imagem 7 -Quadra 3

Fonte: relatórios individuais sobre a Cartografia Visual (2025).



Imagem 8 -Quadra 4

Fonte: relatórios individuais sobre a Cartografia Visual (2025).

Intercorrências: rupturas que revelam tensões

Há complementaridade entre os relatórios ao mostrar episódios pontuais que **quebram a monotonia visual ou funcional do setor**: relatos espontâneos de moradores, a presença de instituições privadas com alto padrão de cuidado, ou equipamentos públicos sem uso (como banheiros trancados ou praças vazias - Imagem 9).

Todos os documentos indicam a existência de uma **distribuição desigual da atenção urbana**: bancos e instituições de ensino mantêm fachadas impecáveis (Imagem 10), com segurança reforçada, enquanto imóveis vizinhos permanecem degradados. Essa assimetria reforça sensações de exclusão e de falta de coesão territorial.

Há ainda menções recorrentes a **espaços de convivência subutilizados** (Imagem 11), projetados para o uso coletivo, mas esvaziados ou tomados pela insegurança. A urbanidade projetada não corresponde à vivência real. A desconexão entre forma urbana e práticas sociais pode se revelar como um obstáculo importante.

> "Fiquei sabendo que, nos becos subterrâneos do setor, acontecem festas nos fins de semana. Quando passei por um desses espaços, encontrei um ambiente limpo e silencioso. No momento do registro, a imagem me transmitiu uma sensação de vazio. Ainda assim, sei que aquele local ganha vida em outros dias, quando é ocupado por eventos. Essa dualidade entre o silêncio e a ocupação me chamou atenção."
>
> "Foi observada uma árvore frutífera, especificamente um mamoeiro, cuja presença foi notada como de "baixa reconhecimento" no ambiente. Este detalhe natural, embora discreto, aponta para a existência de elementos biológicos que podem passar despercebidos na paisagem urbana do SCS."
>
> *Fonte: Entrevistas com os Grupos de Discussão do projeto SCS.*



Imagem 9 -Quadra 5

Fonte: relatórios individuais sobre a Cartografia Visual (2025).

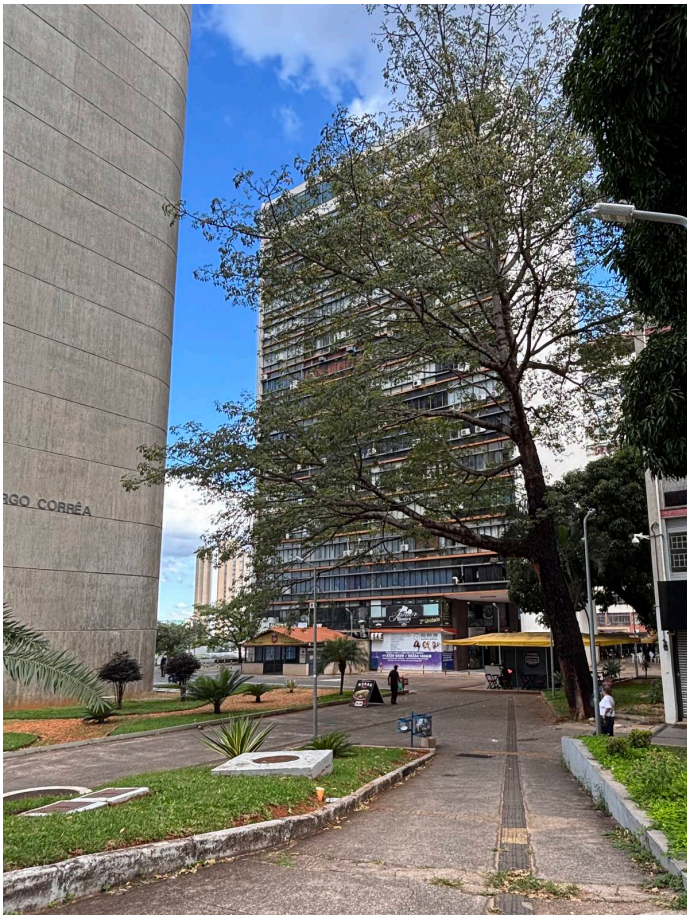


Imagem 10 -Quadra 1

Fonte: relatórios individuais sobre a Cartografia Visual (2025).

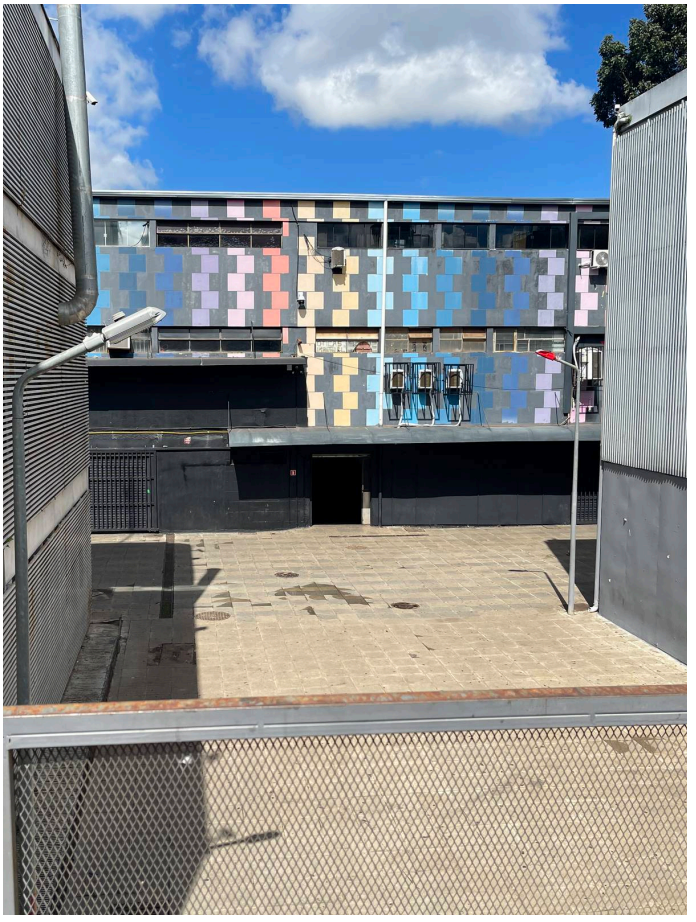


Imagem 11 -Quadra 3

Fonte: relatórios individuais sobre a Cartografia Visual (2025).

Singularidades: frestas e possibilidades

As singularidades relatadas não se repetem entre os documentos, mas se complementam em mostrar **situações que destoam da norma e reencantam o olhar**: a horta medicinal da ONG (Imagem 12), o artista retratista trabalhando ao ar livre (Imagem 13), a porta ornamentada no meio do abandono (Imagem 14), um QR code poético colado numa parede.

Essas cenas produzem **deslocamento simbólico**. Elas interrompem a lógica do descuido e abrem espaço para imaginar outros usos e valores para o território. Além disso, elas explicitam formas de **apropriação sensível e criativa do SCS que não passam pelas vias institucionais**. Funcionam como laboratório vivo de pequenos futuros possíveis.

> "Ainda que o SCS não seja residencial, ele pode ser 'habitado' poeticamente por aqueles que ali constroem sua rotina de vida ou sobrevivência. Essa habitação simbólica configura espaços de intimidade e resistência afetiva, contrapondo-se à impessoalidade do planejamento funcionalista."
>
> "Nota Memória: Me pergunto o porquê dessas cores e o que o artista queria passar. Honestamente achei muito incrível, adiciona pra identidade visual do lugar. Muito incrível!"
>
> *Fonte: Entrevistas com os Grupos de Discussão do projeto SCS.*



Imagem 12 -Quadra 5

Fonte: relatórios individuais sobre a Cartografia Visual (2025).

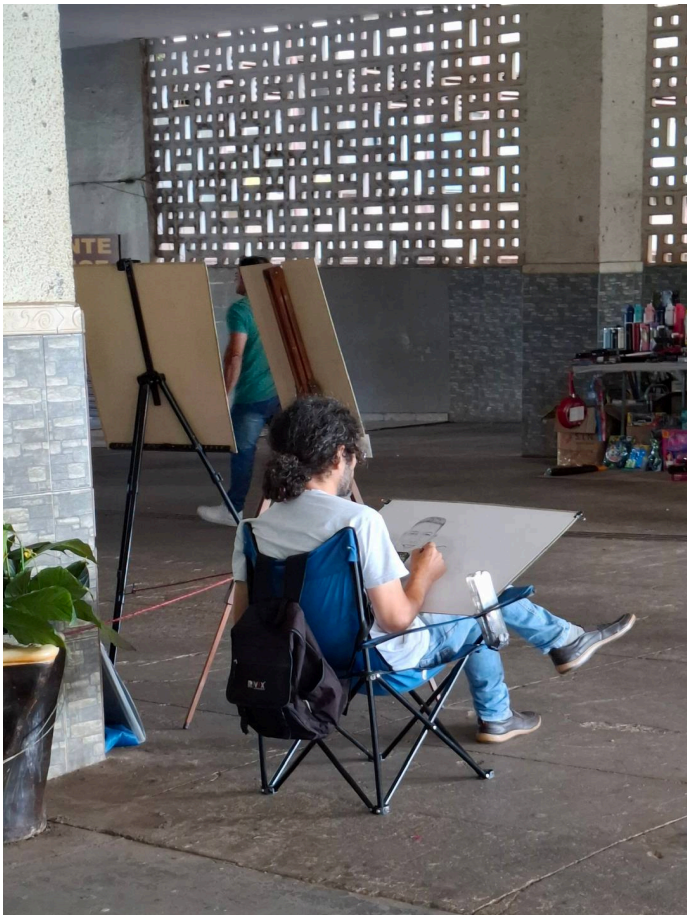


Imagem 13 -Quadra 6

Fonte: relatórios individuais sobre a Cartografia Visual (2025).



Imagem 14 -Quadra 3

Fonte: relatórios individuais sobre a Cartografia Visual (2025).

Entre frestas e entraves: o que os registros revelam sobre o SCS em movimento

A leitura dos registros produzidos pelos pesquisadores permitiu compreender o Setor Comercial Sul como um território em uso, mas profundamente marcado por assimetrias, fragmentações e reinvenções cotidianas. Embora o espaço apresente vitalidade em alguns de seus usos, ele carece de articulações mais estruturadas entre os atores presentes e de condições urbanas que favoreçam permanência, circulação e encontro.

O SCS abriga hoje um ecossistema frágil e pouco integrado. A informalidade, visível nas ocupações comerciais espontâneas, nas práticas de sobrevivência e nas formas criativas de apropriação, predomina como ausência de alternativas dentro de um sistema econômico em colapso. A diversidade de usos, embora intensa, ainda não se traduz em redes colaborativas ou práticas de inovação sustentáveis visíveis. A precariedade das infraestruturas e da gestão urbana corrói a experiência do espaço e fragiliza o ambiente para qualquer tentativa de empreendedorismo consistente.

Por outro lado, os registros apontam com clareza para a presença ativa de atores estratégicos, ainda que muitas vezes invisibilizados ou subvalorizados. Microempreendedores informais, artistas urbanos, iniciativas comunitárias, feiras e pequenas organizações sociais operam no cotidiano do setor, produzindo valor simbólico, vínculos e soluções locais. O desafio, portanto, não é descobrir se há potência criativa no SCS, mas sim como reconhecê-la como legítima, incluí-la nos processos decisórios e conectá-la a políticas de fomento que respeitem suas dinâmicas.

Nesse sentido, as imagens e relatos também evidenciam uma ausência significativa de políticas públicas eficazes. Espaços públicos projetados para a convivência permanecem ociosos; equipamentos como banheiros e áreas sombreadas estão trancados ou inutilizados; ações institucionais aparecem de forma pontual, sem articulação entre si ou com os usuários da região. Em contrapartida, empresas privadas que operam no setor mantêm fachadas e estruturas em estado de excelência, o que escancara a desigualdade na distribuição do cuidado urbano.

Os relatos de escuta espontânea revelam com nitidez como os próprios usuários do SCS compreendem o território. Há uma leitura ativa sobre o abandono e a desigualdade, mas também sinais de afeto, memória e desejo de pertencimento. O modo como o espaço é ocupado, reinventado e, em muitos casos, cuidado, oferece indícios valiosos sobre os ativos existentes e sobre o que ainda falta consolidar.

Em resumo, o SCS é um território tensionado entre esvaziamento e reinvenção. O que os registros da cartografia fotográfica nos mostram não é apenas um lugar degradado, mas um espaço em disputa, onde coexistem precariedade, resistência e desejo de futuro. Qualquer proposta de transformação, como a criação de um Polo Tecnológico Criativo, só poderá prosperar se partir dessa compreensão situada: o SCS já está em movimento. O que falta é conectividade, estrutura e reconhecimento.

Mapa Afetivo: camadas de memória e experiência no território

Como desdobramento da Cartografia Visual, o Mapa Afetivo foi concebido como uma forma de ampliar o olhar sobre o Setor Comercial Sul, ativando uma dimensão que nem sempre emerge na observação direta: a memória vivida. Se a Cartografia trouxe as imagens do presente, flagrantes do uso, do abandono, da circulação e da apropriação, o Mapa Afetivo buscou acolher o que está por baixo da superfície: lembranças, sensações, histórias pessoais e desejos ainda não realizados.

Inspirada na obra *Arqueologia Afetiva Urbana* (2011), de Eduardo Foresti, a atividade partiu da ideia de que o território não é só um dado físico ou legal, mas também simbólico, sensível e relacional. Como propõe Haesbaert (2004), é nos afetos e nas práticas cotidianas que o espaço urbano ganha densidade e sentido. Ao trazer a memória para o centro da experiência cartográfica, o Mapa Afetivo tornou-se um gesto de reencantamento do SCS.

A dinâmica (Anexo 4), que aconteceu em uma manhã de sábado num edifício do Setor Comercial Sul, teve início com um café de boas-vindas, cuidadosamente preparado para criar um ambiente acolhedor e propício à escuta. Palavras provocadoras como “infância”, “mudança” e “encontro” estavam espalhadas sobre as mesas, incentivando conversas espontâneas.

Em seguida, os participantes foram convidados a lembrar de alguma história vivida ou testemunhada no SCS e a compartilhá-la em rodadas rápidas com diferentes duplas. Essa troca inicial, simples e potente, ativou vínculos pessoais com o território e preparou o grupo para o exercício mais coletivo.

Depois de uma breve contextualização, em que se explicou o conceito do Mapa Afetivo e a inspiração na obra de Foresti, os participantes foram divididos em pequenos grupos (Imagem 15), cada um responsável por uma das seis quadras mapeadas anteriormente na Cartografia. A tarefa era reagir às imagens dispostas sobre grandes pranchas que eram compostas por fotos tiradas pelos pesquisadores nos percursos da Cartografia e, a partir delas, escrever, desenhar ou sugerir memórias, sensações e desejos.

A intervenção se deu com *post-its,* papéis transparentes e canetas coloridas, compondo uma sobreposição entre o real e o simbólico (Imagem 16). Para guiar a reflexão, cada grupo teve acesso a perguntas provocadoras: "o que essa imagem te lembra?", "O que acontecia aqui? Algo mudou?", "Como você se sentia nesse lugar?", "O que você deseja para esse lugar?" A cada dez minutos, os grupos trocavam de quadra, somando camadas diferentes de memória a um mesmo fragmento de cidade. Mesmo nos casos em que não havia lembrança direta, os participantes foram estimulados a imaginar possíveis usos ou narrativas que aquele espaço poderia abrigar.

O encerramento foi feito com uma partilha coletiva (Imagem 17). Cada pessoa foi convidada a refletir e contribuir, respondendo à pergunta: "O que você leva de hoje?". As respostas trouxeram à tona a certeza da potência do espaço, da importância das pessoas que o constroem e da necessidade do cuidado no desenvolvimento do projeto para a ressignificação e regeneração do SCS.

O resultado foi uma ampliação da Cartografia Visual: um mapa que, ao reunir os registros da atividade com as camadas subjetivas, revela o território como um tecido vivo, denso e plural. Mais do que um encerramento, a atividade abriu novas frestas de leitura, ativando sentidos que ainda não haviam sido nomeados. As intervenções feitas nas pranchas com desenhos, relatos, marcas e desejos agora se tornam material de pesquisa por si só. O que elas revelam sobre a relação das pessoas com o setor? Que memórias se repetem? Que ausências foram sentidas? A próxima etapa é justamente mergulhar nessas contribuições e escutar o que elas ainda têm a nos dizer sobre o SCS.



Imagem 15 - Realização da dinâmica para a construção do Mapa Afetivo

Fonte: Registro da dinâmica Mapa Afetivo.



Imagem 16 - Realização da dinâmica para a construção do Mapa Afetivo

Fonte: Registro da dinâmica Mapa Afetivo.



Imagem 17 - Realização da dinâmica para a construção do Mapa Afetivo

Fonte: Registro da dinâmica Mapa Afetivo.

Escutar o que ficou no papel

Se durante o encontro do Mapa Afetivo as memórias emergiram pela troca oral e pelo exercício coletivo, o passo seguinte consistiu em escutar o que permaneceu nas pranchas. As intervenções feitas com *post-its* coloridos, desenhos, palavras soltas e frases completas compuseram um material rico e heterogêneo, revelando diferentes camadas de percepção do Setor Comercial Sul. Ao olhar quadra a quadra, é possível reconhecer tanto os sentimentos imediatos quanto as memórias profundas e os desejos de futuro projetados pelos participantes. Para dar corpo a esse registro, produzimos um mapa impresso que reúne as confluências da atividade, funcionando como uma tangibilização desse momento. Esse material não apenas preserva o que foi produzido, mas amplia sua potência ao permitir o compartilhamento, tornando-se fértil em novos olhares, percepções e *insights* que seguem reverberando para além do encontro.

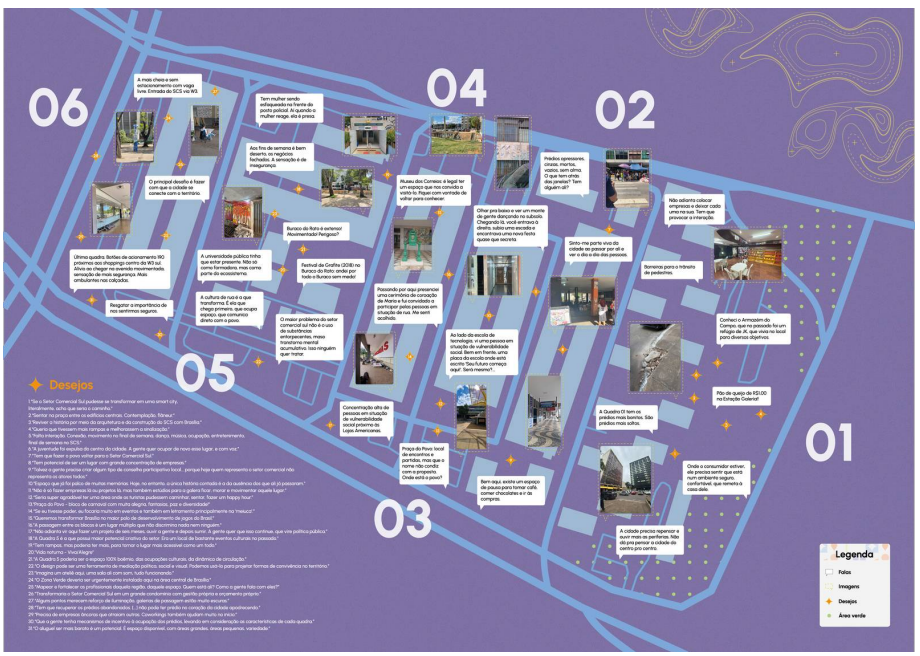
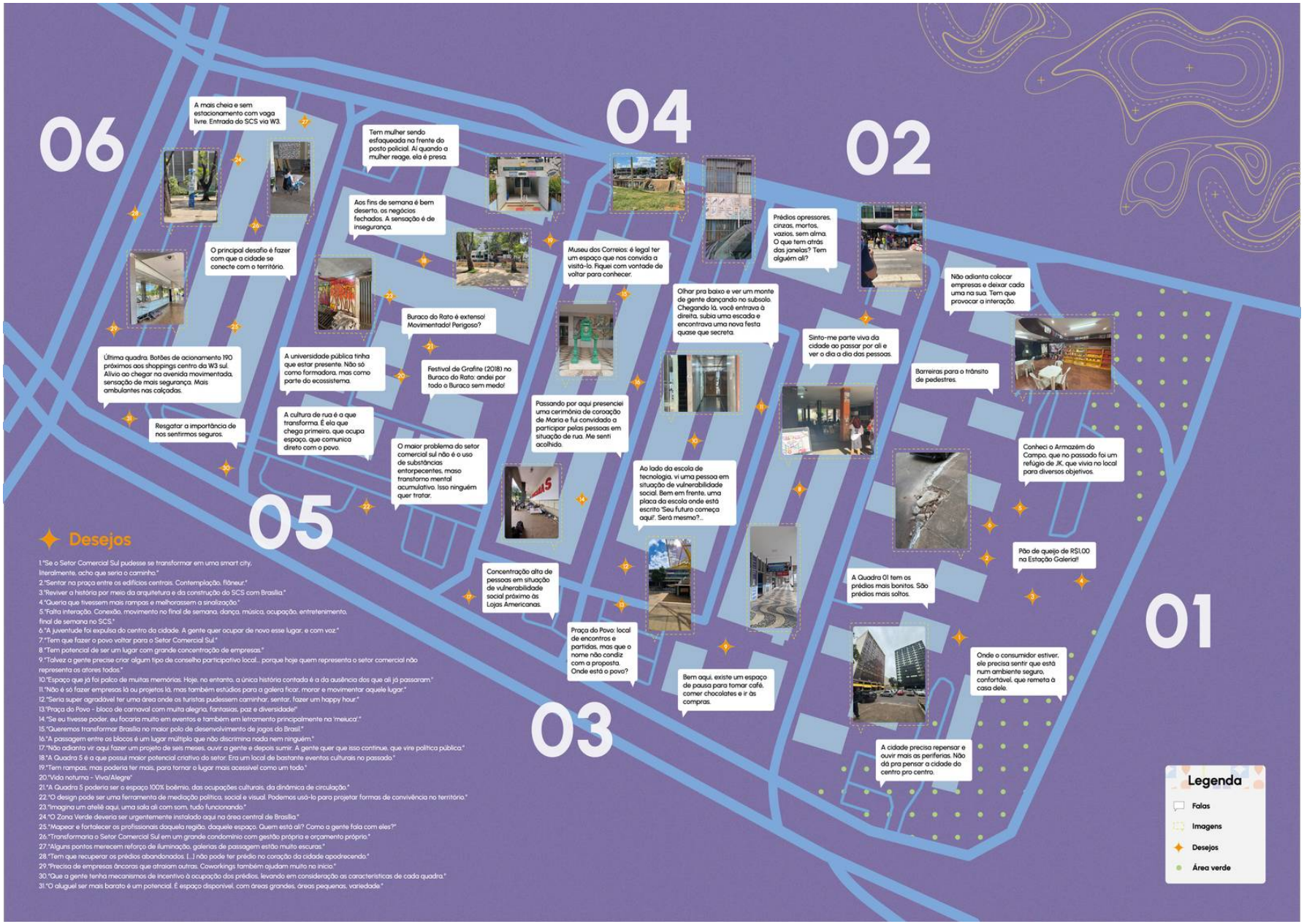


Imagem 18 - Mapa Afetivo impresso como parte da atividade
Fonte: Mapa Afetivo SCS - uma cartografia do Setor Comercial Sul (2025).


06
04
02
05
03
01
A mais cheia e sem estacionamento com vaga livre. Entrada do SCS via W3.
Tem mulher sendo esfaqueada na frente do posto policial. Aí quando a mulher reage, ela é presa.
Aos fins de semana é bem deserto, os negócios fechados. A sensação é de insegurança.
O principal desafio é fazer com que a cidade se conecte com o território.
Museu dos Correios: é legal ter um espaço que nos convida a visitá-lo. Fiquei com vontade de voltar para conhecer.
Olhar pra baixo e ver um monte de gente dançando no subsolo. Chegando lá, você entrava à direita, subia uma escada e encontrava uma nova festa quase que secreta.
Prédios opressores, cinzas, mortos, vazios, sem alma. O que tem atrás das janelas? Tem alguém ali?
Não adianta colocar empresas e deixar cada uma na sua. Tem que provocar a interação.
Buraco do Rato é extenso! Movimentado! Perigoso?
Festival de Grafite (2018) no Buraco do Rato: andei por todo o Buraco sem medo!
Sinto-me parte viva da cidade ao passar por ali e ver o dia a dia das pessoas.
Barreiras para o trânsito de pedestres.
Última quadra. Botões de acionamento 190 próximos aos shoppings centro da W3 sul. Alívio ao chegar na avenida movimentada, sensação de mais segurança. Mais ambulantes nas calçadas.
A universidade pública tinha que estar presente. Não só como formadora, mas como parte do ecossistema.
Passando por aqui presenciei uma cerimônia de coroação de Maria e fui convidado a participar pelas pessoas em situação de rua. Me senti acolhido.
Resgatar a importância de nos sentirmos seguros.
A cultura de rua é a que transforma. É ela que chega primeiro, que ocupa espaço, que comunica direto com o povo.
O maior problema do setor comercial sul não é o uso de substâncias entorpecentes, maso transtorno mental acumulativo. Isso ninguém quer tratar.
Ao lado da escola de tecnologia, vi uma pessoa em situação de vulnerabilidade social. Bem em frente, uma placa da escola onde está escrito 'Seu futuro começa aqui!'. Será mesmo?...
Conheci o Armazém do Campo, que no passado foi um refúgio de JK, que vivia no local para diversos objetivos.
Pão de queijo de R$1,00 na Estação Galeria!!
A Quadra 01 tem os prédios mais bonitos. São prédios mais soltos.
Concentração alta de pessoas em situação de vulnerabilidade social próximo às Lojas Americanas.
Praça do Povo: local de encontros e partidas, mas que o nome não condiz com a proposta. Onde está o povo?
Bem aqui, existe um espaço de pausa para tomar café, comer chocolates e ir às compras.
Onde o consumidor estiver, ele precisa sentir que está num ambiente seguro, confortável, que remeta à casa dele.
A cidade precisa repensar e ouvir mais as periferias. Não dá pra pensar a cidade do centro pro centro.
Desejos
1."Se o Setor Comercial Sul pudesse se transformar em uma smart city, literalmente, acho que seria o caminho."
2."Sentar na praça entre os edifícios centrais. Contemplação. flâneur."
3."Reviver a história por meio da arquitetura e da construção do SCS com Brasília."
4."Queria que tivessem mais rampas e melhorassem a sinalização."
5."Falta interação. Conexão. movimento no final de semana. dança. música. ocupação. entretenimento. final de semana no SCS."
6."A juventude foi expulsa do centro da cidade. A gente quer ocupar de novo esse lugar, e com voz."
7."Tem que fazer o povo voltar para o Setor Comercial Sul."
8."Tem potencial de ser um lugar com grande concentração de empresas."
9."Talvez a gente precise criar algum tipo de conselho participativo local... porque hoje quem representa o setor comercial não representa os atores todos."
10."Espaço que já foi palco de muitas memórias. Hoje, no entanto, a única história contada é a da ausência dos que ali já passaram."
11."Não é só fazer empresas lá ou projetos lá, mas também estúdios para a galera ficar, morar e movimentar aquele lugar."
12."Seria super agradável ter uma área onde os turistas pudessem caminhar, sentar, fazer um happy hour."
13."Praça do Povo - bloco de carnaval com muita alegria, fantasias, paz e diversidade!"
14."Se eu tivesse poder, eu focaria muito em eventos e também em letramento principalmente na 'meiuca'."
15."Queremos transformar Brasília no maior polo de desenvolvimento de jogos do Brasil."
16."A passagem entre as blocas é um lugar múltiplo que não discrimina nada nem ninguém."
17."Não adianta vir aqui fazer um projeto de seis meses, ouvir a gente e depois sumir. A gente quer que isso continue, que vire política pública."
18."A Quadra 5 é a que possui maior potencial criativo do setor. Era um local de bastante eventos culturais no passado."
19."Tem rampas, mas poderia ter mais, para tornar o lugar mais acessível como um todo."
20."Vida noturna - Viva/Alegre"
21."A Quadra 5 poderia ser o espaço 100% boêmio, das ocupações culturais, da dinâmica de circulação."
22."O design pode ser uma ferramenta de mediação política, social e visual. Podemos usá-lo para projetar formas de convivência no território."
23."Imagina um ateliê aqui, uma sala ali com som, tudo funcionando."
24."O Zona Verde deveria ser urgentemente instalado aqui na área central de Brasília."
25."Mapear e fortalecer os profissionais daquela região, daquele espaço. Quem está ali? Como a gente fala com eles?"
26."Transformaria o Setor Comercial Sul em um grande condomínio com gestão própria e orçamento próprio."
27."Alguns pontos merecem reforço de iluminação, galerias de passagem estão muito escuras."
28."Tem que recuperar os prédios abandonados. [...] não pode ter prédio no coração da cidade apodrecendo."
29."Precisa de empresas âncoras que atraiam outras. Coworkings também ajudam muito no início."
30."Que a gente tenha mecanismos de incentivo à ocupação dos prédios, levando em consideração as características de cada quadra."
31."O aluguel ser mais barato é um potencial. É espaço disponível, com áreas grandes, áreas pequenas, variedade."
Legenda
Falas
Imagens
Desejos
Área verde

Quadra 6

A Quadra 6 concentrou percepções ligadas à insegurança e ao abandono. Relatos mencionaram ruas desertas, fachadas cegas e a sensação de que "um filme de terror" poderia se passar ali. Ao mesmo tempo, surgiram registros de experiências muito pessoais: o carrinho de churros que despertou desejo, o contrato de estágio assinado que simbolizou a entrada na vida adulta, o alívio ao chegar em áreas mais movimentadas. A quadra aparece como um lugar paradoxal de medo constante, mas também de passagens marcantes, onde pequenos episódios individuais transformam a paisagem em memória.



Imagem 19 - Parte do Mapa Afetivo impresso como parte da atividade

Fonte: Mapa Afetivo SCS - uma cartografia do Setor Comercial Sul (2025).

Quadra 5

As anotações da Quadra 5 revelaram sua face contraditória: de um lado, palco de festivais, grafites, samba, bares e vida noturna; de outro, lugar de distopia, abandono e insegurança. O depoimento de um comerciante que atua ali há três décadas trouxe o peso da resistência cotidiana, denunciando descaso e pedindo atenção. Memórias de assaltos convivem com lembranças de alegria cultural e de comunidade. Essa quadra foi também identificada como o espaço de maior potencial criativo do SCS, capaz de se reinventar a partir da cultura e da coletividade.

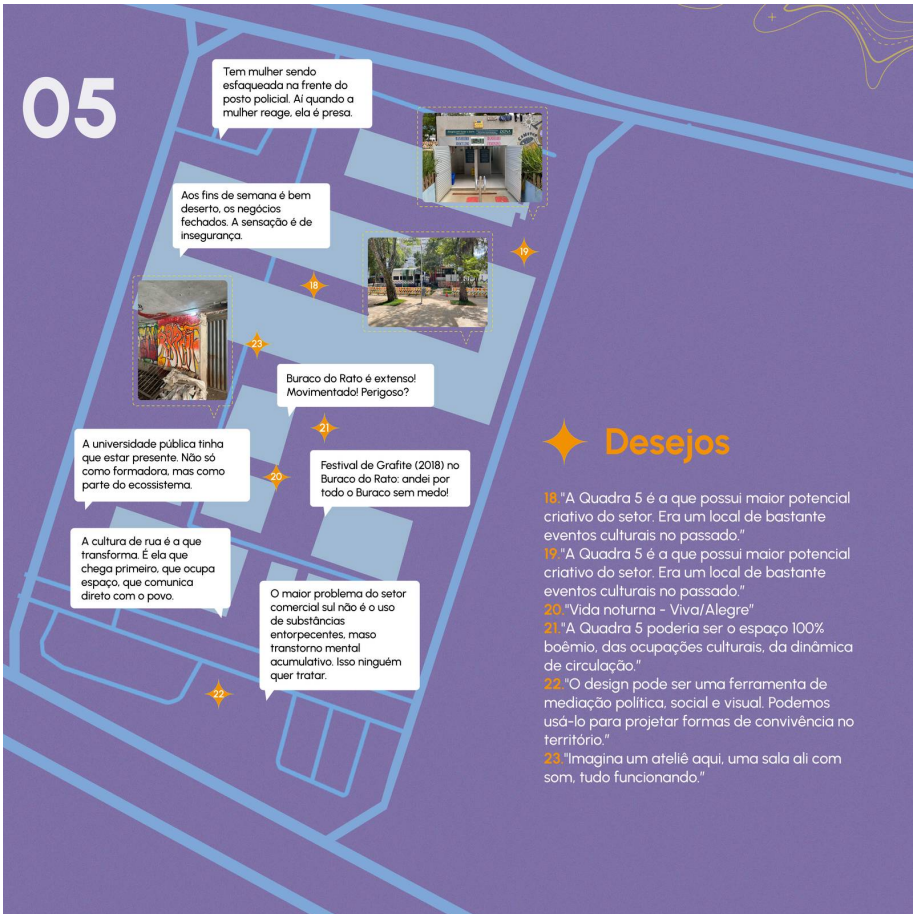


Imagem 20 - Parte do Mapa Afetivo impresso como parte da atividade

Fonte: Mapa Afetivo SCS - uma cartografia do Setor Comercial Sul (2025).

Quadra 4

Na Quadra 4, o tom foi de memória patrimonial e cultural. Os *post-its* evocaram o Museu dos Correios, a Casa da América Latina, as Lojas Americanas e suas histórias, bem como a Lanchonete Embaixador, descrita como um espaço suspenso no tempo. A quadra também apareceu como lugar de contrastes: ao lado do patrimônio e da nostalgia, surgiram menções à insegurança, ao odor desagradável de ruas desertas e à concentração de pessoas em situação de vulnerabilidade. Em meio a essas tensões, apareceram experiências de acolhimento como a cerimônia religiosa conduzida por pessoas em situação de rua, que ressignificou o espaço como território de encontro.



Imagem 21 - Parte do Mapa Afetivo impresso como parte da atividade

Fonte: Mapa Afetivo SCS - uma cartografia do Setor Comercial Sul (2025).

Quadra 3

A Praça do Povo foi o centro das memórias da Quadra 3. Lembrada tanto como espaço de festas, blocos de carnaval e futebol improvisado entre engravatados e moradores de rua, quanto como lugar de ausência: “onde está o povo?”. As percepções alternaram alegria e crítica: de um lado, relatos de diversidade e celebração; de outro, a constatação de abandono, pichações, interrupções no fluxo e contradições urbanas. A quadra expressa com força a coexistência de usos populares e marginais, celebrando a potência coletiva enquanto evidencia a exclusão.

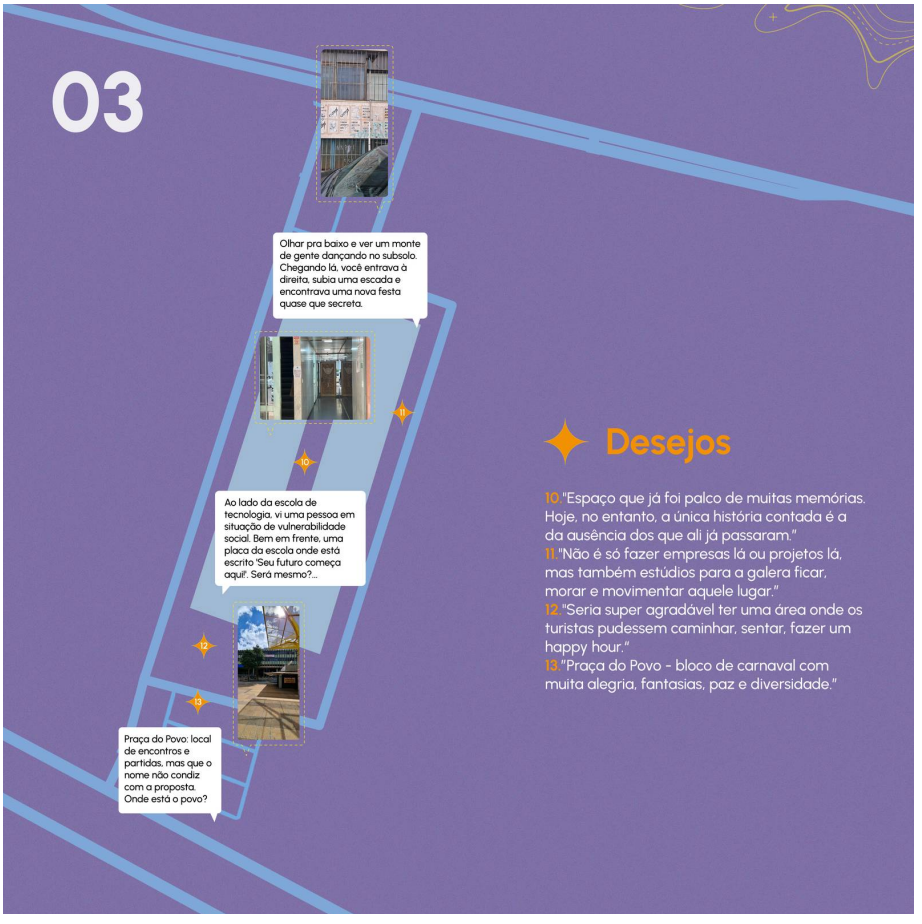


Imagem 22 - Parte do Mapa Afetivo impresso como parte da atividade

Fonte: Mapa Afetivo SCS - uma cartografia do Setor Comercial Sul (2025).

Quadra 2

Na Quadra 2, o que emergiu foi a vivência cotidiana. Os relatos falaram de cafés, lanchonetes, feiras de ambulantes e promoções que movimentam o espaço, mas também denunciaram problemas: homofobia em estabelecimentos, prédios cinzas e opressores, estigmas associados ao Buraco do Rato. A sensação de pertencimento também apareceu: a alegria de se sentir parte viva da cidade ao observar o fluxo de pessoas. Esse conjunto reforça o caráter popular e vibrante da quadra, marcado por contradições entre vitalidade e opressão espacial.



Imagem 21 - Parte do Mapa Afetivo impresso como parte da atividade

Fonte: Mapa Afetivo SCS - uma cartografia do Setor Comercial Sul (2025).

Quadra 1

A Quadra 1 foi lembrada com forte carga de memória histórica e afetiva. Os registros evocaram caminhadas rumo ao metrô, galerias cheias de movimento, arquitetura icônica e a presença do Armazém do Campo, associado a memórias de JK e à história do Brasil. Pequenas lembranças pessoais como o pão de queijo de um real, a compra apressada de uma calça no primeiro dia de estágio, a cena de uma mãe com sua filha em cadeira de rodas sem acessibilidade, convivem com desejos explícitos de futuro: mais cultura, mais arte, movimento nos fins de semana, dança, música e ocupação criativa dos prédios. Essa quadra emerge como lugar de desejo de reencantamento, onde o passado histórico se conecta com projeções de novos usos e vitalidades.

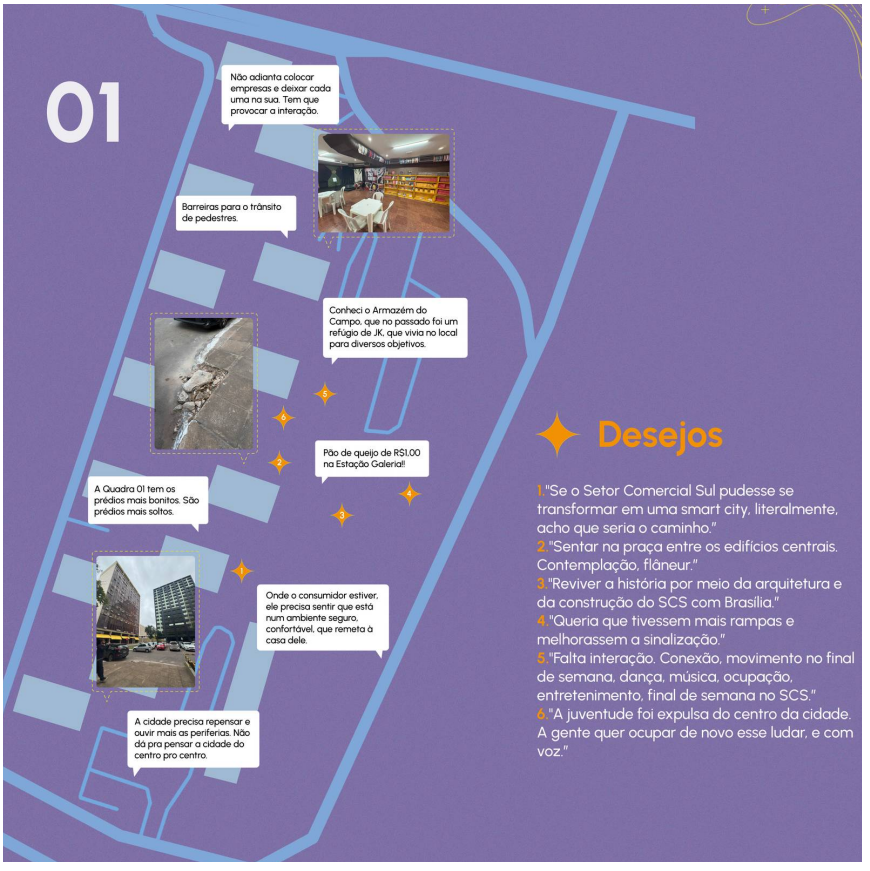


Imagem 19 - Parte do Mapa Afetivo impresso como parte da atividade.

Fonte: Mapa Afetivo SCS - uma cartografia do Setor Comercial Sul (2025).

Entre imagens, memórias e desejos: articulando Cartografia Visual e Mapa Afetivo

"Escutar o que ficou no papel" permitiu confrontar as marcas registradas pelos pesquisadores na Cartografia Visual com as intervenções deixadas pelos participantes no Mapa Afetivo. O exercício revelou um território que se confirma nos dois olhares, mas também se expande quando memória e desejo entram em cena.

Os pesquisadores identificaram como padrão o abandono estrutural, a presença constante de pessoas em situação de rua, o comércio informal e a força da arte urbana. Essas marcas, vistas como repetição cotidiana, reaparecem nos *post-its* em forma de afeto e percepção direta: "quadra que acho que vou ser assaltada", "Buraco do Rato perigoso", mas também "festival de grafite" e "samba". A vivência cotidiana confirmada pela Cartografia se traduz, na escuta do Mapa, em sentimentos de insegurança, mas também em lembranças de ocupação cultural e encontros comunitários.

Os relatórios da Cartografia destacaram também episódios pontuais que quebram a monotonia, como espaços públicos subutilizados, banheiros fechados ou fachadas impecáveis de instituições privadas. No Mapa Afetivo, essas rupturas apareceram como memórias situadas: o assalto durante o carnaval de 2018, a cerimônia inesperada de coroação conduzida por pessoas em situação de rua, a lembrança nostálgica de uma lanchonete dos anos 1980. Esses relatos confirmam a ideia de que o SCS é permeado por momentos singulares que rompem a rotina estabelecida, revelando tanto tensões quanto possibilidades de ressignificação.

As cenas que destoam da lógica cotidiana também foram percebidas de forma complementar. Se nos registros fotográficos surgiram hortas, intervenções poéticas ou apropriações criativas que desestabilizam o olhar, nas anotações do Mapa Afetivo apareceram desejos de futuro: "mais movimento nos fins de semana", "ocupação cultural", "arte, música, dança". Ao articular as duas leituras, compreende-se que o SCS não pode ser reduzido a um diagnóstico técnico nem a um repertório de memórias pessoais. É justamente no entrelaçamento entre o que se repete no cotidiano e o que se deseja para o futuro que se revela sua complexidade dialógica: um território

simultaneamente degradado e vivo, inseguro e criativo, esvaziado e desejado.

A Cartografia Visual e o Mapa Afetivo são gestos de investigação que se completam. Enquanto a primeira revela o que está dado nos fluxos, fachadas e usos cotidianos, o segundo expõe camadas subterrâneas de memória e imaginação. A escuta, além de confirmar a potência criativa do setor, a projeta em possibilidades de reinvenção, revelando a cidade como um campo que integra o existente e o imaginado coletivamente.

As atividades, por sua vez, ultrapassam a função de registro e se mostram capazes de produzir *insights*, favorecer a construção de sentidos compartilhados e aprofundar os vínculos entre o território e seus diferentes públicos. Ao reavivar a memória e dar lugar aos desejos, o processo recupera histórias que poderiam permanecer invisíveis e projeta futuros possíveis. Trata-se de uma tentativa de recompor narrativas que ultrapassam a linguagem fria dos arquivos, muitas vezes marcada pela desumanização e pela fragmentação, para afirmar o SCS como um espaço ainda vivo, tecido de afetos, relações e possibilidades em movimento.

4

Benchmarking

O benchmarking analisou referências estratégicas a partir de visitas técnicas e estudos de caso em Medellín, Roma e Lisboa. Os exemplos demonstram como identidade, inovação, participação social e economia criativa sustentam transformações bem-sucedidas. As experiências internacionais oferecem diretrizes aplicáveis ao SCS, especialmente na concepção de um Polo Criativo conectado ao território.









O *benchmarking* é um processo de pesquisa comumente utilizado por empresas para analisar, interpretar, avaliar e mensurar informações coletadas sobre a performance de produtos, serviços e processos. É um monitoramento de mercado que busca entender melhores práticas e resultados. Segundo Chaim (2023) o estudo das melhores práticas não fica restrito às grandes corporações, uma vez que pode ser entendido como ferramenta para fazer comparações e mapear o que deu ou está dando certo com outras marcas, serviços ou mesmo políticas públicas e projetos de grande porte, contribuindo assim com insights para a tomada de decisões.

A abrangência do *benchmarking* pode ser abordada no sentido de dirigir decisões e resultados em várias situações. Na etapa de um diagnóstico, por exemplo, a prática de *benchmarking* tende a auxiliar no planejamento, no desdobramento de políticas, na resolução de problemas, no horizonte de melhorias contínua, na satisfação de públicos, na mudança cultural, na aprendizagem contínua, na gestão baseada em fatos, na melhoria dos processos e, sobretudo, no desenvolvimento da estratégia.

Nesta fase do estudo-diagnóstico, o *benchmarking* foi realizado com foco estratégico para apoiar a tomada de decisões nas etapas subsequentes do projeto. Os critérios utilizados para a coleta de dados no processo de *benchmarking* incluíram a obtenção de informações internas e de domínio público, como pesquisas na internet, além de entrevistas pessoais e visitas técnicas. A combinação dessas fontes permitiu que os objetivos gerais desse instrumento de pesquisa fossem alcançados de forma eficaz. Durante o Estudo-Diagnóstico, foram realizadas três visitas técnicas em diferentes cidades e países: Medellín (Colômbia), Roma (Itália) e Lisboa (Portugal).

Em Medellín, visitou-se a Comuna 13 (Imagem 25), área que foi uma das mais violentas da Colômbia nas décadas de 1980 e 1990, marcada por conflitos entre grupos armados e

narcotráfico. A partir de 2002, iniciou-se um processo de transformação urbana e social, com investimentos em infraestrutura e projetos culturais. O grafite (Imagem 26) e o turismo comunitário se tornaram símbolos da resistência local. Hoje, a Comuna 13 é reconhecida por sua resiliência, embora ainda enfrente desafios como desigualdade e gentrificação.

Na capital italiana, Roma, as visitas técnicas ocorreram em feiras e espaços de inovação, como o SPAZIO DOVE DARE FORMA ALLE TUE IDEE (Imagens 27 e 28). Destaca-se a Casa das Tecnologias Emergentes de Roma (CTE Roma), um hub dedicado ao desenvolvimento e à experimentação de soluções em tecnologias emergentes, com foco especial na implementação do 5G, IoT, inteligência artificial e *blockchain*. Por meio de parcerias com empresas, startups, universidades e centros de pesquisa, a CTE Roma promove a transformação digital da cidade, incentivando a criação de serviços inteligentes e sustentáveis para cidadãos e empresas, visando posicionar Roma como um modelo de Smart City nacional e internacional[3].

Em Lisboa, duas áreas foram visitadas: *LX Factory* (Imagem 29) *e Village Underground Lisboa* (Imagem 30). No século XIX, a zona de Alcântara, região portuária de Lisboa, abrigava empresas industriais como a Companhia de Fiação, fábricas de tecidos, parques tipográficos e gráficos, sendo um dos principais complexos fabris da cidade. Após o processo de desindustrialização do pós-guerra, a região passou a ser marcada pelo tráfico de drogas e prostituição. Atualmente, o *LX Factory*[4] é uma ilha criativa ocupada por empresas e profissionais das indústrias criativas, além de sediar eventos variados nas áreas de moda, publicidade, comunicação, multimídia, arte, arquitetura e música, atraindo muitos visitantes interessados em redescobrir a região.

O *Village Underground Lisboa* (VUL)[5] é um modelo de negócio derivado do que existe em Londres, conforme relato de uma trabalhadora local, e que resistiu ao período da pandemia de Covid-19, mantendo suas atividades regularmente há 10 anos. O VUL se posiciona como uma vila cultural criativa onde artistas podem criar e apresentar seus trabalhos, empresas podem

[3] Disponível em: https://www.cteroma.it/it. Acesso em: 30.Ago.2025
[4] Disponível em: https://lxfactory.com/. Acesso em 2.Set.2025
[5] Disponível em https://vulisboa.com/about. Acesso em 3.Set.2025.

encontrar novas oportunidades, e visitantes desfrutam de uma experiência de lazer alternativa e completa. A estrutura arquitetônica integra contêineres marítimos convertidos em espaços de coworking, dois ônibus transformados em restaurante e sala de reuniões, um estúdio de gravação chamado Metalbox e uma sala-clube equipada, que oferece programação musical semanal multidisciplinar com artistas nacionais e internacionais, consolidando-se como uma das principais casas de shows do país.

O processo de *benchmarking* realizado durante o estudo-diagnóstico teve como objetivo identificar e analisar práticas exemplares em diferentes contextos urbanos para fundamentar as decisões estratégicas do projeto. Essa atividade incluiu visitas técnicas e a coleta de dados sobre experiências inovadoras e tecnológicas em cidades-modelo, destacando aspectos culturais, sociais e estruturais. Em Roma, por exemplo, observou-se uma forte valorização da narrativa histórica e mitológica da cidade, combinada com o uso de tecnologias avançadas para preservação do patrimônio cultural e imaterial. Além disso, a capital italiana evidencia práticas modernas de conscientização turística, diversificação dos espaços de coworking em pontos estratégicos, como estações de trem, e um cuidado especial com o fortalecimento do *savoir-faire* local, refletido em iniciativas de revitalização dos mercados tradicionais. Esses elementos reforçam a importância de integrar tradição e inovação para o desenvolvimento urbano sustentável e culturalmente enriquecido.

A análise do território criativo em Lisboa revelou uma integração harmoniosa entre o passado industrial e as práticas contemporâneas, onde o espaço dialoga intimamente com o caráter arquitetônico e estético do bairro de Alcântara, incluindo elementos como a proximidade da ponte e do porto. Diferentemente de processos de higienização urbana ou gentrificação agressiva, o ambiente mantém suas marcas históricas e "ranhuras" visuais, funcionando como um verdadeiro palimpsesto que preserva as múltiplas camadas de usos e histórias ao longo do tempo. Nesta convivência entre o antigo, o degradado e o esquecido com o moderno e descolado, a *LX Factory* se destaca ao reunir negócios criativos, turismo e entretenimento com foco na produção local, valorizando a desconstrução do tradicional versus contemporâneo em um espaço que respira cultura e inovação. Paralelamente, o *Village Underground Lisboa* (VUL) representa um modelo integrado de serviços de gastronomia, hortas comunitárias, espaços colaborativos e lazer, enriquecido por uma

programação cultural ativa, incluindo *happy hours* e shows, configurando-se como um polo dinâmico para atração e mobilização de talentos criativos em um ambiente multifuncional e inovador. Essa integração de usos e valorização da história e da comunidade contribui para a vitalidade e autenticidade desses territórios criativos em Lisboa.

PONTOS DE DESTAQUE

Medellín

- O **urbanismo social** é o eixo central da reconstrução de Medellín, fundamentado na ideia de que a infraestrutura urbana deve promover inclusão e dignidade. Obras emblemáticas, como o **Metrocable** e as **escadas rolantes públicas**, conectaram áreas periféricas e íngremes ao centro da cidade, transformando o acesso à mobilidade em um direito coletivo e em símbolo de superação.
- A **arte urbana** tornou-se linguagem identitária e instrumento de reconstrução simbólica. Murais de grafite narram a memória da violência e a resistência dos moradores, criando um museu a céu aberto que mistura estética, história e ativismo. Essa dimensão artística consolidou a Comuna 13 como um polo cultural e turístico, com forte protagonismo local.
- O **turismo de base comunitária** emerge como alternativa econômica sustentável, conduzido por moradores que atuam como guias e empreendedores. A renda gerada pelos tours, vendas de artesanato e apresentações culturais fortalece o senso de pertencimento e estimula novas formas de economia criativa.
- A **participação cidadã ativa** foi determinante para o êxito do processo. Fóruns e conselhos comunitários garantiram voz aos moradores nas decisões sobre planejamento urbano, consolidando uma cultura de governança colaborativa que une poder público, universidades e organizações locais.
- A **educação e a capacitação tecnológica e empreendedora** foram incorporadas como ferramentas de emancipação social. Oficinas, cursos

e programas de formação ampliaram as oportunidades de inserção produtiva, especialmente entre jovens e mulheres, consolidando o vínculo entre inovação social e desenvolvimento territorial.

- A **colaboração intersetorial** — envolvendo governo, universidades e iniciativa privada — assegurou a sustentabilidade das ações. Enquanto o poder público coordenou o urbanismo social, universidades produziram diagnósticos e metodologias participativas, e o setor privado apoiou projetos culturais, tecnológicos e turísticos, consolidando um ecossistema de inovação inclusiva.

Roma

- Forte construção mitológica e histórica permeia cada parte da cidade, criando uma narrativa coesa e profunda sobre seu patrimônio. Esse contexto é reforçado por **totens informativos estrategicamente posicionados**, que elucidam a história de personalidades, monumentos e sítios arqueológicos, promovendo uma experiência educativa e imersiva para moradores e turistas.
- A inovação tecnológica em Roma se manifesta principalmente nas técnicas avançadas de preservação do patrimônio histórico e imaterial, abrangendo monumentos, museus a céu aberto, praças e edifícios históricos. **Essas tecnologias incluem digitalização 3D, sensores ambientais, realidade aumentada para visitas interativas**, além de métodos sustentáveis para conservação física dos bens culturais.
- Espaços públicos incorporam **campanhas publicitárias estratégicas voltadas para a conscientização turística** e a preservação ambiental, exemplificados por painéis em locais de grande fluxo com mensagens como: *"If you love Rome, don't dirty it"* ("Se você ama Roma, não a suje"), que incentivam o respeito e cuidado com a cidade.
- A cidade apresenta uma diversificação crescente de **espaços de coworking, especialmente localizados em áreas de grande circulação**, como estações de trem — por exemplo, áreas próximas à Roma Termini e Ostiense abrigam hubs modernos que oferecem infraestrutura completa, networking e ambientes colaborativos para profissionais e startups, integrando-se à dinâmica urbana e à economia criativa.

- Destaca-se a valorização do *savoir-faire*, um enfoque cultural no valor das habilidades tradicionais e do conhecimento prático das pessoas, refletido em iniciativas de revitalização de mercados locais e espaços comunitários, onde artesãos, produtores e comerciantes locais são impulsionados (Imagem 31), contribuindo para o desenvolvimento sustentável e social da cidade.

Lisboa

- A integração do território criativo em Lisboa com a arquitetura e o entorno urbano é notável, dialogando harmoniosamente com o espírito estético do bairro de Alcântara, incluindo a relação visual e funcional com a icônica Ponte 25 de Abril e o porto próximo. **Essa conexão cria um ambiente autêntico que preserva a identidade local enquanto se adapta às novas dinâmicas urbanas.**
- Ao contrário de processos de higienização ou gentrificação, o espaço mantém sua essência original, visualmente preservando as marcas e ranhuras deixadas pelas diferentes utilizações ao longo do tempo. Esse caráter palimpsesto revela camadas históricas e a memória viva do local, **valorizando o antigo, o degradado e o esquecido como elementos fundamentais da paisagem cultural.**
- A convivência entre o passado e o presente é uma característica marcante. **O antigo e o degradado coexistem com o moderno e o descolado, integrando serviços contemporâneos** sem perder a atmosfera de tranquilidade e autenticidade que define o local.
- A *LX Factory* é um exemplo emblemático desse equilíbrio, reunindo negócios criativos, turismo e entretenimento com forte foco na produção local. Embora atraia marcas de empresas multinacionais, o espaço promove uma desconstrução entre o antigo e o contemporâneo, valorizando a inovação a partir de uma base histórica sólida. O complexo, originalmente uma fábrica do século XIX, foi revitalizado com respeito à sua arquitetura industrial, incluindo estruturas de ferro, pedra e tijolos típicas do período, preservando as características originais enquanto abriga uma vibrante economia criativa.
- No *Village Underground Lisboa* (VUL) (Imagens 32 e 33), observa-se uma integração diferenciada de serviços que combina gastronomia, hortas

comunitárias, espaços de coworking e lazer, com uma programação cultural ativa que inclui *happy hours* e shows regulares. Este espaço multifuncional fomenta a criatividade, atraindo talentos variados e promovendo um ambiente dinâmico de colaboração e inovação em um espaço relativamente compacto.

Esses territórios criativos em Lisboa exemplificam uma abordagem urbana que valoriza a memória e identidade locais enquanto abraça a inovação e o desenvolvimento sustentável, consolidando-se como modelos inspiradores para a regeneração cultural e econômica das cidades contemporâneas.



Imagem 25 - Comuna 13, Medellín, Colômbia

Fonte: Visita técnica realizada pela equipe do Projeto SCS.



Imagem 26 - Comuna 13, Medellín, Colômbia

Fonte: Visita técnica realizada pela equipe do Projeto SCS.



Imagem 27 - Spazio dove Dare Forma Alle Tue Idee, Roma, Itália

Fonte: Visita técnica realizada pela equipe do Projeto SCS.



Imagem 28 - Spazio dove Dare Forma Alle Tue Idee, Roma, Itália

Fonte: Visita técnica realizada pela equipe do Projeto SCS.



Imagem 29 - LX Factory, Lisboa, Portugal

Fonte: Visita técnica realizada pela equipe do Projeto SCS.

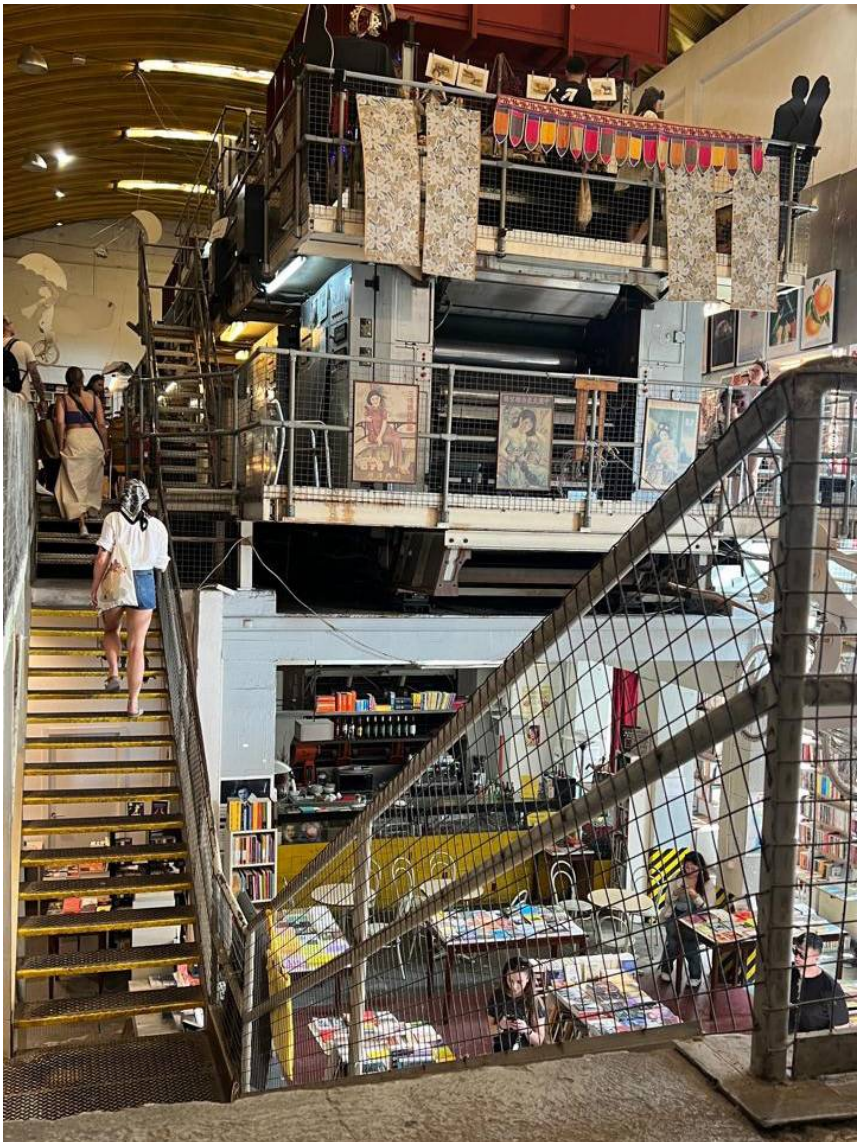


Imagem 30 - Village Underground Lisboa (VUL). Lisboa, Portugal
Fonte: Visita técnica realizada pela equipe do Projeto SCS.

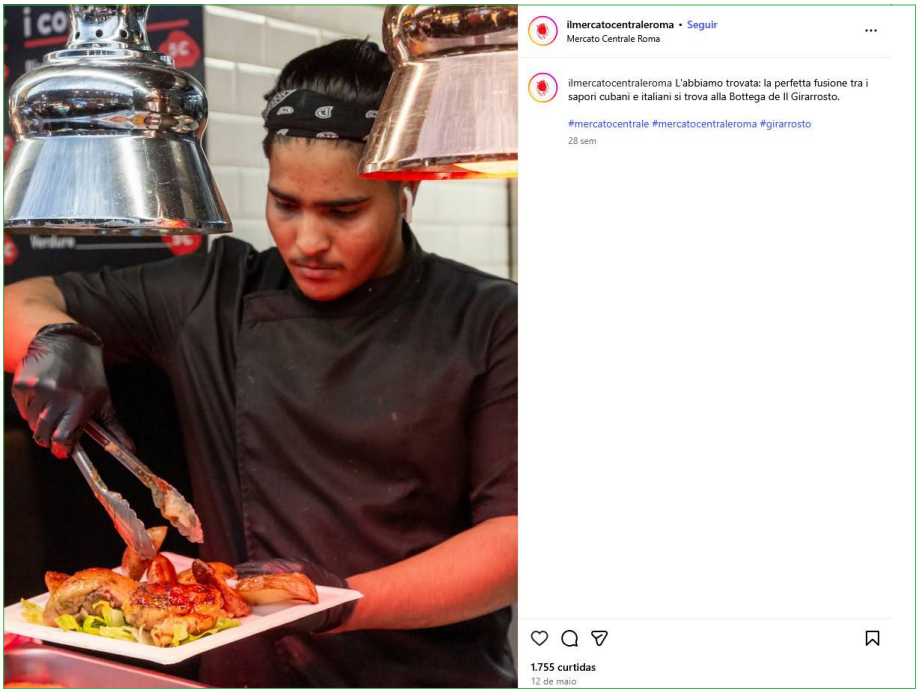


Imagem 31. Imagem da Página do @mercatocentraleroma no Instagram

Fonte: @mercatocentraleroma



Imagem 32 - LX Factory, Lisboa, Portugal

Fonte: Visita técnica realizada pela equipe do Projeto SCS.



Imagem 33 - Village Underground Lisboa (VUL). Lisboa, Portugal

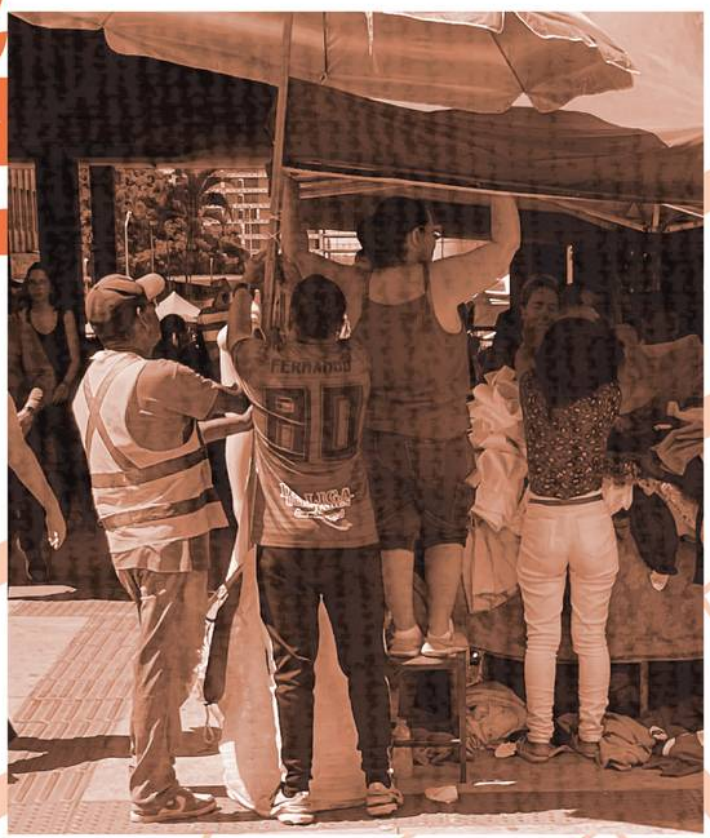
Fonte: Visita técnica realizada pela equipe do Projeto SCS.

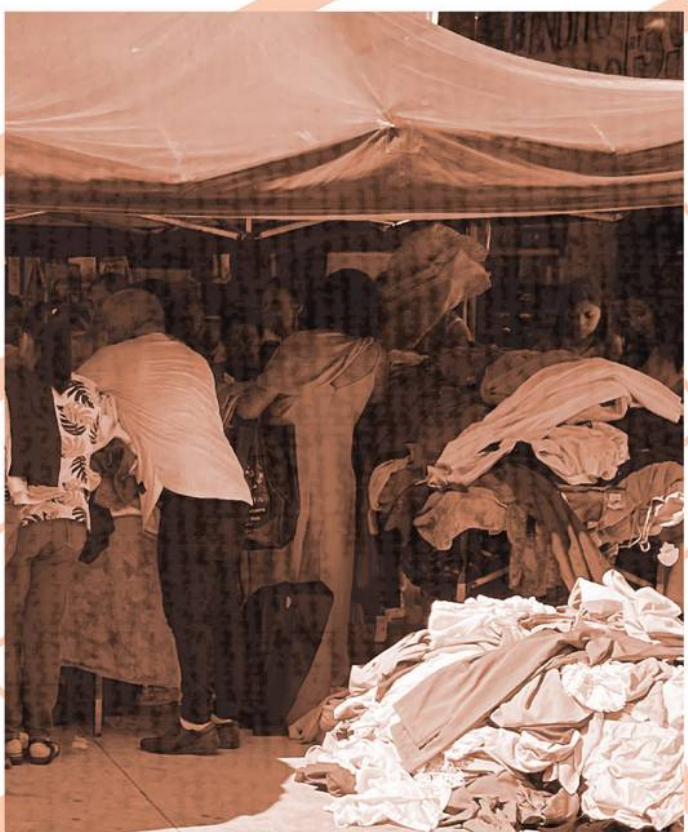
Diagnóstico de Setores Estratégicos

5



O capítulo integra os resultados das pesquisas quantitativas e qualitativas, compondo um diagnóstico do ecossistema local. Identificam-se níveis de maturidade, vocações, oportunidades, ameaças, tendências e setores econômicos estratégicos do SCS, oferecendo base sólida para decisões futuras.







Seguindo a metodologia proposta por Cohendet et al. (2010), o estudo buscou observar o Setor Comercial Sul (SCS) de forma a compreender como diferentes grupos se enquadram, qualificam e atuam no território. O diagrama 1 apresentado a seguir foi desenvolvido a partir dessa análise e representa a posição relativa de instituições, órgãos e grupos entrevistados presentes no território.

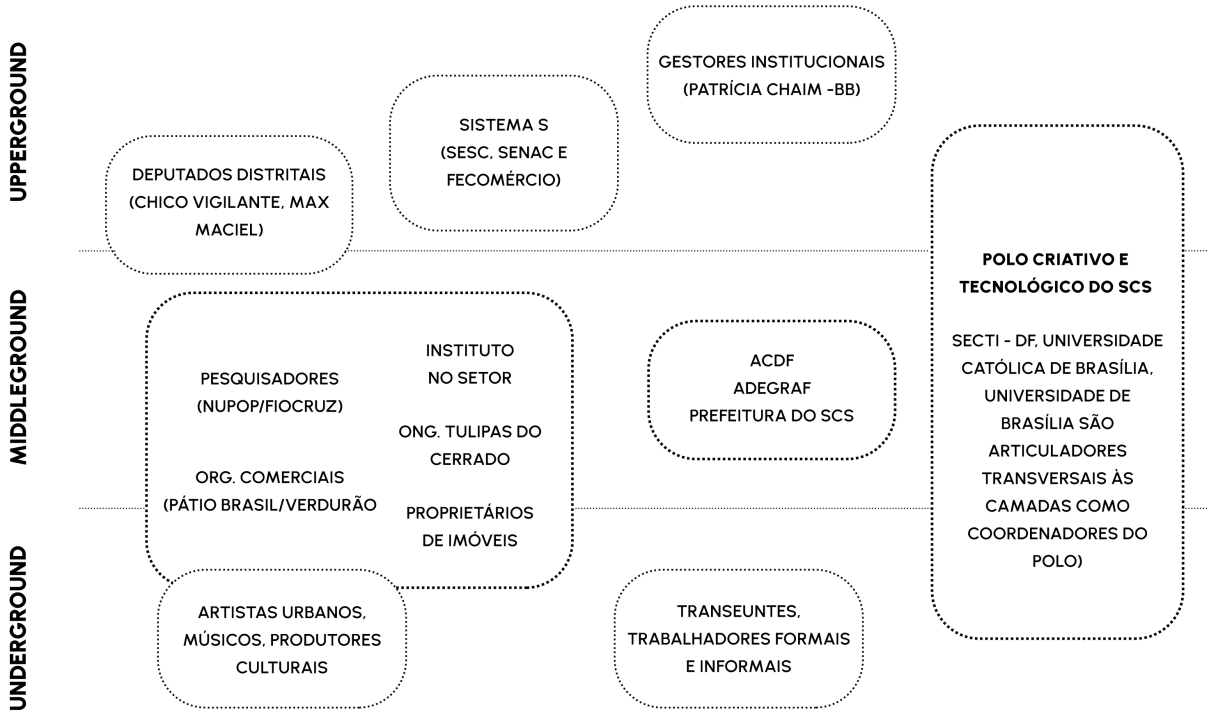
Em menções anteriores, compreendemos que o *underground* é onde emergem práticas culturais, artísticas e sociais espontâneas; o *middleground* conecta e traduz essas práticas em projetos, redes e organizações; e o *upperground*, formado por instituições e agentes formais responsáveis por definir políticas, financiar e estruturar o ambiente de inovação.

No caso do SCS, o *underground* é composto por artistas urbanos, músicos, produtores culturais e trabalhadores formais e informais que mantêm o território vivo no cotidiano. O *middleground* reúne pesquisadores, organizações sociais, coletivos culturais, instituições comerciais e entidades representativas, como a ACDF, Instituto No Setor e Prefeitura do SCS, que atuam como mediadores entre as iniciativas locais e as esferas institucionais. Já o *upperground* concentra gestores públicos, parlamentares e instituições como o Sistema S, responsáveis por desenhar e viabilizar políticas públicas, investimentos e programas de desenvolvimento.

De forma transversal, o Polo Criativo e Tecnológico do SCS se insere como uma instância articuladora entre essas camadas, conectando universidades, órgãos de governo e instituições de apoio à economia criativa e inovação em torno de um objetivo comum. A disposição dos atores nesse diagrama evidencia o potencial de integração entre os diferentes níveis do ecossistema, sugerindo caminhos para que o setor evolua de uma estrutura fragmentada para uma rede colaborativa capaz de sustentar o desenvolvimento criativo, tecnológico e social do território através de uma governança comum. O detalhamento que levou ao desenvolvimento do diagrama

está relatado abaixo nas análises qualitativas que envolveram grupos de discussão de tais camadas, entrevistas em profundidade e a cartografia fotográfica.

Diagrama 1 - Representação dos atores do SCS segundo as camadas de Cohendet et. al



Fonte: Elaborado pela equipe do projeto com base no diagrama de Cohendet et. al (2009).

GRUPOS DE DISCUSSÃO

Underground

O grupo de discussão *underground* foi realizado em 24 de maio de 2025, às 10h, no espaço colaborativo da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Distrito Federal. Um total de seis participantes compartilharam suas relações, pensamentos e afetos relacionados ao território. O grupo, muito diverso, contou com profissionais de diversas profissões como assistente de secretaria, designer, pesquisadores acadêmicos, analista de comunicação

e marketing, jornalista, estagiário e gerente de comunicação, psicólogo, produtora cultural e representante de OSC atuante no Setor Comercial Sul.

Todos os participantes possuem uma relação com o local advinda de experiências passadas, especialmente a partir de vivências na juventude. Muitos relataram frequentar o SCS para atividades rotineiras ou culturais ou simplesmente circular entre compromissos diários. Um participante, por exemplo, relatou que sua dentista permanece no mesmo endereço há anos, enquanto outro lembrou do hábito de comprar livros em livrarias do Setor, em uma época anterior à digitalização do comércio de livros.

As memórias compartilhadas também evidenciaram o papel do SCS como espaço de sociabilidade e cultura urbana. Foram citadas experiências como os shows que aconteciam na hora do almoço próximos ao posto policial, espaços de *lan house*[6] entre outros pontos de convivência. Um dos participantes destacou ainda sua vivência profissional no Centro de Atendimento à Comunidade do CEUB, onde, posteriormente, passou a frequentar eventos culturais como o Samba do Trabalhador, tradicional roda de samba que acontecia nas sextas-feiras.

Percepções do grupo

Foi um senso comum entre os participantes que o SCS carrega uma dualidade: de um lado, memórias afetivas de um espaço pulsante nos anos 1980 e 1990, associado ao consumo popular, convívio juvenil e lazer urbano (ex.: assistir jogos de futebol nas vitrines das Lojas Americanas, comprar roupas na Tesoura de Ouro, frequentar bares e festas). De outro, a constatação de que hoje o setor está esvaziado, inseguro e deteriorado. A pandemia foi vista como um marco de aceleração desse processo, com fechamento de comércios e aumento da população em situação de rua. Há também percepções de descaracterização arquitetônica (fachadas vedadas, prédios abandonados) e de uma cidade que, em seu plano modernista, não previu espaços de convivência contínuos, mas sim funcionais. O sentimento demonstrado entre os entrevistados é de um território em crise, mas que guarda vitalidade social em práticas culturais, artísticas e sociais.

[6] Lan house é um estabelecimento comercial para acesso à internet rápido e financeiramente acessível.

"Então, sempre estava aqui nas Lojas Americanas, me veio essas memórias afetivas e essa nostalgia. Agora, muito tempo depois, eu voltei com um pesquisador para poder colaborar com essas pesquisas e esse conteúdo. Foi uma experiência chocante, porque as memórias afetivas que eu tinha do Setor Comercial Sul eram de um lugar muito cheio, muito barulhento, muito movimentado, com muitos comerciantes, muita coisa acontecendo, muito barulho."

Fonte: Entrevistas com os Grupos de Discussão do projeto SCS.

"Os conflitos e as dificuldades das pessoas em situação de rua, o aumento da violência causado pelo empobrecimento e pelo fechamento de muitas lojas durante a pandemia marcaram os últimos cinco anos. Nesse período, o setor comercial se esvaziou ainda mais do que já vinha acontecendo. A pandemia realmente dificultou muito a vida desses empresários e de quem tinha o mesmo tipo de loja. Era um comércio forte, e eu falo por experiência: o setor comercial é o centro de Brasília. Essa relação de centralidade que outras cidades têm em seus centros antigos, para mim, em Brasília, está no Setor Comercial Sul."

"Uma fachada pode contar sobre o lugar. E... eu vi um monte de prédios com brises e janelas coladas, vermelhos, e acho que isso desconfigura uma coisa que... enfim, desconfigura uma cidade tombada."

Fonte: Entrevistas com os Grupos de Discussão do projeto SCS.

Percepção sobre o Nível de maturidade do ecossistema existente

O grupo considerou o ecossistema incipiente e fragmentado. Existem iniciativas importantes — como coletivos de carnaval, ocupações artísticas, eventos pontuais (ex.: transmissão de jogos, feiras culturais), projetos acadêmicos e culturais — mas elas não se articulam em uma rede orgânica ou institucional. Há pouca confiança no Estado, visto como ausente ou intervencionista de forma equivocada (caso da tentativa da Zona Verde). A governança local é inexistente: não há um fórum permanente de articulação, tampouco estratégias de médio ou longo prazo. No entanto, os participantes reconhecem que a diversidade de atores e usos poderia amadurecer em um ecossistema mais robusto, caso houvesse mecanismos de coordenação, apoio e continuidade.

> "E a gente foi vendo esse setor nesses últimos 25 anos se deteriorando bastante, sendo muito abandonado, apesar de ter muitas tentativas. Muitas tentativas do setor, de outros coletivos, dos coletivos de carnaval. Esse movimento de carnaval já tem uns 15 anos, com os espaços das fanfarras ocupando os ensaios, o próprio carnaval, os blocos acontecendo aqui nesse espaço, mas sempre com um movimento de muita resistência. Então, a gente sempre, muitas vezes, trabalhando contra o governo, contra as associações, sempre um movimento de resistência muito grande, sempre enfrentando muitas barreiras para conseguir estar aqui."
>
> "Mas eu acho que é o desafio também da sociedade. Mesmo que a gente não consiga conversar e se articular junto com o governo, esse tripé que tem que funcionar — quem está em sociedade civilizada, a população, quem é o espectador, quem é o empresário, o empresariado, o setor privado — é um desafio social mesmo."
>
> *Fonte: Entrevistas com os Grupos de Discussão do projeto SCS.*

Vocação

A vocação percebida é a de território cultural e criativo — um espaço onde convivem múltiplos públicos, com localização central, acessibilidade e custos relativamente baixos, o que favorece o pequeno empreendedor, os artistas e os trabalhadores autônomos. O SCS é entendido como um "centro real" da cidade, mais autêntico que o Plano Piloto formal, pois concentra diversidade social e cultural. As falas enfatizam que a vida que existe no setor não deve ser apagada, mas reconhecida e fortalecida: seja a criatividade dos blocos de carnaval, a música de rua, os espaços de socialização informal ou os coletivos de saúde mental.

A vocação, portanto, não é apenas "revitalizar" para atrair consumo de classes médias, mas ressignificar, consolidar o SCS como território de cultura, diversidade e inclusão social. O próprio termo "revitalização" gerou um interessante debate já que traz em seu sentido "dar uma vida a algo que não tinha vida". Foi mencionado que a utilização desse termo carrega um preconceito dentro do contexto do SCS. Os participantes concordaram que um termo mais apropriado é tratar o SCS como um território esquecido, não abandonado.

> "Eu trouxe uma fala do Facundo Guerra, que é um grande empresário da noite de São Paulo, porque ele é conhecido por revitalizar o centro da cidade. Ele disse que não gostava de "revitalizar", porque revitalizar é dar vida a algo que não tinha vida. Ele coloca esse termo "revitalizar" em um lugar muito, como ele disse, muito preconceituoso. Lembrei disso quando ele falou sobre o nome do centro de São Paulo e sobre não abandonar o lugar. Na verdade, se você olha o comercial, ele não está abandonado. Ele nunca está abandonado. É uma imagem que a gente cria de que está abandonado. Talvez ele esteja esquecido. Pode estar esquecido seja porque as pessoas têm muito interesse comercial nele ou porque não estão preocupadas com as questões sociais."

Fonte: Entrevistas com os Grupos de Discussão do projeto SCS.

Oportunidades

O grupo apontou algumas ações de cunho coletivo como oportunidades para o desenvolvimento do território como, por exemplo, mais ações de ativação cultural. Sugere-se que o SCS pode ser palco de festivais, shows, cineclubes, feiras, blocos de carnaval e até eventos esportivos populares (como as transmissões de jogos já mencionadas).

Outras iniciativas importantes são a promoção de eventos e atividades noturnas, já que o setor fica abandonado à noite e nos fins de semana; a valorização da cultura, como o samba e outras manifestações artísticas, que podem "democratizar" e "humanizar as relações", inclusive incluindo os moradores de rua; o fomento de iniciativas autônomas da sociedade civil, como a horta que surgiu organicamente em espaços abandonados, que se tornou um "lugar precioso" e gerou "valor afetivo"; a criação de espaços de convivência e cultura em praças, com "restaurante comunitário" e "pontos de descanso"; e a instalação de galerias de arte, museus e teatros, que já existem, mas precisam de união e divulgação.

A instalação do Senac no SCS é vista como promissora nesse sentido, para projetar o setor criativo e cultural, além de impulsionar a perspectiva formativa e educacional. É necessário que haja mais integração institucional e popular: um cenário possível seriam ações orquestradas com Senac, faculdades, museus e centros culturais já presentes, o que poderia atrair novos públicos. Outra sugestão foi transformar a imagem do SCS em um “bairro cultural” de Brasília, aproveitando o apelo arquitetônico tombado e a centralidade.

O grupo cita experiências de Barcelona, São Paulo e outras cidades que conseguiram aliar cultura e urbanismo para reativar territórios sem expulsar populações. No Distrito Federal, segundo um dos entrevistados, “há uma cultura fortíssima de skate no Setor Bancário Norte que poderia ser trazida para cá”. As feiras de artesanato em Ceilândia e Sobradinho são outras oportunidades já existentes que podem inspirar ações no SCS. Foi mencionado por um entrevistado os jogos de futebol de rua, fato que já aconteciam ali mesmo no estacionamento do Setor Comercial Sul, entre as quadras 2 e 3, ações desportivas foram lembradas, portanto como atividades capazes de "dissolver tensões", "democratizar o espaço" e "humanizar as relações" fazendo com que funcionários de lojas e advogados joguem com moradores em situação de

vulnerabilidade social, e estes possam ser vistos como pessoas com nome e história.

> "Acho que o Senac vem com uma representatividade muito grande, e eu acredito que, quando você tem um polo voltado para isso — economia, criatividade, tecnologia — esse incentivo faz diferença. As pessoas vão começar a viver mais, conhecer mais, porque, querendo ou não, esse é o sistema daqui. Então, você tem como comentar também."

Fonte: Entrevistas com os Grupos de Discussão do projeto SCS.

Ameaças

A gentrificação foi o risco mais apontado; de que um projeto de revitalização elitize o território, expulsando populações vulneráveis e coletivos que hoje dão vida ao setor. A violência que permeia o território, decorrente da "falta de diálogo, de compreensão dos contextos" e da "distribuição desigual do poder" na sociedade pode ocasionar tal processo, segundo os entrevistados. Ligado a este risco, também foi apontada a ausência de políticas de assistência, saúde e acolhimento e uma pressão por “limpeza social” que pode agravar vulnerabilidades.

Também foi mencionado o estigma do imaginário coletivo de insegurança e abandono afasta potenciais usuários, além da concentração imobiliária, onde poucos grupos controlam muitos imóveis, também é uma preocupação que pode dificultar novos usos e criar barreiras para aluguéis acessíveis. Todos os entrevistados, sem exceção, mencionaram a ausência de políticas públicas consistentes; iniciativas pontuais não se sustentam (ex.: Zona Verde, eventos esporádicos).

> "Você deveria ter uma equipe de saúde vindo aqui periodicamente, espalhada pelo DF em todos os lugares. O CAPS prevê a busca ativa no território, mas aqui isso não é feito. Está previsto o IPES, uma organização que atua no território, fazendo o trabalho que deveria ser da Secretaria de Assistência Social do governo. O governo terceirizou esse trabalho. Eles tentam garantir que uma pessoa em situação de rua consiga uma consulta, mas você já sabe que ela não consegue entrar no ônibus, que será xingada; que não vai conseguir entrar no hospital, porque será barrada pela segurança. Existe uma ação do Estado tentando minimizar esse estigma e a dificuldade de acessar direitos, mas tudo funciona de forma muito precária. O próprio CAPS, que era para ser um CAPS 24 horas com porta aberta, não funciona dessa maneira. E tudo isso tensiona o território."

Fonte: Entrevistas com os Grupos de Discussão do projeto SCS.

Tendências

É notável que exista uma pressão crescente por projetos imobiliários que transformem o espaço em áreas de uso misto, com moradia e escritórios, fato amplamente noticiado, embora sem definições. Isso levanta preocupações sobre a exclusão do público que historicamente ocupa o setor. Paralelamente, os entrevistados mencionam que tendência de mercado como a expansão de ocupações temporárias, aluguéis de temporada, coworkings poderiam se consolidar no território.

Em contrapartida, há uma forte resistência cultural: coletivos artísticos e blocos de carnaval continuam a se fortalecer, mantendo viva a vitalidade *underground* que caracteriza o território. Ao mesmo tempo, cresce a discussão sobre mobilidade e sustentabilidade, com propostas de ampliar ciclovias, calçadas e transporte coletivo, buscando reduzir a centralidade do automóvel.

Nesse contexto, emerge uma disputa de narrativas sobre o que significa revitalizar o SCS. Enquanto alguns enxergam o setor como vazio e a ser preenchido por novos usos, outros defendem que ele sempre teve vida e que

qualquer intervenção deve reconhecer e valorizar as práticas sociais e culturais já existentes, em prol de uma cidade mais inclusiva e plural.

> "Tem uma divisão meio estética e de frequência, assim. Então, os prédios, as ruas e as praças mais próximas do metrô — essas quadras mais para baixo, perto do metrô — estão muito mais especuladas, reformadas. Tem mais gente circulando. E ali o meio ficou mais acantonado, assim. Tem realmente mais lojas fechadas, é onde tem mais pessoas em situação de rua, tem menos limpeza. Eu sinto que o meio que não está nem tão próximo da W3, perto dos shoppings, é mais abandonado do que esses dois polos, assim."

Fonte: Entrevistas com os Grupos de Discussão do projeto SCS.

Middleground

O grupo de discussão da camada *Middleground* foi realizado em 31 de maio de 2025, também às 10h e com apoio estrutural da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Distrito Federal. Ao contrário do grupo *Underground*, que contou majoritariamente com pessoas relacionadas ao ecossistema da Economia Criativa, o *Middleground* recebeu pessoas com um viés mais social, com exceção de Marcos Loureira que representava tanto a Associação dos Designers Gráficos do Distrito Federal (Adegraf) quanto a Associação Comercial do Desenvolvimento Federal (ACDF). As demais entrevistadas foram Flávia e Sofia, que atuam no projeto "Formando da Rua" e são integrantes do Núcleo de Populações em Situações de Vulnerabilidade e Saúde Mental na Atenção Básica (Nupop/Fiocruz), e Juma Santos, representando sua instituição "Tulipas do Cerrado - Rede de redução de danos e profissionais do sexo do Distrito Federal".

Percepções do grupo

O grupo reforça que o Setor Comercial Sul (SCS) é um espaço estratégico e central, mas marcado por fortes desigualdades. A percepção predominante

é de abandono pelo poder público e ausência de políticas estruturadas, especialmente para a população em situação de rua. As iniciativas que existem partem, em grande parte, da sociedade civil e de coletivos locais, revelando tanto a fragilidade quanto a resiliência do território. Questões de infraestrutura – iluminação precária, acessibilidade quase inexistente para pedestres e insegurança – agravam a exclusão social e a dificuldade de circulação econômica.

O grupo discutiu amplamente a questão das pessoas em situação de rua. Neste contexto, um dos entrevistados não defende a remoção deles, mas sim a busca por uma solução que os inclua.

> "Qual é a solução para você? Porque não é eu chegar e apresentar uma solução para ele, falar: "Você tem que sair daqui." Mas a pergunta é: você prefere morar numa casa? Você prefere morar numa casa confortável, ter um trabalho, poder ir e voltar? Então, assim, eu tenho certeza, por isso ela falou que o tempo todo prefere, só que é um processo, não é de hoje também. E eu acho que é isso: não é só pegar uma pessoa dessa e colocar para trabalhar na minha empresa e achar que ela vai dar um resultado que outra pessoa, que está inserida na sociedade, daria."

Fonte: Entrevistas com os Grupos de Discussão do projeto SCS.

Percepção sobre Nível de maturidade do ecossistema existente

O ecossistema do SCS é considerado de baixa maturidade no campo da inovação e economia criativa. Embora haja iniciativas isoladas (ex.: Tulipas do Cerrado, Formando da Rua, Coletivo Aroeira), falta articulação sistêmica e políticas públicas consistentes. A digitalização ainda é incipiente entre empreendedores locais, dificultando competitividade e integração a cadeias mais amplas. A atuação mais consolidada vem da esfera social, especialmente ligada à redução de danos e à assistência a populações vulneráveis, mas ainda distante de uma governança integrada.

> “A ausência de políticas públicas específicas aqui do setor. Eu acho que o setor, onde hoje aproximadamente 50 mil pessoas passam por aqui — entre público que circula, trabalhadores, empresários — é praticamente uma cidade. Então, assim, é um território extremamente peculiar.”

Fonte: Entrevistas com os Grupos de Discussão do projeto SCS.

Vocação

A vocação do SCS, segundo os participantes, está em sua centralidade, diversidade social e acessibilidade relativa (no coração de Brasília, conectando comércio, cultura e serviços). O setor pode se consolidar como território de inclusão produtiva e polo de inovação social, desde que as políticas considerem a população já presente. A memória de um espaço pulsante, aliado à existência de coletivos culturais e projetos sociais, reforça sua identidade híbrida: comercial, cultural e de acolhimento.

> "Eu acho que isenção de IPTU para empresários, isenção de impostos para os ativos e o pessoal de tecnologia que vem para cá, de repente com criação de startups em locais físicos, sabe? Eu acredito que esses incentivos fiscais vão fazer com que o setor permaneça."

Fonte: Entrevistas com os Grupos de Discussão do projeto SCS.

Oportunidades

Destaca-se a possibilidade de implementar incentivos fiscais, como a isenção de IPTU e outros impostos, de forma a atrair empreendedores voltados para áreas criativas e tecnológicas. Essa medida poderia estimular novos negócios e contribuir para diversificar a economia local.

Outra frente importante é a requalificação dos espaços ociosos, que poderiam ser transformados em áreas de convivência, hortas comunitárias, equipamentos culturais e espaços voltados ao lazer noturno, ampliando a

vitalidade urbana. Soma-se a isso a necessidade de criar políticas de trabalho e renda adaptadas às populações em situação de rua, incluindo programas de capacitação que promovam a inclusão produtiva e social.

O grupo também destacou o potencial de articulação entre comércio, cultura e serviços, explorando o SCS como um polo de economia criativa e social. Experiências de outras cidades, como Porto Alegre, Belo Horizonte, Medellín e Buenos Aires, reforçam que é possível pensar em caminhos de transformação urbana sustentáveis, capazes de aliar dinamização econômica, inclusão social e valorização cultural.

Ameaças

Assim como o grupo *Underground*, os participantes do *Middleground* apontaram como principal ameaça o risco de que políticas de "revitalização" sejam implementadas de forma excludente, promovendo processos de gentrificação que resultem no deslocamento de populações vulneráveis já presentes no território. Essa possibilidade foi vista como um grande perigo para a identidade do SCS, que poderia perder justamente a diversidade social que lhe confere vitalidade.

Outro ponto levantado foi a descoordenação entre órgãos públicos, o que gera ações fragmentadas e pouco efetivas. Essa ausência de integração agrava problemas estruturais do espaço, como a insegurança, a precariedade urbana e a falta de acessibilidade, fatores que afastam potenciais usuários e investidores.

Além disso, persiste uma crítica à continuidade de modelos assistencialistas superficiais, incapazes de oferecer soluções estruturantes e duradouras. A fragilidade econômica dos pequenos negócios locais foi destacada como uma ameaça concreta, já que limita a geração de renda, a permanência de empreendedores no setor e a atração de novos investimentos.

> "Gente, porque pior do que está, pode ficar. Pode ficar. Se os comerciantes saírem daqui, aí sim a especulação toma conta. E eu acho que tem lugar para todo mundo aqui, com diminuição e trabalho. Eu acho que transformação, requalificação de espaços, sabe? Através de espaços de convivência, hortas ou terapias, onde todo mundo toma conta. Porque aquilo que eu tomo conta, eu valorizo, é meu."

Fonte: Entrevistas com os Grupos de Discussão do projeto SCS.

Tendências

Entre as tendências discutidas, destaca-se a pressão crescente para transformar o SCS em um polo criativo e tecnológico, movimento que pode dinamizar o território, mas também gerar tensões sociais se não houver atenção à inclusão das populações que já ocupam o espaço. Em contraponto, ganha força a valorização da economia solidária e criativa, apontada como alternativa mais sustentável e democrática de desenvolvimento local.

Outro aspecto ressaltado foi a necessidade de digitalização dos processos empresariais, considerada uma tendência inevitável para que pequenos negócios e empreendedores locais consigam se integrar às cadeias de mercado e garantir competitividade. Nesse cenário, o fortalecimento de coletivos sociais e culturais surge como peça-chave, já que esses atores desempenham papel central na preservação da identidade do setor e na construção de soluções inovadoras.

Por fim, consolidou-se a percepção de que qualquer transformação duradoura dependerá do reconhecimento da importância de políticas urbanas integradas, capazes de articular moradia, renda, saúde mental, cultura e mobilidade. Somente com essa abordagem ampla e intersetorial será possível garantir um futuro sustentável para o SCS, na visão dos entrevistados.

Upperground

Para a camada *Upperground*, foram realizados dois grupos de discussão no dia 24 de julho de 2025, na Associação Comercial do Distrito Federal. Esta

camada possui a maior representatividade de todas, com representantes da própria ACDF, Sindivarejista, Polícia Militar, Prefeitura do Setor Comercial Sul, empresários e proprietários de edifícios e lojas no território.

Os dois grupos apontaram o SCS como um território que já teve papel vital na economia do DF, mas que hoje sofre com esvaziamento, insegurança, desorganização urbana e perda de atratividade. Enfatizaram a deterioração da infraestrutura, a presença crescente da população em situação de rua e o enfraquecimento do comércio tradicional, o desgaste da relação entre empresários e poder público, além da imagem de insegurança associada ao setor. Em ambos os diagnósticos, a percepção é de um espaço subutilizado e degradado, mas que mantém valor estratégico por sua centralidade e potencial de transformação.

Percepções do grupo

Os participantes destacaram que o Setor Comercial Sul (SCS) se consolidou como um espaço de comércio popular e de serviços acessíveis, mas hoje enfrenta sérios problemas de esvaziamento e degradação. A percepção predominante é de que houve uma perda de vitalidade econômica, somada ao aumento da insegurança, à precariedade da infraestrutura e à presença crescente de pessoas em situação de rua. Apesar disso, os entrevistados reconhecem a centralidade do setor e sua importância como polo de circulação e encontro.

Também foi destacado que a burocracia e a dificuldade de articulação com o poder público foram constantemente apontadas como barreiras. Apesar disso, reconhece-se que a localização estratégica, a vocação comercial e a presença de iniciativas pontuais, como a boate Externa e pequenos projetos de sustentabilidade, demonstram que o espaço possui potencial de revitalização. Há um sentimento de desgaste, mas também de que existem caminhos possíveis se houver organização coletiva e incentivos adequados.

Percepção sobre o Nível de maturidade do ecossistema existente

O ecossistema atual foi avaliado como fragmentado e de baixa maturidade, com pouca coordenação entre comerciantes, associações locais e o poder público. Muitos negócios sobrevivem de maneira isolada, sem estratégias coletivas de fortalecimento. Há uma base econômica consolidada no setor de serviços e comércio, mas ainda sem a articulação necessária para se transformar em um polo inovador ou criativo. A ausência de políticas públicas integradas reforça essa condição de fragilidade.

Existe pouquíssima união entre empresários e proprietários, o que inviabiliza soluções de gestão compartilhada. Há iniciativas de sucesso pontuais, mas falta uma cultura consolidada de cooperação e associativismo. O modelo de "cada um por si" ainda predomina, o que dificulta avanços estruturantes.

Vocação

O grupo enxerga no SCS uma clara vocação para se manter como polo de serviços e comércio popular, mas com possibilidade de expansão para atividades ligadas à tecnologia, educação, gastronomia e lazer noturno. A centralidade geográfica e a diversidade de públicos que circulam no setor são vistas como trunfos que podem ser aproveitados em uma estratégia de reposicionamento, desde que respeitando sua identidade popular e evitando processos de exclusão. A infraestrutura de conectividade (como fibras óticas) são ativos estratégicos. O setor poderia se consolidar como um "shopping a céu aberto" (*open mall*), combinando negócios, cultura, serviços e inovação.

> "Nós precisávamos transformar o SCS em open mall, ou seja, um shopping aberto. Como que é isso? Todas as empresas, né, os investidores, investem no fundo com a manutenção e o mínimo necessário. A gente faz aquela parte central, esse corredor, transforma realmente em uma rota de 24 horas. Então teria vida, mas uma vida constante, nesse eixo, nesse centro. A gente teria condições de trazer investimentos com tecnologia, educação, muitas empresas locais, nacionais e internacionais para o Brasil, que é uma condição nossa muito estratégica. E com isso, a gente iria colocar câmeras, fazer o paisagismo, tudo em manutenção permanente, porque as coisas são feitas e tudo bem, como o herói trazendo tudo na manutenção. Então, se nós tivermos uma cidade de chão aberto, vai ter como haver essa manutenção."

Fonte: Entrevistas com os Grupos de Discussão do projeto SCS.

Oportunidades

A requalificação dos espaços ociosos é necessária, principalmente nos quesitos de paisagismo, câmeras de segurança, estacionamentos, iluminação. Estes locais poderiam ser convertidos em áreas para cultura, lazer e novos empreendimentos. A possibilidade de integrar comércio, serviços e inovação tecnológica foi apontada como vetor de transformação, com a atração de startups, coworkings e negócios criativos.

Outra oportunidade importante é o fortalecimento da parceria público-privada, especialmente em ações de manutenção e segurança. O grupo também citou o potencial de atração turística do SCS, caso sejam criadas condições urbanas adequadas.

Foram identificadas oportunidades na criação de incentivos fiscais que atraiam empreendedores criativos e tecnológicos, na requalificação urbana e na integração entre comércio, cultura e serviços. Projetos como uma zona gastronômica e espaços 24h podem dinamizar o fluxo de pessoas e negócios. Experiências bem-sucedidas, como o Porto Digital (Recife) e a revitalização da Torre de TV (Brasília), servem como referências inspiradoras.

"Tem alguns incentivos, inclusive na parte de sustentabilidade. Tem alguns outros que a gente pode copiar e fazer para cá. Por exemplo, quando se fala em sustentabilidade, todo mundo pensa em custo, mas não é custo. Pelo contrário, aqui dentro a gente já consegue, por exemplo, empresas do lucro real investindo em sustentabilidade, dessa carga tributária que é de 34%. Então, tem iniciativas sustentáveis que diminuem a carga tributária e, com alguma lei mais robusta, a gente consegue melhorar ainda mais no sentido fiscal. Isso atrai muito. Porque a empresa não vai vir à toa. Só porque eu digo que está no centro da cidade, eles não vão deixar os seus projetos de mobilização só porque estamos a 300 metros do governo federal, não é? Não faz sentido. A gente realmente vai ter que criar uma forma de trazer essas empresas para cá."

Fonte: Entrevistas com os Grupos de Discussão do projeto SCS.

Ameaças

No campo das ameaças, a revitalização voltada apenas a grandes empreendimentos foi abordada como uma ação excludente que leva à gentrificação e a expulsão de comerciantes populares. Também foi mencionada a fragilidade econômica dos pequenos negócios, muito suscetíveis a crises e à falta de apoio público. A insegurança urbana e a percepção negativa associadas ao setor reforçam o risco de afastar consumidores e investidores. Também são ameaças a descoordenação entre órgãos públicos, a persistência de políticas assistencialistas superficiais e a possibilidade de concorrência de outros polos dentro do DF (como o Biotic). A falta de engajamento dos próprios empresários locais amplia esse risco.

> "Então, assim, quando se fala do CAPS, por exemplo, aqui, me preocupa o princípio da finalidade. É o local correto? Porque se esse não for o local para isso, alguém precisa dizer alguma coisa, coletivamente, de preferência. Vamos nos resguardar, então, da legislação? O que é a legislação? A premissa da legislação da administração pública é o princípio da finalidade, um deles. Por que temos o CAPS, no Setor Comercial Sul, que tem, por finalidade, ser comercial? Então, talvez a gente precise partir desse princípio. É aquela história de: eu estou empenhando energia em algo que nem deveria ter começado; ou seja, uma energia vazia, eu não estou usando para nada."

Fonte: Entrevistas com os Grupos de Discussão do projeto SCS.

Tendências

As tendências apontam para uma pressão crescente em favor da transformação do SCS em polo criativo e tecnológico, mas participantes do grupo enxergam essa ação com incertezas quanto à inclusão social. O grupo ressaltou a tendência de fortalecimento de modelos híbridos de uso, que integrem comércio, serviços, habitação e cultura. Também se observa maior demanda por digitalização dos negócios locais, como estratégia de sobrevivência no mercado atual. A valorização da diversidade cultural do setor, se bem explorada, pode se consolidar como tendência positiva, mas seu futuro dependerá da capacidade de alinhar inovação com inclusão social.

Outras pistas também emergiram no debate: a busca por modelos de gestão coletiva (zeladoria compartilhada), a pressão por maior qualificação da infraestrutura urbana, a valorização de experiências culturais e criativas bem estruturadas, e o fortalecimento de modelos de *"open mall"* que conciliem comércio, tecnologia e lazer. A segurança aparece como um fator decisivo: a tendência é que, sem sua melhoria, qualquer plano de revitalização perca tração.

ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO DO PERFIL SOCIAL DOS PARTICIPANTES DOS GD'S

Na realização da agenda dos grupos de discussão, distribuiu-se um formulário de pesquisa, a fim de reconhecer o perfil sociodemográfico dos participantes. Foi realizado um levantamento e sistematização desses dados, apresentado a seguir.

O questionário do perfil social, aplicado aos participantes dos Grupos de Discussão (GD), foi elaborado por meio da percepção dos agentes, a fim de traçar aspectos gerais como: gênero, raça, faixa etária, nível de escolaridade e informações gerais sobre renda e trabalho, sendo coletados anonimamente. Esses dados são importantes para contextualizarmos o cenário participante na parte qualitativa do campo, são informações relevantes no processo de mediação comunicacional.

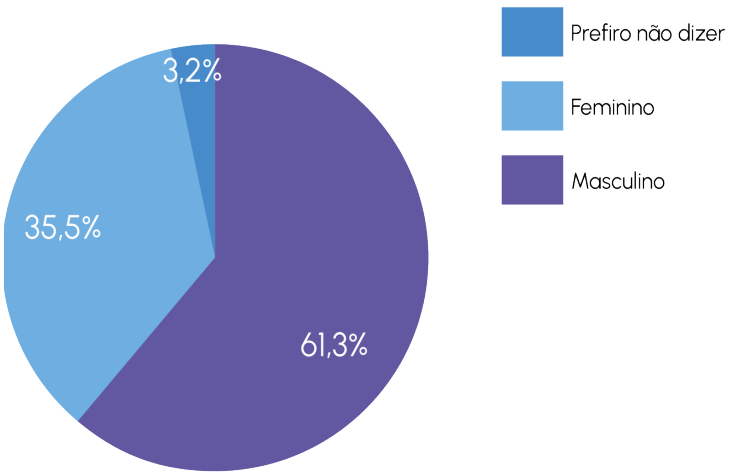
Quanto às agendas dos Grupo de Discussão (GD), houve três encontros, no dia 24 de maio de 2025, estiveram presentes sete agentes para representar o grupo *Underground*, já no sábado seguinte, no dia 31 de maio, participaram quatro agentes criativos. Ambos ocorreram no Salão de recepção da Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia (SECTI). No dia 24 de julho, foram realizados dois encontros simultâneos no Café com empresários do SCS, que ocorreram nas salas de reuniões da Associação Comercial do Distrito Federal (ACDF), onde participaram dos dois grupos cerca de vinte agentes representando *Middleground.*

Participaram do questionário, no total, 31 agentes. A *priori*, seriam apenas os integrantes dos GD's. Nosso ponto de partida era entender mais detalhadamente qual é o perfil social dos participantes, além de perceber o que esse agente entende por Economia criativa e Inovação e se compreende sua atividade/atuação profissional como pertencente à Economia Criativa e/ou Inovação no contexto do Polo Tecnológico Criativo no Setor Comercial Sul.

Informações gerais

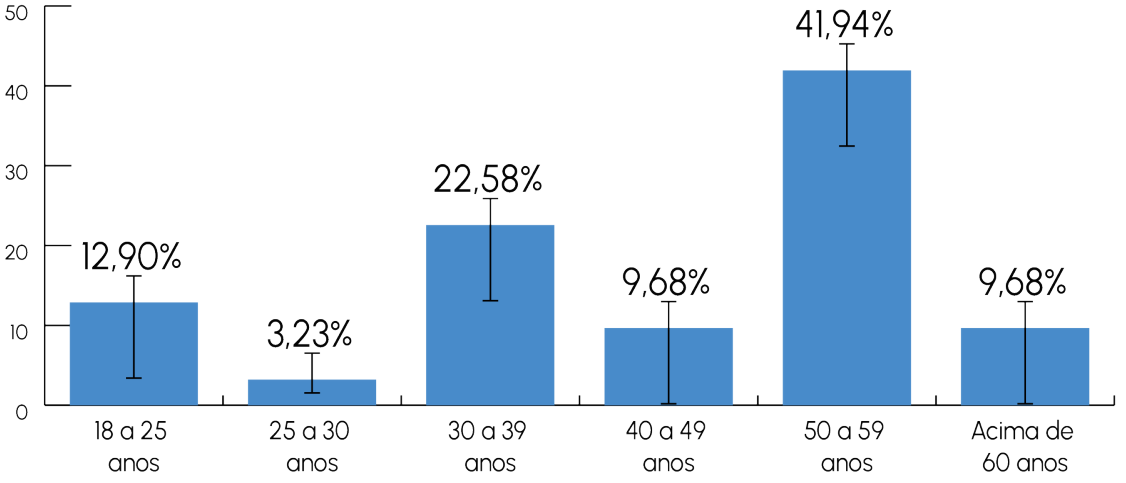
Começamos a entender quem, quantos e como eram os participantes dos Grupos de discussão. Como dito anteriormente, foram aplicados 31 questionários nos GD's. Dos quais, a maioria dos respondentes, 61,3% eram *masculinos*, 35,5% eram *femininos*, e 3,2% preferiram não dizer. A idade dos respondentes variou entre 18 a acima de 60 anos. Quanto ao percentual de faixas etárias, verificou-se que 41,94% estavam na faixa de *50 a 59 anos*, 22,58% na faixa de *30 a 39 anos*. Agrupando essas faixas, temos que 16% eram jovens; 74,2%, adultos; e 9,68% idosos. Isso mostra que a concentração maior dos participantes era de adultos – ou seja, pessoas experientes no mercado de trabalho, *a priori*, ainda ativos. Com relação ao estado civil dos respondentes, 41,94% responderam ser *solteiros*, e 35,48% *casados*. Sendo que 51,6% se autodeclararam *brancos*, 32,3% *pardos* e 16,1% se autodeclararam *negros*.

Gráfico 72 – Percentuais do perfil sociodemográfico dos participantes dos grupos de discussão por gênero



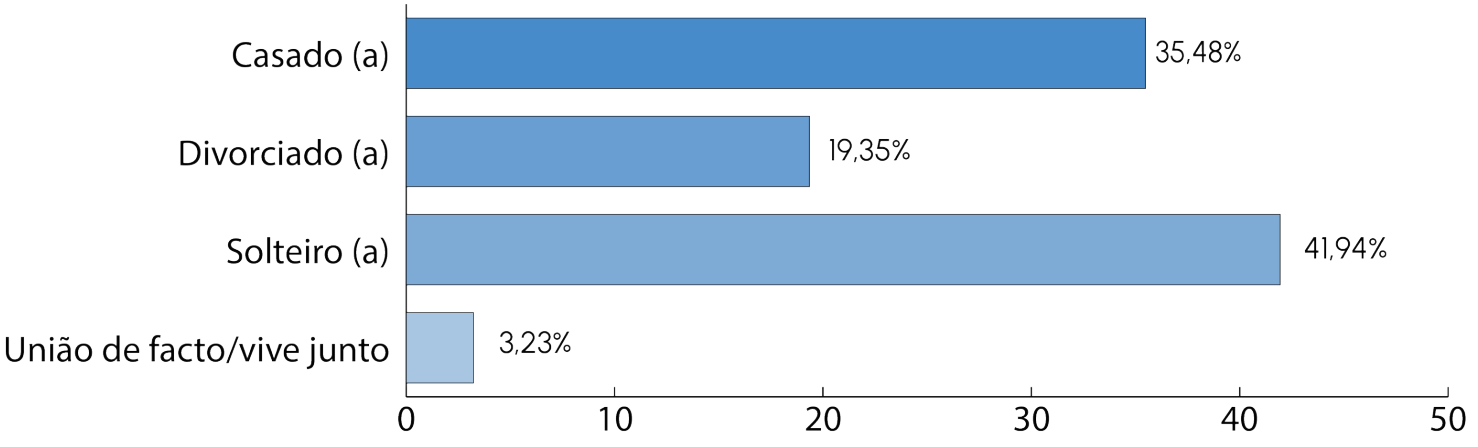
Fonte: Questionários aplicados nos Grupos de Discussão.

Gráfico 73 – Percentuais do perfil sociodemográfico dos participantes dos grupos de discussão por faixa etária



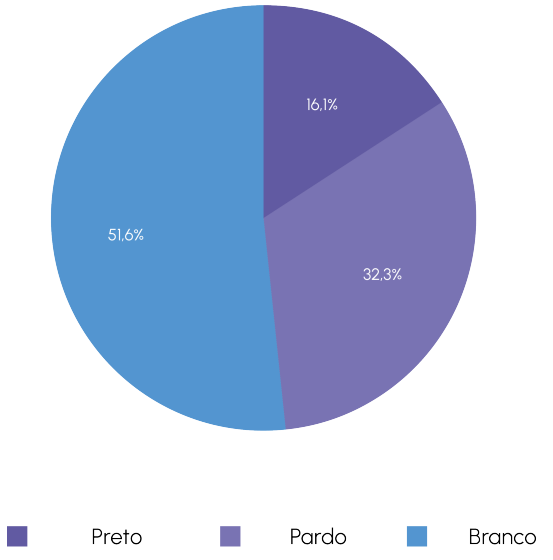
Fonte: Questionários aplicados nos Grupos de Discussão.

Gráfico 74 – Percentuais do perfil sociodemográfico dos participantes dos grupos de discussão por estado civil



Fonte: Questionários aplicados nos Grupos de Discussão.

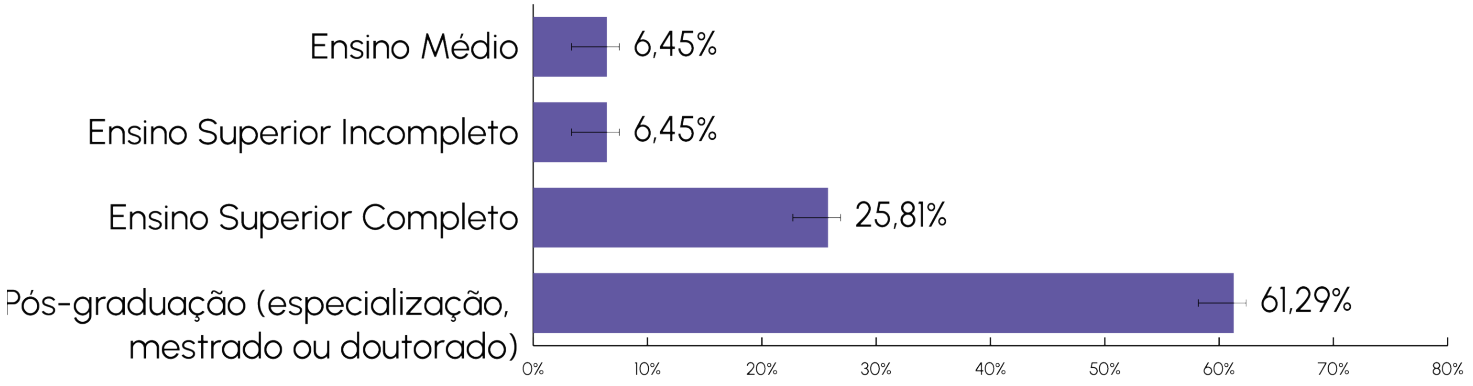
Gráfico 75 – Percentuais do perfil sociodemográfico dos participantes dos grupos de discussão por raça



Fonte: Questionários aplicados nos Grupos de Discussão.

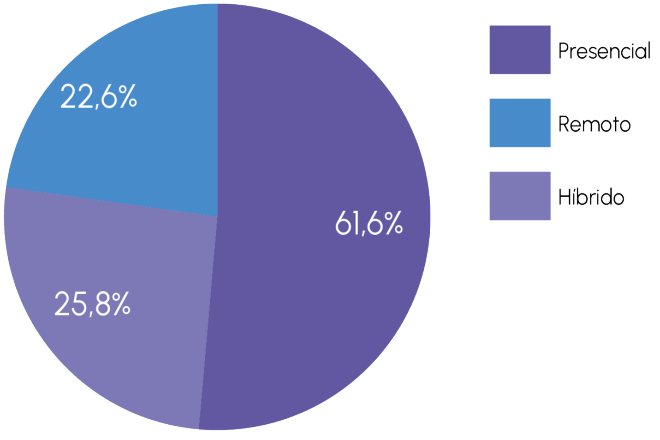
Quanto à escolaridade dos participantes, 61,29% tinham Pós-graduação, o que indica uma alta escolaridade dos que participaram dos grupos de discussão, enquanto ue 25,81% possuem o ensino superior completo e por fim, 6,45% estão cursando ensino superior e/ou possuem o ensino médio completo, respectivamente. Com relação ao regime de trabalho, maior parte dos participantes (51,6%) trabalham no regime presencial, 25,8% de forma híbrida e 22,6% responderam que trabalham de forma remota, isto é, 48,6% dos participantes, adotam a nova modalidade de trabalho no Setor Comercial Sul, modalidade esta que foi evidenciada durante as pesquisas de campo, inúmeras empresas informaram atuar em *Home Office*.

Gráfico 76 – Percentuais do perfil sociodemográfico dos participantes dos grupos de discussão por nível de escolaridade



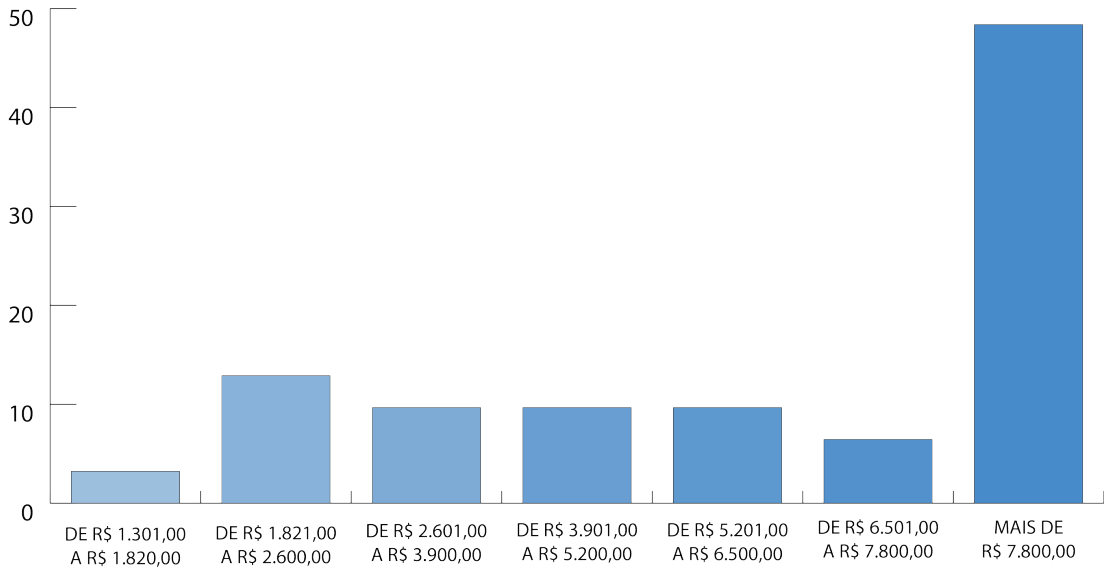
Fonte: Questionários aplicados nos Grupos de Discussão.

Gráfico 77 – Percentuais do perfil sociodemográfico dos participantes dos grupos de discussão por Regime de Trabalho



Fonte: Questionários aplicados nos Grupos de Discussão.

Gráfico 78 – Percentuais do perfil sociodemográfico dos participantes dos grupos de discussão por Faixa de Remuneração Mensal



Fonte: Questionários aplicados nos Grupos de Discussão.

A ocupação principal dos participantes foi bastante diversa. Destacamos que cerca de 22,58% eram empresários; além de gestores e assistentes, temos, de certa forma, uma variedade de ocupações de serviços que exigem, para sua execução, alta escolaridade ou formação específica – o que condiz com o grau de escolaridade dos participantes. Como vimos anteriormente, mais de 48% declaram ter renda acima de 7,8 mil reais, e se referem-se também ao fato de exercerem mais de uma ocupação associada ao empresariado. Prevalece a diversidade de ocupações predominante na participação e no interesse da temática para a proposta local. Segue a lista geral em nuvem de palavras[7] das ocupações declaradas:

[7] Gerado a partir dos dados no site: https://infogram.com/app.

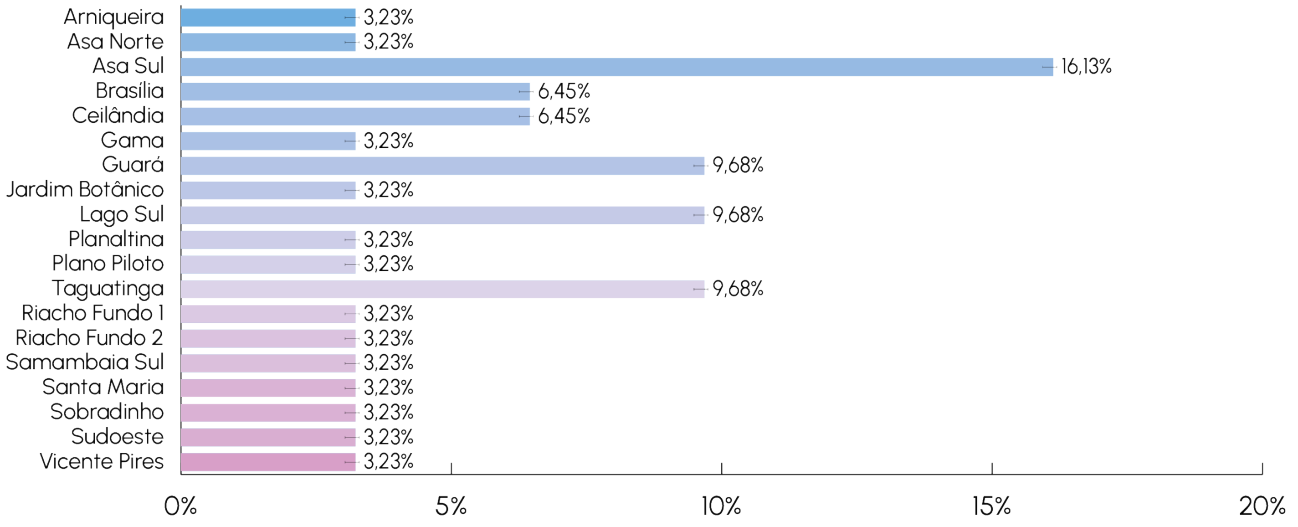
Figura 3 - Lista geral das ocupações declaradas



Fonte: Questionários aplicados nos Grupos de Discussão.

Quanto ao local de residência dos participantes, verificou-se entre os participantes grande variedade de locais das residências, visto que, das 33 Regiões Administrativas do Distrito Federal, 19 são locais de residência dos participantes, em que, 16,13% são da Asa Sul (RA mais próxima do SCS), e 9,68% dos participantes residem no Guará, Lago Sul e Taguatinga respectivamente. Dados estes que confirmam também a facilidade de acesso ao Setor Comercial Sul, evidenciado na pesquisa.

Gráfico 79 - Percentuais do perfil sociodemográfico dos participantes dos grupos de discussão por local de residência



Fonte: Questionários aplicados nos Grupos de Discussão.

A partir desse panorama socioeconômico e educacional dos participantes dos Grupos de Discussão, podemos dizer, em linhas gerais, que eles têm alta escolaridades (61,29% possuem pós-graduação), renda mensal acima de R$7,800,00, residem em diversas regiões administrativas do Distrito Federal e conciliam outras ocupações com formações específicas com atividade empresarial no Setor Comercial Sul, demonstrando interesse na temática do referido estudo diagnóstico. Por fim, se enquadram também nos conceitos definidos no início da aplicação da pesquisa qualitativa nos níveis *Underground, Middleground e Upperground.*

A seguir, analisaremos como estes participantes percebem suas atuações local, no contexto da temática de criação de um polo tecnológico e criativo no SCS. Os participantes fizeram observações abertas sobre suas percepções de atuação dentro do SCS. As respostas evidenciam claramente um consenso sobre a relevância de suas atuações no contexto da Economia Criativa e da Inovação, especialmente no contexto de criação de um polo tecnológico e criativo do SCS. Nesse ponto, é relevante ressaltar que, depois da pergunta "Compreende sua atividade profissional como pertencente à Economia Criativa e/ou Inovação do Polo Tecnológico Criativo no Setor

Comercial Sul? Justifique brevemente" majoritariamente as respostas foram positivas. Apenas 6 participantes responderam que não, 3 assinalaram não saber e 1 assinalou como parcialmente. O Quadro 5 apresenta as respostas dos 31 participantes sobre a questão "Qual a sua atividade profissional?" e "Situaria sua atividade profissional em uma ou mais áreas apresentadas abaixo?" (Foram listados os 25 domínios criativos).

Quadro 5. Respostas dos participantes sobre Atividade Profissional e Autodeclaração dos domínios criativos

Qual a sua atividade profissional?	Situaria sua atividade profissional em uma ou mais áreas apresentadas abaixo?		Qual a sua atividade profissional? (Continuação)	Situaria sua atividade profissional em uma ou mais áreas apresentadas abaixo?
Psicólogo	Outros		Designer gráfico	Atividades criativas transversais (ex: gestão, produção, curadoria, financiamento, P&D), Criação literária, Design, Eventos, feiras e festas, Livros e Editorial.
Assistente de Secretaria Acadêmica	Outros		Assistente de seguros	Outros
Publicitário	Publicidade, Software		Jornalista	Fotografia, Livros e Editorial, Mídias (TV, rádio, jornal e conteúdo digital), Publicidade, Software.
Jornalista	Atividades criativas transversais (ex: gestão, produção, curadoria, financiamento, P&D), Audiovisual, Educação, Eventos, feiras e festas, Fotografia.		Dentista	Outros
Empresário e presidente de instituição profissional	Design		Assistente de seguros	Outros
Comunicóloga	Design, Outros		Empresário	Outros
Design	Atividades criativas transversais (ex: gestão, produção, curadoria, financiamento, P&D), Design		Advogada	Outros
Pesquisadora	Outros		Gestão Administrativa	Outros

Pesquisadora	Outros		Empresário	Outros
Ativista Militante	Atividades criativas transversais (ex: gestão, produção, curadoria, financiamento, P&D).		Pesquisador Doutorando	Educação
Funcionária pública e empresária no ramo de mentorias e consultorias	Outros		Engenharia	Outros
Empresário	Educação		Gestor Ambiental	Atividades criativas transversais (ex: gestão, produção, curadoria, financiamento, P&D), Educação.
Policial militar	Outros		Arquiteta	Arquitetura
Assessor Técnico da Gerência de Esporte e Lazer da Administração Regional.	Esporte & Lazer, Eventos, feiras e festas, Fotografia, Software.		Empresário	Arquitetura
Empresário	Educação		Empresário	Design
Administração	Atividades criativas transversais (ex: gestão, produção, curadoria, financiamento, P&D).			

Fonte: Questionários aplicados nos Grupos de Discussão.

ANÁLISE SOBRE OS SETORES ECONÔMICOS DE DESTAQUE NO SCS

Como visto até aqui, os dados das pesquisas quantitativas e qualitativas revelam duas dimensões recorrentes. A primeira diz respeito às atividades atualmente existentes no Setor Comercial Sul, que necessitam de impulso para avançar em seus estágios de desenvolvimento e gerar maior dinamismo econômico. A segunda refere-se às atividades que, segundo as manifestações de empresários e organizações presentes no SCS, deveriam ser atraídas para o território, de modo a complementar e fortalecer o ecossistema local.

Apurou-se que as atividades de **serviços e comércio** constituem o eixo central dos negócios atualmente em operação no Setor Comercial Sul. Observa-se, ainda, a presença significativa de **pequenas indústrias**, que compõem parte relevante da dinâmica econômica local. No entanto, os dados sobre maturidade empresarial e digital indicam que essas organizações se encontram em estágios de desenvolvimento inferiores ao seu potencial de crescimento. Os próprios empresários e líderes de organizações civis reconhecem esse quadro de estagnação e apontam a necessidade de instrumentos de alavancagem, como programas de capacitação, incentivos fiscais, linhas de financiamento subsidiadas e ampliação do acesso a meios digitais e de inovação.

Nesse contexto, destaca-se a urgência de políticas de investimento e formação que promovam a revisão dos atuais modelos de negócio e empreendedorismo. Um papel estratégico poderia ser desempenhado por um laboratório de empreendedorismo, voltado a apoiar o reposicionamento e a inovação nas empresas locais.

No que se refere à atração e potencialização de atividades emergentes, as pesquisas qualitativas e quantitativas apontam o destaque de três frentes principais: as **atividades culturais**, artísticas e de inovação — tanto tecnológica quanto científica. Observa-se a existência de um núcleo cultural ativo, que mobiliza organizações sociais, ONGs e instituições estruturadas, como aquelas vinculadas ao Sistema S. Paralelamente, emergem bases promissoras de uma cadeia voltada às indústrias criativas e tecnológicas — incluindo **jogos eletrônicos, audiovisual e tecnologias da informação e comunicação** — áreas que requerem estratégias consistentes de investimento, incentivo e atração para consolidar-se no território.

PONTOS DE DESTAQUE

O SCS evidencia um território de contrastes: marcado pela memória afetiva e pelo dinamismo cultural, mas também pela fragmentação institucional e pela ausência de políticas estruturantes. Cada camada analisada contribui para a vitalidade e os desafios do ecossistema local.

O *underground* se destaca como espaço de práticas culturais e sociais espontâneas, mantendo viva a identidade popular e criativa do setor. O *middleground* reúne organizações sociais, coletivos e entidades representativas que articulam ações entre a base cultural e as instituições formais, enquanto o *upperground* concentra gestores públicos e empresariais, cuja atuação é determinante para a criação de políticas e investimentos. Juntas, essas camadas revelam um ecossistema de baixa maturidade, porém com alto potencial de integração e inovação social.

As análises apontam o SCS como um território com forte vocação para a economia criativa e inclusiva, capaz de articular cultura, tecnologia, serviços e comércio de forma sustentável. Entre as oportunidades, destacam-se a requalificação de espaços ociosos, a criação de incentivos fiscais e o fortalecimento de parcerias entre Estado e sociedade civil. Por outro lado, ameaças como a gentrificação, a descoordenação pública e o esvaziamento comercial exigem políticas sensíveis e integradas. As tendências indicam que o futuro do SCS dependerá da construção de uma governança compartilhada e da consolidação do Polo Criativo e Tecnológico como instância de convergência entre diversidade, inovação e inclusão.

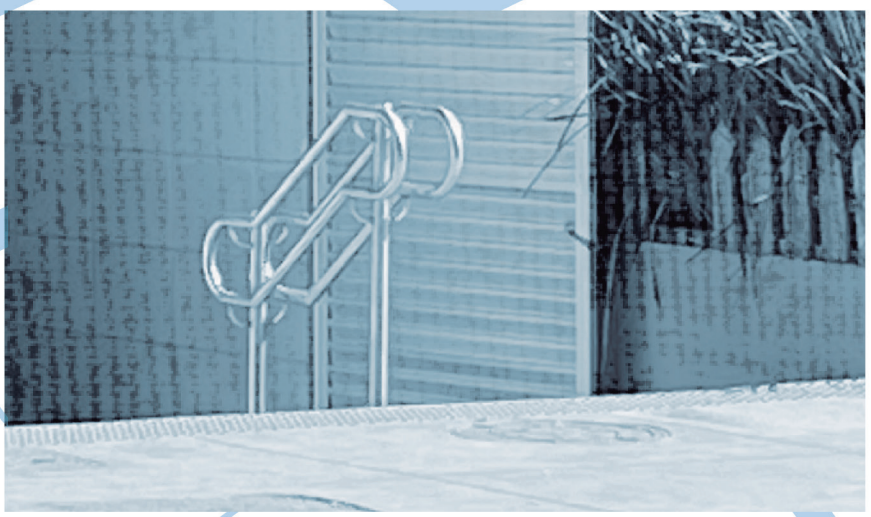
6

Políticas, Programas e Equipamentos de Apoio ao Empreendedorismo e Inovação



Este capítulo analisa políticas e programas de apoio à inovação e ao empreendedorismo, articulando a validação da política pública com stakeholders e agentes do território. A síntese evidencia os instrumentos institucionais disponíveis e suas contribuições para o fortalecimento do ecossistema local.







O estudo diagnóstico realizado para estruturação do Polo Criativo Tecnológico do Setor Comercial Sul, apresenta nesta seção os principais achados obtidos acerca de iniciativas e espaços de apoio ao empreendedorismo criativo e tecnológico local. A partir de diferentes métodos de coleta e análise de dados, foi possível identificar tanto a atual situação da infraestrutura (equipamentos) e do ambiente institucional (políticas e programas) para fomento à atividade econômica nos setores criativos e tecnológicos, como as principais demandas de agentes econômicos locais para desenvolvimento e expansão da sua atuação. Acreditamos, dessa forma, reunir um relevante conjunto de subsídios para a elaboração da estratégia de desenvolvimento do Polo Criativo Tecnológico a ser realizada pela pesquisa.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Buscando enunciar os fundamentos que sustentam o presente relatório, ao menos três categorias centrais precisam ser apresentadas, sendo: (i) ecossistema criativo; (ii) políticas e programas; e (iii) equipamentos. Dessa forma, são apresentadas a seguir breves sínteses que apoiaram o desenvolvimento dos instrumentos e processos de coleta e análise dos dados apresentados e debatidos neste relatório.

Ecossistema Criativo

Visando delinear um conceito operativo de ecossistema criativo, devemos retomar a noção de território, que fornece as bases teórico-metodológicas para o estudo-diagnóstico e compreendê-lo enquanto território complexo no qual se desenvolve processualmente um conjunto de relações complementares e conflitantes entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo (SANTOS, 2000). Nessa perspectiva,

como já visto em seção anterior, o território não deve ser compreendido como um elemento natural ou neutro que circunscreve apenas uma continuidade física de terreno, mas uma categoria da totalidade social e de seus movimentos, sendo produto e agente de transformações nos modos de produção econômica e de organização espacial da população (SANTOS, 1979). Partimos, portanto, da localização do território no âmbito das relações de poder que operam sobre a realidade material e imaterial de uma sociedade, referenciando um ambiente socialmente constituído por redes de atores, práticas produtivas, formas de organização política, recursos técnicos e tecnológicos e sensos de pertencimento e identidade (SAQUET, 2015).

Essa perspectiva de território nos possibilita avançar sobre as relações estabelecidas entre processos econômicos e dinâmicas territoriais no âmbito das economias da criatividade e da inovação, com foco nas formas de constituição e organização espacial da produção. Em desacordo com perspectivas baseadas em consumo de amenidades, a geografia econômica da produção propõe uma linha de investigação centrada nas complexas interações que se estabelecem entre a localização das empresas e os movimentos do trabalho (STORPER e SCOTT, 2009). Nesta abordagem, as relações de produção nos sistemas econômico-criativos tendem a ser compreendidas a partir alguns marcadores tecnológico-organizacionais, a saber: estruturam processos intensivos em trabalho humano, complementado por tecnologias flexíveis; a produção seria normalmente organizada em densas redes de pequenos e médios estabelecimentos altamente interdependentes em insumos e serviços especializados; tais redes formariam complexos industriais multifacetados que, agregados, exercem forte demanda nos mercados de trabalho locais; complexos de indústrias de bens criativos apresentariam diversas economias externas, muitas das quais apenas efetivamente apropriadas pela aglomeração locacional; e a aglomeração facilitaria o surgimento de diferentes infraestruturas que dinamizam o funcionamento da economia local, provendo serviços, facilitando o fluxo de informações e promovendo a confiança e cooperação dos agentes econômicos (SCOTT, 2000). Uma conformação desse processo de convergência espacial, a qual ganha bastante tração acadêmica e política e apresenta especial relevância no contexto desta pesquisa, consiste nos chamados 'aglomerados' (*clusters*), localizados enquanto concentrações geográficas, de escopo

variável, de empresas e instituições associadas que estabelecem dinâmicas de competição e cooperação, mobilizando habilidades e conhecimentos especializados (PORTER, 2000). No contexto em que mudanças na concorrência e na tecnologia motivaram interpretações sobre a drástica redução da localização enquanto fator estratégico (CAIRNCROSS, 2001), argumenta-se que tais aglomerados exerceriam importante papel na economia ao promoverem o aumento (estático e dinâmico) da produtividade de firmas e indústrias participantes, desenvolverem a capacidade destas para inovação e estimularem a formação de novos negócios que apoiam o processo de inovação e o próprio *cluster* (PORTER, 2000).

No contexto da institucionalização da ecologia enquanto campo de estudos, o conceito de 'ecossistema' expressa a totalidade de um complexo composto por organismos e pelo meio físico, bem como pelas trocas estabelecidas entre os fatores orgânicos e inorgânicos, que se desenvolve no sentido de integração e estabilidade; evidenciando, nessa elaboração, ser resultado dinâmico da interação entre diferentes componentes apenas artificialmente isolados (TANSLEY, 1935). Transpondo essa elaboração para o contexto produtivo, ganha tração na academia e nas políticas públicas a noção de 'ecossistemas de inovação', atravessada por diversos exercícios de conceptualização e caracterização (TEIXEIRA, TRZECIAK e VARVAKIS, 2017), os quais nutriram os debates em nosso campo específico de investigação. De acordo com o novo Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação, que constitui um referencial particularmente relevante para o desenvolvimento de políticas públicas na esfera federal, ecossistemas de inovação são "espaços que agregam infraestrutura e arranjos institucionais e culturais, que atraem empreendedores e recursos financeiros, constituem lugares que potencializam o desenvolvimento da sociedade do conhecimento e compreendem, entre outros, parques científicos e tecnológicos, cidades inteligentes, distritos de inovação e polos tecnológicos" (vide Decreto nº 9.283/2018[8] , artigo 2º, Inciso II, alínea a).

Neste sentido, argumenta-se inclusive sobre o papel estrutural das atividades criativas, não configurando um setor produtivo específico, mas um ambiente estrutural dos sistemas nacionais de inovação (FREEMAN,

[8] Acesse a norma em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9283.htm .

1995); sendo essas cadeias compreendidas como indústrias (especialmente pelo processos de produção, circulação e consumo), ao originarem e coordenarem alterações na base de conhecimento, consideradas centrais para a facilitação da evolução econômica e o processo de inovação (POTTS e CUNNINGHAM, 2010). Cabe ainda destacar, nesse cenário, que a dimensão de indústria atribuída às atividades criativas compreende sistemas complexos que geram valores simbólicos e econômicos a partir da interação entre agentes e empresas num mercado caracterizado pela adoção de novas ideias no âmbito de redes sociais para produção e consumo (POTTS et al., 2008). Essa apreensão de indústrias, por sua vez, requer qualificar uma leitura sobre a 'ecologia da criatividade', ao compreendermos esta eminentemente enquanto um processo coletivo e territorialmente localizado; ambiente esse, vale ressaltar, que analiticamente compreende distintas camadas interativas com diferentes graus de institucionalidade, a partir das dinâmicas funcionais de indivíduos, comunidades e organizações (COHENDET et al, 2009).

Apesar de recentemente podermos constatar um crescente uso da noção de 'ecossistemas criativos' no desenvolvimento de pesquisas e na formulação de políticas, ainda configura um campo de investigação emergente e atravessado por desafios de definição e conceituação (BERNARD, COMUNIAN e GROSS, 2021). Os marcadores estabelecidos sobre território, organização espacial da produção e ecossistemas nos propiciam, entretanto, alcançar um conceito operativo de 'ecossistemas criativos'. Neste

[9] Acessando uma tipologia preliminar desses atores no âmbito da literatura sobre ecossistemas de inovação, além da recorrente menção à noção da 'tríplice hélice' e exercícios que reconhecem uma 'hélice quíntupla' (CARAYANNIS e CAMPBELL, 2010), podemos qualificar funcionalmente diferentes atores que compõem um ecossistema, a saber: (i) 'ator público', englobando organizações responsáveis por mecanismos de programas, regulamentos, políticas e incentivos; (ii) 'ator de conhecimento', considerando organização de ensino, pesquisa e/ou desenvolvimento, além de pesquisadores e estudantes; (iii) 'ator institucional', envolvendo organizações públicas ou privadas que fornecem assistência especializada aos demais agentes; (iv) 'ator de fomento', englobando bancos, agências governamentais, investidores e capitalistas que operam mecanismos de financiamento; (v) 'ator empresarial', considerando empresas fornecedoras de soluções e desenvolvedoras de tecnologias, além empresários e demais profissionais propondo um novo negócio ou produto; (vi) 'ator de habitat de inovação', envolvendo ambientes promotores da interação e inovação junto aos demais atores do ecossistema; e (vii) 'sociedade civil', englobando organizações e indivíduos que criam na sociedade demandas e necessidades (TEIXEIRA, TRZECIAK e VARVAKIS, 2017).

empreendimento, podemos considerá-los enquanto complexos, de escala territorial variável, configurados (estruturando e estruturados) pelas relações sociais (de conflito e colaboração) estabelecidas entre diferentes atores[9] (indivíduos, comunidades e organizações públicas e privadas), e entre esses e o ambiente (físico e institucional), na criação, produção, circulação e acesso de bens e serviços criativos e tecnológicos[10] , facilitando processos de inovação econômica, social e ambiental.

Considerando essa delimitação preliminar, podemos endereçar a questão de avaliação de ecossistemas a partir de um marco lógico inicial. Recorrendo ao campo associado aos ecossistemas de inovação, que apresenta maior acúmulo sobre processos de avaliação, a metodologia dos 'Ecossistemas Locais de Inovação[11]' propõe o processo de avaliação da maturidade a partir de seis vertentes, sendo:

> (i) 'ambientes de inovação', considerando ambientes localizados no ecossistema que promovem o compartilhamento de conhecimento e o empreendedorismo (pré-incubadora, incubadora, aceleradora, parque tecnológico, espaço maker, centro de inovação e espaço de coworking);
> (ii) 'programas e ações', que considera o nível de efetividade e integração do conjunto de iniciativas voltadas à inovação realizadas pelos integrantes do ecossistema;
> (iii) 'instituições de ciência, tecnologia e inovação', avaliando o grau de atuação e integração dessas instituições com os demais atores do ecossistema;
> (iv) 'políticas públicas', englobando a abrangência e a efetividade dos instrumentos governamentais para o

[10] Na literatura econômica, observa-se um conjunto de traços distintivos que caracterizam os bens e serviços criativos, os quais podendo ser reconhecidos a partir da verificação de dois requisitos centrais, a saber: (i) a criatividade humana consistir em importante insumo em seu processo de produção; (ii) observa-se, ao menos em estado potencial, algum conteúdo passível de propriedade intelectual atribuível ao indivíduo, ou à coletividade responsável pela produção de determinado bem ou serviço dessa natureza (THROSBY, 2010).

[11] Acesse o sítio eletrônico da iniciativa em: https://www.sebrae-eli.com.br/

desenvolvimento do ecossistema;

(v) 'capital', que endereça as organizações e fluxos de recursos econômicos para empreendimentos inovadores; e, por fim,

(vi) 'governança', considerando a maturidade, coesão e efetividade do sistema de governança existente.

Além da identificação dos atores e recursos estratégicos, como informado por diferentes perspectivas aplicadas a ecossistemas de inovação, fazem-se ainda necessárias, portanto, a identificação e caracterização de políticas, programas e equipamentos de apoio que compõem o ecossistema. Por constituírem o escopo de abrangência específico deste relatório, cabe versarmos sobre as duas unidades de análise.

Políticas e Programas de Apoio ao Empreendedorismo e Inovação

No âmbito da primeira das unidades de análise, referentes a políticas e programas de apoio ao empreendedorismo e inovação, cabe referenciarmos uma compreensão inicial sobre políticas públicas. Partiremos da apreensão destas simplesmente enquanto o que os governos escolhem, ou não, fazer, no sentido de ações, ou inações, que promovem a regulação de comportamentos, a organização de burocracias e a distribuição de benefícios e custos (DYE, 2017). Em nosso campo específico de investigação, cabe ressaltar as profundas mudanças nos processos produtivos, nos modelos de negócio e na própria dinâmica da inovação, articuladas a partir de novas tecnologias de informação e da própria centralidade da gestão do conhecimento para a performance de atividades econômicas. Nesse cenário, instrumentos tradicionais de intervenção, como apoio financeiro, concedidos por meio de subvenções ou linhas de crédito subsidiadas, demonstram sua insuficiência, destacando a relevância emergente do papel indutor do Estado em compartilhar o risco associado ao desenvolvimento tecnológico e em promover a articulação entre os diferentes atores necessários ao processo de inovação (FREIRE, MARUYAMA e POLLI, 2017).

Considerando o escopo deste relatório, podemos articular enquanto conceito de trabalho a localização de políticas e programas de apoio ao empreendedorismo e inovação como o conjunto de intervenções promovidas por grupos de interesse do ecossistema na regulação, indução e fomento dos agentes e circuitos de criação, produção, circulação e acesso de bens e serviços criativos e tecnológicos. Sem desconsiderar, portanto, a relevância de distintos agentes nessa articulação, mas ao estabelecer foco em iniciativas promovidas a partir de órgãos da administração pública, fez-se ainda necessário nos atermos à dimensão material dessas políticas e programas, considerando seus conteúdos e sua arquitetura programática (FREY, 2000). Neste exercício, com base em importante referência do campo (THROSBY, 2010), foi elaborada uma tipologia de políticas e programas, referenciando 11 distintas formas de intervenção nesses circuitos econômicos, apresentadas a seguir:

(i) Instituições e Marcos Normativos (arranjos e mecanismos institucionais e legais que agem sobre a regulação do conjunto de relações estabelecidas entre os diferentes atores e espaços sociais mobilizados);
(ii) Financiamento Reembolsável (mecanismos públicos de fomento direto voltados a produtos, processos e agentes econômicos, cujo recurso deve ser devolvido ao agente financiador);
(iii) Financiamento não-reembolsável (mecanismos públicos de fomento direto voltados a produtos, processos e agentes econômicos, cuja subvenção não precisa ser devolvida ao agente financiador);
(iv) Benefícios e Incentivos Fiscais (mecanismos públicos de fomento indireto voltados a setores e ambientes econômicos a partir da desoneração parcial ou total de um ônus tributário);
(v) Compras públicas (aquisições de bens e contratações de serviços por órgãos e entidades públicas das esferas federal, estadual e municipal dos diferentes poderes);
(vi) Informação e Conhecimento (geração, gestão

e difusão de informações e conhecimentos relevantes a gestores públicos e agentes privados);

(vii) Recursos Humanos e Formação (desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes criativas, técnicas, tecnológicas e gerenciais requeridas pelo mercado de trabalho);

(viii) Infraestrutura (estruturação e gestão de espaços físicos e tecnológicos adequados à produção, distribuição e consumo de bens e serviços);

(ix) Mercados e Públicos (processos de formação de públicos e de abertura de mercados a partir de estímulo à oferta e demanda por bens e serviços e à circulação de agentes econômicos);

(x) Integração e Cooperação (promoção de condições e desenvolvimento de mecanismos para a cooperação entre organizações e iniciativas públicas e privadas atuantes em diferentes setores e ambientes econômicos); e

(xi) Inovação e Criatividade (apoio não financeiro a processos de pesquisa, experimentação e desenvolvimento de soluções em produtos, processos, mercados e organizações).

Equipamentos de Apoio ao Empreendedorismo e Inovação

Avançando agora sobre a segunda unidade analítica em destaque, referente aos equipamentos de apoio ao empreendedorismo e inovação, vale ressaltar que tais ambientes desempenham um papel estratégico ao não apenas ofertar infraestruturas e serviços relevantes ao fortalecimento de cadeias e negócios dos setores criativos e tecnológicos, mas centralmente oferecerem uma plataforma de diálogo entre os diferentes atores e recursos necessários ao processo de inovação (SILVA e MARTINS, 2018). Estando ainda concentrados particularmente nas regiões Sudeste e Sul e apresentando forte vinculação formal a instituições superiores de ensino e pesquisa (ANPROTEC, 2021), esses ambientes vêm contribuindo para a geração de riqueza e crescimento econômico e social no contexto da emergência de

uma economia baseada no conhecimento e a configuração de uma nova geografia da inovação (AUDY, 2017).

Considerando essas referências iniciais, em nosso escopo de investigação, podemos localizar equipamentos de apoio ao empreendedorismo e inovação enquanto ambientes que apoiam e integram atores do ecossistema na criação, produção e circulação de bens e serviços criativos e tecnológicos e na estruturação e fortalecimento de negócios desenvolvidos a partir desses circuitos. Considerando esta delimitação inicial, convergindo com o estabelecido no âmbito do Sistema Distrital de Ambientes de Inovação[12], foi elaborada uma tipologia de equipamentos, referenciando oito ambientes com distintos formatos e finalidades, sendo os que seguem:

> (I) Pré-Incubadora (organização ou estrutura que apoia empreendedores em fase inicial, ofertando ferramentas, serviços e suporte para o desenvolvimento inicial de negócios);
> (II) Incubadora (organização ou estrutura que objetiva estimular ou prestar apoio logístico, gerencial e tecnológico a empresas inovadoras em processo de estruturação);
> (III) Aceleradora (organização ou estrutura que apoia empresas nascentes com potencial de crescimento rápido, oferecendo mentoria, avaliação, treinamentos e investimentos);
> (IV) Polo Tecnológico (ambiente industrial e tecnológico caracterizado pela presença dominante de microempresas e pequenas e médias empresas com áreas correlatas de atuação em determinado espaço geográfico, com vínculos operacionais com instituições científicas e tecnológicas);
> (V) Parque Científico e Tecnológico (complexo planejado de desenvolvimento científico e tecnológico que promove a interação entre universidades, empresas e centros

[12] Dialogando com a tipologia operada inicialmente pela Lei de Inovação na esfera federal (LEI Nº 10.973, de 2 de Dezembro de 2004) e, posteriormente, na legislação distrital (Lei Nº 6.140, de 03 de maio de 2018), o Sistema Distrital de Ambientes de Inovação foi instituído pela Lei Distrital n 7.471, de 28 de fevereiro de 2024.

de pesquisa, fomentando a inovação e o desenvolvimento tecnológico);

(VI) Espaço Maker (espaço que promove o acesso a diferentes ferramentas, maquinários e tecnologias voltadas à geração e experimentação de conhecimentos, projetos e produtos);

(VII) Centro de Inovação (estrutura e/ou rede de atores dedicada ao fomento e desenvolvimento de novas ideias, tecnologias e negócios, oferecendo recursos e suporte para transformar ideias em soluções práticas e comercialmente viáveis); e

(VIII) Espaço de Coworking (local de trabalho compartilhado entre diferentes profissionais e empresas visando a otimização de recursos e colaboração entre negócios).

MÉTODO DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

De forma a evidenciar a metodologia acessada para o desenvolvimento deste relatório, a presente seção abordará: (i) os meios e instrumentos de levantamento de dados voltados à identificação de políticas, programas e equipamentos de apoio ao empreendedorismo e inovação no contexto do ecossistema criativo do Setor Comercial Sul; e (ii) os principais métodos de análise do conjunto de dados coletados, com foco na caracterização da atual situação de oferta e demanda por tais iniciativas em nosso contexto de estudo.

Coleta de Dados

Compondo o processo de estudo-diagnóstico realizado para estruturação do Polo Criativo Tecnológico do Setor Comercial Sul, nesta seção abordou-se a correlação entre os distintos componentes de um ecossistema criativo, recorrendo a uma pesquisa secundária em meio digital realizada a partir de informações e documentos públicos, visando o levantamento preliminar de atores, equipamentos, políticas e programas com interface ao

território investigado, ou à agenda de apoio ao empreendedorismo criativo e tecnológico. Elaborada a partir de fevereiro do ano corrente e continuamente alimentada ao longo do desenvolvimento do estudo diagnóstico, os dados recolhidos foram então sistematizados em uma base de dados a partir de diferentes indexadores, que propiciam a consulta e análise sistemática da informação. O referido levantamento possibilitou uma primeira aproximação com os principais agentes e recursos localizados no Setor Comercial Sul ou com uma efetiva ou potencial incidência para a estruturação do Polo Criativo Tecnológico do Setor Comercial Sul. Sendo os resultados pertinentes ao escopo deste relatório apresentados e debatidos na seção seguinte, uma versão do levantamento preliminar constitui o Apêndice A deste documento.

Para efeito da compreensão do ecossistema local, recorre-se à retomada dedados já apresentados na seção de pesquisa qualitativa.

No campo específico das políticas, programas e equipamentos, apesar do intrínseco desafio de gerar sínteses a partir de diferentes interesses e necessidades, em convergência ou oposição, operados pela diversidade de atores em interação no território, alguns resultados relevantes puderam ser obtidos.

Análise de Dados

No âmbito dos dados coletados a partir da pesquisa secundária empreendida, será adotada a análise documental como procedimento analítico central, ao considerar tais elementos enquanto fatos sociais que propiciam a extração de significados e o desenvolvimento de conhecimento empírico, fazendo uso de chaves temáticas estruturadas como estratégia de expedição às fontes (BOWEN, 2009). Em relação às pesquisas primárias de abordagem qualitativa[13], foi adotada a abordagem de síntese temática ao nível descritivo, haja vista sua capacidade de revelar comunalidades a partir da identificação de conceitos-chave, o predomínio de intencionalidade integrativa (em detrimento de interpretativa) e a possibilidade de interação

[13] Trata-se do conjunto de processos de coleta de dados composto a partir dos seguintes procedimentos anteriormente descritos: (i) entrevistas em profundidade; (ii) grupos de discussão; e (iii) cartografia fotográfica e mapa afetivo.

com outras abordagens (THOMAS e HARDEN, 2008), consistindo em método proeminentemente orientado pelos dados das fontes operadas e centralmente fundamentado na meta-análise de investigações qualitativas (PAGE e THOMAS, 2009). No que se refere à pesquisa primária de abordagem quantitativa, será adotada uma análise a partir do relato descritivo dos dados socioeconômicos recolhidos e das respostas às escalas aferidas em seções anteriores deste relatório.

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Visando propiciar uma exposição sistemática dos principais dados coletados, em detrimento dos processos de coleta específicos, partiremos dos dois campos temáticos: (i) políticas e programas voltados a empreendimentos e circuitos de bens e serviços criativos; e (ii) equipamentos de apoio ao empreendedorismo e inovação. Dessa forma, apesar de reconhecer as zonas de interface entre esses dois campos, será possível evidenciarmos elementos que compõem a caracterização da atual situação de oferta e demanda por tais iniciativas.

Políticas e Programas de Apoio ao Empreendedorismo e Inovação

No âmbito das políticas e programas, a apresentação dos resultados obtidos seguirá a partir de duas perspectivas centrais: (i) um panorama da atual estrutura de oferta e acesso de políticas e programas existentes para apoio ao empreendedorismo criativo e tecnológico; e (ii) uma síntese sobre a relevância atribuída, direta ou indiretamente, a diferentes tipos e finalidades de políticas e programas por parte de grupos de interesse implicados na estruturação de um polo criativo e tecnológico no Setor Comercial Sul. A abordagem de exposição adotada oportunizará a correta caracterização deste componente do ecossistema criativo. Cabe destacar, inicialmente, o relevo institucional heterogêneo dentre os empreendimentos localizados no Setor Comercial Sul, com maior concentração de estabelecimentos na Quadra 01, 02 e na Galeria dos Estados e sendo a maior parte desses estabelecimentos a unidade principal das pessoas jurídicas existentes (74,7%).

Ao considerarmos a natureza jurídica desses entes, por sua vez, observou-se que apesar de uma relevante presença no território de organizações sem fins lucrativos (17,6%), a grande maioria consiste em pessoas jurídicas com fins lucrativos (82,4%). Os microempreendedores, as microempresas e, principalmente, as empresas de pequeno porte representando a maior parte dos empreendimentos locais (63% ao todo), mas com um contingente relevante de organizações que já utilizaram mecanismos de incentivos fiscais para apoio a projetos culturais e esportivos (12,1%). Os empreendimentos da região apresentam, ainda, um perfil de atuação restrita ao Distrito Federal (51,7%), mas um contingente significativo de organizações com operações no exterior (14%), o território também é marcado por estabelecimentos com 10 ou mais anos de existência (62,2%) e atuantes no setor de serviços (64,7%). Considerando essa breve contextualização sobre o cenário de estabelecimentos instalados no Setor Comercial Sul, podemos organizar a discussão dos resultados acerca da estrutura de oferta e acesso a políticas e programas de apoio ao empreendedorismo criativo e tecnológico a partir da tipologia harmonizada para identificação dessas iniciativas.

Estrutura de Oferta e Acesso

A atual estrutura de oferta de políticas e programas para apoio ao empreendedorismo criativo e tecnológico contempla oitenta e nove iniciativas (vide Apêndice A), foram categorizadas de acordo com as seguintes variáveis que apoiarão a exposição em curso, a saber: (i) tipologia harmonizada, referenciando a categoria de política considerada, a partir de referência anteriormente acessada no âmbito do marco teórico-conceitual deste relatório; (ii) intervenção, referenciando o sistema de incidência no qual a iniciativa atua sobre os empreendimentos e circuitos de bens e serviços criativos e tecnológicos; (iii) natureza, voltada à caracterização do instrumento de implementação da referida iniciativa; (iv) agenda, identificando o campo político de sustentação da determinada política ou programa; (v) segmento, identificando o campo social de promoção da referida iniciativa; e, por fim, (vi) situação, relativa ao estágio de integração da iniciativa no âmbito do processo de estruturação de um Polo Criativo Tecnológico no Setor Comercial Sul.

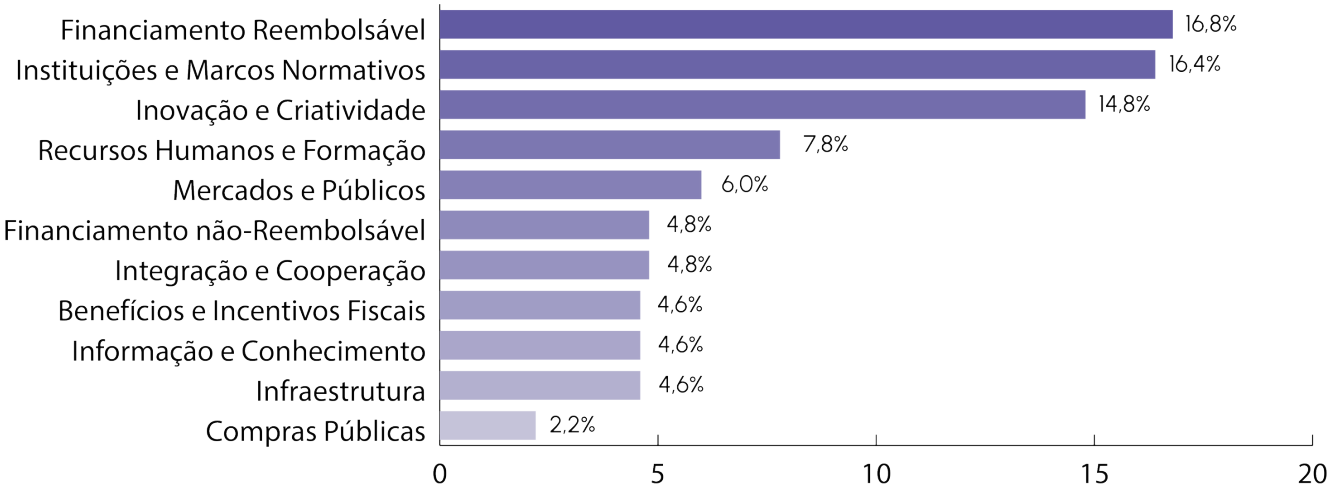
Quadro 6. Políticas e Programas de Apoio ao Empreendedorismo e Inovação

Iniciativa	Tipologia Harmonizada	Natureza	Agenda	Intervenção	Integração	Entidade Promotora	Segmento
Lei do Bem	Benefícios e Incentivos Fiscais	Legislação	Ciência e Tecnologia	Financiamento	Intermediário	MCTI	Governo
Desenvolvimento de Territórios Criativos pela Lei Rouanet	Benefícios e Incentivos Fiscais	Legislação	Cultura	Financiamento	Elevado	MinC	Governo
Lei de Incentivo à Cultura do Distrito Federal	Benefícios e Incentivos Fiscais	Legislação	Cultura	Financiamento	Intermediário	SECEC/GDF	Governo
Territórios de Distrito Criativo e Tecnológico do DF	Benefícios e Incentivos Fiscais	Legislação	Economia	Financiamento	Elevado	CLDF	Governo
Contrata+Brasil	Compras Públicas	Produto	Negócios	Cooperação e Comercialização	Intermediário	MGISP	Governo
Catalisa GOV	Compras Públicas	Programa	Negócios	Formação e Capacitação	Intermediário	SEBRAE	Sociedade Civil

Fonte: Exemplo do quadro de 89 iniciativas (Apêndice A).

Considerando a primeira das variáveis referenciadas, cabe indicar que as políticas e programas mapeados apresentam uma distribuição irregular entre as distintas formas de articulação do apoio ao empreendedorismo criativo e tecnológico, organizando diferentes estratégias de fomento à dinâmica dos circuitos econômicos de bens e serviços criativos e tecnológicos, bem como de gestão do risco associado ao desenvolvimento tecnológico e de articulação entre os diferentes atores necessários ao processo de inovação. No *Gráfico 1*, pode-se observar a participação dos diferentes tipos de políticas no âmbito do conjunto de iniciativas identificadas.

Gráfico 80 - Quantitativo de políticas mapeadas segundo a tipologia harmonizada



Fonte: elaboração própria.

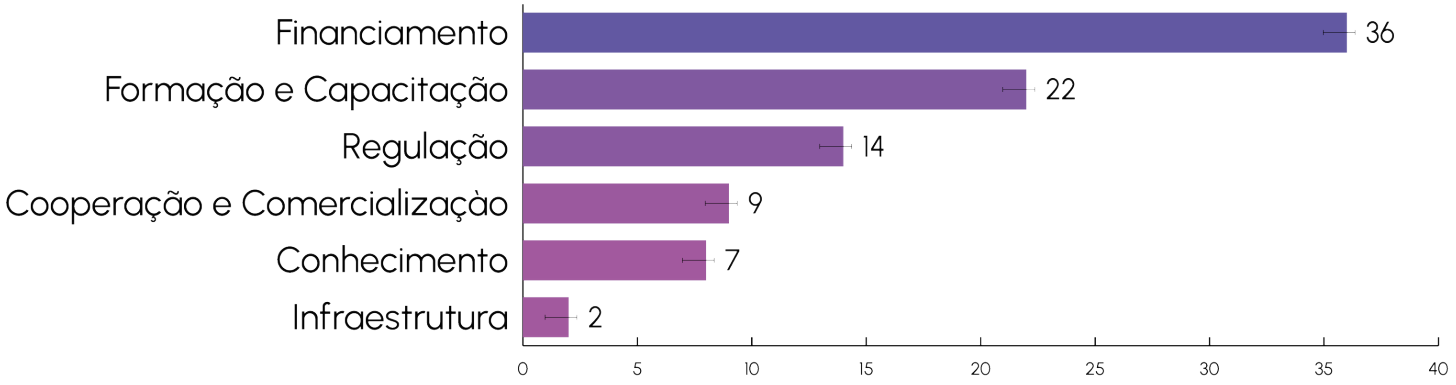
Dentre as onze categorias adotadas, apenas as relativas a 'Instituições e Marcos Normativos', 'Financiamento Reembolsável' e 'Inovação e Criatividade' mobilizam 57,3% do grupo observado. No campo oposto do espectro, as políticas voltadas à promoção de 'Compras Públicas', 'Infraestrutura', 'Informação e Conhecimento' e 'Benefícios e Incentivos Fiscais' representam apenas 15,7% das iniciativas consideradas. Sendo inexequível a delimitação exata do universo das políticas de apoio ao empreendedorismo criativo e tecnológico, a pesquisa secundária realizada revelou uma incidência de diversos arranjos institucionais de regulação das atividades criativas e principalmente tecnológicas. Observa-se, ainda, significativa presença de mecanismos de fomento direto voltados ao processo de inovação de agentes econômicos e apoio a processos de desenvolvimento de produtos e organizações.

Seguindo na caracterização do grupo de iniciativas mapeadas, outra perspectiva relevante para compreendermos de maneira conjuntural a ecologia de políticas recuperada consiste no sistema de intervenção operado sobre as atividades e agentes criativos e tecnológicos. Partindo de modelos referenciais do campo[14], podemos considerar os seguintes campos de

[14] Particularmente, em referência ao modelo estruturado do Programa Nacional de Economia da Cultura (vide http://sniic.cultura.gov.br/wp-content/uploads/2016/05/pnec_relatoriofinal_2.pdf).

incidência mobilizados, como esquematicamente representado pelo *Gráfico 81*.

Gráfico 81 – Quantitativo de políticas mapeadas segundo o sistema de intervenção

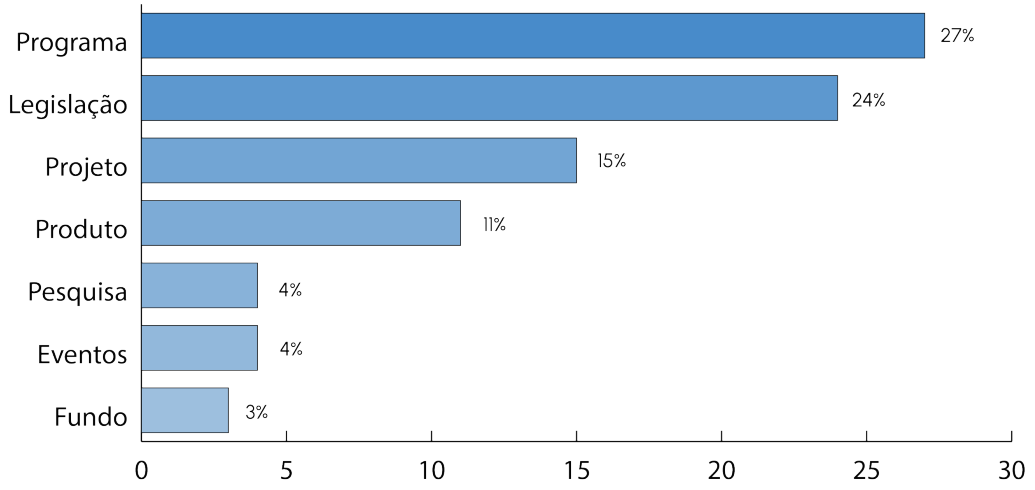


Fonte: Elaboração própria.

Estabelecendo diálogo com a tipologia acessada anteriormente (vide *Gráfico 80*), observa-se grande representação de mecanismos e arranjos de financiamento e formação, ambos sistemas representando 65,2% das plataformas de incidência das iniciativas consideradas. Além da questão sobre políticas de infraestrutura para apoio ao empreendedorismo criativo e tecnológico já referenciada, ainda se constatou um reduzido portifólio de iniciativas com foco na coordenação e colaboração de diferentes atores e na produção de conhecimento científico e técnico sobre o ecossistema tratado, tais sistemas representando apenas 16,9% das experiências resgatadas.

Ao considerarmos a natureza do mecanismo institucional de implementação das iniciativas identificadas, por sua vez, o *Gráfico 82* nos permite observar as diferentes formas de institucionalização das políticas mapeadas de apoio ao empreendedorismo e inovação.

Gráfico 82 – Quantitativo de políticas mapeadas segundo a natureza do mecanismo

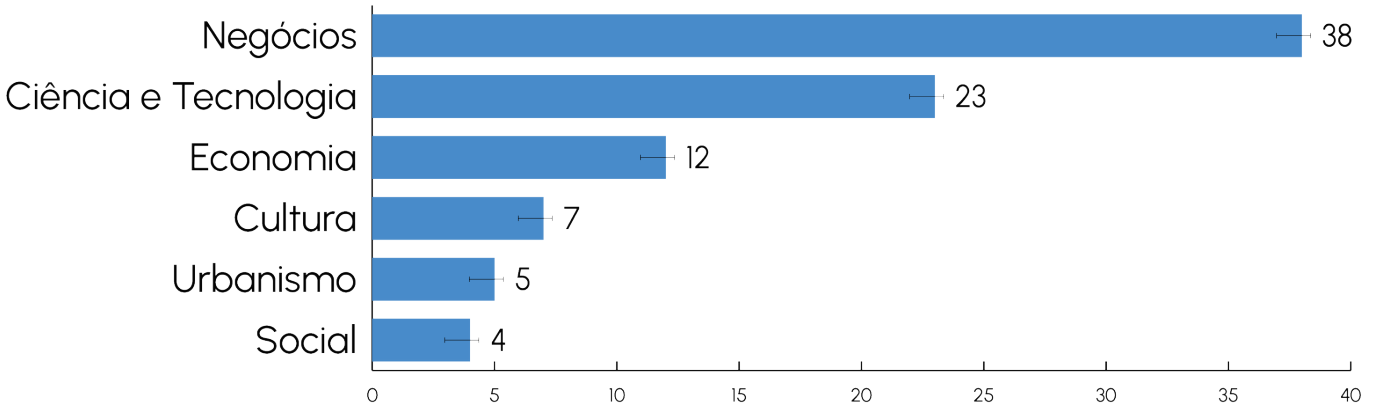


Fonte: Elaboração própria.

A configuração de programas nos instrumentos de planejamento e de normas no ordenamento jurídico compuseram 58,4% desse grupo, enquanto a institucionalização de fundos, plataformas de pesquisa e realização de eventos configuram apenas 12,4% das iniciativas identificadas. Destaca-se, portanto, que o mapeamento preliminar focou em casos com maior nível de institucionalização, que apoiam a compreensão mais estruturada da atual ecologia de políticas. Nesse recorte, constata-se uma considerável profusão de legislações que promovem um amplo conjunto de medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e de programas de desenvolvimento de empresas em estágio inicial de maturidade. Destaca-se, ainda, produtos de crédito voltados ao financiamento da inovação tecnológica e um conjunto disperso de projetos que promovem diferentes aspectos do empreendedorismo criativo e tecnológico.

Outra variável relevante utilizada para caracterização das iniciativas identificadas concerne à agenda política de sustentação, visando compreender as plataformas programáticas responsáveis pela promoção da referida experiência; perspectiva essa esquematicamente representada pelo *Gráfico 83*.

Gráfico 83 – Quantitativo de políticas mapeadas segundo a agenda política

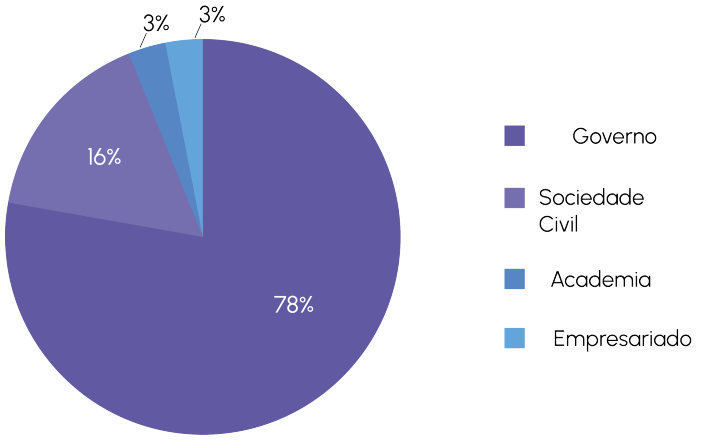


Fonte: Elaboração própria.

Nessa sistematização, podemos observar uma grande concentração das iniciativas identificadas no âmbito de uma agenda política voltada à qualificação do ambiente de negócios relacionado às atividades econômicas, representando 42,7% do conjunto observado, sendo especialmente voltada ao financiamento de atividades produtivas e à estruturação de empresas. Em contraposição, representando apenas 18% das experiências sistematizadas, observam-se poucas iniciativas de apoio ao empreendedorismo e inovação nos campos da política cultural, urbanística e social.

Seguindo a identificação do campo político de articulação das iniciativas observadas, cabe ainda destacar as principais entidades promotoras das políticas identificadas e seus respectivos segmentos sociais de promoção. Como demonstrado pelo *Gráfico 5*, em acordo com o referenciado na apresentação dos fundamentos teórico-conceituais adotados, a pesquisa secundária mapeou centralmente iniciativas promovidas a partir de órgãos da administração pública, mas sem desconsiderar a relevância de outros campos sociais de fomento a circuitos e agentes criativos e tecnológicos.

Gráfico 84 – Distribuição de políticas mapeadas segundo o segmento de promoção



Fonte: Elaboração própria.

Nesse cenário, podemos destacar algumas entidades promotoras das iniciativas recolhidas, articulando uma caracterização preliminar do perfil de atuação. Instituições do poder legislativo, especificamente o Congresso Nacional e a Câmara Legislativa do Distrito Federal, se destacam, obviamente, por estabelecerem importantes marcos regulatórios para o sistema nacional e local de inovação.

Por sua vez, entidades de fomento, com destaque para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), desempenham um importante papel na oferta de linhas de financiamento, particularmente de caráter reembolsável, para processos de inovação no ambiente produtivo. Em âmbito local, destaca-se a atuação da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação do Distrito Federal (SECTI/DF) na promoção de iniciativas voltadas à qualificação de agentes e negócios inovadores da região.

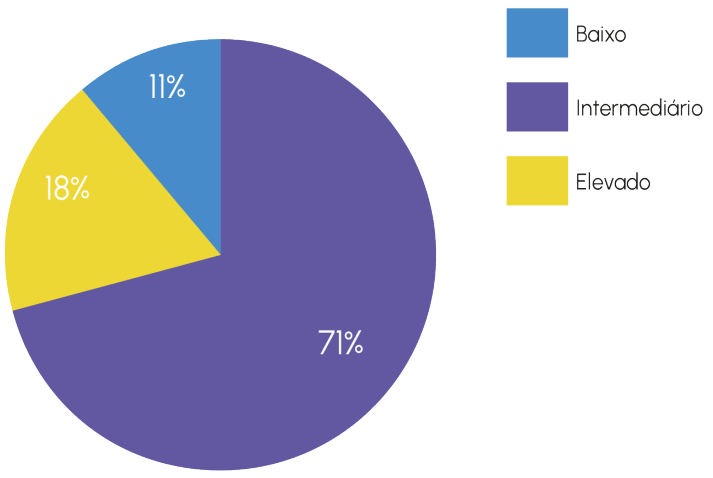
Particularmente a partir da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF), vinculada à SECTI/DF[15], observa-se o fomento a estudos sobre o ecossistema local de inovação e a programas de fortalecimento

[15] De acordo com o disposto no artigo 30 do Decreto nº 39.610, de 1º de janeiro de 2019, que versa sobre a organização da estrutura da Administração Pública do Distrito Federal (vide https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/d7b71f8fb3864fc0aec117bb1e0ea2ca/Decreto_39610_01_01_2019.html).

da ecologia local de negócios inovadores. Ao considerarmos os agentes não-governamentais identificados, por fim, cabe destacarmos o portifólio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) na promoção do acesso de empresas a mercados e financiamento, bem como na qualificação de agentes e negócios no campo do empreendedorismo criativo e tecnológico.

Podemos, por fim, apresentar os distintos níveis de incidência das iniciativas recolhidas no âmbito da proposta de estruturação do Polo Criativo Tecnológico do Setor Comercial Sul. Visando o alcance desse objetivo, consideramos três graus de integração, baseados no escopo programático, no público-alvo e no estágio de implementação da iniciativa, sendo o resultado deste exercício esquematicamente exposto no *Gráfico 85*.

Gráfico 85 – Distribuição de políticas mapeadas segundo a situação de integração



Fonte: Elaboração própria.

Constituindo obviamente um indexador de caráter mais analítico, ele nos ajuda a qualificar, dentro do portifólio de políticas mapeadas, distintos graus de importância, em termos de ameaças e oportunidades, para a transformação do Setor Comercial Sul num ambiente favorável para o fortalecimento de atores e dinamização de circuitos econômicos relacionados a atividades criativas e tecnológicas. Sendo o cruzamento entre as distintas variáveis o recurso utilizado prioritariamente paraa discussão dos resultados, cabe indicar preliminarmente a não identificação de políticas de informação e conhecimento e de compras públicas dentre as dezesseis iniciativas caracterizadas como de elevado grau de integração.

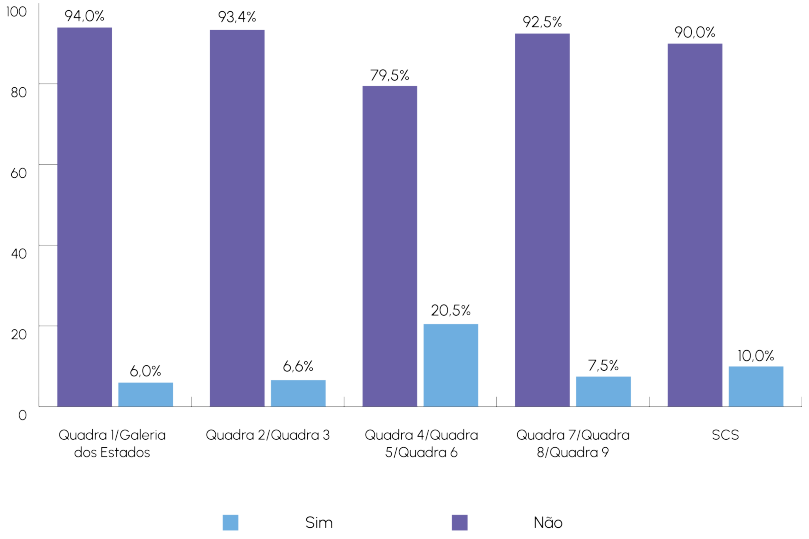
Estas iniciativas encontram-se detalhadas ao final desta seção, constituindo o Apêndice B.

Ao considerarmos os casos de políticas e programas correntes que foram referenciados pelos entrevistados como relevantes para o desenvolvimento de atividades econômicas, especialmente as criativas, podemos destacar algumas experiências a partir de sua função central no ecossistema. Dentre as iniciativas de caráter regulatório, destaque particular foi oferecido ao "Marco dos Games"[16], apesar de menções ao Projeto de Lei nº 970/2024, que visa criar os Territórios de Distrito Criativo e Tecnológico do Distrito Federal. Em relação aos mecanismos de financiamento, destaque para as linhas e produtos disponibilizados pelo BNDES e pela Finep, além de menção ao Fundo Constitucional do Centro-Oeste, apesar de alegada instabilidade na política de juros praticada, e, mais reiteradamente, ao Fundo de Apoio à Cultura do Distrito Federal e ao Conexão Cultura DF. Dentre as concessões de benefícios fiscais e econômicos, referenciou-se a Lei de Incentivo à Cultura do Distrito Federal e o Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo do Distrito Federal. Por fim, outro grande destaque foi articulado a iniciativas para a qualificação profissional e desenvolvimento de negócios, particularmente o Renova DF, Brasil.IA e o Start BSB, além de experiências específicas para o setor de games, como o Gamifica DF, Brasília Game Hub, Brasília Game Festival e ArtCode Summit.

[16] Referente a Lei nº 14.852, de 3 de maio de 2024, que cria o marco legal para a indústria de jogos eletrônicos (vide https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14852.htm).

De outra parte, considerando os dados da pesquisa primária de abordagem quantitativa, cabe destacar a baixa adesão de empresas e organizações da sociedade civil sediadas na região a políticas e programas públicos, sendo que apenas 10% das pessoas jurídicas declararam já terem sido beneficiadas por tais iniciativas. Variação significativa dessa declaração é observada apenas nos estabelecimentos localizados nas quadras 4, 5 e 6 do Setor Comercial Sul, que conta com um predomínio de estabelecimentos de pequeno porte (41,6%) e com atuação restrita ao Distrito Federal (62,1%), como exposto no *Gráfico 86.*

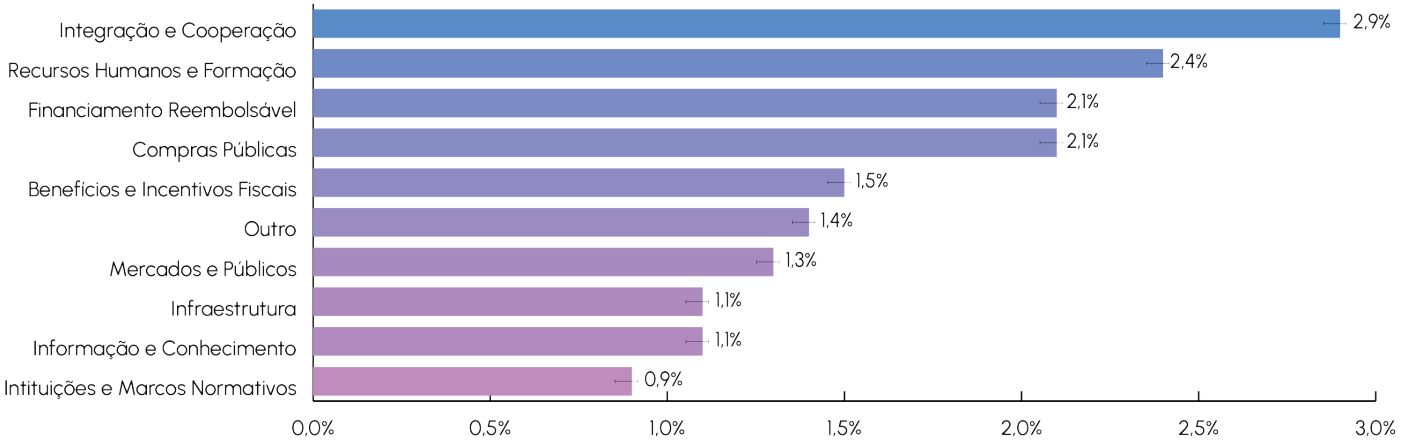
Gráfico 86 – Distribuição dos estabelecimentos pesquisados, segundo benefício por políticas e programas públicos e local de instalação



Fonte: Pesquisa Setor Comercial Sul (SCS).

Dentre os que declararam já terem sido beneficiados por políticas e programas públicos, seguindo a tipologia harmonizada adotada, iniciativas de integração e cooperação, de recursos humanos e formação, de financiamento reembolsável e de compras Públicas foram as mais referenciadas, enquanto iniciativas de instituições e marcos normativos, de informação e conhecimento e de infraestrutura as com menor grau de beneficiamento percebido, como indicado no *Gráfico 87.*

Gráfico 87 – Distribuição dos estabelecimentos pesquisados, segundo tipo de políticas e programas públicos acessados



Fonte: Pesquisa Setor Comercial Sul (SCS).

Como podemos observar ao longo da exposição dos resultados sobre a atual estrutura de oferta e acesso de políticas e programas para apoio ao empreendedorismo criativo e tecnológico local, a mera existência de determinados mecanismos e instrumentos não garantem sua efetiva incorporação por atores, ou mesmo a percepção desses sobre sua eficiência e efetividade.

As lacunas sinalizadas num espectro mais amplo de políticas públicas para o Setor Comercial Sul e, centralmente, a leitura apresentada sobre a necessidade de melhor coordenação entre diferentes iniciativas e atores mostram a pertinência de adequação acerca dos distintos componentes e dinâmicas do ecossistema em estruturação, bem como da necessidade de implementação de arranjos e instâncias de governança que permitam a adequada concertação das distintas, e por vezes conflitantes, agendas e interesses mobilizados.

Equipamentos de Apoio ao Empreendedorismo e Inovação

Em relação aos temas dos equipamentos de apoio ao empreendedorismo e inovação, seguiremos a mesma proposta de estrutura de exposição dos dados: (i) uma apreensão sobre a atual infraestrutura de apoio ao empreendedorismo criativo e tecnológico existente, com foco em equipamentos existentes no Setor Comercial Sul; e (ii) uma sistematização dos indicativos de prioridade por parte de grupos de interesse incidentes no ecossistema criativo no que diz respeito à implementação de diferentes tipos de equipamentos voltados ao desenvolvimento de negócios e a dinamização de circuitos de bens e serviços criativos.

Estrutura de Oferta e Acesso

A Pesquisa secundária aponta a atual estrutura de oferta de equipamentos de apoio ao empreendedorismo e inovação com 72 ambientes (que também podem ser observados no apêndice A), O ambientes foram categorizados de acordo com as seguintes variáveis: (i) tipologia harmonizada, referenciando a categoria considerada de ambiente, a partir de referência anteriormente acessada no âmbito do marco teórico-conceitual deste relatório; (ii) natureza, avaliando o proeminente caráter físico ou digital do ambiente de inovação considerado; (iii) segmento, identificando o campo social de promoção do referido equipamento; e (iv) localização no ecossistema, referenciando se a implementação do referido equipamento é interna, externa ou transversal ao Setor Comercial Sul.

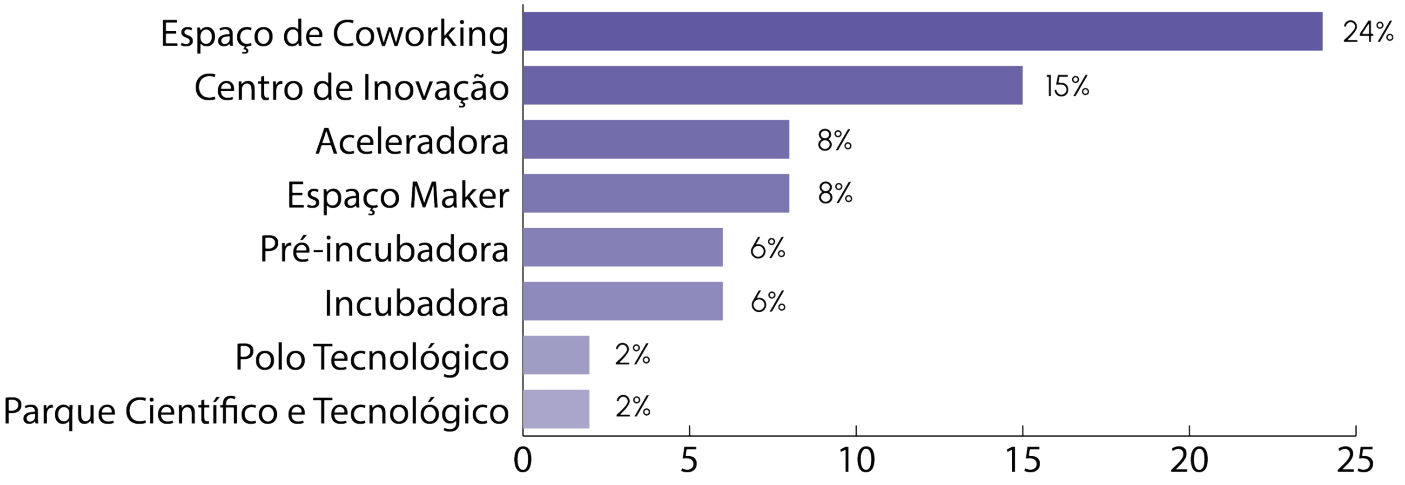
Quadro 7. Equipamentos de Apoio ao Empreendedorismo e Inovação

Equipamentos	Tipologia Harmonizada	Seguimento	Natureza	Localização no Sistema	Entidade Promotora
VOADF	Aceleradora	Sociedade Civil	Digital	Transversal	ABIPTI
Cotidiano Aceleradora	Aceleradora	Empresariado	Físico	Externo	Cotidiano
Impact Hub Brasília	Aceleradora	Empresariado	Físico	Externo	Impact Hub
Corp Aceleradora	Aceleradora	Empresariado	Físico	Externo	CORP ACELERADORA LTDA
TXM Methods	Aceleradora	Empresariado	Físico	Externo	Txm Methods LTDA
Start BSB	Aceleradora	Governo	Digital	Transversal	FAP/SECTI/GDF
InovAtiva Brasil	Aceleradora	Governo	Digital	Transversal	MDIC
InovAtiva Impacto	Aceleradora	Governo	Digital	Transversal	MDIC
Plataforma BEM-TE-VI	Centro de Inovação	Academia	Digital	Transversal	UnB
Núcleo de Inovação do Distrito Federal	Centro de Inovação	Governo	Físico	Externo	SEE/GDF
Hub da Indústria do Distrito Federal	Centro de Inovação	Empresariado	Digital	Transversal	FIBRA
Laboratório de Inovação em Varejo	Centro de Inovação	Empresariado	Físico	Externo	Faculdade SENAC-DF
Parque de Inovação e Sustentabilidade do Ambiente Construído	Centro de Inovação	Academia	Físico	Externo	UnB
Espaço de Inovação	Centro de Inovação	Governo	Físico	Interno	SECTI/GDF
Gnova Lab	Centro de Inovação	Governo	Físico	Externo	Enap
Centro Integrado de Inteligência Artificial	Centro de Inovação	Governo	Físico	Externo	SECTI/GDF
Laboratório de Inteligência Artificial	Centro de Inovação	Academia	Físico	Externo	Faculdade SENAC-DF

Fonte: Exemplo do quadro com 72 ambientes apresentados no Apêndice A.

Considerando a primeira das variáveis referenciadas, cabe indicar que os equipamentos mapeados apresentam uma distribuição irregular entre as distintas formas de ambientes para apoio ao empreendedorismo criativo e tecnológico, constituindo diferentes ambientes de fomento e integração de atores e negócios do ecossistema mobilizado pelos processos de criação, produção e circulação de bens e serviços criativos e tecnológicos. No *Gráfico 88*, pode-se observar a participação dos diferentes tipos de equipamentos no âmbito do conjunto de ambientes de inovação identificados.

Gráfico 88 – Quantitativo de equipamentos mapeados segundo a tipologia harmonizada



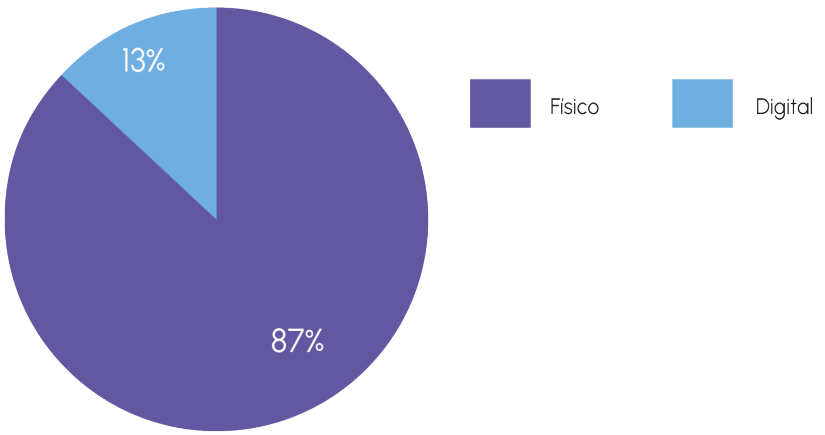
Fonte: elaboração própria.

Ao se tratar de uma tipologia que sistematiza ambientes com diferentes escalas territoriais e níveis de complexidade institucional e compreendermos que um mesmo ambiente pode cumprir diferentes funções no ecossistema, devemos apresentar e considerar esses dados com determinados cuidados. Os escritórios colaborativos, que tendem a apresentar arranjos institucionais e estruturas físicas de menor complexidade, ocupam parte expressiva dos equipamentos considerados, representando 34,7% dos ambientes mapeados. São seguidos, em significativo menor volume, dos centros de inovação, com 20,8% do conjunto identificado, que ao referenciarem uma gama mais ampla de morfologias e funcionalidades de equipamentos, englobam diferentes laboratórios, plataformas e núcleos científicos, tecnológicos e de inovação.

No outro extremo do espectro, polos e parques apresentam um elevado grau de complexidade física e institucional, representando apenas 5,6% dos ambientes identificados. Vale ainda ressaltar que foram identificados equipamentos culturais no Setor Comercial, como centros, teatros, museus e galerias, os quais não foram computados no escopo desta análise por não serem especificamente tipificados enquanto ambientes de apoio ao empreendedorismo criativo e tecnológico, mas que podem ser visualizados ao final deste relatório (vide Apêndice A).

Seguindo na caracterização do grupo mapeado, outra perspectiva relevante para compreendermos a ecologia de ambientes de inovação recuperada considera a natureza do equipamento, referente a forma principal por meio da qual ele desempenha sua função de apoio ao empreendedorismo e inovação. Nesse sentido, ao evidenciarmos essa dimensão do ambiente, o *Gráfico 89* nos apresenta a distribuição dos casos considerados neste relatório.

Gráfico 89 – Distribuição de equipamentos mapeados segundo a natureza do ambiente.



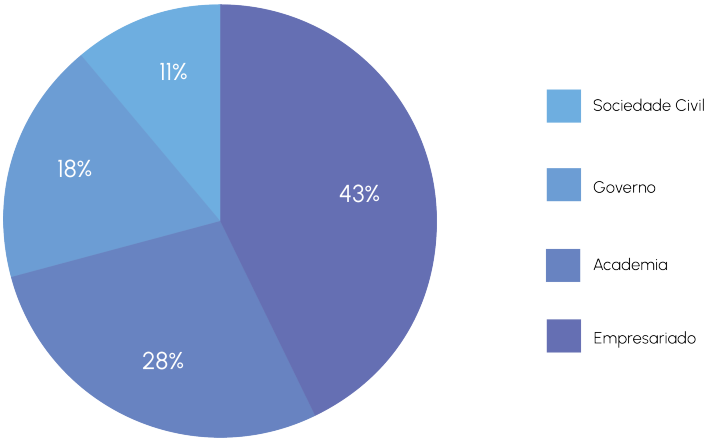
Fonte: elaboração própria.

Dessa forma, observa-se maior representação de equipamentos físicos no conjunto de ambientes identificados, o que nos propiciará analisar de maneira mais concreta a infraestrutura dos ambientes de apoio às atividades criativas e tecnológicas, bem como aos seus agentes e negócios. Nessa perspectiva, ao organizarem processos híbridos que buscam contemplar atores em distintos territórios e otimizar recursos para entrega de valor,

vemos uma maior profusão neste recorte de ambientes voltados à incubação e aceleração de empreendimentos criativos e tecnológicos. Assim como, se consideramos espaços nos quais o acesso e a interação presencial são as formas centrais de exercício da sua função no ecossistema, como ilustrado nos casos de espaços de trabalho e experimentação colaborativos – espaços de coworking e *maker* –, observa-se a presença exclusiva de equipamentos de caráter físico.

Seguindo a caracterização do grupo considerado, cabe ainda destacar as principais entidades promotoras dos ambientes identificados e seus respectivos segmentos sociais de promoção. Como demonstrado pelo *Gráfico 90*, a pesquisa secundária mapeou equipamentos promovidos a partir de organizações dos diversos setores da sociedade, mas que apresentam, como veremos, funções distintas no apoio ao empreendedorismo e à inovação local.

Gráfico 90 – Distribuição de equipamentos mapeados, segundo o segmento de promoção



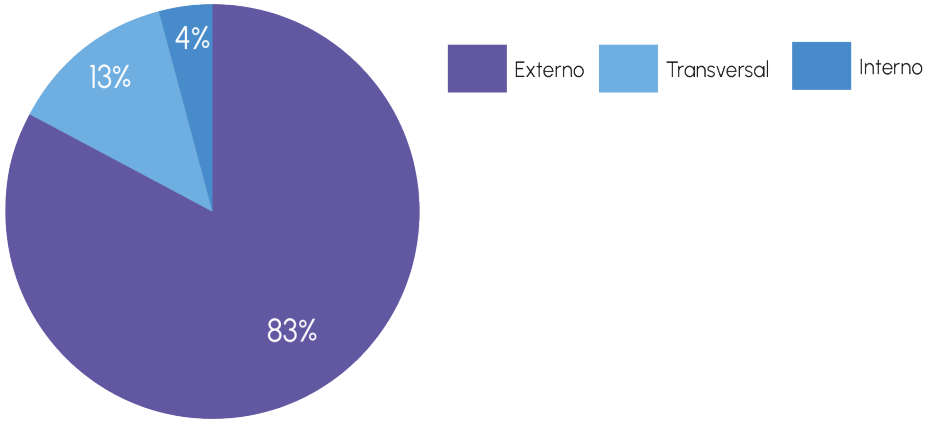
Fonte: elaboração própria.

Como podemos observar, há grande representação de ambientes de inovação promovidos a partir da iniciativa privada; ao, entretanto, considerarmos apenas os 31 equipamentos impulsionados pelo empresariado, constatamos que 74,2% deles consistem em escritórios colaborativos. Outro destaque deve-se ao relevante papel da academia na promoção desses ambientes, representando 64,3% dos centros de inovação e 66,7% das incubadoras de empresas consideradas. Havendo dispersão de atores no

âmbito do empresariado e da sociedade civil, ao evidenciarmos as entidades promotoras dos equipamentos recolhidos, no âmbito da academia, destaca-se a Universidade de Brasília, ao considerarmos centros e instituições a ela associadas, enquanto, no poder público, clara centralidade pode ser indicada à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Distrito Federal, particularmente ao englobarmos a Fundação de Apoio à Pesquisa a ela vinculada.

Podemos, por fim, apresentar as territorialidades de incidência dos equipamentos mapeados, considerando como espaço referencial o Setor Comercial Sul, devido à proposta de estruturação do Polo Criativo Tecnológico no qual o presente relatório está inserido. Visando o alcance desse objetivo, consideramos três posições relativas que o ambiente ocupa – caso de natureza de física, interno ou externo ao SCS, e transversal no caso de digital –, sendo o resultado esquematicamente exposto no *Gráfico 91*.

Gráfico 90 – Distribuição de equipamentos mapeados, segundo o segmento de promoção

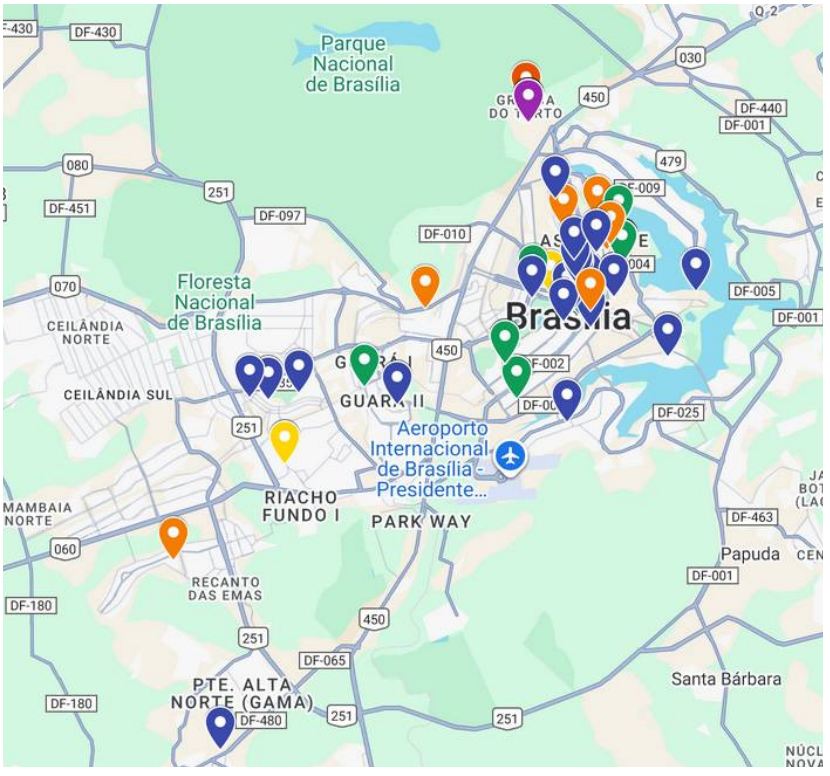


Fonte: elaboração própria.

Como podemos constatar, apenas três dos ambientes considerados estão localizados no Setor Comercial Sul, sendo um espaço de coworking, um centro de inovação ainda em consolidação e o próprio polo de empreendimentos criativos e tecnológicos em estruturação. Dessa forma, apesar dos negócios locais contarem com a possibilidade de acesso a outros equipamentos digitais e físicos, a grande maioria destes concentrados na

Região Administrativa do Plano Piloto (78,7% dos físicos), a escassez de ambientes de apoio ao empreendedorismo e inovação partícipes do próprio ecossistema do Setor Comercial Sul geram barreiras não apenas para o engajamento dos agentes econômicos aos serviços e processos oferecidos, mas para a própria adequação destes perante as necessidades e oportunidades específicas das atividades criativas e tecnológicas localmente desenvolvidas. No Mapa 2, podemos observar a localização dos equipamentos mapeados no Distrito Federal[17].

Mapa 2 – Geolocalização de equipamentos mapeados no Distrito Federal, segundo tipologia harmonizada[18].



Fonte: elaboração própria.

[17] No caso dos equipamentos físicos de natureza proeminentemente digital, foi adotada a localização da entidade promotora de referência. A decisão de incorporar os ambientes digitais nessa representação cartográfica é embasada na perspectiva de propiciar também referenciar a concentração das entidades promotoras desses equipamentos na Região do Plano Piloto, ao serem promovidas principalmente por organizações públicas dos Governos Federal e ao do Distrito Federal.

[18] O mapa produzido pode ser acessado em: https://www.google.com/maps/d/viewer?mid=1VuN8U6lj0K22UHvnWSO55f-3LaXmpLo&usp=sharing

Registrou-se também, entretanto, pontos positivos da infraestrutura local, ao contar com edifícios projetados por arquitetos renomados[19] e uma presença importante de equipamentos culturais[20]. Também foi destacado um conjunto relevante de organizações da sociedade civil instaladas na região[21], o potencial da região para bares e restaurantes[22] e para abrigar órgão da própria administração pública[23]. É o caso da presença do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac-DF), principalmente no contexto da recente inauguração do Centro de Educação Profissional Miguel Setembrino[24].

Voltando aos dados da pesquisa primária de abordagem quantitativa, podemos caracterizar a estrutura de oferta e acesso de equipamentos de apoio ao empreendedorismo e inovação. Considerando todos os tipos de ambientes de inovação referenciados, cabe ressaltar que a maior parte dos estabelecimentos aos quais o questionário foi aplicado declarou nunca ter acessado tais equipamentos. Ao detalharmos os tipos de ambientes, representados na tipologia harmonizada adotada, podemos, entretanto, observar uma variação nos níveis de acesso reportados. Os espaços de coworking foram os equipamentos de apoio ao empreendedorismo e inovação mais acessados ao menos uma vez pelos interlocutores, tendo 23,2% destes declarado acessarem tais equipamentos ao menos uma vez por ano, além de apresentarem o maior índice de uso intensivo, com 4,3% dos respondentes indicando 10 acessos ou mais vezes por ano. Nos

[19] Destaque aos edifícios Morro Vermelho e Camargo Corrêa, do renomado arquiteto João Filgueiras Lima, este contando com painéis em azulejos de Athos Bulcão.

[20] Tendo sido destacados o Sesc (https://www.sescdf.com.br/setor-comercial-sul), o Museu dos Correios (https://www.correios.com.br/educacao-e-cultura/museu-correios), a Casa da Cultura da América Latina (https://ddc.unb.br/cuc/cal), a Galeria Index (https://www.instagram.com/indexarte/) e a Boate Externa (https://www.instagram.com/e.x.t.e.r.n.a/).

[21] Nominalmente, foram indicadas a Fecomércio (https://www.fecomerciodf.com.br/), o Distrito Drag (https://distritodrag.com/), o Instituto No Setor (https://nosetor.com.br/), o Instituto Janela das Artes (https://institutojanelas.com.br/).

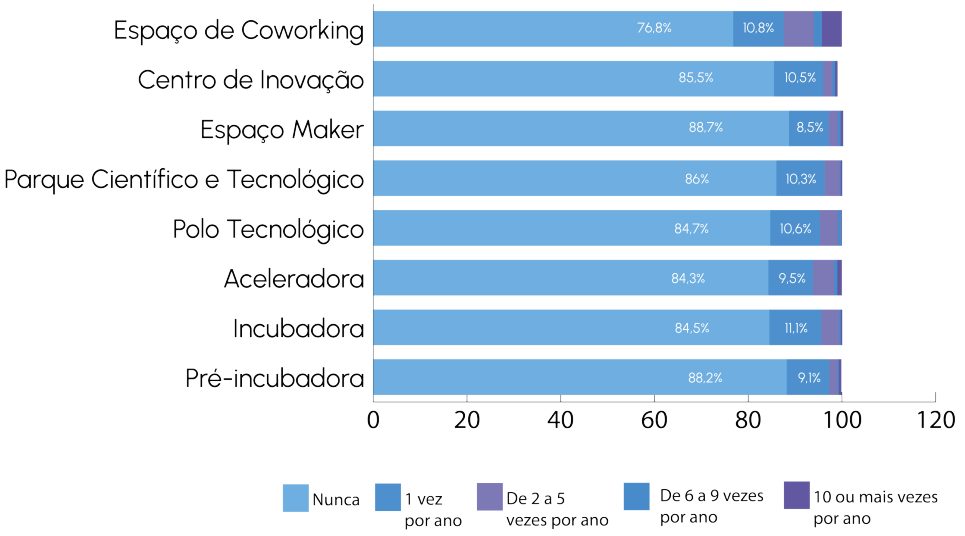
[22] Como referência, foi nominalmente indicado o Armazém do Campo (https://df.armazemdocampo.com.br/).

[23] Como exemplo, foi referenciada a instalação da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Distrito Federal (https://secti.df.gov.br/).

[24] De acordo com as informações do próprio Senac-DF, o Centro oferece infraestrutura adequada para cursos de Saúde e Cuidado Pessoal, Gastronomia e Turismo, com 10 pavimentos e 6.180m² no total (vide https://www.df.senac.br/miguel-setembrino/).

demais equipamentos, entretanto, os níveis de acesso de ao menos uma vez por ano não supera os 16%, especialmente no caso dos espaços *maker*, cuja taxa de não uso é a maior, sendo de 88,7%. Os resultados são esquematicamente apresentados no *Gráfico 92*.

Gráfico 92 – Distribuição de estabelecimentos pesquisados, segundo frequência de acesso a equipamentos de apoio ao empreendedorismo e inovação



Fonte: Pesquisa Setor Comercial Sul (SCS).

Como podemos observar ao longo da exposição dos resultados sobre a atual estrutura de oferta e acesso de equipamentos para apoio ao empreendedorismo criativo e tecnológico local, o cenário emergente é marcado tanto pela precariedade da infraestrutura na região que apoie processos de empreendedorismo e inovação, como pelos baixos níveis de acesso registrado pelos atores locais a equipamentos estratégicos para a promoção desses processos. Ao ampliarmos a escala desse cenário observado, é possível constatar, apesar da concentração locacional, a existência relevante de determinados tipos de equipamentos, particularmente os escritórios colaborativos promovidos pela iniciativa privada, mas é principalmente emergente uma paisagem marcada pela ausência de uma rede estruturada de equipamentos que promovam processos de inovação e pela baixa integração das experiências existentes às atividades econômicas dos pequenos empreendimentos locais.

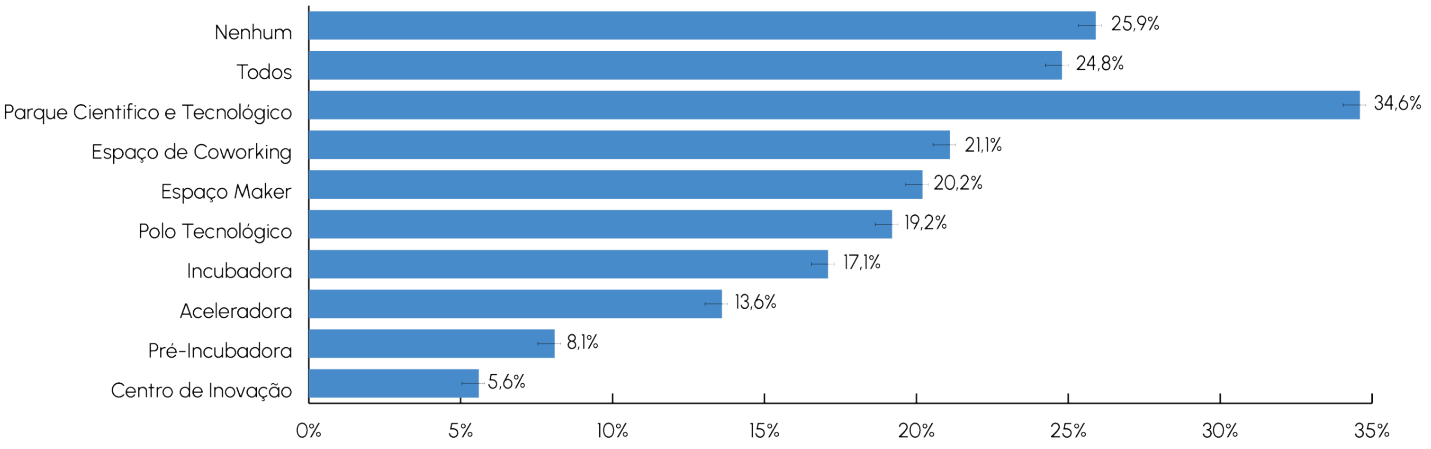
Prioridades de Implementação e Qualificação

Como já indicado nas seções anteriores (relatos das pesquisas qualitativa e quantitativa) há uma expectativa dos agentes do SCS com o fortalecimento da plataforma de equipamentos culturais e educacionais, tendo os entrevistados atribuído relevância à expansão da rede de espaços para realização de eventos, de empreendimentos culturais (como galerias e estúdios) e das próprias instituições de ensino e pesquisa, incluindo pontos de atendimento comunitário promovidos a partir de faculdades e universidades[25]. Os interlocutores indicam equipamentos que poderiam alavancar a região enquanto polo de negócios, cultura e tecnologia, dos quais podemos destacar: a atração e implantação de empreendimentos inovadores de base criativa e tecnológica, particularmente *startups*; a implementação de ambiente de inovação, principalmente incubadoras de empresas, coworkings e espaços *maker*; e ambientes de formação e qualificação profissional em atividades criativas e tecnológicas, especialmente voltados ao desenvolvimento de competências técnicas e gerenciais.

Os representantes dos estabelecimentos que responderam ao questionário da pesquisa quantitativa indicaram dentre os principais ambientes de inovação que auxiliariam em suas atividades caso implementados no SCS um parque científico e tecnológico (instrumento mais citado), espaços de coworking, espaços *maker*, seguidos propriamente de um polo tecnológico. Destaca-se, entretanto, que 25,9% dos estabelecimentos declararam que nenhum desses equipamentos auxiliaria diretamente seus negócios, enquanto 24,8% indicaram que todos os ambientes seriam relevantes para o desenvolvimento de suas atividades econômicas. Os dados são esquematicamente apresentados a seguir no *Gráfico 93*.

[25] Nesse caso, foi nominalmente referenciado o Centro de Atendimento à Comunidade do Centro Universitário de Brasília (CEUB), localizado na Quadra 1 do SCS, que oferece serviços de fisioterapia, análises clínicas, nutrição, atendimento psicológico e uma academia de ginástica (vide https://www.uniceub.br/atendimento-a-comunidade).

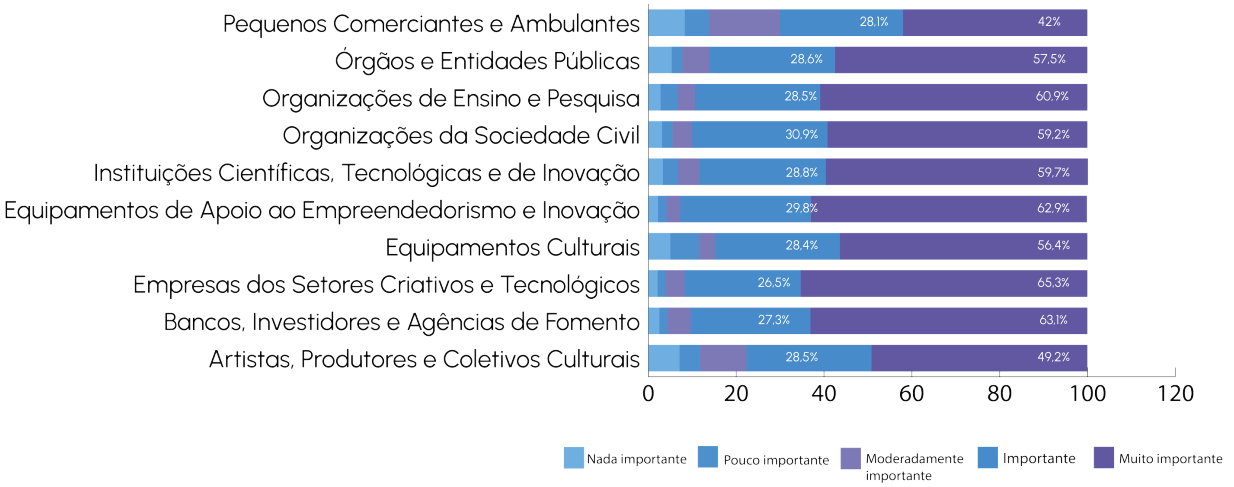
Gráfico 93 – Distribuição de estabelecimentos pesquisados, segundo relevância de implantação de equipamentos de apoio ao empreendedorismo e inovação no SCS



Fonte: Pesquisa Setor Comercial Sul (SCS).

Para esclarecer melhor essa noção de impacto direto ou não nos negócios, os entrevistados dos estabelecimentos da região foram perguntados sobre a relevância da presença no Setor Comercial Sul de determinados atores para o desenvolvimento de um ambiente criativo e inovador. Além da grande importância atribuída à presença de empresas dos setores criativos e tecnológicos e de bancos, investidores e agências de fomento, despontam como terceiro tipo de ator mais relevante precisamente os equipamentos de apoio ao empreendedorismo e inovação, com 62,9% dos respondentes sinalizando sua elevada relevância. A questão é apresentada pelos dados expostos no *Gráfico 94.*

Gráfico 94 – Distribuição de estabelecimentos pesquisados, segundo relevância de diferentes atores para o desenvolvimento de um ambiente criativo e inovador no SCS.



Fonte: Pesquisa Setor Comercial Sul (SCS).

Nesta circunscrição, grande destaque foi oferecido à atração e implantação de empresas de base criativa e tecnológica, a equipamentos de formação e qualificação profissional e à presença física de bancos, investidores e agências de fomento. Especificamente sobre as prioridades de implementação de diferentes tipos de ambientes promotores de inovação no Setor Comercial Sul, foram nomeadamente destacadas a importância de espaços de coworking e espaços *maker*, mas centralmente a estruturação de uma rede local de equipamentos de apoio ao empreendedorismo e inovação em estruturas de maior complexidade física e institucional, na forma de Parques Científicos e Tecnológicos e, propriamente, de Polos Tecnológicos. Destacou-se, ainda, não apenas o baixo acesso concreto dos empresários locais a ambientes de inovação, mas a própria baixa percepção do setor empresarial instalado no Setor Comercial Sul sobre a entrega de valor que ambientes de inovação específicos podem propiciar aos seus próprios negócios, apesar de sinalizada a relevância geral desses equipamentos para o desenvolvimento de um ambiente criativo e inovador na região. Suscitando, cabe salientar, uma hipótese relevante sobre a desconexão desses equipamentos com as demandas objetivas de micro e pequenas empresas existentes na região, que tendem a enfrentar desafios cotidianos para sua própria sobrevivência.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Podemos ainda endereçar sua discussão a partir das reflexões pela literatura do campo, bem como de experiências concretas conduzidas com foco no apoio ao empreendedorismo e à inovação.

Políticas e Programas de Apoio ao Empreendedorismo e Inovação

No âmbito das políticas e programas, a discussão dos resultados apresentados pode ser realizada a partir de três etapas estruturadas, sendo elas: (i) debate dos dados de oferta e acesso de políticas e programas existentes, a partir dos dados apresentados anteriormente, da literatura do campo e de iniciativas de políticas e programas de apoio ao empreendedorismo e inovação presentes em outros contextos; (ii) debate sobre os dados de demanda por diferentes tipos e finalidades de políticas e programas por parte de grupos de interesse mobilizados, a partir dos mesmos tipos de insumos à discussão sobre oferta; e, por fim, (iii) uma síntese do cenário caracterizado, apontando os principais desafios e oportunidades identificados, bem como potenciais medidas para sua mitigação ou aproveitamento. A partir dessas etapas, será possível uma leitura sistemática sobre a atual situação do tema abordado, bem como oferecer insumos relevantes para a etapa conseguinte do projeto de estruturação de ecossistema criativo no Setor Comercial Sul.

Estrutura de Oferta e Acesso

A ecologia dessas políticas e programas, entretanto, denuncia duas deficiências estruturais percebidas a partir do mapeamento realizado e dos interlocutores acessados. A primeira dessas consiste num baixo nível percebido de coordenação e integração entre as diferentes iniciativas existentes e entre as próprias agendas e agentes mobilizados. A segunda, por sua vez, sobre a percepção subjetiva e incorporação efetiva dessas iniciativas por atores da região, ao considerarmos que destes apenas 10% declararam já terem sido beneficiados por políticas e programas públicos. Sendo questão central para o debate localizarmos o acesso a políticas públicas enquanto um fenômeno

complexo, no qual incidem diversos fatores, como a arquitetura programática das próprias políticas e programas (como objetivos, públicos e condições) e as barreiras que incidem sobre os agentes (como as de natureza comunicacional, institucional e social).

Nesse sentido, endereçando inicialmente as iniciativas voltadas a instituição de arranjos e mecanismos institucionais e legais que agem sobre a regulação do conjunto de relações estabelecidas entre os diferentes atores e espaços sociais, podemos observar o maior volume de políticas e programas identificados, atuando na estruturação, principalmente, das agendas da União e do Distrito Federal em ciência, tecnologia e inovação, com especial foco na regulação e em provimento de arquiteturas de fomento relativos a esse campo de incidência. Entretanto, ao mesmo tempo, foi indicado enquanto tipo de iniciativa com o menor grau de beneficiamento percebido por parte dos empreendimentos instalados no Setor Comercial Sul. Se o próprio perfilamento de estabelecimentos na região podem nos apresentar hipóteses sobre essa dissociação, também podemos considerar a questão central indicada pelos interlocutores acerca da falta de integração entre as iniciativas, caracterizando um cenário marcado por ações pontuais e por um conjunto, apesar de diversificado, notadamente disperso de projetos. Apesar de avanços nesse sentido, argumenta-se ainda sobre a falta de um marco normativo local que estruture o campo da economia criativa, bem como a necessidade de uma melhor harmonização da dispersa legislação sobre desenvolvimento tecnológico e inovação no Distrito Federal. Outro destaque emergente consiste na centralidade do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei Nº 13.019, de 31 de Julho de 2014), bem como da sua regulamentação no âmbito do Distrito Federal (Decreto Nº 37.843, de 13 de Dezembro de 2016), para viabilizar importantes parcerias identificadas entre a administração pública distrital e as organizações da sociedade civil para fortalecimento do ecossistema local de atividades criativas e tecnológicas.

Avançando sobre os mecanismos públicos de fomento direto e indireto voltados a setores e ambientes econômicos em nosso escopo de investigação, cabe também realizarmos algumas considerações centrais. No âmbito dos mecanismos de financiamento reembolsável, apesar de apresentar uma grande participação no conjunto identificado de políticas e programas, observa-se centralmente linhas de crédito específicas com, em sua maioria, apenas um grau

intermediário de integração com a proposta de estruturação do ecossistema criativo tecnológico no Setor Comercial Sul. Isso podendo ser parcialmente justificado pelo baixo contingente de produtos desenhados especificamente para a realidade do Distrito Federal e uma elevada concentração de mecanismos impulsionadas a partir de agências de fomento federal, particularmente a Finep e o BNDES; apesar, cabe o destaque, de um importante papel potencial atribuído ao Banco de Brasília, por exemplo ao constituir uma das instituições financeiras locais credenciadas ao Programas de Repasse do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste. Apesar desse cenário, tal tipo de política e programa constituiu o terceiro com maior grau de beneficiamento percebido entre os estabelecimentos do Setor Comercial Sul pesquisados; constituindo ainda, entretanto, uma baixa taxa de acesso declarada (2,1%). Ao analisar as iniciativas, identifica-se um desafio no acesso tanto aos considerarmos os relativamente altos pisos de valores arrolados nos projetos de financiamento admitidos por essas linhas de financiamento, bem como condições que não são consideradas favoráveis ao acesso sustentado a esses mecanismos, o que poderia ser mitigado a partir do desenvolvimento de um ambiente mais estruturado de acesso ao crédito que articule práticas como a assessoria técnica (como os vinculados ao Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado[26]) e fundos garantidores de investimento para amortização de taxas de juros (como o FGI do BNDES ou o FGO do BB) e fundos avalizadores para oferta de garantia a micro e pequenas empresas (como o caso do FAMPE do Sebrae).

Ao considerarmos os mecanismos de financiamento não-reembolsável, por sua vez, foram identificadas não apenas poucas iniciativas, mas também um baixo nível de integração das existentes perante o projeto de estruturação de um polo criativo tecnológico local. Apesar da presença de mecanismos com foco na inovação no ambiente produtivo, particularmente relevantes, de subvenção econômica associados a programas de inovação e criatividade (a exemplo do Start BSB), a descontinuidade de programas locais e o foco

[26] Nesse sentido, cabe destacar no Distrito Federal o Programa Prospera, iniciativa da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda que oferece microcrédito para empreendedores (pessoas físicas ou jurídicas) com juros baixos e acompanhamento técnico para capital de giro ou investimento de atividades produtivas de pequeno porte (vide https://www.sedet.df.gov.br/prospera).

em projetos de elevado grau de complexidade empreendidos por empresas de grande porte contextualiza o baixo nível de beneficiamento percebido pelas empresas que atualmente compõem os atores econômicos do Setor Comercial Sul.

Acerca dos mecanismos de incentivos fiscais, concluindo os mecanismos públicos de fomento financeiro incursionados, foram identificadas poucas iniciativas em nosso escopo de estudo que promovam desoneração parcial ou total de um ônus tributário, também apresentando um baixo grau absoluto de beneficiamento percebido pelo empresariado local. A demanda, como debateremos a seguir neste relatório, seguindo perspectiva diferente aos destaques que seguem, cabe ressaltar iniciativas com elevado grau de integração associadas a oportunidades que se apresentam num horizonte recente, como a inclusão da tipologia de desenvolvimento de territórios criativos pelo mecanismo de incentivo a projetos culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Instrução Normativa MINC Nº 23, de 5 de Fevereiro de 2025) e ao Projeto de Lei sobre Territórios de Distrito Criativo e Tecnológico do Distrito Federal (Projeto de Lei Nº 970/2024). Outros destaques referenciados consistem em inciativas que tanto podem incentivar importantes projetos culturais para a região, como a Lei de Incentivo à Cultura do Distrito Federal, quanto, principalmente, o incentivo às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação no ambiente produtivo, com grande destaque aos benefícios previstos na 'Lei do Bem' (Lei Nº 11.196, de 21 de novembro de 2005).

Outros tipos de políticas e programas ainda devem compor esse debate preliminar, dentro os quais deve-se destacar a importância das compras públicas enquanto instrumento de desenvolvimento regional, cabendo destacar marcos normativos na esfera nacional e local que asseguram a participação de startups em igualdade de condições de concorrência em processos licitatórios. Apesar de poucas iniciativas identificadas, constata-se experiências relevantes que promovem tanto a participação de pequenos negócios nas compras públicas (como a plataforma Contrata+Brasil do Governo Federal), como a compra de soluções em inovação aberta por gestores públicos (como o Catalisa GOV do Sebrae). Considerando os estabelecimentos instalados no Setor Comercial Sul, o relativo alto grau de beneficiamento percebido, se compararmos com o conjunto de categorias

consideradas, pode sinalizar a centralidade dessa estratégia de atuação, mas a necessidade de qualificação do ambiente que promove e assegura a participação de empreendimentos de pequeno porte de atividades criativas e tecnológicas nos processos licitatórios.

Seguindo no debate sobre outros tipos de políticas e programas, cabe referenciarmos as iniciativas voltadas à geração, gestão e difusão de informações e conhecimentos relevantes a gestores públicos e agentes privados relacionados ao cenário local do empreendedorismo criativo e tecnológico. Apesar de algumas iniciativas com grau relevante de integração, como o Estudo sobre o Ecossistema de Inovação do DF e RIDE e o próprio Panorama da Economia Criativa do Distrito Federal, ainda predomina um cenário marcado pela ausência de iniciativas continuadas que contribuam para a formação de séries históricas e desenvolvimento de indicadores consolidados que subsidiem a tomada de decisão de gestores públicos e privados, como a estruturação de programas de pesquisa perenes com esse foco, em articulação com observatórios da sociedade civil, centros de pesquisa da academia e propriamente institutos públicos. O baixo grau de beneficiamento percebido pelo setor local por este tipo de iniciativa, denuncia essa situação, bem como chama a atenção para ampliação de pesquisas de mercado voltadas a subsidiar a operação de empresas criativas e tecnológicas.

Um cenário particularmente relevante emerge ao considerarmos as políticas e programas voltados ao desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes criativas, técnicas, tecnológicas e gerenciais voltadas à qualificação do mercado de trabalho local. Sendo observada uma diversidade de iniciativas, inclusive ao considerarmos o recorte das experiências locais, entretanto, ainda se constata um baixo nível de institucionalização e consolidação, sendo principalmente implementadas na forma de projetos conformados no âmbito de parcerias firmadas entre a administração pública local, com destaque à SECTI/DF, junto a organizações da sociedade civil, por meio de termos de colaboração e fomento firmados de acordo com o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil. Cabe, entretanto, destacar ainda a existência de importantes mecanismos de formação e qualificação de trabalhadores e empreendedores no âmbito de programas de inovação e criatividade, o que apresenta uma abordagem

estruturante e relevante, mas insuficiente para as demandas existentes, tanto no âmbito do desenvolvimento econômico, quanto da inclusão produtiva. Essa situação se expressa no alto grau relativo de beneficiamento percebido pelos atores econômicos do Setor Comercial Sul, mas também na ampla demanda pela qualificação e expansão dessas iniciativas registrada pelos interlocutores, como será ainda abordado neste relatório.

Ao voltarmos nossa atenção à estruturação e gestão de espaços físicos e tecnológicos adequados à produção, distribuição e consumo de bens e serviços, por sua vez, apesar da alta relevância atribuída à reforma urbana em curso nas quadras do Setor Comercial Sul, constata-se poucas iniciativas, especialmente a nível local, com foco na qualificação da infraestrutura de apoio a atividades criativas e tecnológicas; apesar, cabe o destaque, da importância reconhecida da implementação do Parque Tecnológico de Brasília – BIOTIC. Algumas iniciativas importantes de financiamento na esfera federal para implantação de parques tecnológicos e incubadoras também puderam ser identificadas e constituirão objeto de consideração quando forem debatidos os dados relativos aos equipamentos de apoio ao empreendedorismo e inovação. O baixo grau de beneficiamento relativo percebido pelos atores econômicos do Setor Comercial Sul denota falta de iniciativas que promovam efetivamente a requalificação da infraestrutura econômica local; estabelecendo, cabe reconhecer, um diálogo complexo com outras questões sociais (como a população em situação de rua e a segurança pública), urbanas (como limpeza e iluminação públicas) e comerciais (presença desordenada de ambulantes e descompassos percebidos na incidência do Imposto Predial e Territorial Urbano).

Sobre políticas e programas que promovam processos de formação de públicos e de abertura de mercados a partir de estímulo à oferta e demanda por bens e serviços e à circulação de agentes econômicos, também se constatou uma diversidade de iniciativas, mas com baixo nível de institucionalização, considerando que tal tipologia organizou principalmente eventos com foco na comercialização de bens e serviços criativos e tecnológicos, apesar de constatado o importante papel das parcerias entre governo e sociedade civil nessa plataforma. Uma exceção relevante a este cenário é representada pelo Programa Conexão Cultura DF, que financia continuamente missões de agentes culturais locais a diversos mercados

nacionais e internacionais estratégicos no campo da economia criativa, constituindo um importante mecanismo de acesso e expansão de mercados para serviços criativos locais. Nesse sentido, atribui-se relevância para o reconhecimento, expansão e integração de missões comerciais organizadas com entidades como o Sebrae e a Agência Brasileira de Promoção de Exportações, inclusive como estratégia para endereçar o relativo baixo grau de beneficiamento percebido pelos atores locais.

Compondo uma tipologia central para o desenvolvimento de ecossistemas de inovação e criativos, como retomaremos quando do acesso à literatura especializada do campo, cabe endereçar ainda as políticas e programas que promovem condições e desenvolvimento de mecanismos para a cooperação entre organizações e iniciativas públicas e privadas atuantes em diferentes setores e ambientes econômicos. Algumas importantes dinâmicas desse espectro estando mobilizadas por iniciativas de instituições e marcos normativos anteriormente referenciadas, podemos destacar. Nesse aspecto, há um baixo volume de iniciativas identificadas que sejam especificamente voltadas à integração e cooperação, sendo, porém, que estas apresentam um importante grau de institucionalização na forma de iniciativas continuadas, apresentando um relevante protagonismo do empresariado e da sociedade civil local. O elevado grau relativo de beneficiamento atribuído pelos atores econômicos do Setor Comercial Sul por essas iniciativas pode ser, ao menos parcialmente, explicado pela atuação no território de importantes iniciativas desses dois campos sociais, como a Associação Comercial do Distrito Federal e o Instituto No Setor.

Um interessante cenário pode ser reconstituído ao endereçarmos iniciativas voltadas ao fomento de processos de pesquisa, experimentação e desenvolvimento de soluções em produtos, processos, mercados e organizações. Compondo um amplo conjunto de iniciativas, com diferentes arquiteturas programáticas e institucionais, em sua maioria com um alto nível de institucionalização na forma de programas continuados, experiências abarcadas por esse grupo mobilizam das mais relevantes iniciativas para a estruturação de um polo criativo tecnológico no Setor Comercial Sul; apesar, o que é parcialmente explicado pela atual composição empresarial local, de um baixo nível de acesso dos estabelecimentos instalados na região a essas iniciativas. Compõem esse grupo programas atualmente reconhecidos como

estratégicos e com um potencial ainda maior de estabelecer dinâmicas de indução, como o Start BSB, ao integrar subvenção econômica e processos de formação e qualificação a negócios inovadores em diferentes estágios de maturidade. Outra iniciativa destacada, no contexto de referenciar o setor de jogos eletrônicos como componente central de uma estratégia local para o desenvolvimento econômico e social por meio da inovação criativa e tecnológica, consiste no Brasília Game Hub, que apesar de atualmente ainda contar com um baixo nível de institucionalização formal, apresenta um grande potencial de estabelecer uma dinâmica de integração relevante com os agentes e ambientes do Setor Comercial Sul. Nesse cenário, destaca-se a importante presença do governo, principalmente ao considerarmos os riscos associados ao processo de desenvolvimento tecnológico, mas também a forte parceria estabelecida entre órgãos da administração pública e organizações da sociedade civil.

Quanto à oferta e acesso a iniciativas de apoio ao empreendedorismo criativo e tecnológico, duas questões centrais emergem ao observarmos os dados coletados por meio dos instrumentos utilizados no início dessa discussão. A primeira delas consiste, portanto, na reiterada enunciação por parte dos interlocutores de um baixo nível de coordenação e integração entre as diferentes iniciativas existentes e entre as próprias agendas e agentes mobilizados. Há insuficiência de instrumentos tradicionais de intervenção, como subvenções econômicas ou mecanismos de financiamento reembolsável; sendo, nesse sentido, fundamental a indução, a partir do Estado, na integração de agentes públicos e privados, de forma a promover o compartilhamento do risco tecnológico e a redução do custo da inovação (FREIRE, MARUYAMA e POLLI, 2017).

Sendo a história permeada de casos sobre o papel central desempenhado pelo Estado no desenvolvimento tecnológico (MAZZUCATO,2014), a literatura alerta para a necessidade tanto de implementação de mecanismos de governança que permitam a adequada concertação dos distintos atores e agendas necessários ao processo de inovação, quanto para o desenvolvimento de um ambiente regulatório coeso e consistente, de maneira a oferecer estímulo ao investimento em inovação, bem como segurança jurídica aos seus agentes.

A segunda questão, por sua vez, consiste nas barreiras de acesso a políticas públicas; para a qual, apesar de não haver uma tipologia consensuada, estudos nos campos do desenvolvimento econômico (OCDE,

2016) e, particularmente, do acesso aos serviços de saúde (OLIVEIRA et al., 2019) nos ajudam a mapear os diferentes fatores que podem inibir o beneficiamento por políticas públicas. Dentre os principais tipos de barreiras consideradas, podemos destacar: (i) barreiras de acessibilidade física, relacionadas a obstáculos arquitetônicos e/ou urbanísticos que dificultam a mobilidade e o acesso físico a órgãos e serviços públicos, como inadequação de vias e meios de transporte; (ii) barreiras de acessibilidade digital, relacionadas a dificuldades de acesso a serviços digitais oferecidos por órgãos da administração pública, assim como a própria indisponibilidade de serviços digitais, a inadequação dos canais de atendimento e a falta de acesso à internet; (iii) barreiras comunicacionais, relacionadas a dificuldades de obtenção de informação adequada sobre determinada política, programa ou serviço público, como a insistência de canais de comunicação prestadores de serviços públicos para atendimento; (iv) barreiras de disponibilidade, relacionadas à quantidade e/ou qualidade disponível de políticas, programas e serviços adequados às necessidades e interesses da organização, como a escassez de linhas de financiamento adequadas para a organização; (v) barreiras de aceitabilidade, relacionadas a crenças ou pré-disposições sobre a falibilidade e incapacidade dos atores e instrumentos públicos de atenderem às necessidades e interesses da organização, como a falta de confiança nos agentes de segurança pública; (vi) barreiras institucionais e administrativas, relacionadas à complexidade da forma de acesso e/ou disfuncionalidade da burocracia na oferta dos serviços públicos, como em casos de demora excessiva para concessão de uma licença; (vii) barreiras de coordenação e integração; relacionadas a falhas de interação e comunicação entre diferentes órgãos e instâncias mobilizadas para a prestação de um determinado serviço público, como a falta de integração entre os diferentes agentes de segurança pública; (viii) barreiras econômicas, relacionadas a elevados custos associados ao acesso e/ou escassez de recursos adequados alocados em determinada agenda pública, como a falta de investimento público para realização de alguma obra necessária; (ix) barreiras políticas, relacionadas a interesses privados e/ou pré-disposições ideológicas de grupos políticos perante uma determinada agenda, como casos de corrupção e a descontinuidade de políticas e programas públicos; e (x) barreiras sociais, relacionadas a formas

de discriminação e preconceito junto aos grupos sociais com os quais sua organização estabelece relação comercial e/ou de atendimento, como a escassez de mecanismos públicos adequados para atendimento a pessoas em situação de rua.

Não sendo possível neste momento aferir precisamente o peso relativo dessas barreiras para o cenário exposto neste relatório, cabe a partir dos instrumentos que compõem a pesquisa qualitativa resgatar que os interlocutores destacam principalmente barreiras comunicacionais, de disponibilidade, institucionais e administrativas, de coordenação e integração, políticas e sociais, no acesso a iniciativas de apoio ao empreendedorismo e inovação.

Visando contextualizar as duas questões centrais referenciadas, algumas referências interessantes são aportadas pela *Pesquisa de Inovação Semestral*, que fornece informações das atividades de inovação das empresas brasileiras com 100 ou mais pessoas ocupadas, tendo como universo de investigação as atividades das Indústrias extrativas e de transformação. Constituindo ainda estatísticas de caráter experimental, o seu último relatório (IBGE, 2025) registra que apesar de um aumento nos gastos em pesquisa e desenvolvimento em 2023, com 34,3% das empresas realizando investimentos nesta área, a taxa de inovação das empresas industriais consideradas apresentou uma queda em relação ao ano anterior (de 68,1% em 2022 para 64,6% em 2023), sendo as empresas de grande porte apresentando a maior taxa de inovação (73,6% nas empresas com mais de 500 pessoas ocupadas). Especificamente relevante para nosso debate, cabe ressaltar que a PINTEC Semestral revelou que apenas 36,3% das empresas investigadas utilizaram algum mecanismo de apoio público para suas atividades inovativas em 2023, proporção menor do que a observada no ano anterior (39,0%). Dentre estes instrumentos, o mais utilizado foi o incentivo fiscal à pesquisa e desenvolvimento e inovação tecnológica, previsto na 'Lei do Bem' (26,4%), enquanto os menos utilizados foram a subvenção econômica a P&D e inserção de pesquisadores (3,5%) e Compras públicas (1,5%); sendo que desta, as empresas inovadoras de menor porte (até 249 pessoas ocupadas) foram as que mais se beneficiaram (2,2%), apesar de 30,3% das empresas considerarem inadequadas as condições e contrapartidas para a utilização dos instrumentos de compras públicas. A pesquisa, dessa forma, nos alerta para a importância dos mecanismos de incentivo fiscal à pesquisa e desenvolvimento e inovação tecnológica no ambiente produtivo,

mas também para os desafios de adequação das compras públicas enquanto instrumento de apoio público para atividades de inovação.

De maneira a ilustrar referências relevantes para a superação dos desafios de acesso a políticas e programas relatados neste relatório, podemos ainda traçar algumas considerações sobre experiências existentes que buscam endereçar esse gargalo, particularmente ao considerarmos as questões referenciadas de assimetria de informação e barreiras comunicacionais. O primeiro caso consiste nos Escritórios de Promoção à Inovação[27], constituindo ambientes integrados à Rede Municipal de Centros de Inovação de Florianópolis, nos quais Promotores de Inovação prestam atendimento presencial ou remoto acerca de oportunidades e instrumentos locais para a promoção do empreendedorismo, bem como informações sobre procedimentos administrativos necessários à atividade empresarial, como abertura de empresas. Nesses escritórios, são disponibilizadas informações de diferentes instituições e áreas em diálogo com a legislação municipal de incentivo à inovação e o fundo municipal de inovação, abordando questões como linhas de financiamento, oportunidades de formação e qualificação empresarial e questões tributárias.

O segundo caso destacado consiste na Sala do Empreendedor[28], uma iniciativa do Sebrae que oferece atendimento sobre processos de abertura de empresas, regularização e baixa, bem como presta serviços exclusivos ao Microempreendedor Individual. Essas Salas podem abrigar, além de agentes do próprio Sebrae, representantes de diferentes entidades, como órgãos de governo, instituições financeiras, associações empresariais e instituições de ensino e pesquisa. Dessa forma, o pequeno empresário acessa diferentes informações e serviços a partir de um local único, facilitando o acesso a instrumentos e procedimentos que podem apoiar o desenvolvimento do seu negócio.

---

[27] Informações sobre os Escritórios de Promoção à Inovação podem ser localizadas em https://redeinovacao.floripa.br/conheca-os-escritorios-de-promocao-da-inovacao-epis/

[28] Informações sobre a Sala do Empreendedor podem ser localizadas em https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/parceirodomunicipio/cidadeempreendedora/sala-do-empreendedor,2743f46aedaaf810VgnVCM1000001b00320aRCRD

Prioridades de Implementação e Qualificação

Ao nos debruçarmos sobre os dados apresentados acerca da demanda por políticas e programas de apoio ao empreendedorismo e inovação, por sua vez, podemos identificar prioridades atribuídas a questões como o fortalecimento das micro e pequenas empresas já instaladas na região, a qualificação e especialização do mercado de trabalho local, a atração de trabalhadores, empresas e investimentos para o Setor Comercial Sul e a preservação e promoção das expressões culturais locais. Nesse sentido, foi possível formular algumas linhas de ação estratégica convergentes à estruturação do Polo Criativo Tecnológico na região, sendo as que seguem: (i) promover a formação e capacitação de trabalhadores e empreendedores dos campos criativo e tecnológico; (ii) implementar e ampliar programas de desenvolvimento e aceleração de negócios criativos e tecnológicos; (iii) disponibilizar linhas de financiamento não-reembolsável para soluções criativas e tecnológicas; (iv) disponibilizar linhas de financiamento reembolsável para empresas de base criativa e tecnológica; (v) conceder incentivos fiscais para zonas e atividades econômicas; (vi) fomentar e promover processos de pesquisa, desenvolvimento e inovação voltados a produtos, processos e modelos criativos e tecnológicos; (vii) qualificar e expandir a infraestrutura local de apoio às atividades criativas e tecnológicas; (viii) qualificar e regular o ambiente local de negócios criativos e tecnológicos; (ix) promover a internacionalização de negócios criativos e tecnológicos; (x) fomentar compras públicas de soluções criativas e tecnológicas locais; (xi) promover a ocupação cultural e a promoção turística de regiões centrais da cidade. Essas linhas orientarão a discussão dos resultados que se seguirá.

Inicialmente, entretanto, faz-se válido acessarmos duas pesquisas que contribuem para contextualizar mais adequadamente o cenário no qual o debate em curso se insere. A primeira delas, ao analisar o ecossistema de startups do Distrito Federal (SEBRAE, 2025), nos informa sobre a consolidação da região como um relevante polo de inovação, com uma comunidade empreendedora local composta por 491 *startups*. Essa comunidade é formada por uma concentração de empreendimentos com mais de 5 anos de fundação (38,83%), mas conta com um quadro de startups ainda em processo de conquista de mercado e clientes, com muitos negócios ainda em fase de validação (34,42%) e tração (27,9%), ou mesmo em ideação (22%).

Com as duas principais estratégias de receita consistindo em modelos de venda direta (30,75%) e de 'software como serviço' (30,35%), ao analisarmos o faturamento das startups sediadas no Distrito Federal, entretanto, identifica-se que a maioria dessas empresas ainda não gera receitas (48,27%) e apenas uma pequena parcela conta com faturamentos superiores a R$ 360 mil (15,68%), o que indica a necessidade de políticas e programas que promovam tanto o investimento, quanto o suporte o ecossistema local de startups. Ao considerarmos os segmentos de atuação dessas startups, por sua vez, destacam-se os de educação (11,61%), saúde e bem-estar (11%) e tecnologia da informação (10,59%), mas com uma parcela ainda significativa em comunicação e mídia (4,89%).

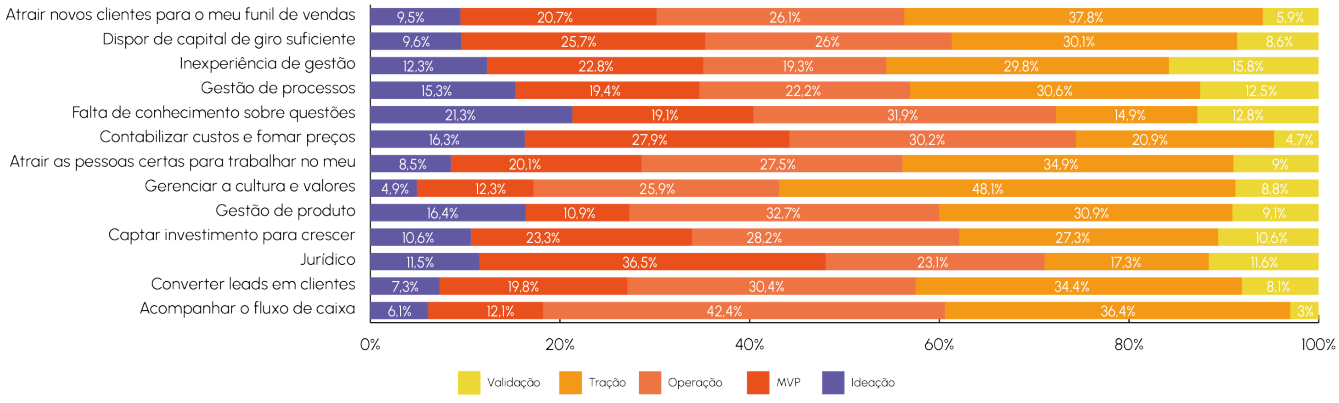
Sobre os modelos de negócios operados por esses empreendimentos, observa-se uma grande concentração de 'Business-to-Business' (43,58%), com maior participação relativa no desenvolvimento de hardware (81,82%) e software (54,78%), enquanto apenas uma pequena parcela de 'Business to Government' (3,26%), com maior participação relativa no desenvolvimento de software (4,46%) e oferta de serviços (3,79%). Nesse contexto, cabe destacar que apesar do modelo B2G contar com uma menor representatividade, a crescente demanda de soluções tecnológicas pelo setor governamental pode constituir uma oportunidade relevante para as empresas sediadas no Distrito Federal; sendo que, atualmente, a maioria das GovTechs estão sediadas no Nordeste (39%).

Outro interessante estudo identifica junto aos fundadores de startups brasileiras os principais desafios para o desenvolvimento de seus negócios (ACE VENTURES, 2024). Nesse trabalho, foram indicados como principal desafio enfrentado pelas startups brasileiras a captação de investimentos para expansão das operações e a atração e conversão de novos clientes. Entretanto, ao considerarmos as diferentes fases de desenvolvimento de *startups*[29], é

[29] O estudo considera cinco fases de desenvolvimento de startups, sendo: (i) ideação, na qual há concepção da ideia inicial, identificação de um problema e desenvolvimento em uma solução inovadora; (ii) produto mínimo viável (MVP), na qual se identifica uma versão do produto que permite uma volta completa do ciclo de construção, mensuração e aprendizado; (iii) validação, na qual ocorre a obtenção de feedback dos primeiros usuários e validação da viabilidade e demanda do produto; (iv) operação, no qual o produto mínimo viável é validado e as vendas são inicializadas; e (v) tração, que consiste na fase de impulsionamento da *startup* no mercado

possível observar algumas diferenças entre os principais desafios observados pelos fundadores. Na fase de ideação, os principais desafios consistem na falta de conhecimento, na gestão de produto e na contabilização de custos e formação de preço. Nas startups já em tração, por sua vez, os principais desafios observados consistem em gerenciar a cultura e os valores da organização e a atração de novos clientes para o funil de vendas. Essas questões estão esquematicamente representadas no Gráfico 95.

Gráfico 95 – Distribuição de estabelecimentos pesquisados, segundo os maiores desafios identificados e a fase de desenvolvimento da startup.



Fonte: ACE VENTURES, 2024.

Dessa forma, o estudo nos alerta para a necessidade de desenvolvimento de políticas e programas que articulem diferentes instrumentos que respondam às distintas necessidades dos empreendimentos durante seu processo de desenvolvimento. Questão, cabe salientar, endereçada em iniciativas importantes aqui relatadas, como o programa Start BSB, que mobiliza processos de ideação e pré-incubação, de incubação e pré-aceleração e de aceleração de negócios, a depender do estágio do empreendimento.

A partir desse cenário estabelecido, podemos promover uma discussão a partir das linhas de ação estratégica[30] convergentes à estruturação do Polo Criativo Tecnológico no Setor Comercial Sul, resgatadas anteriormente, com referências trazidas pelos próprios interlocutores, ou identificadas pela equipe de pesquisa. Em relação à formação e capacitação de trabalhadores e empreendedores dos campos criativo e tecnológico, com foco em competências técnicas e gerenciais, foram identificadas iniciativas interessantes no Distrito Federal de formação inicial e continuada com foco na inclusão produtiva de pessoas em situação de vulnerabilidade social; desde programas estruturados de qualificação profissional, como o RENOVA DF), até relevantes iniciativas locais, como o Programa Enfrente[31], desenvolvido em parceria com o SENAC-DF, importante entidade destacada no ecossistema institucional do Setor Comercial Sul. Entretanto, ao considerarmos iniciativas estruturadas voltadas especificamente aos mercados criativo e tecnológico, encontramos um cenário ainda marcado por ausências e iniciativas com menor grau de institucionalização, apesar de importantes, como o Brasilia.IA[32] e o Renova Tech[33]. Programas de formação integrados e com conteúdo

---

[30] Apesar de não constituir escopo específico do presente relatório, vale realizarmos uma breve referência a uma das questões fundamentais para o desenvolvimento da região, extensivamente referenciada pelos interlocutores e constituindo um elemento central nas divergências entre os diferentes atores locais. De acordo com Política Nacional para a População em Situação de Rua (Decreto Nº 7.053 de 23 de Dezembro de 2009), tal população consiste em um grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. O Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal disponibiliza, no Portal de Informações Estatísticas do Distrito Federal, dados sobre a população em situação de rua local (vide https://infodf.ipe.df.gov.br/pop-rua-df/), mas de acordo com o censo mais recente, realizado em 2025 (vide 2º Censo Distrital da População em Situação de Rua - Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal), foram identificadas 3.521 pessoas em situação de rua (aumento de 19,8% em relação a 2022), concentradas principalmente no Plano Piloto (25,5%), sendo majoritariamente composta por pessoas do sexo masculino (82,2%), pardas (55,8%), de 31 a 49 anos (51,3%), que estão há, pelo menos, cinco anos nas ruas (51,49%), nascidas em outros Estados do país (65%), mas que vieram ao DF principalmente a procura de trabalho (42,2%). Muitas dessas pessoas já realizaram algum curso de formação profissional (41,2%), especialmente na área de informática (26,9%), e obtém renda especialmente por meio da coleta de material reciclável (39,1%); indicando ainda que parte dessa população tem uma residência no DF para morar (10,2%), mas que não permanecem na residência principalmente por conflitos com familiares ou vizinhos (34,2%). Esse cenário reforça a necessidade já referenciada de políticas integradas não apenas de qualificação profissional, mas de acolhimento, saúde e reintegração social. O Programa 'De Braços Abertos' da Prefeitura de São Paulo é indicado por atores locais como uma importante referência para endereçar a situação no Setor Comercial Sul, um programa que funcionou de janeiro de 2014 até maio de 2017, integrando ações de assistência social, direitos humanos, saúde e trabalho, com o objetivo de construir uma rede de serviços a usuários de crack sob a ótica da redução de danos, pela oferta de moradia, emprego e serviços de atenção integral à saúde (vide O Programa De Braços Abertos).

[31] Saiba mais em https://www.df.senac.br/senac-df-lanca-programa-enfrente-para-promover-inclusao-produtiva-no-gama/

[32] Saiba mais em https://brasil.ia.inesq.org.br/

[33] Saiba mais em https://www.instagram.com/renovatechdf/

técnico e gerencial mais avançado, com foco em nossos campos de incidência, ainda requerem estruturação, apesar de ciclos formativos importantes estarem associados a programas de apoio a startups a serem ainda abordados. A institucionalização e integração de projetos exitosos pode, inclusive, indicar um caminho relevante para a estruturação de programas de formação voltados à qualificação de profissionais dos setores criativo e tecnológico no mercado de trabalho local, envolvendo uma plataforma de serviços executada em parceria com organizações empresariais e da sociedade civil.

Articulada à necessidade de formação inicial e continuada de trabalhadores e empreendedores criativos e tecnológicos, também foi indicada a necessidade de qualificar e ampliar programas de desenvolvimento e aceleração de negócios nesses setores. Com uma relevância reconhecida para o ecossistema local, o Programa Start BSB[34] – ao articular subvenção econômica a processos de qualificação de empreendimentos, desde a pré-incubação, até a aceleração– consiste em iniciativa que deve ser fortalecida e expandida; podendo inclusive, como indicado por interlocutores, constituir um importante instrumento de indução para a estruturação de um polo criativo tecnológico no Setor Comercial Sul. Sendo um programa com limitações de escala haja vista inclusive sua necessidade de investimentos públicos significativos, a expansão do programa pode ser parcialmente estabelecida a partir de modelos como os operados pelos programas de aceleração InovAtiva Brasil[35] e o InovAtiva de Impacto Socioambiental[36], nos quais os participantes têm acesso a capacitação de alto nível, conexões estratégicas e mentorias especializadas com base na plataforma do programa e nas redes mobilizadas, que contam com importantes investidores e instituições parceiras.

Adentrando o sistema de financiamento a soluções, empreendimentos processos de inovação, reiteradamente referenciado como o que articula os principais desafios ao desenvolvimento de negócios criativos e tecnológicos, algumas linhas de ação foram identificadas ao longo do estudo-diagnóstico realizado. A primeira dessas consiste na oferta de linhas de financiamento não-reembolsável para prototipação e desenvolvimento de soluções criativas e tecnológicas.

---

[34] Saiba mais em https://www.start.bsb.br/

[35] Saiba mais em https://www.inovativa.online/inovativa-brasil/

[36] Saiba mais em https://www.inovativa.online/inovativa-impacto/

Nesse escopo, destaca-se o papel da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal, por meio de iniciativas como a própria subvenção econômica concedida a startups no contexto do Programa Start BSB, anteriormente referenciado. Nesse sentido, cabe inclusive destacar que a concessão de subvenção econômica para a inovação nas empresas, apesar de não constituir o instrumento de apoio mais utilizado por determinados segmentos empresariais (IBGE, 2025), constitui um importante instrumento de política pública, estabelecido a partir da 'Lei da Inovação' (Lei Nº 10.973, de 2 de Dezembro de 2004; Decreto Nº 9.283, de 7 de Fevereiro de 2018) e da 'Lei do Bem' (Lei Nº 11.196, de 21 de Novembro de 2005; Decreto Nº 5.798, de 7 de Junho de 2006), consistindo em uma modalidade de apoio financeiro que permite a aplicação de recursos públicos não-reembolsáveis diretamente em empresas para o custeio das atividades de inovação, mediante contrapartida do beneficiário, o principal agente federal do instrumento é a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), por meio de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Decreto-Lei Nº 719, de 31 de JULHO de 1969). Nesse contexto, cabe destacar as chamadas públicas de subvenção econômica do Finep Mais Inovação[37], lançadas no início de 2024, com o objetivo de apoiar Planos Estratégicos de Inovação (PEIs) alinhados com as missões e os eixos estruturantes da Política Nova Indústria Brasil[38], prevendo inclusive a possibilidade de participação de microempresas e empresas de pequeno porte (Receita Operacional Bruta de até R$ 4,8 milhões), com projetos no valor de, no mínimo, R$ 3 milhões. Esse caso nos demonstra a relevância

[37] Saiba mais em http://www.finep.gov.br/apoio-e-financiamento-externa/programas-e-linhas/finep-mais-inovacao

[38] A Nova Indústria Brasil (NIB) consiste na política industrial, liderada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento da indústria nacional até 2033, sendo estruturada em seis missões principais, a saber: (i) cadeias agroindustriais sustentáveis e digitais para a segurança alimentar, nutricional e energética; (ii) complexo econômico industrial da saúde resiliente para reduzir as vulnerabilidades do SUS e ampliar o acesso à saúde; (iii) infraestrutura, saneamento, moradia e mobilidade sustentáveis para a integração produtiva e o bem-estar nas cidades; (iv) transformação digital da indústria para ampliar a produtividade; (v) bioeconomia, descarbonização, e transição e segurança energéticas para garantir os recursos para as gerações futuras; (vi) tecnologias de interesse para a soberania e a defesa nacionais (vide Nova Indústria Brasil — Ministério da Fazenda).

dos instrumentos de apoio financeiro não-reembolsável, mas também a necessidade de sua articulação no âmbito de diretrizes estratégicas definidas e de gerar condições adequadas para participação de diferentes portes de empreendimentos econômicos e de projetos de inovação.

Ainda no âmbito do sistema de financiamento, foi também indicada a centralidade de disponibilizar linhas de financiamento reembolsável, particularmente para a instalação, reforma e operação de empresas de base criativa e tecnológica. Nesse escopo, vale destacar a existência de diversos produtos de crédito geridos por diferentes instituições voltados a investimentos em processos e infraestruturas de inovação, sendo possível destacar: (i) BNDES Finem - Crédito Inovação Direto[39], solicitado por pessoas jurídicas de direito privado ou público para realizar investimentos em processos e infraestruturas de inovação com o valor mínimo de R$ 20 milhões; (ii) BNDES Mais Inovação - Investimento em inovação[40], solicitado por pessoas jurídicas de direito privado ou público para realizar investimentos em processos e infraestruturas de inovação - incluindo parques tecnológicos, incubadoras e aceleradoras - com o valor mínimo de R$ 20 milhões, no Centro-Oeste; (iii) BNDES Mais Inovação - Aquisição de bens inovadores[41], solicitado por pessoas jurídicas de direito privado ou público para aquisição e comercialização de máquinas com características inovadoras e bens de informática com o valor mínimo de R$ 20 milhões, no Centro-Oeste; (iv) Finep Inovacred[42], solicitado por pessoas jurídicas do direito privado de todos os portes econômicos para o desenvolvimento e aprimoramento de produtos, processos e serviços com o valor máximo de R$ 15 milhões; e (v) Finep Aquisição Inovadora, solicitado por pessoas jurídicas do direito privado com faturamento anual de até R$ 300 milhões para aquisição de tecnologias do setor de telecomunicações com o valor máximo de R$ 15 milhões.

---

39 Saiba mais em https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/bndes-inovacao

40 Saiba mais em https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/programa-bndes-mais-inovacao-investimento

41 Saiba mais em https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/programa-bndes-mais-inovacao-aquisicao-de-bens

42 Saiba mais em http://www.finep.gov.br/apoio-e-financiamento-externa/programas-e-linhas/inovacred-empresa-e-ict-s

No âmbito de produtos de crédito voltados mais especificamente à reforma e operação de empresas, podemos por sua vez destacar outras iniciativas, tais como: (i) PROGER Urbano[43], solicitado por empresas com faturamento anual de até R$ 10 milhões para financiamento de máquinas, veículos e reforma das instalações com o valor máximo de R$ 1 milhão; e (ii) Pronampe[44], solicitado por micro e pequenas empresas para capital de giro, com o valor máximo de R$ 150 mil. Além da necessidade de um ecossistema de acesso ao crédito mais estruturado, questão endereçada anteriormente, cabe ainda destacar a oportunidade com a possibilidade do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) financiar atividades produtivas desenvolvidas por pessoas jurídicas ou físicas ligadas à economia criativa (LEI Nº 15.130, de 29 de Abril de 2025), considerando inclusive que o Banco Cooperativo Sicoob e o Banco de Brasília são Instituições financeiras credenciadas aos Programas de FCO para Repasse.

Apesar dos altos custos associados aos empréstimos atualmente e a convergência das condições de operação das linhas de crédito do mercado com as dos programas especiais de crédito, o financiamento reembolsável ainda se constitui como importante mecanismo de estímulo à inovação nas empresas, devendo ser concebido no âmbito de uma carteira diversa e coesa de concessão de recursos financeiros, junto a outros instrumentos como a subvenção econômica e participação societária.

Uma outra linha estratégica identificada consiste no fomento e promoção de processos de pesquisa, desenvolvimento e inovação orientados ao desenvolvimento de produtos, processos e modelos incidentes no ecossistema criativo e tecnológico local, a partir de instituições científicas, tecnológicas e de inovação (ICTs). Nesse escopo, assim como anteriormente identificado, a Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal tem uma importante atuação reconhecida, por meio de iniciativas como o apoio financeiro a projetos de pesquisa científica aplicada, tecnológica ou de inovação em diferentes áreas, como no Programa FAPDF Learning[45]. Outra importante iniciativa nesse sentido, que inclusive oportuniza o presente projeto de estruturação

[43] Saiba mais em https://www.bb.com.br/site/pro-seu-negocio/credito/finame-materiais/proger-urbano-empresarial/

[44] Saiba mais em https://www.bb.com.br/site/pro-seu-negocio/credito/pronampe/

[45] Saiba mais em https://www.fap.df.gov.br/editais-fapdf-2024

do Polo Criativo Tecnológico do Setor Comercial Sul, consiste no próprio Programa Desafio DF[46], que fomenta projetos, desenvolvidos em parceria com pesquisadores vinculados a instituições de ciência, tecnologia e inovação, para o estudo da viabilidade de políticas públicas demandadas por órgãos e entidades da Administração Pública do Distrito Federal e órgãos federais com sede no Distrito Federal. Na esfera federal, por sua vez, cabe destacarmos importantes iniciativas como: (i) o financiamento não reembolsável a ICTs realizado pela FINEP[47], por meio de chamadas públicas ou cartas-convite da instituição; e o BNDES Apoio à Inovação[48] que promove o apoio financeiro não reembolsável, por meio do Fundo de desenvolvimento técnico-científico da instituição (BNDES Funtec), a projetos de pesquisa aplicada, desenvolvimento tecnológico e inovação executados por ICTs, em parceria com empresas, visando integrar o conhecimento da academia ao mercado. Assim como argumentado anteriormente, considerando as especificidades da modalidade de apoio financeiro não-reembolsável, a questão central consiste em orientar os mecanismos a responderem a prioridades estratégicas definidas, oportunizando particularmente, nesse caso, um ambiente adequado para a colaboração entre governo, empresariado e instituições de ciência, tecnologia e inovação.

Compondo o instrumento de apoio público mais utilizado por segmentos do ambiente produtivo (IBGE, 2025), outra linha considerada central seria a concessão de incentivos fiscais para zonas e atividades econômicas prioritárias, especialmente relevante em nosso escopo à potencial priorização do Setor Comercial Sul e das atividades criativas e tecnológicas. Considerando inicialmente a dimensão territorial, foi recorrente a indicação de interlocutores sobre a importância de promover mecanismos como a isenção ou redução de alíquota do Imposto Predial e Territorial Urbano para atração e retenção de empresas no SCS, tendo como referência iniciativas como a isenção temporária do IPTU a empreendimentos econômicos produtivos enquadrados no Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal (Lei Nº 6.466, de 27 de Dezembro de 2019).

[46] Saiba mais em https://www.fap.df.gov.br/editais-fapdf-2025

[47] Saiba mais em http://www.finep.gov.br/area-para-clientes-externo/financiamento-nao-reembolsavel

[48] Saiba mais em https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/bndes-funtec

Ao considerarmos a dimensão das atividades produtivas, por sua vez, cabe ilustramos a partir dos diversos incentivos a atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação nas empresas brasileiras, desde que sob regime de tributação do Lucro Real, previstos pela 'Lei do Bem', dos quais cabe destacar (vide artigo 19 da Lei nº 11.196/2005): dedução de gastos com PD&I no cálculo do IRPJ e CSLL; redução do IPI na aquisição de bens de PD&I; depreciação ou amortização acelerada de bens de PD&I; e isenção de IRRF para remessa ao exterior relacionada à gestão de propriedade intelectual. Considerando os impostos de competência do Distrito Federal, foi também localizado pelos interlocutores como um mecanismo relevante a redução de alíquota do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) para atividades criativas e tecnológicas, devendo ser observado o disposto na legislação local (Lei Complementar Nº 937, de 22 de Dezembro de 2017), particularmente a alíquota mínima estabelecida e sua exceção para alguns serviços de engenharia e construção civil. Cabe também, entretanto, chamar atenção para possíveis benefícios concedidos com base no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, também de competência local, como o incentivo estabelecido no âmbito do programa Emprega-DF[49] da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda do Distrito Federal. A questão central consiste, no contexto da responsabilidade fiscal, que instrumentos de incentivo fiscal sejam orientados a prioridades estratégicas definidas por períodos delimitados, integrando um conjunto dos demais instrumentos de política pública.

Concluídas as ações que compõem o sistema de financiamento de uma agenda integrada convergente ao projeto de estruturação de um polo criativo tecnológico na região, outro elemento estratégico destacado a partir do estudo diagnóstico realizado consistiu na centralidade de qualificação e expansão da infraestrutura local de apoio às atividades criativas e tecnológicas. Sendo questão a ser melhor debatida quando endereçarmos os equipamentos de apoio ao empreendedorismo e inovação neste relatório, cabe neste momento recuperarmos a centralidade atribuída por interlocutores à qualificação da infraestrutura do Setor Comercial Sul. Neste espectro, tendo sido indicadas prioridades como: melhoria da iluminação pública; melhoria da infraestrutura

[49] Saiba mais em https://www.sedet.df.gov.br/emprega-df

de conectividade e de energia elétrica; melhoria dos serviços de limpeza urbana e da gestão de resíduos sólidos; melhoria da mobilidade e acessibilidade urbana, ocupação de prédios e unidades subutilizadas ou abandonadas; e, por fim, a modernização e adaptação (retrofit) de equipamentos e edifícios da região. Uma referência interessante nestes dois últimos aspectos destacados, dialogando com a linha estratégica anterior, é o Programa Requalifica Centro da cidade de São Paulo (Lei Municipal Nº 17.577, de 20 de Julho de 2021), que estabeleceu uma série de incentivos fiscais - remissão, isenção e progressão de IPTU, isenção de ITBI, redução de ISS em serviços específicos e isenção de taxas municipais para instalação e funcionamento de edilícios, não computando determinadas áreas destinadas a usos não-residenciais e dispensar a Outorga Onerosa de Alteração de Uso (ONALT) em determinados casos - para estimular a requalificação de prédios antigos ociosos na área central da cidade.

A requalificação urbana do Setor Comercial Sul, em curso a partir de diferentes intervenções finalizadas e previstas especialmente para as quadras 1 a 6 da região, requer efetivamente a concertação de diferentes áreas, instrumentos e medidas de política pública, devendo ser ainda contextualizada no âmbito da legislação de planejamento urbano vigente, com especial atenção ao Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (Lei Complementar Nº 1.041, de 12 de Agosto de 2024) e, tendo um novo projeto de lei sido recentemente enviado à Câmara Legislativa, o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (Lei Complementar Nº 803, de 25 de Abril de 2009).

Assim como no caso da infraestrutura física, outra importante questão destacada foi a qualificação do ambiente regulatório de negócios para empreendimentos criativos e tecnológicos locais. Com recorrentes referências à desburocratização de determinados serviços prestados pela administração pública e a dificuldade existente de gerar processos de inovação de natureza regulatória com segurança jurídica para gestores públicos e privados, uma referência interessante é apresentada pelo Marco Legal das Startups e do Empreendedorismo Inovador (Lei Complementar Nº 182, de 1º de Junho de 2021). Neste, consta a previsão de que órgãos e entidades da administração pública com competência de regulamentação setorial poderão afastar a incidência de normas sob sua competência em relação à entidade regulada ou aos grupos de entidades reguladas, no âmbito de programas de ambiente regulatório experimental (sandbox regulatório). Estes ambientes consistem, basicamente,

num conjunto de condições especiais simplificadas para que as pessoas jurídicas participantes possam receber autorização temporária de órgãos ou entidades reguladoras para desenvolver modelos de negócios inovadores e testar técnicas e tecnologias experimentais, perante critérios e limites estabelecidos pelo próprio órgão ou entidade. Ao permitir que determinados empreendimentos operem temporariamente com regras distintas para que testem inovações que não poderiam ser de outra forma testadas, esses ambientes permitem avaliar benefícios e riscos associados aquela determinada inovação, gerando dados e informações que são posteriormente usados para decidir se os regulamentos do tema do experimento devem ser alterados e como essa alteração deve ser feita.

Com iniciativas no Banco Central do Brasil[50] e na Agência Nacional de Transportes Terrestres[51], além de experiências locais, como no Laboratório Multiuso do Centro Integrado de Inteligência Artificial[52], que inclui um sandbox ético de IA, tal possibilidade pode ser um importante instrumento para o projeto de estruturação do Polo, seguindo a previsão legal de criação das Zonas de Desenvolvimento de Inovação e Tecnologia (Lei Nº 6.653, de 17 de Agosto de 2020).

Seguindo dentre as linhas estratégicas de ação referenciadas, promover a internacionalização de negócios criativos e tecnológicos foi outro campo de ação relevante referenciado ao longo do estudo diagnóstico realizado. Nesse espectro, cabe referenciarmos o Programa de Qualificação para Exportação (PEIEX)[53] da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) que promove a capacitação de empresas brasileiras a iniciarem suas exportações, oferecendo diagnóstico empresarial, treinamento em comércio exterior e planos personalizados para acessar mercados internacionais, incluindo oportunidades no comércio eletrônico.

---

[50] Saiba mais em https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/sandbox

[51] Saiba mais em https://www.gov.br/antt/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/ambiente-regulatorio-experimental-sandbox-regulatorio

[52] Saiba mais em https://ciia.com.br/ciia/

[53] Saiba mais em https://apexbrasil.com.br/content/apexbrasil/br/pt/solucoes/todas-as-solucoes/programa-de-qualificacao-para-exportacao---peiex.html

Outro caso interessante consiste na cooperação técnica estabelecida entre a ApexBrasil e Confederação Nacional da Indústria (CNI) em 2024, que promove missões comerciais, missões prospectivas e encontros de negócios entre parceiros internacionais e empresas brasileiras, com o objetivo de aumentar a participação brasileira nas exportações mundiais da indústria de transformação[54]. Havendo iniciativas locais relevantes nesse sentido, como a possibilidade de agentes participarem de eventos internacionais de negócios no campo da economia criativa por meio do Conexão Cultura DF[55], essa linha de ação estratégica apresenta particular relevância ao considerarmos que determinados segmentos dos setores criativos e tecnológicos têm vocação estrutural para atuar em mercados internacionais, como no caso do potencial exportador dos empreendimentos de jogos eletrônicos.

Ao considerarmos a localização estratégica do projeto de estruturação do polo criativo tecnológico, destacou-se ainda a relevância de adoção de uma linha estratégica com foco no fomento a compras públicas de soluções criativas e tecnológicas locais. Apesar de consistir no instrumento de apoio público menos utilizado por segmentos do empresariado e de parte significativa deste empresariado indicar inadequações em sua utilização (IBGE, 2025), as compras públicas tendem a ser especialmente relevantes para empresas inovadoras de menor porte (IBGE, 2025) e constitui um mercado para o qual há um potencial percebido para o ecossistema local de startups (SEBRAE, 2025).

Nesse contexto, cabe inicialmente destacar tanto o Marco Legal das Startups e do Empreendedorismo Inovador (Lei Complementar Nº 182, de 1º de Junho de 2021) que disciplina a licitação e a contratação de soluções inovadoras pela administração pública, como a Política Distrital de Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei Nº 6.620, de 10 de Junho de 2020) que dispõe sobre a aquisição e incorporação de soluções inovadoras pelo Governo do Distrito Federal. Nesse contexto, vale também reconhecer iniciativas interessantes que contribuem para o fortalecimento desse instrumento de apoio público ao processo de inovação, como o Catalisa Gov[56], estratégia gerida pelo Sebrae

[54] Saiba mais em https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/internacional/em-4-meses-convenio-cniapexbrasil-movimentou-mais-de-us-10-milhoes-em-negocios/

[55] Saiba mais em https://www.cultura.df.gov.br/conexao-cultura-df-3

[56] Saiba mais em https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/catalisagov

com o objetivo de promover a inovação aberta no setor público brasileiro, facilitando as compras públicas de inovação e oferecendo segurança jurídica a partir de uma metodologia de orientação aos gestores públicos. Dessa forma, considerando os marcos normativos e iniciativas indicadas, considera-se que o poder de compra dos órgãos e entidades da União e do Distrito Federal oportuniza um importante campo de atenção para o desenvolvimento de uma carteira integrada de medidas convergentes à proposta de estruturação em tela.

Podemos, por fim, endereçar a última linha estratégica identificada, referente ao fomento da ocupação cultural e da promoção turística de zonas prioritárias do Distrito Federal, tendo como referência o território específico do Setor Comercial Sul. Ao considerarmos a riqueza do conjunto de atividades, grupos e equipamentos culturais existentes na região, considera-se estratégico a utilização de instrumentos públicos já existentes para indução e fortalecimento da cena local, principalmente o desenvolvimento de linhas específicas no contexto dos editais promovidos pelo Fundo de Apoio à Cultura do Distrito Federal[57], considerando inclusive os recursos advindos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (Lei Nº 14.399, de 8 de Julho de 2022)[58], e criação de programas especiais a partir da Lei de Incentivo à Cultura do Distrito Federal[59], considerando o disposto na Lei Orgânica da Cultura (Lei Complementar Nº 934, de 7 de Dezembro de 2017).

Em relação à promoção turística, por sua vez, dois marcos se apresentam como importantes no contexto do patrimônio cultural da região, a saber: (i) sendo o Conjunto Urbanístico de Brasília área tombada pelos governos distrital e federal e constituindo bem inscrito na Lista do Patrimônio Mundial pela Unesco, o Setor Comercial Sul é considerado elemento fundamental e indispensável para a leitura e preservação da Escala Gregária e para sua preservação (Lei Complementar Nº 1.041, de 12 de Agosto de 2024); e (ii) o reconhecimento de Brasília como Cidade Criativa do Design pela UNESCO em 2017, integrando a Rede de Cidades Criativas[60] da organização. Nesses marcos,

[57] Saiba mais em https://www.cultura.df.gov.br/fac

[58] Saiba mais em https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/politica-nacional-aldir-blanc

[59] Saiba mais em https://www.cultura.df.gov.br/o-que-e-a-lic-df

diferentes oportunidades de promoção turística podem ser articuladas, sendo especialmente relevante ao pensar na integração de soluções tecnológicas com os negócios turísticos para impulsionar a inovação no turismo, articulando estratégias como os Destinos Turísticos Inteligentes[61] e iniciativas como o programa Destino Futuro[62].

Ao considerarmos a discussão realizada sobre políticas e programas de apoio ao empreendedorismo e inovação ao longo deste relatório, podemos considerar a existência de um amplo conjunto de desafios, como a falta de integração entre diferentes atores e iniciativas e a inadequação, ou mesmo ausência em casos particulares, de determinados instrumentos de política pública para o fomento às atividades criativas e tecnológicas locais. Ao analisarmos a potencial articulação entre mecanismos da esfera federal e local, entretanto, oportunidades também emergem, considerando ainda a localização estratégica do Setor Comercial Sul, a riqueza de repertórios sociais, culturais e econômicos já estabelecidos no território e a possibilidade de empreender um processo integrado de requalificação urbana e econômica por meio da inovação promovida a partir de setores culturais e criativos. Dessa forma, faz-se necessário uma ecologia de políticas e programas desenvolvida a partir da interação entre governo, academia, organizações da sociedade civil e empresariado, estabelecendo um contínuo diálogo entre valorização dos ativos locais existentes e a indução de novos empreendimentos, processos e recursos para a região. Nessa perspectiva, a centralidade é legada não à criação de novos instrumentos e mecanismos, mas principalmente à concertação dos existentes e à criação de melhores condições para seu acesso. Estruturalmente, o desafio central consiste no desenvolvimento de um espaço de governança que promova a cooperação entre os diferentes atores mobilizados pelo território e pela agenda política da economia criativa e do desenvolvimento tecnológico.

---

[60] Saiba mais em https://www.unesco.org/en/creative-cities?hub=80094

[61] Saiba mais em https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/destinos-turisticos-inteligentes,074f83ff1cd31810VgnVCM100000d701210aRCRD

[62] Saiba mais em https://site.portodigital.org/destinofuturo

Equipamentos de Apoio ao Empreendedorismo e Inovação

Em relação aos equipamentos de apoio ao empreendedorismo e inovação aqui tratados, por sua vez, seguiremos a mesma proposta de estrutura de discussão dos dados sobre políticas e programas, partindo portanto das três etapas estruturadas anteriormente referenciadas, ou seja: (i) debate dos dados de oferta e acesso de equipamentos existentes, a partir dos dados coletados, da literatura do campo e de experiências estabelecidas em outros contextos; (ii) debate sobre os dados de demanda por diferentes tipos equipamentos por parte dos agentes mobilizados, a partir dos mesmos insumos à discussão sobre oferta; e, por fim, (iii) uma síntese do cenário caracterizado acerca de equipamentos de apoio ao empreendedorismo criativo e tecnológico, apontando os principais desafios e oportunidades identificados, bem como potenciais medidas para respondê-los. A partir dessas etapas, acredita ser possível uma apreensão adequada sobre cenário relativo a esses equipamentos, bem como oferecer insumos relevantes para o projeto de estruturação Polo Criativo Tecnológico do Setor Comercial Sul

Estrutura de Oferta e Acesso

Considerando, inicialmente, os próprios dados apresentados na seção anterior deste relatório sobre a atual estrutura de oferta e acesso a equipamentos de apoio ao empreendedorismo e inovação, pudemos observar no Distrito Federal um cenário no qual consta um conjunto significativo, apesar da concentração locacional e da baixa integração institucional, de plataformas físicas e digitais de equipamentos, particularmente os escritórios colaborativos promovidos pela iniciativa privada. A infraestrutura de inovação instalada do Setor Comercial Sul, entretanto, ainda é marcada tanto pela precariedade de espaços, unidades e serviços urbanos num contexto mais ampliado, como pela própria ausência de equipamentos que apoiem atividades produtivas dos setores criativos e tecnológicos e, destaca-se ainda, pela baixa integração desses equipamentos às atividades econômicas do complexo de empresas e organizações atualmente instaladas na região. Sendo uma questão com

importante incidência de instituições científicas, tecnológicas e de inovação, o governo local pode desempenhar um papel fundamental na conformação de uma rede estruturada de ambientes e serviços que promova a interação sustentada entre as necessidades do empresariado e de organizações da sociedade civil e as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, incluindo a pesquisa básica dirigida, pesquisa aplicada, o desenvolvimento experimental e a própria inovação tecnológica.

Visando contextualizar os dados de oferta e acesso apresentados neste relatório com um panorama nacional, podemos recorrer a algumas iniciativas que buscam sistematizar os diferentes ambientes de inovação existentes no país. Nesse sentido, cabe inicialmente destacarmos a plataforma Inovalink[63], fruto da parceria entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), a Universidade Federal de Viçosa (UFV) e a Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec). Por meio de um mapeamento e um conjunto de informações sobre os atores do ecossistema de inovação nacional, servindo de base para a formulação e desenvolvimento de políticas públicas, a plataforma visa conectar parques tecnológicos, incubadoras de empresas, aceleradoras de negócios e empresas atendidas por esses mecanismos ou já graduadas.

Ao analisarmos os dados disponibilizados pela plataforma, observamos a identificação de 113 parques tecnológicos no país, sendo 64 desses em operação (56,6%) e os demais em fase de implantação ou planejamento. Do total de parques mapeados, apenas oito (8) encontram-se no Centro-Oeste (7,1%), sendo dois (2) desses no Distrito Federal, a saber: o Parque Científico e Tecnológico da UnB; e o Parque Tecnológico de Brasília (BIOTIC).

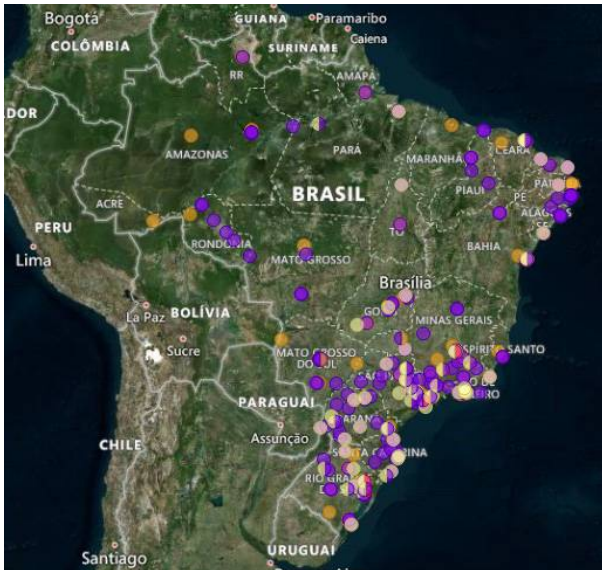
Ao considerarmos as incubadoras de empresas, por sua vez, foram 313 experiências identificadas, sendo apenas 26 delas localizadas no Centro-Oeste (8,3%) e três (3) especificamente no Distrito Federal, as quais integram a Multincubadora do Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília. Ao considerarmos as aceleradoras de negócios, por fim, são 71 ambientes mapeados, dos quais apenas 7 localizadas no Centro-Oeste (9.9%) e 3 mais especificamente no Distrito Federal, mas tendo sido disponibilizada informações apenas sobre o Impact Hub Brasília. Apesar da desatualização dos

[63] Saiba mais em https://www.sedet.df.gov.br/emprega-df

dados apresentados e da circunscrição de apenas alguns tipos de ambientes de inovação, a plataforma deflagra a situação precária da rede de equipamentos de apoio ao empreendedorismo e inovação na região Centro-Oeste. Entre os tipos de espaços considerados, localizamos 497 unidades, das quais apenas 41 estão localizadas no Centro-Oeste (8,3%), ficando apenas atrás da região Norte (39 unidades, 7,8%) e bem distante do Nordeste (93, 18,7%) e, especialmente, Sul (154, 31%) e Sudeste (170, 34,2%).

Outra iniciativa relevante neste sentido consiste no Atlas da Inovação[64], plataforma do Observatório Nacional da Indústria contendo dados específicos e mapeamento geográfico de ativos de ciência, tecnologia e inovação, como empresas com alto potencial inovador, instituições de ensino e, sendo nosso interesse neste momento, habitats de inovação, considerando dentre estes: parques tecnológicos e científicos; incubadoras; aceleradoras; centros de PD&I; laboratórios de pesquisa; instituições de fomento e inovação; rede de observatórios; grupos de pesquisa; institutos SENAI de tecnologia e inovação; e patentes. Tendo em vistaas categorias operadas pelo estudo diagnóstico, o mapa nacional entregue pela plataforma conta com os 72 parques tecnológicos e científicos, as 215 incubadoras, as 22 aceleradoras e os 320 centros de PD&I identificados (Figura 2).

Mapa 3 – Geolocalização de equipamentos de apoio ao empreendedorismo e inovação, segundo habitats de inovação selecionados.



Fonte: Atlas da Inovação.

64 Saiba mais em https://www.portaldaindustria.com.br/canais/observatorio-nacional-da-industria/produtos/atlas-da-inovacao/

Como podemos observar, a pesquisa reforça a concentração desses ambientes, especialmente nas regiões Sul e Sudeste. Ao analisarmos o conjunto de 629 habitats considerados, apenas 23 estão localizados no Distrito Federal (3,7%), sendo dois (2) parques tecnológicos e científicos (2,8%), duas (2) incubadoras (0,9%), uma (1) aceleradora (4,5%) e 18 centros de PD&I (5,6%).

Obviamente, não sendo salutar realizar inferências conclusivas apressadamente, esse estudo, além de reiterar a baixa representatividade do Distrito Federal no cenário nacional de equipamentos de apoio ao empreendedorismo e inovação, nos ajuda a suscitar uma reflexão sobre os tipos específicos de ambientes de inovação com menor incidência relativa na região, como nos casos de parques científicos e tecnológicos e, especialmente, incubadoras de empresas.

A partir desse cenário estabelecido, ao identificarmos a necessidade de expansão e integração da infraestrutura de inovação do Distrito Federal e da própria região, faz-se válido destacarmos algumas iniciativas de fomento a estruturação e implantação de ambientes de inovação. Apesar de descontinuidades nas chamadas promovidas no âmbito do Programa Nacional de Ambientes Inovadores (Portaria MCTIC nº 6.762, de 17 de dezembro de 2019) e considerando sinalizações do MCTI de que a pasta prepara um novo programa de apoio a ambientes de inovação[65], cabe destacar que a Lei da Inovação na esfera federal (Lei Nº 10.973, de 2 de Dezembro de 2004)[66], ao prever dentre seus princípios o incentivo à constituição de ambientes favoráveis à inovação e às atividades de transferência de tecnologia, prevê que a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, as respectivas agências de fomento e as ICTs

[65] Saiba mais em https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2023/12/ministerio-prepara-politica-nacional-de-apoio-a-incubadoras-e-aceleradoras

[66] Faz-se válido destacar que, em diálogo como os dispositivos da Lei da Inovação federal (LEI Nº 10.973, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004), a Lei Distrital de Inovação (LEI Nº 6.140, DE 03 DE MAIO DE 2018) prevê que o Distrito Federal, as respectivas agências de fomento e desenvolvimento e as ICT-DF podem apoiar a criação, a implantação e a consolidação de ambientes promotores da inovação, incluindo destaque a aceleradoras de empresas. A norma também reforça um conjunto de instrumentos de estímulo à inovação nas empresas, os quais podem ser estendidos a ações que visem criação, implantação e consolidação de incubadoras de empresas, de parques e polos tecnológicos e de demais ambientes promotores da inovação, também como previsto na legislação federal.

poderão apoiar a criação, a implantação e a consolidação de ambientes promotores da inovação, incluídos parques e polos tecnológicos e incubadoras de empresas, como forma de incentivar o desenvolvimento tecnológico, o aumento da competitividade e a interação entre as empresas e as ICTs. Para essa finalidade, a norma prevê ainda que tais entidades poderão tanto ceder o uso de imóveis para a instalação e a consolidação de ambientes promotores da inovação, assim como participar da criação e da governança das entidades gestoras de parques tecnológicos ou de incubadoras de empresas.

Ao prever em seu regulamento (Decreto Nº 9.283, de 7 de Fevereiro de 2018), que ambientes promotores da inovação consistem em "espaços propícios à inovação e ao empreendedorismo, que constituem ambientes característicos da economia baseada no conhecimento, articulam as empresas, os diferentes níveis de governo, as Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação, as agências de fomento ou organizações da sociedade civil" (vide Decreto nº 9.283/2018, artigo 2º, Inciso II), destaca tanto a relevância desses ecossistemas e mecanismos como centrais para o processo de inovação, quando destaca o importante papel indutor do poder público para sua criação, a implantação e a consolidação.

Nesse contexto, além dos mecanismos de financiamento anteriormente citados, que preveem investimentos em parques tecnológicos, incubadoras e aceleradoras, como o BNDES Mais Inovação - Investimento em inovação, outros dois casos parecem relevantes de serem destacados. O primeiro consiste na CHAMADA PÚBLICA MCTI/FINEP/FNDCT– PARQUES TECNOLÓGICOS – 01/2024[67], lançada em outubro de 2024, que teve como objetivo conceder recursos financeiros não reembolsáveis a Parques Tecnológicos em implantação ou em operação nos Estados do Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Piauí, Rondônia, Roraima, Sergipe e Tocantins, que foram contemplados em edital anterior realizado em 2021[68].

[67] Saiba mais em http://www.finep.gov.br/chamadas-publicas/chamadapublica/750

[68] Refere-se à CHAMADA PÚBLICA MCTI/FINEP/FNDCT/CT-VERDE AMARELO – PARQUES TECNOLÓGICOS, na qual consta como aprovada a proposta 0541/22 de Consolidação do Parque Científico e Tecnológico da Universidade de Brasília, apresentada pela Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (vide http://www.finep.gov.br/chamadas-publicas/chamadapublica/665).

Foram elegíveis como convenentes e executoras tanto órgãos ou entidades da Administração Pública direta ou indireta, como entidades privadas sem fins lucrativos, as propostas apresentadas estavam enquadradas entre R$ 4 milhões e R$ 15milhões, com previsão de contrapartida financeira. Ao fim, foram selecionadas 17 propostas, sendo: na Região Norte, em Amazonas (4), Tocantins (2), Amapá (1) e Rondônia (1); no Nordeste, em Sergipe (3), Alagoas (2) e Maranhão (2); no Sudeste, no Espírito Santo (1); e, no Centro-Oeste, apenas uma proposta do Mato Grosso. Apesar de contar entre seus objetivos com a redução de assimetrias regionais e da importância da chamada em tela, vale salientar a necessidade de mais esforços do poder público para o desenvolvimento desses ambientes, especialmente no âmbito de parques tecnológicos e incubadoras.

Uma iniciativa mais recente, lançada em fevereiro de 2025, consiste na chamada pública para seleção de propostas de atração, implantação ou expansão de centros de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação[69], uma iniciativa conjunta do BNDES e da Finep no âmbito da Política Nova Indústria Brasil (NIB). O instrumento considera os Centros de PD&I enquanto instalações que compreendem laboratórios, plantas piloto, plantas de demonstração e outras instalações de uso exclusivo para atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação, desde pesquisa básica e aplicada até o desenvolvimento de produtos, testes, validação, além de colaboração com universidades e instituições científicas.

Com uma perspectiva bem distinta da anteriormente indicada, a chamada prevê o uso de diferentes instrumentos financeiros, incluindo crédito, participação acionária, recursos não-reembolsáveis para projetos cooperativos entre empresas e instituições tecnológicas e subvenção econômica, sendo legíveis como participantes empresas brasileiras para apresentarem propostas de implantação ou a expansão de centros de PD&I no país no valor de, no mínimo, R$ 20 milhões para a região Centro-Oeste. Com um orçamento originalmente anunciado de R$ 3 bilhões, a chamada recebeu 618 propostas que somam R$ 57,4 bilhões em investimentos. Essa experiência, por sua vez, destaca tanto a importância do empresariado brasileiro no desenvolvimento de ambientes

[69] Saiba mais em http://www.finep.gov.br/chamadas-publicas/chamadapublica/755

propícios para atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, quanto também denuncia a grande demanda existente por investimentos para a atração, implantação e expansão desses equipamentos.

Como foi possível observar, constata-se não ser apenas na escala do Distrito Federal que ocorre a concentração locacional e a baixa integração institucional desses ambientes de inovação, sendo também uma realidade também vista no cenário nacional, com o Centro-Oeste apresentando uma baixa representatividade dos equipamentos de apoio ao empreendedorismo e inovação instalados no país.

Essa conjuntura requer uma atuação importante do governo local em posicionar estrategicamente o fortalecimento e expansão da rede local de ambientes de inovação, inclusive considerando a recente instituição do Sistema Distrital de Ambientes de Inovação (Lei Nº 7.471, de 28 de Fevereiro de 2024). Tal tarefa, entretanto, requer mecanismos de investimento adequados, por envolverem grande volume de recursos, o que também suscita uma participação mais incisiva do governo federal nesse cenário por meio dos seus instrumentos e atores, como a Finep e o próprio Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

Prioridades de Implementação e Qualificação

No âmbito da diferenciação estabelecida pelo regulamento da Lei da Inovação (Decreto Nº 9.283, de 7 de Fevereiro de 2018), cabe inicialmente centrarmos atenção nos dois tipos de ecossistemas de inovação com maior prioridade atribuída pelos grupos de interesse incidentes no Setor Comercial Sul, ou seja: parques científicos e tecnológicos; e polos tecnológicos. Nesse espectro, dois casos são apontados pelos próprios interlocutores como referências importantes para o desenvolvimento de um ambiente criativo na região.

O primeiro deles consiste na experiência do Porto Digital[70], localizado no centro histórico do Bairro do Recife e com operações na cidade de Caruaru. Sendo considerado um dos principais parques tecnológicos do país, o caso é particularmente interessante ao estabelecer sua atuação tanto no campo

[70] Saiba mais em https://www.portodigital.org/

de software e serviços de tecnologia da informação e comunicação, quanto da economia criativa, além de mais recentemente ter começado a atuar na área de tecnologias urbanas. Constituindo uma política pública que tem como missão posicionar Pernambuco no cenário tecnológico e inovador internacional, o Porto Digital tanto contou em seu início com financiamento público direto, quanto conta com um programa de incentivo, no qual constam benefícios fiscais baseados no ISSQN (Lei Municipal Nº 17.244/2006). O parque é gerido a partir de um Núcleo de Gestão, constituindo uma associação de direito privado com titulação de Organização Social, num contexto de governança compartilhada, que envolve o setor produtivo, o poder público e a academia. Contando inclusive com uma plataforma com infraestrutura e programas específicos – educação, empreendedorismo, experimentação e exibição – para as áreas de design, cinema-vídeo-animação, games, mídias digitais, fotografia e música, o Centro de Empreendedorismo e Tecnologias da Economia Criativa, conhecido como Portomídia; o qual passa por um processo de requalificação com previsão concluída ainda para o segundo semestre de 2025[71].

O segundo caso, também referenciado por interlocutores participantes da pesquisa, consiste no polo tecnológico de Florianópolis[72], que conta com um rico complexo de empresas de base tecnológica e uma articulada atuação para o fomento à inovação tecnológica. Com um interessante e coeso marco legal de estímulo à inovação, com destaques para a Lei Catarinense de Inovação (Lei Nº 14.328, de 15 de Janeiro de 2008) e a Lei Municipal de Inovação de Florianópolis (Lei Complementar Nº 432, de 07 de Maio de 2012), o Estado teve um papel importante nessa consolidação, por meio de financiamento direto, incentivos fiscais, estruturação de fundos públicos e participação em fundos de investimento. Também se observa uma clara prioridade na implementação e expansão de ambientes de inovação a partir da articulação entre governo, academia e empresariado,

[71] Saiba mais em https://jornaldigital.recife.br/2024/08/14/portomidia-recebe-aporte-de-quase-r-11-milhoes-da-lei-rouanet-e-empresas-parceiras/

[72] Saiba mais em https://www.pmf.sc.gov.br/entidades/cultura/index.php?cms=polo+tecnologico&menu=4&submenuid=2170

inclusive, contando como uma importante rede municipal de centros de inovação[73]. Vale salientar que Florianópolis também conta com uma rica ecologia de institucional[74], como: parques tecnológicos, a exemplo do Sapiens Parque[75]; incubadoras de empresas, como o Celta[76] e o MIDI Tecnológico[77]; de organizações de representação empresarial, como a Associação Catarinense de Tecnologia (Acate)[78]; de instituições de ensino superior, com relevante papel desempenhado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)[79]; e de instituições científicas, tecnológicas e de inovação, com destaque para a própria Fundação CERTI[80], que inclusive conta com um instituto em Brasília, o CERTI Sapientia[81]. Esses dois casos destacam a relevância do papel do poder público, mesmo que a partir de abordagens distintas, mas que convergem ao destacar a importância do papel do Estado principalmente na criação de um ambiente institucional e regulatório sustentável para o processo de inovação e no compartilhamento dos riscos associados ao desenvolvimento tecnológico.

Ao considerarmos os mecanismos de geração de empreendimentos (Decreto Nº 9.283, de 7 de Fevereiro de 2018), por sua vez, dois outros tipos de equipamentos foram destacados a partir da pesquisa realizada, a saber: espaços de coworking; e espaços maker. Ao constituírem locais de trabalho compartilhado entre diferentes profissionais e empresas visando a otimização de recursos e colaboração entre negócios, duas outras experiências emergem no cenário nacional de espaços públicos de coworking.

---

[73] Saiba mais em https://redeinovacao.floripa.br/

[74] Saiba mais em https://hom.scti.sc.gov.br/site.scmaisinova/ecossistema-lista.php?&municipio=4205407

[75] Saiba mais em https://sapiensparque.sc.gov.br/

[76] Saiba mais em https://celta.certi.org.br/

[77] Saiba mais em https://miditec.com.br/

[78] Saiba mais em https://www.acate.com.br/

[79] Saiba mais em https://ufsc.br/

[80] Saiba mais em https://certi.org.br/

[81] Saiba mais em https://certisapientia.org.br

A primeira delas, promovida pela Agência Curitiba de Desenvolvimento e Inovação[82] é o Worktiba[83] é uma rede com três unidades em Curitiba que disponibiliza gratuitamente infraestrutura física (mesas de trabalho compartilhadas, internet, computador e equipamentos de informática), bem como o acesso atividades de pré-incubação (capacitações, mentorias e programas de apoio à qualificação em gestão empresarial), integrados ao ecossistema de inovação do Vale do Pinhão[84], abrigando empreendedores e startups sediadas na cidade que desenvolvam atividades de base tecnológica e/ou de impacto socioambiental. A segunda experiência consiste na rede de 21 de espaços colaborativos de trabalho promovido pela Agência São Paulo de Desenvolvimento[85], o Teia[86] é um serviço gratuito da Prefeitura de São Paulo disponibilizado em todas as regiões do município, com as unidades, sem obrigatoriedade de agendamento prévio, oferecendo espaço de trabalho, salas de reunião, ambientes de convivência, conexão à internet e equipamentos de informáticas, além de uma programação com cursos e evento e de serviços de atendimento ao empreendedor.

Os espaços maker, por fim, constituem espaços que promovem o acesso a diferentes ferramentas, maquinários e tecnologias voltadas à geração e experimentação de conhecimentos, projetos e produtos. Neste contexto, uma importante referência para a cena nacional consiste na rede FAB LAB LIVRE SP[87], uma iniciativa mantida pela Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia de São Paulo[88], em parceria com o Instituto de Tecnologia Social[89]. A rede é composta por 17 laboratórios públicos de prototipagem rápida de objetos espalhados por todas as regiões do município, que proporcionam o acesso aos seus usuários a ferramentas de fabricação digital (impressoras 3D, cortadora a laser, fresadora

[82] Saiba mais em https://agenciacuritiba.com.br/

[83] Saiba mais em http://worktiba.com.br/

[84] Saiba mais em https://www.valedopinhao.com.br/

[85] Saiba mais em https://adesampa.com.br/

[86] Saiba mais em https://adesampa.com.br/teia/

[87] Saiba mais em https://www.fablablivresp.prefeitura.sp.gov.br/

[88] Saiba mais em https://prefeitura.sp.gov.br/web/inovacao

[89] Saiba mais em http://itsbrasil.org.br/

CNC, computadores com CAD, equipamentos de eletrônica e robótica e ferramentas de marcenaria e mecânica). Com o objetivo de estimular o público a desenvolver ideias criativas e inovadoras, por meio das tecnologias de fabricação digital e técnicas mais tradicionais, os FAB LABs contam com uma equipe de atendimento e orientação para o desenvolvimento de projetos e utilização das máquinas, além de promover cursos gratuitos sobre as tecnologias disponibilizadas nos laboratórios. Os mecanismos destacados localizam também a importância tanto de parcerias entre órgãos públicos e organizações da sociedade civil, como da atuação de agências de desenvolvimento da gestão pública na oferta de redes de espaços e serviços integrados aos territórios, podendo constituir referências para protótipos de redes de equipamentos a serem fomentadas pelo governo local, mas geridas em colaborações com o empresariado, sociedade civil e instituições científicas, tecnológicas e de inovação.

Ao considerarmos a discussão sobre equipamentos de apoio ao empreendedorismo e inovação realizada ao longo deste do relatório, podemos observar que apesar de uma presença relevante de alguns tipos de ambientes, particularmente o caso de coworkings privados, ainda é um cenário marcado pela escassez e falta de integração de mecanismos geradores de empreendimentos inovadores, como incubadoras e aceleradoras. O cenário específico no Setor Comercial Sul, por sua vez, é atravessado não apenas pela ausência desses equipamentos, mas inclusive pela precariedade da própria infraestrutura urbana e pelo baixo nível de acesso e relevância atribuída aos ambientes de inovação pelos estabelecimentos instalados na região. Dessa forma, o desenvolvimento de uma infraestrutura de inovação local deve estabelecer dentre suas diretrizes de atuação o estímulo à cooperação de empreendimentos criativos e tecnológicos com o desenvolvimento de soluções convergentes aos desafios e oportunidades de micro e pequenas empresas locais.

PONTOS DE DESTAQUE

A economia criativa, enquanto campo legitimado de intervenção governamental, gera um complexo de ideias e práticas que reposicionam o papel da cultura e do território enquanto contexto, vetor e finalidade de agendas de desenvolvimento. Experiências emergentes desse complexo, partindo das mais diferentes perspectivas e alcançando os mais distintos resultados, vêm sendo concebidas, operadas e avaliadas. Nesse cenário, endereça-se especificamente a escassez de modelos compartilhados para avaliação de ecossistemas criativos de base territorial, que qualifiquem os processos de tomada de decisão e de coordenação estratégica dos atores que compõem e orientam o desenvolvimento desses ambientes.

Dessa forma, o presente relatório, ao articular distintos métodos de coleta e análise dos dados mobilizados no âmbito do estudo diagnóstico realizado, buscou oferecer um quadro referencial das estruturas de oferta, acesso e demanda incidentes acerca de políticas, programas e equipamentos de apoio ao empreendedorismo e inovação, conjugando uma leitura sobre as experiências existentes, em diferentes contextos e escalas, e o exercício sobre linhas estratégicas para implementação e qualificação da ecologia de iniciativas e ambientes voltados ao setores criativos e tecnológicos.

Nesse sentido, no âmbito das políticas e programas circunscritos a este relatório, identificamos a existência de diversas iniciativas, mas, também, que estas apresentam desafios para sua efetividade no contexto da perspectiva de desenvolvimento de um ecossistema de atividades produtivas de base criativa e tecnológica. Localizamos uma ampla gama de marcos normativos nas esferas federal e distrital, mas com uma fragmentação e redundância significativa das normas relativas à agenda de ciência, tecnologia e inovação, bem como uma ausência de marcos que estruturem uma política local coesa para a economia criativa.

Apesar de diversos mecanismos de financiamento reembolsável identificados, as condições de operação e o próprio perfil de público e de projeto atendido geram uma baixa integração a segmentos de menor porte do complexo empresarial local, situação agravada pela precariedade de mecanismos de garantia e assessoria que proporcionem a viabilidade e

sustentabilidade dessas operações no cenário local. Apesar da existência de incentivos fiscais, principalmente para o campo da inovação no ambiente produtivo e relativos aos impostos sob competência da União, a indução de uma política fiscal que responda à definição de setores e territórios estratégicos ainda requer estruturação, algumas oportunidades sendo identificadas a partir de instrumentos recentes ou em processo de sanção.

Enquanto é possível observar iniciativas relevantes e estruturadas para o desenvolvimento de empreendimentos inovadores no Distrito Federal, ainda se faz necessária uma plataforma mais institucionalizada e perene, que ofereça escala para a formação inicial e, principalmente, continuada de trabalhadores dos setores criativos e tecnológicos. Esse cenário, detalhado nas seções anteriores deste relatório, contribuem para um baixo nível de beneficiamento percebido por determinados segmentos do sistema produtivo local, mas essa questão no contexto particular do Setor Comercial Sul, deve ser compreendida a partir da configuração do complexo empresarial instalado na região.

Tendo sido localizadas prioridades atribuídas para a qualificação do mercado de trabalho local e para um processo de requalificação econômica que dialogue com as organizações e expressões culturais locais, um desafio central para a intervenção no Setor Comercial Sul será o desenvolvimento de um processo harmônico que conjugue o fortalecimento das empresas já instaladas, com a atração de novos trabalhadores, empresas e investimentos. Processo esse que requer uma arquitetura de governança que promova a concertação dos agentes e a integração das iniciativas, sendo estratégico a adequação e indução dos mecanismos existentes para aproveitamento adequado das oportunidades apresentadas pelo poder de compra do Estado, pela cooperação local e pelo mercado internacional para as soluções criativas e tecnológicas.

Ao considerarmos os equipamentos de apoio ao empreendedorismo e inovação, por sua vez, constatamos no Distrito Federal a existência relevante de alguns tipos de equipamentos, particularmente o caso dos coworkings privados, mas marcada tanto pela alta concentração locacional, especialmente no Plano Piloto, como pela escassez de alguns ambientes promotores da inovação, como no caso de incubadoras de empresas, aceleradoras de negócios e, em maior nível de complexidade, parques científicos e tecnológicos e polos tecnológicos.

Com a escassez de equipamentos, um cenário convergente ao observado na própria região Centro-Oeste, se considerada a realidade específica do Setor Comercial Sul, manifesta não apenas um agravamento da ausência dessas plataformas, mas desafios relativos à própria infraestrutura urbana que acolhe as condições mais estruturais da proposta de um Polo Criativo e Tecnológico no local, com desafios relacionados às condições de espaços, equipamentos e serviços públicos e à própria ociosidade e necessidade de modernização e adaptação de prédios e unidades na região. Esse cenário, no contexto da própria configuração do sistema produtivo existente na região, contribui não apenas para o baixo nível de acesso dos estabelecimentos do SCS a esses ambientes, mas também para a baixa percepção sobre os benefícios desses equipamentos específicos para o desenvolvimento de suas atividades econômicas. Ao reconhecerem, entretanto, a relevância desses ambientes para o desenvolvimento de um ambiente criativo e inovador na região, considera-se estratégica a promoção de uma infraestrutura local de inovação integrada por diferentes tipos de equipamentos, que seja fruto e catalizador da importante participação, já constatada, dos diferentes segmentos da sociedade na estruturação desses ambientes, como governo, academia, empresariado e sociedade civil, observando suas distintas competências e funções nesse processo.

Considerando os desafios físico-financeiros inerentes a esse processo, a análise e discussão dos resultados também nos propiciam indicar que tal infraestrutura pode ser inicialmente induzida por meio de mecanismos com menor grau de complexidade física e institucional, que propiciem a cooperação produtiva local, nomeadamente escritórios colaborativos e laboratórios de prototipação, promovidos a partir da estrutura física e institucional de atores locais que desempenham um importante papel reconhecido para a estruturação do polo, como a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do DF, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial no DF, a Associação Comercial do Distrito Federal e o Instituto No Setor.

A articulação entre os dois campos analisados neste relatório, por fim, nos informa sobre o conjunto de desafios relacionados ao projeto de estruturação do Polo Criativo Tecnológico do Setor Comercial Sul, mas também indica oportunidades e estratégias que contribuem para a mitigação e superação desses desafios. Os casos mobilizados e os interlocutores ouvidos

convergem ao atribuir centralidade para a questão da governança enquanto principal fator decisivo para promoção de um ecossistema criativo que não apenas conjugue, mas retroalimente de forma sustentável o desenvolvimento tanto econômico, quanto social de um território

Divergências importantes, entretanto, são identificadas no que se refere aos caminhos a serem percorridos para que tal desenvolvimento seja alcançado, particularmente no que se refere a grupos sociais em situação de vulnerabilidade que ocupam a região. Uma questão que também emerge é a própria atual desconexão do complexo produtivo instalado no Setor Comercial Sul com atividades e mecanismos de pesquisa, desenvolvimento e inovação. Nesse cenário, é necessário compreendermos a região em suas contradições e em sua escala, sendo a acomodação institucional e territorial dos diferentes atores, atividades e interesses um desafio que deve ser endereçado no contexto mais amplo do desenvolvimento de um modelo de gestão para o polo e urbanístico para a região, processos que serão empreendidos a partir das próximas etapas do presente projeto de pesquisa.

Perante o exposto, podemos argumentar sobre a relevância deste relatório ao propor diretrizes para o fortalecimento da ecologia de políticas, programas e equipamentos de apoio ao empreendedorismo e inovação, oferecendo aportes de natureza prática e crítica ao processo, eminentemente político, de formulação, implementação e avaliação do processo de desenvolvimento de um ecossistema criativo. Centralmente, entretanto, espera-se que este relatório aporte subsídios concretos para a estruturação do Polo Criativo Tecnológico do Setor Comercial Sul. Assim, credita-se relevância à apresentação e discussão de dados realizada e expressa neste documento, ao contribuir para uma intervenção e coordenação de atores públicos e privados que considere de maneira equilibrada as dinâmicas sociais, econômicas e urbanas do território, conjugando imperativos de eficácia e justiça.

Mapa de Atores SLAC e SLAT

7

O capítulo apresenta o diagnóstico de maturidade dos atores e do ecossistema, com base nos dados coletados e nas tratativas realizadas com os agentes locais. Avalia-se o grau de integração entre os atores do SCS e suas conexões com a economia criativa, destacando potencialidades, lacunas e oportunidades de articulação.









Considerado o percurso apresentado pelo relatório, carece ainda apontar a configuração de agentes criativos e tecnológicos que atualmente integram o ecossistema no Setor Comercial Sul, bem como indicar s o estágio de maturidade empreendedora em que se encontram. De maneira geral,observa-se de forma consistente que há necessidades significativas de capacitação, avanço tecnológico e ampliação de mecanismos de financiamento voltados à aceleração dos negócios — cenário que também se reflete nos domínios da economia criativa e da inovação.

Conforme dados obtidos a partir dosos cadastros da Receita Federal que embasaram a coleta de informações secundárias, existem hoje 2.325 empresas que atuam em domínios da Economia Criativa, conforme o CNAES configurados pelo estudo Panorama da Economia Criativa do Distrito Federal (KIELING et Al, 2022).

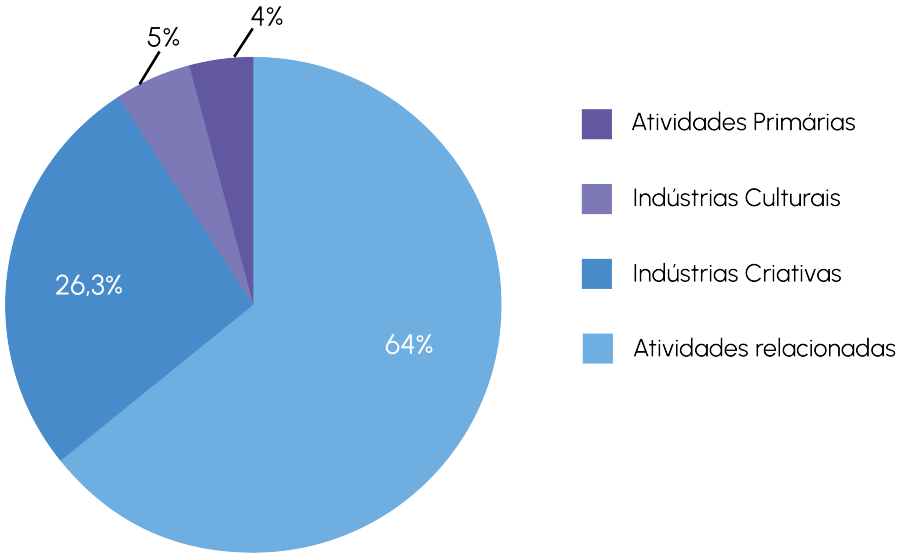
Mais da metade dessas organizações (64%) pertence ao grupo de atividades criativas relacionadas, - setores que, embora não sejam essencialmente criativos, são fundamentais para o desenvolvimento das atividades criativas propriamente ditas. Entre elas destacam-se as **atividades transversais** (1.119 empresas), como serviços de administração, advocacia e contabilidade especializados; as de **infraestrutura** (375 empresas), que incluem plataformas de palco, tendas e suportes para eventos; além das **atividades de lazer e esporte** (8 empresas).

Em seguida, vêm as **Indústrias Criativas** (26,29%), que englobam os segmentos de arquitetura (35 empresas), audiovisual (30), educação e pesquisa (65), eventos, feiras e festas (10), gastronomia (109), jogos/games e mídias (13), moda (13), publicidade (183), software (35) e turismo (28).

Na sequência, aparecem as **Indústrias Culturais** (5,03%), compostas pelos setores de livros e editoração (44 empresas), design (1), espetáculos (25), fotografia (18), indústria fonográfica (3) e patrimônio natural e cultural (3).

Por fim, o grupo das atividades artesanais e de criação artística representa 4,03% do total, abrangendo o artesanato (97 empresas), a criação musical (3), a criação literária, a criação performática e a criação visual e plástica.

Gráfico 96 - Atividades criativas relacionadas.

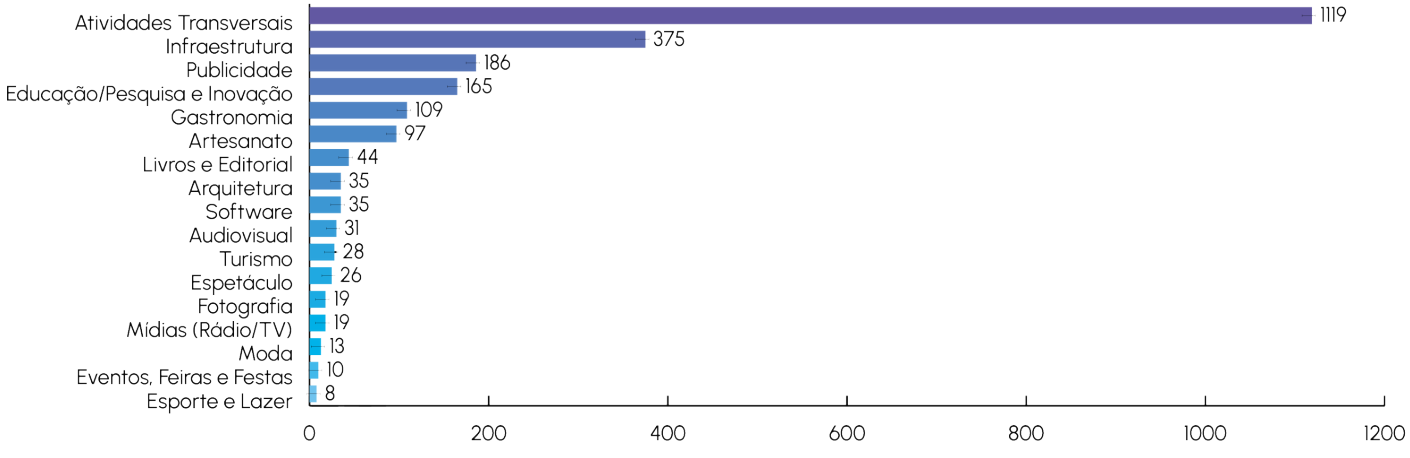


Fonte: Pesquisa-Diagnóstico Projeto SCS.

Metade das empresas apresenta mais de dez anos de atuação, e cerca de 30% possuem mais de vinte anos de existência. A maioria é composta por organizações de pequeno porte (1.022), seguidas por microempresas (914), microempreendedores individuais (231), empresas de médio porte (93) e grandes empresas (65). Aproximadamente 60% (1.544) são sociedades empresariais, seguidas por empresários individuais (367).

Entre as grandes empresas, destacam-se aquelas vinculadas aos setores de gastronomia (3), software (2) e audiovisual (1).

Gráfico 97 - Atividades transversais.



Fonte: Pesquisa-Diagnóstico Projeto SCS.

SLAC

Considerando o conjunto dos agentes criativos, é possível identificar cerca de 389 empresas diretamente relacionadas à Economia Criativa, agrupadas em cadeias produtivas com base em seu domicílio fiscal. Entre elas, a cadeia da **Publicidade** reúne agências, consultorias de marketing e empresas de pesquisa de mercado (186 empresas); a de **Arquitetura**, que abrange projetos e restauração (35); e a do **Audiovisual**, que integra atividades de produção, pós-produção, captação e exibição (30 empresas).

Os **Serviços Editoriais** (livros, jornais e revistas) somam 44 empresas, enquanto o **Turismo** conta com 28 organizações, entre agências e serviços de transporte para visitas. No segmento de **Mídia**, estão incluídas rádios, agências de notícias e emissoras de televisão (18 empresas). A **Gastronomia**, com produção própria, customizada e panificadoras, reúne 109 empresas. Já a **Produção Musical**, composta por estúdios de gravação, espaços de ensino e produção de espetáculos, conta com 10 empresas, número semelhante ao do setor de **Espetáculos** (teatro, performance, shows). O campo das **Artes Visuais**, por sua vez, abrange nove estúdios e escolas de arte.

Além dessas, destacam-se ainda os segmentos de **Artesanato** (97 empresas), **Fotografia** (18), **Moda** (13), **Eventos**, **Educação Superior** e **Design**, que, em conjunto, configuram uma rede de agentes criativos e tecnológicos de grande relevância para o ecossistema do Setor Comercial Sul.

SLAT

Somando as atividades já existentes de agentes de domínios da tecnologia (55 empresas), a dinâmica de cadeia de valor se expande. Hoje, já atuam no SCS organizações de desenvolvimento de software customizável, não customizável, treinamento, telecomunicação, microfilme (45 empresas); de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) que realizam pesquisa experimental e geração de patentes (3 empresas) além de Escola Técnica e profissional (7 empresas). Entre as empresas de telecomunicações, há duas gigantes como Claro e Embratel que atuam tanto na área de infraestrutura de rede quanto de comunicação. Bases essenciais para o desenvolvimento de uma cadeia de valor tecnológica e no suporte às atividades criativas e de inovação tecnológica.

LINHAS DE DIAGNÓSTICO

A pesquisa mostrou que o perfil da pessoa jurídica mais comum no SCS é de um estabelecimento matriz do setor de serviços com fins lucrativos, de porte micro ou pequeno, com mais de 10 anos de funcionamento. Esses CNPJs atuam em sua maioria no território nacional, com quase metade operando em outras UFs. A distribuição de domicílios fiscais entre as quadras parece ser mais homogênea, sendo a Quadra 1 em conjunto com a Galeria dos Estados a mais populosa. A seguir apresentam-se os resultados da pesquisa.

Em síntese, o resultado também indica uma barreira de acesso ou desconhecimento sobre ambientes de inovação, mesmo sendo estratégicos para o empreendedorismo e o desenvolvimento tecnológico, sendo que menos de 15% dos respondentes utilizam cada equipamento com alguma frequência. Contudo, esse percentual de não utilização dos equipamentos pode estar relacionado ao fato de que são poucos os que estão localizados no SCS. Encontra-se aqui, portanto, uma oportunidade de se incentivar tais instalações, a partir de sua implementação local ou em alguma proximidade.

Os resultados da pesquisa apontam para uma localidade que está carente de instalações de apoio ao empreendedorismo e inovações, e que pode ter sua situação reconfigurada com a implementação de um Polo Criativo e Tecnológico. Em conjunto com os equipamentos de apoio, o entendimento é que as Empresas dos Setores Criativos e Tecnológicos e os atores financeiros são muito importantes para o desenvolvimento de um ambiente criativo e inovador no local.

Questões estruturais sociais e de infraestrutura se destacam como sendo as de maior conflito na região, sendo que o entendimento dos estabelecimentos é que a implementação do Polo deve priorizar ações de cunho econômico e cultural que fortaleçam as iniciativas existentes no SCS. Por fim, é esperado que uma política de implementação de um Polo Tecnológico no SCS gere mudanças do perfil social e cultural do SCS, melhorias no mercado de trabalho local e que atraia novos agentes econômicos para o local.

O SCS, apesar de ser uma região pequena em termos territoriais, possui idiossincrasias econômicas e sociais que podem ser observadas na pesquisa, quando é feito o recorte por grupo de quadras. De acordo com o perfil dos CNPJs, as Quadras 7/8/9 mostram uma situação de maior estabilidade (maior

tempo de constituição), empresas de maior porte, que atuam em mercados nacionais e internacionais, em comparação às demais. Além disso, esse agrupamento de quadras é o que mais destoa das demais respostas, como por exemplo, utilizam mais os equipamentos de apoio a atividades tecnológicas e de inovação, e também, têm expectativas diferentes das demais quadras no que tange à prioridades de ações na implementação de um polo tecnológico e seus resultados. Isso reforça o entendimento de que esse conjunto deve ser observado de forma separada, principalmente, se o foco da política é impactar as demais quadras do SCS.

Por fim, foi analisado um conjunto de estabelecimentos que não foram incluídos no universo da pesquisa, mas que foram identificados localmente e responderam o questionário. Esse grupo de estabelecimentos mostra um perfil um pouco diferente daquele observado na pesquisa, possivelmente indicando um movimento de dinamização econômica, como novos estabelecimentos e novos setores de atividade.

Cabe delinear algumas considerações evidentes acerca das principais demandas existentes por grupos de interesse incidentes no Setor Comercial Sul em relação à implementação e qualificação de políticas e programas de apoio ao empreendedorismo criativo e tecnológico. Como demonstrado pelos resultados ora expostos, poderíamos destacar a necessidade de priorização e integração da requalificação criativa e tecnológica do Setor Comercial Sul nos instrumentos de planejamento e orçamento e nos mecanismos de governança do governo local, bem como em suas políticas públicas, programas e projetos.

Nesse sentido, estruturar uma carteira integrada de políticas públicas, programas e projetos para a economia criativa e inovação, formulada e implementada com diferentes atores do campo (envolvendo academia, empresariado e organizações da sociedade civil), voltada para: (i) promover a formação e capacitação em competências técnicas e gerenciais de trabalhadores e empreendedores dos campos criativo e tecnológico; (ii) implementar e ampliar programas de desenvolvimento e aceleração de negócios criativos e tecnológicos; (iii) disponibilizar linhas de financiamento não-reembolsável para prototipação e desenvolvimento de soluções criativas e tecnológicas; (iv) disponibilizar linhas de financiamento reembolsável para instalação, reforma e operação de empresas de base criativa e tecnológica; (v) conceder incentivos fiscais para zonas e atividades econômicas prioritárias,

como o Setor Comercial Sul e atividades criativas e tecnológicas; (vi) fomentar e promover processos de pesquisa, desenvolvimento e inovação voltados a produtos, processos e modelos criativos e tecnológicos, em parceria com instituições científicas, tecnológicas e de inovação; (vii) qualificar e expandir a infraestrutura local de apoio às atividades criativas e tecnológicas; (viii) qualificar e regular o ambiente local de negócios criativos e tecnológicos; (ix) promover a internacionalização de negócios criativos e tecnológicos; (x) fomentar compras públicas de soluções criativas e tecnológicas locais; (xi) promover a ocupação cultural e a promoção turística de zonas prioritárias, como o Setor Comercial Sul.

Visando estabelecer uma discussão contextualizada dos principais resultados do estudo-diagnóstico acerca das questões de oferta e, principalmente, de acesso de políticas e programas, cabe inicialmente realizarmos uma breve ponderação acerca do perfil das empresas e organizações instaladas no Setor Comercial Sul arroladas no questionário aplicado na região. Sendo tais dados objeto de tratamento mais extensivo quando da apresentação dos resultados da pesquisa primária de

abordagem quantitativa, nos cabe realizar alguns destaques que contribuem para qualificarmos as principais questões trazidas no campo endereçado especificamente por este relatório. Nesse recorte, podemos destacar um relevo institucional significativamente heterogêneo dentre os empreendimentos localizados no Setor Comercial Sul, com maior concentração de estabelecimentos na Quadra 1 e na Galeria dos Estados (30,6% do total), sendo a maior parte desses estabelecimentos a unidade principal das pessoas jurídicas existentes (74,7%).

Ao considerarmos a natureza jurídica desses entes, por sua vez, observou-se que apesar de uma relevante presença no território de organizações sem fins lucrativos (17,6%), a grande maioria consiste em pessoas jurídicas com fins lucrativos (82,4%). Os microempreendedores, as microempresas e, principalmente, as empresas de pequeno porte representando a maior parte dos empreendimentos locais (63% ao todo), mas com um contingente relevante de organizações que já utilizaram mecanismos de incentivos fiscais para apoio a projetos culturais e esportivos (12,1%).

Os empreendimentos da região apresentando, ainda, um perfil de atuação restrita ao Distrito Federal (51,7%), mas um contingente significativo de

organizações com operações no exterior (14%), o território também é marcado por estabelecimentos com 10 ou mais anos de existência (62,2%) e atuantes no setor de serviços (64,7%). Considerando essa breve contextualização sobre o cenário de estabelecimentos instalados no Setor Comercial Sul, podemos organizar a discussão dos resultados acerca da estrutura de oferta e acesso a políticas e programas de apoio ao empreendedorismo criativo e tecnológico a partir da tipologia harmonizada para identificação dessas iniciativas.

Concluída essa exposição dos resultados advindos da pesquisa secundária, podemos nos voltar para os instrumentos de coleta da pesquisa primária de abordagem qualitativa. Nesse percurso, a partir das entrevistas em profundidade realizadas, algumas sínteses interessantes podem ser apresentadas sobre a percepção dos atores sobre a estrutura de oferta e acesso a políticas e programas de apoio ao empreendedorismo e inovação. Entretanto, cabe inicialmente registrar algumas considerações coletadas sobre um campo mais ampliado relativo a políticas públicas.

Nessa circunscrição, a principal convergência entre os entrevistados consistiu na falta de integração e orquestração entre diferentes agendas e atores políticos, destacando a existência de ações pontuais, dispersas e, por vezes inclusive, conflitantes. Na avaliação de entrevistados, tal desarticulação dificultaria o desenvolvimento de estratégias que respondam efetivamente aos desafios emergentes no Setor Comercial Sul, as quais deveriam conectar agendas de cultura, saúde, urbanismo, segurança e desenvolvimento econômico. As demais questões principais levantadas ao longo das entrevistas realizadas englobam: uma percepção de ausência de políticas sociais, especialmente voltadas à população em situação de rua; precariedade da mobilidade e acessibilidade urbana local, principalmente às relacionadas com a segurança no transporte público, a integração de diferentes modais e a disponibilidade de estacionamento; crítica à "Lei do Silêncio", particularmente ao dificultar a operação sustentável de bares e restaurantes, bem como de atividades culturais, particularmente no período noturno; ausência de políticas de sustentabilidade ambiental, particularmente em relação à gestão de resíduos sólidos; e alegada incompatibilidade entre a conservação do patrimônio local, ao SCS compor o conjunto urbanístico tombado de Brasília, e as possibilidades de intervenção para revitalização do Setor.

No âmbito dos grupos de discussão, a questão central trazida novamente consiste na falta de políticas integradas e estruturantes; destacando, portanto, não apenas a carência de políticas públicas efetivas e as barreiras para seu acesso, mas também de uma coordenação entre os diferentes atores necessários para o desenvolvimento econômico e social do Setor Comercial Sul. Nesse aspecto, destacou-se inclusive a relevância de iniciativas promovidas a partir de organizações da sociedade civil e empresas que devem compor a ecologia política de transformação do Setor Comercial Sul, como o banheiro público instalado pelo Instituto no Setor e o fomento à inovação no comércio impulsionado pela Associação Comercial do Distrito Federal.

Foi ainda reiterada a percepção de ausência de políticas públicas adequadas de infraestrutura urbana, especialmente de mobilidade e acessibilidade, bem como de ineficácia de políticas sociais, sendo alegada a indução do poder público de um deslocamento intraurbano de populações vulneráveis para o Setor Comercial Sul, sem uma rede adequada de assistência social. Nesta circunscrição, destaque foi novamente oferecido à escassez de serviços públicos voltados ao atendimento adequado da população em situação de rua; sendo, neste contexto, defendida por alguns participantes a manutenção do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) na região, o qual consiste em objeto de extensa contestação por parte do segmento empresarial local, devido à associação feita do equipamento ao tráfico de drogas ilícitas da região.

Ao adentrarmos no espectro específico de políticas e programas tratados no âmbito deste relatório, as entrevistas em profundidade conduzidas nos permitem outras importantes considerações. Uma questão reiteradamente indicada pelos entrevistados refere-se à atual limitação de usos e de atividades econômicas permitidas nos lotes do Setor Comercial Sul, algo que é visto por alguns interlocutores como central para a requalificação econômica da região. A percepção sobre a falta de políticas integradas também foi elemento de convergência entre os entrevistados no caso de políticas de apoio ao empreendedorismo e inovação, especialmente ao destacarem a necessidade de um planejamento sistêmico e de vontade política que promova a articulação de diferentes campos sociais para a revitalização cultural e tecnológica da região, como governo, empresariado e instituições científicas, tecnológicas e de inovação. A questão da precarização do espaço físico da região também foi algo reiteradamente identificado e que será ainda melhor endereçado neste relatório, mas cabe o destaque neste momento

pelo fato dos entrevistados indicarem como um dos motivos desse cenário a ausência de políticas que promovam a sustentabilidade e permanência locacional de empreendimentos culturais e criativos, particularmente fazendo referência a mecanismos de benefícios e incentivos fiscais.

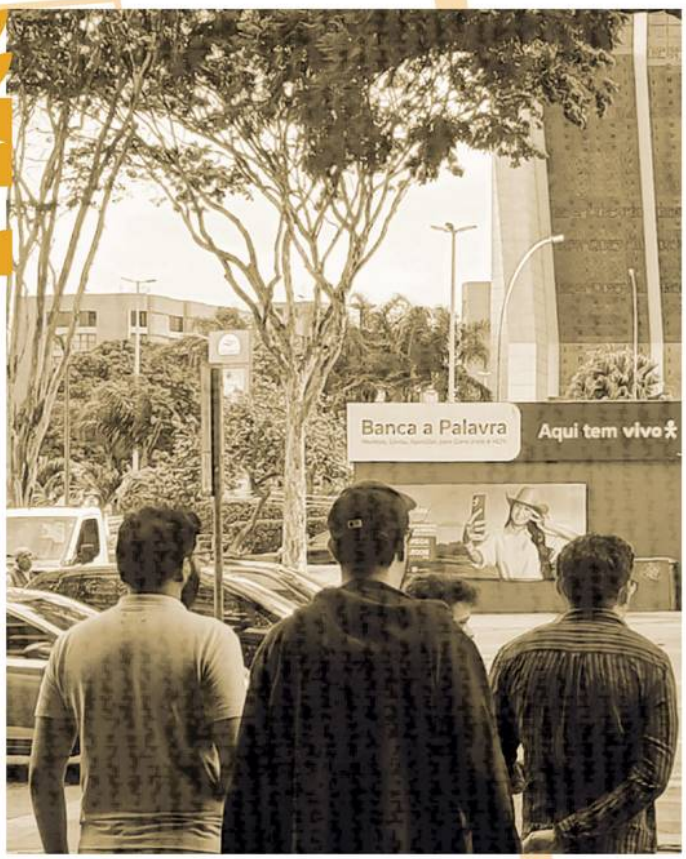
Os grupos de discussão e a cartografia fotográfica e afetiva, por sua vez, destacaram a riqueza e diversidade de iniciativas e agentes no Setor Comercial Sul, promovendo produções artesanais, feiras autogestionadas, pequenos empreendimentos e intervenções de arte urbana contundentes. Apesar de estarem intrinsicamente vinculada às dinâmicas culturais e sociais locais e manifestarem a vitalidade e resistência cultural da região, tais iniciativas, na avaliação de interlocutores, são sistematicamente invisibilizadas pelos instrumentos tradicionais de políticas públicas, bem como, por vezes, são o próprio alvo de políticas higienistas promovidas por governo e empresariado ao longo dos anos.

Considerações Finais

8











Os resultados apresentados ao longo deste relatório evidenciam que o Setor Comercial Sul constitui um território de contrastes, onde a precariedade estrutural e o potencial criativo coexistem em permanente tensão. A pesquisa qualitativa, desenvolvida a partir da articulação entre a Cartografia Visual, o Mapa Afetivo e os Grupos de discussão revelou que o SCS é um espaço em que as marcas do abandono urbano e da desigualdade social convivem com expressões de vitalidade cultural, solidariedade e imaginação coletiva. Na cartografia visual, ao "escutar o que ficou no papel", observou-se a convergência entre o olhar técnico dos pesquisadores e o registro sensível dos participantes, compondo um retrato complexo e multifacetado da região — ao mesmo tempo degradada e vibrante, insegura e inventiva, desafiadora e fértil para novas experimentações urbanas e econômicas.

Os mapeamentos mostraram que as narrativas do cotidiano se repetem nas percepções sobre o abandono de espaços, a presença de pessoas em situação de rua e o comércio informal, mas também apontam para memórias afetivas, manifestações culturais e desejos de transformação. Essa combinação de carência e potência indica que o futuro do SCS depende da capacidade de conjugar políticas públicas, iniciativas privadas e mobilizações comunitárias sob um mesmo horizonte de regeneração. Nesse sentido, o Polo Criativo Tecnológico desponta como instrumento estratégico para rearticular o território, valorizando sua diversidade e promovendo novas formas de ocupação, cooperação e produção de valor.

A análise dos dados econômicos reforça essa leitura. Constatou-se que mais de 60% dos empreendimentos em atividade possuem mais de uma década de existência e se concentram majoritariamente no setor de serviços, o que evidencia a escassez de novos negócios e a necessidade de políticas de estímulo à renovação empresarial. A criação de ambientes de inovação e incubação voltados à economia criativa e tecnológica torna-se, portanto, condição essencial para reanimar o tecido produtivo local e atrair novos empreendedores.

Entre os eixos condutores propostos para o desenvolvimento do Polo, destacam-se: o fortalecimento do empreendedorismo do comércio e serviços, em particular, nos domínios de Gastronomia e Moda, segmentos que já possuem presença expressiva na região e que podem atuar como catalisadores de laboratórios e experiências urbanas inovadoras; a criação de um Hub de Jogos e TICs, associado a um parque de pós-produção audiovisual e à consolidação de um mercado editorial mais estruturado, considerando a significativa presença de livrarias e editoras no SCS. Esses eixos, além de promoverem a diversidade e a inclusão produtiva, criam condições para a integração entre cultura, tecnologia e inovação — tripé fundamental da economia criativa e na perspectiva da mediação digital e na materialidade de um terroir, um território com seu selo próprio de identidade e qualidade criativa.

A relevância de uma plataforma articuladora de governança entre os diferentes atores do ecossistema — instituições públicas, empreendedores, investidores, universidades e sociedade civil — emerge como ponto central. Tal plataforma deve integrar e facilitar o acesso aos diversos mecanismos de incentivo ao empreendedorismo e à inovação, abrangendo dimensões como: arranjos institucionais e marcos normativos; modalidades de financiamento reembolsável e não reembolsável; benefícios e incentivos fiscais; compras públicas; informação e conhecimento; formação e capacitação profissional; infraestrutura; acesso a mercados e públicos; cooperação intersetorial; e estímulo à inovação e criatividade. O desafio não está em criar novos instrumentos, mas em articular de modo eficaz os que já existem, ampliando sua capilaridade e efetividade junto aos agentes locais.

A leitura das políticas mapeadas reforça a necessidade dessa concertação. Observou-se que 58,4% das iniciativas identificadas concentram-se em programas e normas de planejamento, enquanto apenas 12,4% se materializam em fundos, plataformas ou eventos de fomento direto. Essa

desproporção revela um ecossistema de políticas ainda excessivamente formal e pouco operativo, com baixa incidência sobre o cotidiano dos empreendedores. Apenas 18% das experiências sistematizadas voltam-se ao campo da economia criativa nas dimensões das atividades culturais, artísticas e de inovação, o que aponta para uma lacuna a ser preenchida.

Entre os setores mais promissores, o campo dos games se destaca como vetor de inovação tecnológica, geração de renda e inserção internacional. A existência de programas como o Gamifica DF, o Brasília Game Hub, o Brasília Game Festival e o ArtCode Summit demonstram um terreno fértil, ainda que fragmentado. Consolidar esse setor no SCS, por meio do Hub de Jogos e TICs, significa aproveitar o acúmulo existente e transformá-lo em oportunidade de desenvolvimento local. Para isso, recomenda-se a ampliação de editais específicos, linhas de financiamento e programas de aceleração voltados aos empreendedores criativos da área.

Outro ponto enfatizado pelos entrevistados foi a importância de bancos, investidores e agências de fomento no fortalecimento do empreendedorismo local. O Banco de Brasília (BRB), por exemplo, foi frequentemente citado por sua capacidade de operar linhas de crédito do Fundo Constitucional do Centro-Oeste. No entanto, as taxas de acesso ainda são baixas, em função de critérios restritivos e valores mínimos de financiamento pouco adequados à realidade das micro e pequenas empresas. O fortalecimento de um ambiente local de crédito, apoiado por assessoria técnica e fundos garantidores, como o FGI, FGO e FAMPE, pode ampliar o alcance dessas políticas e estimular a formalização de novos empreendimentos criativos.

A qualificação da infraestrutura urbana foi outro tema recorrente e transversal aos depoimentos. Melhorias em iluminação pública, conectividade, energia elétrica, limpeza urbana, mobilidade, acessibilidade e reocupação de edifícios subutilizados foram elencadas como condições indispensáveis à revitalização do SCS. A experiência do Programa Requalifica Centro de São Paulo oferece uma referência valiosa para a formulação de políticas locais que combinem incentivos fiscais e edilícios à reabilitação de imóveis antigos. Essa requalificação deve dialogar com os marcos urbanísticos vigentes, especialmente o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (Lei Complementar nº 1.041/2024) e o Plano Diretor de Ordenamento Territorial, em processo de atualização.

No contexto da formação e qualificação profissional, torna-se imprescindível destacar a inclusão de ações formativas em línguas estrangeiras como estratégia transversal ao fortalecimento do Polo Criativo Tecnológico. A internacionalização dos negócios criativos e tecnológicos exige que empreendedores, gestores e trabalhadores estejam aptos a dialogar em contextos multilíngues, participar de redes globais de inovação e acessar mercados externos. Programas de ensino de idiomas, especialmente inglês e espanhol, aliados a oficinas de comunicação intercultural e de vocabulário técnico voltado aos setores de design, tecnologia, moda, gastronomia e jogos digitais, podem ampliar significativamente a competitividade dos agentes locais. Essa formação linguística deve ser entendida não apenas como ferramenta de capacitação, mas como instrumento de democratização de oportunidades e de expansão de horizontes profissionais, favorecendo a inserção do SCS nas dinâmicas internacionais da economia criativa e consolidando Brasília como polo de exportação de bens e serviços culturais.

A ocupação cultural e a promoção turística configuram, por fim, dimensões complementares e estratégicas para o redesenho do SCS. A presença de grupos, artistas e equipamentos culturais na região deve ser potencializada por meio de editais e programas do Fundo de Apoio à Cultura e da Lei de Incentivo à Cultura do Distrito Federal, articulados a políticas nacionais como a Lei Aldir Blanc. Além disso, o reconhecimento de Brasília como Cidade Criativa do Design pela UNESCO e o tombamento do Conjunto Urbanístico como Patrimônio Mundial abrem possibilidades para o desenvolvimento de roteiros turísticos criativos e tecnológicos, integrados a programas como Destino Futuro e Destinos Turísticos Inteligentes.

Em síntese, as análises indicam que o futuro do Setor Comercial Sul depende menos da criação de novos mecanismos e mais da coordenação inteligente dos instrumentos já disponíveis, aliada à construção de um espaço de governança cooperativa. Tal governança deve reunir poder público, setor privado, academia e sociedade civil em torno de objetivos comuns: fortalecer a economia criativa, diversificar o tecido produtivo, requalificar a infraestrutura urbana e valorizar o patrimônio cultural e simbólico da região. O Polo Criativo Tecnológico do SCS, concebido sob essa perspectiva, não é apenas uma proposta de desenvolvimento econômico, mas um projeto de regeneração urbana e social, capaz de reconectar o território às suas potências e projetá-lo como referência de inovação, inclusão e sustentabilidade.

Referências

ABREU GARCIA; FRANZATO, C. A cartografia como um método de design regenerativo e relacional: cartography as a method for regenerative and relational design. MIX Sustentável, [S. l.], v. 10, n. 4, p. 63–72, 2024. DOI: 10.29183/2447-3073.MIX2024.v10.n4.63-72. Disponível em: https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/mixsustentavel/article/view/7837. Acesso em: 5 abr. 2025.

ACE VENTURES. Founders Overview 2024. Brasília: Sebrae, 2024.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ENTIDADES PROMOTORAS DE EMPREENDIMENTOS INOVADORES. Perfis dos Ambientes de Inovação e seus Empreendimentos. São Paulo: Fundação Vanzolini, 2021.

AUDY, J. A inovação, o desenvolvimento e o papel da Universidade. Estudos Avançados, v. 31, n. 90, p. 75-87, 2017.

BERNARD, M.; COMUNIAN, R.; GROSS, J. Cultural and creative ecosystems: a review of theories and methods, towards a new research agenda. Cultural Trends, v. 31, n. 4, p. 332–353, 2021.

BLANK, S. The four steps to the epiphany: successful strategies for products that win. Nova Jersey: John Wiley & Sons, 2020.

BOWEN, G. Document analysis as a qualitative research method. Qualitative Research Journal, v. 9, n. 2, p. 27-40, 2009.

BRAGA, José Luiz. A prática da pesquisa em Comunicação: abordagem metodológica como tomada de decisões. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação | E-Compós, Brasília, v. 1, n. 14, p. 1-33, abr. 2011. Disponível em: www.e-compos.org.br. Acesso em: 18 jan. 2023.
BRASIL. Carta brasileira para cidades inteligentes. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Regional, 2020.

CAIRNCROSS, F. The death of distance: how the communications revolution will change our lives. Cambridge: Harvard Business School Press, 2001.

CARAMORI, I.; MAGALHÃES, J.; PERNA, Y. Entenda a 'Zona Verde', projeto que prevê criação de estacionamento rotativo pago no centro de Brasília. 2024. Disponível em: https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2024/12/26/entenda-a-zona-verde-projeto-que-preve-criacao-de-estacionamento-rotativo-pago-no-centro-de-brasilia.ghtml. Acesso em: 30 ago. 2025.

CARAYANNIS, E.G.; CAMPBELL, D.F.J. Triple helix, quadruple helix and quintuple

helix and how do knowledge, innovation and the environment relate to each other?: a proposed framework for a trans-disciplinary analysis of sustainable development and social ecology. International Journal of Social Ecology and Sustainable Development, v. 1, n. 1, p. 41–69, 2010.

CAVES, R. Creative Industries: Contracts between Art and Commerce. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2000.

CHAIM, Patrícia Cartolano. Gifting: a gestão estratégica de dádivas organizacionais para uma comunicação inovadora. 2023. 261 f. Dissertação (Programa Stricto Sensu em Comunicação) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2023.

CLOSS, Lisiane; OLIVEIRA, Sidinei Rocha da. Economia criativa e territórios usados: um debate baseado nas contribuições de Milton Santos. Cadernos Ebape.Br, [S.L.], v. 15, n. 2, p. 349-363, jun. 2017. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/1679-395152437.

COHENDET, P.; GRANDADAM, D.; SIMON, L. Economics and the ecology of creativity: evidence from the popular music industry. International Review of Applied Economics, v. 23, n. 6, p. 709-722, 2009.

COHENDET, Patrick; GRANDADAM, David; SIMON, Laurent. Economics and the ecology of creativity: evidence from the popular music industry. International Review Of Applied Economics, [S.L.], v. 23, n. 6, p. 709-722, nov. 2009. Informa UK Limited. http://dx.doi.org/10.1080/02692170903239879.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DRUMM, Elisabeth Cristina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da; BRANDT, Grazielle Betina. A reconfiguração do espaço urbano e a apropriação da cultura como meio de acumulação capitalista: um roteiro para análise. Desenvolvimento em Questão, [S.L.], v. 16, n. 43, p. 147, 22 maio 2018. Editora Unijui. http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2018.43.147-174.

DYE, T.R. Understanding public policy. 15. ed. Nova Jersey: Prentice Hall, 2017.

FARIA, A.F.; BATTISTI, A.C.; SEDIYAMA, J.A.; ALVES, J.H.; SILVÉRIO, J.A. Parques tecnológicos do Brasil. Viçosa: NTG/UFV, 2021.

FARIA, Beatriz Ramos Brandão de. Territórios criativos na cidade planejada: cartografia das quadras Babilônia Norte e Conic em Brasília. 96 f. Dissertação (Programa Stricto Sensu em Comunicação) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2024.

FLORIDA, R. The rise of the creative class. New York: Basic Books, 2002.

FLORIDA, R. Who's your city? How the creative economy is making where to live the most important decision of your life. New York: Basic Books, 2008.

FLORIDA, Richard. The economic geography of talent. Annals Of The Association Of American Geographers, [S.L.], v. 92, n. 4, p. 743-755, dez. 2002. Informa UK Limited. http://dx.doi.org/10.1111/1467-8306.00314.

FORESTI, Eduardo. Arqueologia afetiva urbana. Itaú Cultural, 2011. Disponível em: https://www.itaucultural.org.br/sites/cidadegrafica/arqueologia-afetiva-urbana.html. Acesso em: 31 mar. 2025.

FREEMAN, C. The 'National System of Innovation' in historical perspective. Cambridge Journal of Economics, v. 19, n. 1, p. 5-24, 1995.
FREIRE, C.T.; MARUYAMA, F.; POLLI, M. Inovação e empreendedorismo: políticas públicas e ações privadas. Novos estudos CEBRAP, v. 36, n. 1, p. 51-76, 2017.

GODOI, C. Grupo de discussão como prática de pesquisa em estudos organizacionais. Revista de Administração de Empresas, v. 55, n. 6, p. 632-644, 2015.

GODOI, Christiane Kleinübing. Grupo de discussão como prática grupal de pesquisa qualitativa: possibilidades abertas aos estudos organizacionais. In: IV Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade. Brasília/DF, 3 a 5 de novembro de 2013.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HOWKINS, J. The creative economy. London: Penguin, 2001.

INKÓW, M. Methodological aspects of measuring the innovation maturity of enterprises. European Research Studies Journal, v. 27, n. 3, p. 499-510, 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa de Inovação Semestral: indicadores básicos 2023. Rio de Janeiro, IBGE, 2025.

JOHNSON, S. De onde vêm as boas ideias: uma breve história da inovação. Tradução de M.A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2011. ISBN 978-85-378-1892-3.

JOSHI, A.; KALE, S.; CHANDEL, S.; PAL, D.K. Likert scale: explored and explained. Current Journal of Applied Science and Technology, v.7, n.4, p. 396-403, 2015.

JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M.W. Entrevista narrativa. In: M.W. Bauer; G. GASKELL (orgs.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis (RJ): Vozes, 2014.

KASTRUP, Virgínia. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (orgs.). Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 29–48.

LAZZERETTI, L.; BOIX, R.; CAPONE, F. Do creative industries cluster? Mapping creative local production systems in Italy and Spain. Industry and Innovation, v. 15, n. 5, p. 549–567, 2008.

MANKINS, J.C. Technology readiness levels: a white paper. Washington: NASA, 1995.

MAZZUCATO, M. O estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.

OLIVEIRA, R.A.D.; DUARTE, C.M.R.; PAVÃO, A.L.B.; VIACAVA, F. Barreiras de acesso aos serviços em cinco Regiões de Saúde do Brasil: percepção de gestores e profissionais do Sistema Único de Saúde. Cadernos de Saúde Pública, v. 35, n. 11, e00120718, 2019.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. Start-up Latin America 2016: building an innovative future. Paris: OECD Publishing, 2016.

PAGE, E.; THOMAS, J. Methods for the synthesis of qualitative research: a critical review. BMC Medical Research Methodology, v. 9, n. 59, p. 1-11, 2009.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da. (orgs.). Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015.

PORTER, M.E. Location, competition, and economic development: local clusters in a global economy. Economic Development Quarterly, v. 14, n. 1, p. 15-34, 2000.

POTTS, J.; CUNNINGHAM, S.D. Four models of the creative industries. Revue d'Économie Politique, v. 120, n. 1, p. 163-180, 2010.

POTTS, J.; CUNNINGHAM, S.D.; HARTLEY, J.; ORMEROD, P. Social network markets: a new definition of the creative industries. Journal of Cultural Economics, v. 32, n. 3, p. 167-185, 2008.

Polaine, A.; LØVLIE, L.; REASON, B. Service design: from insight to implementation. Brooklyn: Rosenfeld Media, 2013.

RIES, E. The lean startup: how today's entrepreneurs use continuous innovation to create radically successful businesses. Nova Iorque: Crown Business, 2011.

ROLNIK, Suely. Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

SANTOS, M. Espaço e sociedade. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, M. O papel ativo da Geografia: um manifesto. Revista Território, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, p. 103-109, 2000.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, Milton. Da totalidade ao lugar. São Paulo: Edusp, 2005. p. 137-144.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SAQUET, M. Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SCOTT, A.J. The cultural economy of cities: essays on the geography of image-producing industries. Londres: Sage, 2000.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. SEBRAE Startups Report Distrito Federal 2025. Brasília: Sebrae, 2025.

SILVA, M.; MARTINS, T. Ambientes de inovação para a indústria criativa. Comunicação & Inovação, v. 19, n. 40, p. 144–159, 2018.

STORPER, M.; SCOTT, A.J. Rethinking human capital, creativity and urban growth. Journal of Economic Geography, v. 9, n. 2, p. 147-167, 2009.

TANSLEY, A. G. The use and abuse of vegetational concepts and terms. Ecology, v. 16, n. 1, p. 284-307, 1935.

TEIXEIRA, C.S.; TRZECIAK, D.S.; VARVAKIS, G. Ecossistema de inovação: alinhamento conceitual. Florianópolis: Perse, 2017.

THOMAS, J.; HARDEN, A. Methods for the thematic synthesis of qualitative research in systematic reviews. BMC Medical Research Methodology, v. 8, n. 45, p. 1-10, 2008.

THROSBY, D. The economics of cultural policy. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

Apêndice A

Mapeamento Preliminar de Atores, Equipamentos e Iniciativas

A pesquisa secundária empreendida a partir de informações e documentos públicos propiciou um levantamento preliminar de atores, equipamentos, políticas e programas com interface ao território investigado, ou à agenda de apoio ao empreendedorismo criativo e tecnológico. Tendo seus dados sido apresentados e debatidos no corpo deste relatório, cabe reiterarmos e complementarmos algumas considerações acerca dos indexadores que sistematizam a informação disponibilizada.

Dentre tais chaves categoriais, no âmbito de atores estratégicos mapeados, podemos destacar: (i) tipologia harmonizada, voltada a caracterização do tipo de ator, a partir de adaptação de referência anteriormente acessada no âmbito de ecossistemas de inovação; (ii) segmento, identificando o campo social de ação do ator, baseada em modelos de estrutura da hélice da inovação; e (iii) posição no sistema e no projeto, referenciando a posição relativa que aquele ator ocupa perante o ecossistema criativo e o próprio projeto de sua estruturação. Em relação às políticas e programas voltados ao empreendedorismo criativo e tecnológico, foram organizados os seguintes indexadores: (i) tipologia harmonizada, referenciando a categoria de política considerada, a partir de referência anteriormente acessada no âmbito do marco teórico-conceitual deste relatório; (ii) natureza, voltada à caracterização do instrumento de implementação da referida iniciativa; (iii) agenda, identificando o campo político de sustentação da determinada política ou programa; (iv) intervenção, referenciando o sistema de incidência no qual a iniciativa atua sobre os empreendimentos e circuitos de bens e serviços criativos e tecnológicos; (v) situação, relativa ao estágio de integração da iniciativa no âmbito do processo de estruturação de um polo criativo e tecnológico no Setor Comercial Sul; e, por fim, (vi) segmento, identificando o campo social de promoção da referida iniciativa. Por fim, no que se refere aos equipamentos de apoio ao empreendedorismo e inovação, foram organizados os seguintes indexadores: i) tipologia harmonizada, referenciando a categoria considerada de ambiente, a partir de referência anteriormente acessada no âmbito do marco teórico-conceitual deste relatório; (ii) natureza, avaliando o proeminente caráter físico ou tecnológico do ambiente de inovação considerado; (iii) segmento, identificando o campo social de promoção do referido equipamento; e (iv) localização no ecossistema, referenciando se a implementação do referido equipamento é interna, externa ou transversal ao Setor Comercial Sul.

Sendo os esclarecimentos necessários, a seguir é apresentado o resumo das planilhas consolidadas dos atores, equipamentos e iniciativas **mapeadas**[90]:

1. Atores Estratégicos Iniciais

Ator	Tipologia	Segmento	Posição no Sistema	Posição no Projeto
Coletivo Labirinto	Artistas, Produtores e Coletivos Culturais	Sociedade Civil	Membro	Apoio Articulação
Fundação de Apoio à Pesquisa do DF	Bancos, Investidores e Agências de Fomento	Governo	Investimento	Financiamento
Garimpo de Soluções	Empresas dos Setores Criativos e Tecnológicos	Empresariado	Fomento	Prestador de Serviço
Embratel Huawei do Brasil Telecomunicações	Empresas dos Setores Criativos e Tecnológicos	Empresariado	Membro	Público
CTIS Tecnologia – Grupo Sonda	Empresas dos Setores Criativos e Tecnológicos	Empresariado	Membro	Público
Locness Tecnologia	Empresas dos Setores Criativos e Tecnológicos	Empresariado	Membro	Público
Agromarkers	Empresas dos Setores Criativos e Tecnológicos	Empresariado	Membro	Público
Bloco Arquitetos	Empresas dos Setores Criativos e Tecnológicos	Empresariado	Membro	Público
Atelier Paralelo	Empresas dos Setores Criativos e Tecnológicos	Empresariado	Membro	Público
CoDA Arquitetura	Empresas dos Setores Criativos e Tecnológicos	Empresariado	Membro	Público
Universidade de Brasília Casa de Cultura da América Latina	Equipamentos Culturais	Academia	Equipamento	Apoio Articulação

[90] A versão digital da base de dados pode ser acessada em:https://docs.google.com/spreadsheets/d/1FWBswtQdjuNN4NtCOgbWUcVIF4rYBlUu/edit?usp=sharing&ouid=101989049690530858070&rtpof=true&sd=true

Serviço Social do Comércio do Distrito Federal Teatro Silvio Barbato	Equipamentos Culturais	Empresariado	Equipamento	Apoio Articulação
Externa	Equipamentos Culturais	Empresariado	Equipamento	Público
Galeria Index	Equipamentos Culturais	Empresariado	Membro	Público
Correios, Museu dos Correios	Equipamentos Culturais	Governo	Equipamento	Apoio Articulação
Universidade de Brasília Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico	Equipamentos de Apoio ao Empreendedorismo e Inovação	Academia	Equipamento	Apoio Conhecimento
Sesi Lab Laboratório Maker e Biomaker	Equipamentos de Apoio ao Empreendedorismo e Inovação	Empresariado	Equipamento	Interessado
Cotidiano Aceleradora de Startups	Equipamentos de Apoio ao Empreendedorismo e Inovação	Empresariado	Fomento	Apoio Execução
Espaço Multiplicidade	Equipamentos de Apoio ao Empreendedorismo e Inovação	Empresariado	Fomento	Apoio Execução
Impact Hub Brasília	Equipamentos de Apoio ao Empreendedorismo e Inovação	Empresariado	Fomento	Apoio Execução
Parque Tecnológico de Brasília	Equipamentos de Apoio ao Empreendedorismo e Inovação	Governo	Fomento	Apoio Articulação
Porto Digital	Equipamentos de Apoio ao Empreendedorismo e Inovação	Sociedade Civil	Fomento	Prestador de Serviço
Universidade de Brasília Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos	Instituições Científicas Tecnológicas e de Inovação	Academia	Fomento	Apoio Articulação
Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos	Instituições Científicas Tecnológicas e de Inovação	Academia	Fomento	Apoio Execução
Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro	Instituições Científicas Tecnológicas e de Inovação	Sociedade Civil	Fomento	Apoio Execução
Instituto Certi Sapientia	Instituições Científicas Tecnológicas e de Inovação	Sociedade Civil	Fomento	Apoio Execução
Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior	Organizações da Sociedade Civil	Academia	Conhecimento	Apoio Articulação

Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica	Organizações da Sociedade Civil	Academia	Conhecimento	Apoio Articulação
Serviço Social do Comércio do Distrito Federal SESC Setor Comercial Sul	Organizações da Sociedade Civil	Empresariado	Equipamento	Apoio Articulação
Federação do Comércio de Bens Serviços e Turismo do Distrito Federal	Organizações da Sociedade Civil	Empresariado	Representação	Apoio Articulação
Associação Comercial do Distrito Federal	Organizações da Sociedade Civil	Empresariado	Representação	Apoio Articulação
Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do DF	Organizações da Sociedade Civil	Sociedade Civil	Fomento	Apoio Execução
Distrito Drag	Organizações da Sociedade Civil	Sociedade Civil	Membro	Apoio Articulação
Instituto No Setor	Organizações da Sociedade Civil	Sociedade Civil	Membro	Apoio Execução
Sindicato dos Comerciários do Distrito Federal	Organizações da Sociedade Civil	Sociedade Civil	Representação	Apoio Articulação
Associação de Desenvolvedores de Jogos Eletrônicos do Distrito Federal	Organizações da Sociedade Civil	Sociedade Civil	Representação	Apoio Articulação
Instituto de Arquitetos do Brasil Departamento do Distrito Federal	Organizações da Sociedade Civil	Sociedade Civil	Representação	Apoio Articulação
Brasil Startups	Organizações da Sociedade Civil	Sociedade Civil	Representação	Apoio Execução
Conselho de Arquitetura e Urbanismo	Organizações da Sociedade Civil	Sociedade Civil	Representação	Interessado
Faculdade JK	Organizações de Ensino e Pesquisa	Academia	Conhecimento	Apoio Conhecimento
Universidade Católica de Brasília PPG Comunicação	Organizações de Ensino e Pesquisa	Academia	Conhecimento	Coordenação
Universidade de Brasília Faculdade de Arquitetura	Organizações de Ensino e Pesquisa	Academia	Conhecimento	Coordenação
Centro Universitário de Brasília Centro de Atendimento Comunitário	Organizações de Ensino e Pesquisa	Academia	Prestação de Serviço	Apoio Conhecimento

Instituto Fecomércio de Pesquisa e Desenvolvimento	Organizações de Ensino e Pesquisa	Empresariado	Conhecimento	Apoio Conhecimento
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial Centro de Educação Profissional Jessé Freire	Organizações de Ensino e Pesquisa	Empresariado	Conhecimento	Apoio Conhecimento
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial Centro de Educação Profissional Miguel Setembrino	Organizações de Ensino e Pesquisa	Empresariado	Conhecimento	Apoio Conhecimento
Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal	Organizações de Ensino e Pesquisa	Governo	Conhecimento	Apoio Conhecimento
Instituto de Estudos Socioeconômicos	Organizações de Ensino e Pesquisa	Sociedade Civil	Membro	Apoio Conhecimento
Secretaria de Cultura e Economia Criativa do DF	Órgãos e Entidades Públicas	Governo	Investimento	Apoio Articulação
Secretaria de Ciência Tecnologia e Inovação do DF	Órgãos e Entidades Públicas	Governo	Investimento	Financiamento
Secretaria de Saúde do DF Centro de Atenção Psicossocial AD III	Órgãos e Entidades Públicas	Governo	Prestação de Serviço	Apoio Articulação
Empresa Brasil de Comunicação	Outros	Governo	Comunicação	Interessado
Companhia de Desenvolvimento Habitacional do DF	Outros	Governo	Prestação de Serviço	Interessado
Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes no Brasil	Outros	Governo	Prestação de Serviço	Interessado
Armazém do Campo DF	Pequenos Comerciantes e Ambulantes	Empresariado	Equipamento	Apoio Articulação

2. Atores Estratégicos Iniciais

Iniciativa	Tipologia Harmonizada	Natureza	Agenda	Intervenção	Integração	Entidade Promotora	Segmento
Lei do Bem	Benefícios e Incentivos Fiscais	Legislação	Ciência e Tecnologia	Financiamento	Intermediário	MCTI	Governo
Desenvolvimento de Territórios Criativos pela Lei Rouanet	Benefícios e Incentivos Fiscais	Legislação	Cultura	Financiamento	Elevado	MinC	Governo
Lei de Incentivo à Cultura do Distrito Federal	Benefícios e Incentivos Fiscais	Legislação	Cultura	Financiamento	Intermediário	SECEC/GDF	Governo
Territórios de Distrito Criativo e Tecnológico do DF	Benefícios e Incentivos Fiscais	Legislação	Economia	Financiamento	Elevado	CLDF	Governo
Contrata+Brasil	Compras Públicas	Produto	Negócios	Cooperação e Comercialização	Intermediário	MGISP	Governo
Catalisa GOV	Compras Públicas	Programa	Negócios	Formação e Capacitação	Intermediário	RAE	Sociedade Civil
BNDES Apoio à Inovação	Financiamento não-Reembolsável	Fundo	Ciência e Tecnologia	Financiamento	Baixo	BNDES	Governo
Fundo de Apoio à Cultura do Distrito Federal	Financiamento não-Reembolsável	Fundo	Cultura	Financiamento	Intermediário	SECEC/GDF	Governo
Programa Desafio DF	Financiamento não-Reembolsável	Programa	Ciência e Tecnologia	Financiamento	Elevado	FAP/SECTI/GDF	Governo
Apoio à Transformação Digital de MPES	Financiamento não-Reembolsável	Projeto	Ciência e Tecnologia	Financiamento	Intermediário	SECTI/GDF	Governo
Avante Cerrado	Financiamento não-Reembolsável	Projeto	Negócios	Financiamento	Intermediário	Brasil Start Ups	Sociedad e Civil
Fundo de Aval para as Micro e Pequenas Empresas	Financiamento Reembolsável	Fundo	Negócios	Financiamento	Intermediário	RAE	Sociedad e Civil
Financiamento da Economia Criativa pelos Fundos Constitucionais	Financiamento Reembolsável	Legislação	Economia	Financiamento	Elevado	MDR	Governo

Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	Financiamento Reembolsável	Legislação	Negócios	Financiamento	Intermediário	MEMP	Governo
Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	Financiamento Reembolsável	Legislação	Negócios	Financiamento	Intermediário	MTE	Governo
Inovacred	Financiamento Reembolsável	Produto	Ciência e Tecnologia	Financiamento	Intermediário	FINEP	Governo
Aquisição Inovadora	Financiamento Reembolsável	Produto	Ciência e Tecnologia	Financiamento	Intermediário	FINEP	Governo
MPME Inovadora	Financiamento Reembolsável	Produto	Negócios	Financiamento	Baixo	BNDES	Governo
FCO Empresarial BB	Financiamento Reembolsável	Produto	Negócios	Financiamento	Intermediário	BB	Governo
Finem - Tecnologia da Informação	Financiamento Reembolsável	Produto	Negócios	Financiamento	Intermediário	BNDES	Governo
Finem - Conteúdos culturais e editoriais	Financiamento Reembolsável	Produto	Negócios	Financiamento	Intermediário	BNDES	Governo
Finem - Infraestruturas	Financiamento Reembolsável	Produto	Negócios	Financiamento	Intermediário	BNDES	Governo
Finem - Crédito Inovação Direto	Financiamento Reembolsável	Produto	Negócios	Financiamento	Intermediário	BNDES	Governo
FCO Empresarial BRB	Financiamento Reembolsável	Produto	Negócios	Financiamento	Intermediário	BRB	Governo
Proger Urbano	Financiamento Reembolsável	Produto	Negócios	Financiamento	Intermediário	BB	Governo
Apoio Direto à Inovação	Financiamento Reembolsável	Programa	Ciência e Tecnologia	Financiamento	Intermediário	FINEP	Governo
BNDES Mais Inovação - Investimento em inovação	Financiamento Reembolsável	Programa	Ciência e Tecnologia	Financiamento	Intermediário	BNDES	Governo
Prospera	Financiamento Reembolsável	Programa	Negócios	Financiamento	Intermediário	SEDET/DF	Governo
PRONAMPE	Financiamento Reembolsável	Programa	Negócios	Financiamento	Intermediário	BB	Governo

Pesquisas do Centro Integrado de Pesquisa em Inteligência Artificial	Informação e Conhecimento	Pesquisa	Ciência e Tecnologia	Conhecimento	Intermediário	UnB	Academia
Estudo sobre o Ecossistema de Inovação do DF e RIDE	Informação e Conhecimento	Pesquisa	Ciência e Tecnologia	Conhecimento	Intermediário	FAP/SECTI/ GDF	Governo
Panorama da Economia Criativa do Distrito Federal	Informação e Conhecimento	Pesquisa	Economia	Conhecimento	Intermediário	UCB	Academia
Inovalink	Informação e Conhecimento	Pesquisa	Negócios	Conhecimento	Baixo	MCTI	Governo
Complexo de Exportação e Logística do Distrito Federal	Infraestrutura	Legislação	Economia	Financiamento	Intermediário	CLDF	Governo
Programa Nacional de Apoio aos Ambientes de Inovação	Infraestrutura	Programa	Ciência e Tecnologia	Financiamento	Intermediário	MCTI	Governo
Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo do Distrito Federal	Infraestrutura	Programa	Economia		Intermediário	SEDET/DF	Governo
Reforma Urbana do Setor Comercial Sul	Infraestrutura	Projeto	Urbanismo	Regulação	Elevado	SO/GDF	Governo
DF Inovador	Inovação e Criatividade	Programa	Ciência e Tecnologia	Formação e Capacitação	Intermediário	FAP/SECTI/ GDF	Governo
Programa Territórios Criativos	Inovação e Criatividade	Programa	Cultura	Formação e Capacitação	Intermediário	SECEC/GDF	Governo
Start Up Indústria	Inovação e Criatividade	Programa	Negócios	Conhecimento	Baixo	ABDI	Governo
Programa Centelha	Inovação e Criatividade	Programa	Negócios	Financiamento	Baixo	FINEP	Governo
Espaço Finep	Inovação e Criatividade	Programa	Negócios	Formação e Capacitação	Baixo	FINEP	Governo
Start BSB	Inovação e Criatividade	Programa	Negócios	Formação e Capacitação	Elevado	FAP/SECTI/ GDF	Governo
Programa Multincubadora de Empresas	Inovação e Criatividade	Programa	Negócios	Formação e Capacitação	Intermediário	CDT/UnB	Academia

Programa Incubação de Empresas Programas do Hub da Indústria do Distrito Federal	Inovação e Criatividade	Programa	Negócios	Formação e Capacitação	Intermediário	FIBRA	Empresariado
Finep Startup	Inovação e Criatividade	Programa	Negócios	Formação e Capacitação	Intermediário	FINEP	Governo
Programa Inovativa	Inovação e Criatividade	Programa	Negócios	Formação e Capacitação	Intermediário	MDIC	Governo
Sebrae Start Ups	Inovação e Criatividade	Programa	Negócios	Formação e Capacitação	Intermediário	SEBRAE	Sociedade Civil
Sebraetec Negócios Inovadores	Inovação e Criatividade	Programa	Negócios	Formação e Capacitação	Intermediário	SEBRAE	Sociedade Civil
Implantação do Centro Integrado de Inteligência Artificial	Inovação e Criatividade	Projeto	Negócios	Infraestrutura	Intermediário	SECTI/GDF	Governo
Setor Carnavalesco Sul	Inovação e Criatividade	Projeto	Cultura	Cooperação e Comercialização	Intermediário	Instituto No Setor	Sociedade Civil
Brasília Game Hub	Inovação e Criatividade	Projeto	Negócios	Formação e Capacitação	Elevado	SECTI/GDF	Governo
Lei da Inovação Tecnológica	Instituições e Marcos Normativos	Legislação	Ciência e Tecnologia	Financiamento	Intermediário	MCTI	Governo
Sistema Distrital de Ambientes de Inovação	Instituições e Marcos Normativos	Legislação	Ciência e Tecnologia	Regulação	Elevado	CLDF	Governo
Política Distrital de Ciência Tecnologia e Inovação	Instituições e Marcos Normativos	Legislação	Ciência e Tecnologia	Regulação	Elevado	CLDF	Governo
Lei Distrital de Inovação	Instituições e Marcos Normativos	Legislação	Ciência e Tecnologia	Regulação	Elevado	CLDF	Governo
Lei de Inovação	Instituições e Marcos Normativos	Legislação	Ciência e Tecnologia	Regulação	Intermediário	Congresso Nacional	Governo
Política Nacional de Inovação	Instituições e Marcos Normativos	Legislação	Ciência e Tecnologia	Regulação	Intermediário	Congresso Nacional	Governo
Política Distrital de Incentivo à Economia Criativa	Instituições e Marcos Normativos	Legislação	Economia	Financiamento	Elevado	CLDF	Governo
Zona Franca do Distrito Federal e Entorno	Instituições e Marcos Normativos	Legislação	Economia	Financiamento	Elevado	Congresso Nacional	Governo

Estratégia Nacional da Economia de Impacto	Instituições e Marcos Normativos	Legislação	Economia	Regulação	Intermediário	MDIC	Governo
Diretrizes para Polos de Economia Sustentável e Criativa do Distrito Federal	Instituições e Marcos Normativos	Legislação	Economia	Regulação	Intermediário	CLDF	Governo
MNarco Legal da Indústria de Jogos Eletrônicos	Instituições e Marcos Normativos	Legislação	Economia	Regulação	Intermediário	Congresso Nacional	Governo
Política Distrital de Desenvolvimento Local de Startups	Instituições e Marcos Normativos	Legislação	Negócios	Regulação	Elevado	CLDF	Governo
Marco Legal das Startups e do Empreendedorismo Inovador	Instituições e Marcos Normativos	Legislação	Negócios	Regulação	Intermediário	Congresso Nacional	Governo
Lei do Silêncio	Instituições e Marcos Normativos	Legislação	Urbanismo	Regulação	Intermediário	CLDF	Governo
Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal	Instituições e Marcos Normativos	Legislação	Urbanismo	Regulação	Intermediário	SEDUH/GDF	Governo
Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília	Instituições e Marcos Normativos	Legislação	Urbanismo	Regulação	Intermediário	SEDUH/GDF	Governo
Nova Indústria Brasil	Instituições e Marcos Normativos	Programa	Economia	Financiamento	Intermediário	MDIC	Governo
Ecossistema Local de Inovação	Integração e Cooperação	Programa	Economia	Formação e Capacitaçã o	Elevado	RAE	Sociedade Civil
Capital Empreendedor	Integração e Cooperação	P rograma	Negócios	Financiamento	Intermediário	RAE	Sociedade Civil
Brasília Cidade Criativa	Integração e Cooperação	Programa	Urbanismo	Cooperação e Comercialização	Intermediário	SETUR/GDF	Governo
Mobilização Empresarial pela Inovação	Integração e Cooperação	Projeto	Negócios	Conhecimento	Baixo	CNI	Empresariado
Start Up Brasília 2030	Integração e Cooperação	Projeto	Negócios	Cooperação e Comercialização	Intermediário	Brasil Start Ups	Sociedade Civil
Brasília Game Festival	Mercados e Públicos	Eventos	Ciência e Tecnologia	Cooperação e Comercialização	Intermediário	SECTI/GDF	Governo

Campus Party Brasília	Mercados Públicos	Eventos	Ciência e Tecnologia	Cooperação e Comercialização	Intermediário	Instituto Campus Party	Sociedade Civil
Mercado das Indústrias Criativas do Brasil	Mercados Públicos	Eventos	Cultura	Cooperação e Comercialização	Intermediário	MinC	Governo
Feira do Empreendedor	Mercados Públicos	Eventos	Negócios	Cooperação e Comercialização	Baixo	SEBRAE	Sociedade Civil
Conexão Cultura DF	Mercados Públicos	Programa	Cultura	Financiamento	Intermediário	SECEC/GDF	Governo
Revista Traços	Mercados Públicos	Projeto	Social	Cooperação e Comercialização	Elevado	Associação Traços	Sociedade Civil
Programa Qualificação Profissional e Frente de Trabalho	Recursos Humanos e Formação	Programa	Social	Formação e Capacitação	Baixo	SEDET/DF	Governo
Enfrente	Recursos Humanos e Formação	Programa	Social	Formação e Capacitação	Baixo	SENAC/DF	Sociedade Civil
Brasil.IA	Recursos Humanos e Formação	Projeto	Ciência e Tecnologia	Formação e Capacitação	Elevado	SECTI/GDF	Governo
High Tech Course	Recursos Humanos e Formação	Projeto	Ciência e Tecnologia	Formação e Capacitação	Intermediário	SECTI/GDF	Governo
Renova Tech	Recursos Humanos e Formação	Projeto	Ciência e Tecnologia	Formação e Capacitação	Intermediário	SECTI/GDF	Governo
DF Inova Tech	Recursos Humanos e Formação	Projeto	Negócios	Formação e Capacitação	Intermediário	SECTI/GDF	Governo
Gamifica DF	Recursos Humanos e Formação	Projeto	Negócios	Formação e Capacitação	Intermediário	SECTI/GDF	Governo
Setor de Capacitação Social	Recursos Humanos e Formação	Projeto	Social	Formação e Capacitação	Intermediário	Instituto No Setor	Sociedade Civil

3. Equipamentos de Apoio ao Empreendedorismo e Inovação

Equipamentos	Tipologia Harmonizada	Segmento	Natureza	Localização no Sistema	Entidade Promotora
VOADF	Aceleradora	Sociedade Civil	Digital	Transversal	ABIPTI
Cotidiano Aceleradora	Aceleradora	Empresariado	Físico	Externo	Cotidiano
Impact Hub Brasília	Aceleradora	Empresariado	Físico	Externo	Impact Hub
Corp Aceleradora	Aceleradora	Empresariado	Físico	Externo	CORP ACELERADORA LTDA
TXM Methods	Aceleradora	Empresariado	Físico	Externo	Txm Methods LTDA
Start BSB	Aceleradora	Governo	Digital	Transversal	FAP/SECTI/ GDF
InovAtiva Brasil	Aceleradora	Governo	Digital	Transversal	MDIC
InovAtiva Impacto	Aceleradora	Governo	Digital	Transversal	MDIC
Plataforma BEM-TE-VI	Centro de Inovação	Academia	Digital	Transversal	UnB
Núcleo de Inovação do Distrito Federal	Centro de Inovação	Governo	Físico	Externo	SEE/GDF
Hub da Indústria do Distrito Federal	Centro de Inovação	Empresariado	Digital	Transversal	FIBRA
Laboratório de Inovação em Varejo	Centro de Inovação	Empresariado	Físico	Externo	Faculdade SENAC-DF
Parque de Inovação e Sustentabilidade do Ambiente Construído	Centro de Inovação	Academia	Físico	Externo	UnB
Espaço de Inovação	Centro de Inovação	Governo	Físico	Interno	SECTI/GDF
Gnova Lab	Centro de Inovação	Governo	Físico	Externo	Enap
Centro Integrado de Inteligência Artificial	Centro de Inovação	Governo	Físico	Externo	SECTI/GDF
Laboratório de Inteligência Artificial	Centro de Inovação	Academia	Físico	Externo	Faculdade SENAC-DF
Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico	Centro de Inovação	Academia	Físico	Externo	UnB

Centro de Biotecnologia Molecular	Centro de Inovação	Academia	Físico	Externo	UnB
Centro Integrado de Pesquisa em Inteligência Artificial	Centro de Inovação	Academia	Físico	Externo	UnB
Computer Networks Lab	Centro de Inovação	Academia	Físico	Externo	UnB
Laboratório de Ensaios de Equipamentos e Sistemas Eletromédicos	Centro de Inovação	Academia	Físico	Externo	UnB
Laboratório de Imagens Sinais e Acústica	Centro de Inovação	Academia	Físico	Externo	UnB
BR Offices (Asa Sul)	Espaço de Coworking	Empresariado	Físico	Externo	BROFFICES SERVICOS DE ESCRITORIO LTDA.
The Brain Victoria Coworking	Espaço de Coworking	Empresariado	Físico	Externo	4work Escritórios Inteligentes
Eixo Coworking	Espaço de Coworking	Empresariado	Físico	Externo	VL LOCACOES COLABORATIVAS LTDA
Yolo Coworking	Espaço de Coworking	Empresariado	Físico	Externo	Yolo Colab Co Space Bsb LTDA
Sebrae Lab	Espaço de Coworking	Sociedade Civil	Físico	Externo	SEBRAE
ProOffices	Espaço de Coworking	Empresariado	Físico	Interno	ProOffice Escritórios Inteligentes
Concept Offices (Asa Sul / Sala FUNN)	Espaço de Coworking	Empresariado	Físico	Externo	Concept Office Escritórios Ltda.
Coworking Smart (Asa Sul)	Espaço de Coworking	Empresariado	Físico	Externo	Smart Escritórios Inteligentes LTDA
On Business Office	Espaço de Coworking	Empresariado	Físico	Externo	Business Office LTDA
BR Offices (Asa Norte)	Espaço de Coworking	Empresariado	Físico	Externo	BROFFICES SERVICOS DE ESCRITORIO LTDA.
Brasília Game Hub	Espaço de Coworking	Governo	Físico	Externo	SECTI/GDF
Coworking Smart (Asa Norte)	Espaço de Coworking	Empresariado	Físico	Externo	Smart Escritórios Inteligentes LTDA
Akzo	Espaço de Coworking	Empresariado	Físico	Externo	Akzo Coworking
OPTADESK Coworking	Espaço de Coworking	Empresariado	Físico	Externo	Optadesk Administracao de Coworking

Espaço 365	Espaço de Coworking	Empresariado	Físico	Externo	Espaço 365 Ltda
Arcoworking	Espaço de Coworking	Empresariado	Físico	Externo	Arcoworking Servicos de Escritórios LTDA
Impact Hub Brasília	Espaço de Coworking	Empresariado	Físico	Externo	Impact Hub
Manifesto Coworking	Espaço de Coworking	Empresariado	Físico	Externo	Manifesto Coworking
Espaço Multiplicidade	Espaço de Coworking	Empresariado	Físico	Externo	Instituto Multiplicidades
Hangar 5	Espaço de Coworking	Empresariado	Físico	Externo	COWORKING HANGAR 5
Cowmeia	Espaço de Coworking	Empresariado	Físico	Externo	Cowmeia Coworking
Blocks Coworking	Espaço de Coworking	Empresariado	Físico	Externo	Blocks Coworking & Offices
Pagmin.Work	Espaço de Coworking	Empresariado	Físico	Externo	Pagmin.work Escritórios Colaborativos LTDA
Coworkee	Espaço de Coworking	Empresariado	Físico	Externo	Coworkee & Storagee
Dobo Coworking	Espaço de Coworking	Empresariado	Físico	Externo	Lake Side Coliving Ltda
Espaço Maker MeViro	Espaço Maker	Sociedade Civil	Físico	Externo	Instituto Me Viro
Thomas Maker	Espaço Maker	Sociedade Civil	Físico	Externo	Casa Thomas Jefferson
Lab IFMaker CBRA	Espaço Maker	Academia	Físico	Externo	IFB
Laboratório Aberto de Brasília	Espaço Maker	Academia	Físico	Externo	UnB
Laboratório Colaborativo de Ideias	Espaço Maker	Academia	Físico	Externo	UCB
IFMaker Recanto das Emas	Espaço Maker	Academia	Físico	Externo	IFB
Sesi Lab Laboratório Maker e Biomaker	Espaço Maker	Empresariado	Físico	Externo	SESI
Fab Lab 3D	Espaço Maker	Empresariado	Físico	Externo	FAB LAB 3D FABRICAÇÃO LTDA
Incubadora Igualando Oportunidades	Incubadora	Sociedade Civil	Digital	Transversal	Instituto Multiplicidades
Incubadora Empresas SENAC-DF	Incubadora	Academia	Físico	Externo	Faculdade SENAC-DF

Start BSB	Incubadora	Governo	Digital	Transversal	FAP/SECTI/GDF
Incubadora de Base Social	Incubadora	Academia	Físico	Externo	CDT/UnB
Incubadora de Base Tecnológica	Incubadora	Academia	Físico	Externo	CDT/UnB
Startup Católica	Incubadora	Academia	Físico	Externo	UCB
Parque Tecnológico de Brasília (BioTIC)	Parque Científico	Governo	Físico	Externo	Terracap
Parque Científico Tecnológico	Parque Científico	Academia	Físico	Externo	UnB
Polo Criativo Tecnológico do SCS	Polo Tecnológico	Governo	Físico	Interno	FAP/SECTI/GDF
Brasília Game Hub	Polo Tecnológico	Governo	Físico	Externo	SECTI/GDF
Start BSB	Pré-incubadora	Governo	Digital	Transversal	FAP/SECTI/GDF
AgroHach Ideias	Pré-incubadora	Sociedade Civil	Físico	Externo	Instituto Multiplicidades
Incubadora de Base Social	Pré-incubadora	Academia	Físico	Externo	CDT/UnB
Incubadora de Base Tecnológica	Pré-incubadora	Academia	Físico	Externo	CDT/UnB
Cocreation Lab DF	Pré-incubadora	Sociedade Civil	Físico	Externo	Finatec
Hackacity Guará	Pré-incubadora	Sociedade Civil	Físico	Externo	Instituto Multiplicidades

Apêndice B

Políticas e Programas de Apoio ao Empreendedorismo e Inovação com Elevado Grau de Integração Atribuído

A interpretação dos dados empreendida a partir das informações coletadas propiciou a identificação de políticas e programas de apoio ao empreendedorismo e inovação que compõem uma ecologia de iniciativas estratégicas para a estruturação do Polo Criativo Tecnológico do Setor Comercial Sul. Dessa forma, considerando as iniciativas formalmente propostas ou em vigor, apresenta-se a seguir um catálogo de políticas e programas selecionados que, devido à relevância atribuída para o desenvolvimento de negócios e a dinamização de circuitos de bens e serviços criativos, foram compreendidas como importante objeto de promoção e integração no âmbito da estruturação do ecossistema criativo. Além dos indexadores referenciados anteriormente, o presente catálogo circunscreve ainda elementos que ajudam na caracterização da política ou programa, como uma breve descrição da iniciativa, detalhamento do seu público-alvo e o referenciamento dos instrumentos relativos à sua aplicação. Sendo os esclarecimentos necessários, seguem as políticas e programas considerados estratégicos no contexto do estudo-diagnóstico em tela.

Título da Iniciativa	Lei Distrital de Inovação
Breve Descrição	Em complementação à Lei de Inovação na esfera federal (LEI Nº 10.973, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004), a Lei Distrital de Inovação estabelece medidas de estímulo ao desenvolvimento da pesquisa cientifica e tecnológica e à inovação no ambiente produtivo do Distrito Federal, no âmbito da Política Distrital de Ciência, Tecnologia e Inovação (Inova Brasília) e do Sistema Distrital de Ciência, Tecnologia e Inovação (SDCTI), instituídos pelo DECRETO Nº 38.126, DE 11 DE ABRIL DE 2017. A Lei Distrital de Inovação prevê que o Distrito Federal, as respectivas agências de fomento e desenvolvimento e as instituições científicas, tecnológicas e de inovação localizadas no Distrito Federal (ICT-DF) podem apoiar a criação, a implantação e a consolidação de ambientes promotores da inovação, incluídos parques e polos tecnológicos e incubadoras e aceleradoras de empresas, como forma de incentivar o desenvolvimento tecnológico, o aumento da competitividade e a interação entre as empresas e as ICT-DF. Outro dispositivo importante da Lei em tela refere-se à previsão de instrumentos de estímulo à inovação nas empresas – podendo ser estendidos a ações que visem criação, implantação e consolidação de incubadoras de empresas, de parques e polos tecnológicos e de demais ambientes promotores da inovação –, tais como: I - subvenção econômica; II - financiamento; III - participação societária; IV - bônus tecnológico; V - encomenda tecnológica; VI - incentivos fiscais; VII - concessão de bolsas; VIII - uso do poder de compra do Estado; IX - fundos de investimentos; X - fundos de participação; XI - títulos financeiros, incentivados ou não; e XII - investimento em pesquisa e desenvolvimento em contratos de concessão de serviços públicos ou em regulações setoriais. Por fim, cabe destacar que a Lei Distrital de Inovação prevê um importante papel a ser desempenhado pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal no estímulo ao processo de inovação, estabelecendo diferentes medidas importantes neste sentido, como a possibilidade da Fundação de participar de fundos públicos ou privados e do capital de empresa privada e de entidade fomentar a cooperação entre empresas visando ao desenvolvimento de produtos e processos inovadores e estimular a criação, a implantação e a consolidação de parques tecnológicos.

Justificativa	Constituindo um relevante marco normativo para o estímulo à inovação no Distrito Federal, a Lei em tela estabelece importantes medidas tanto para empresas inovadoras, quanto para a criação de ambientes promotores de inovação, ambas dinâmicas estratégicas para estruturação de um polo criativo tecnológico local. Ao prever um amplo conjunto de instrumentos de estímulo à inovação e fortalecer o de instituições científicas, tecnológicas e de inovação e entidades de apoio ao desenvolvimento tecnológico e à inovação, a Lei contribui para a constituição de um ordenamento jurídico amplo aos processos de apoio ao empreendedorismo e inovação, que oportunizam o desenvolvimento de mecanismos de políticas públicas que contribuem para a qualificação do ambiente de negócios para empreendimentos criativos e tecnológicos, bem como para o desenvolvimento de processos de colaboração entre essas empresas e os demais atores necessários ao desenvolvimento de um ecossistema de inovação no Distrito Federal.
Tipologia Harmonizada	Instituições e Marcos Normativos
Natureza da Iniciativa	Legislação
Agenda de Incidência	Ciência e Tecnologia
Tipo de Intervenção	Regulação
Público-Alvo	Empresas de base tecnológica, instituições científicas, tecnológicas e de inovação localizadas no Distrito Federal, entidades de apoio ao desenvolvimento tecnológico e à inovação e entidades gestoras de ambientes promotores da inovação.
Temporalidade	A Lei em tela entrou em vigor em 04 de maio de 2018, não havendo até o momento de elaboração deste relatório revogação expressa
Entidade Promotora	Câmara Legislativa do Distrito Federal (https://www.cl.df.gov.br/)
Entidades Associadas	Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (https://www.fap.df.gov.br/) Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Distrito Federal (https://www.secti.df.gov.br/)
Link de Referência	https://www.sinj.df.gov.br/sinj/DetalhesDeNorma.aspx?id_norma=9949d81d0a6e44e190494f3f999610de
Instrumento de Implementação	LEI Nº 6.140, DE 03 DE MAIO DE 2018
Observações Complementares	Na tipologia empreendida pela referida Lei, também referenciada na norma que cria a Política Distritalde Ciência, Tecnologia e Inovação (LEI Nº 6.620, DE 10 DE JUNHO DE 2020) e na que institui o Sistema Distrital de Ambientes de Inovação (LEI Nº 7.471, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2024), polos tecnológicos são compreendidos como um ambiente industrial e tecnológico caracterizado pela presença dominante de microempresas e pequenas e médias empresas com áreas correlatas de atuação em determinado espaço geográfico, com vínculos operacionais com as Instituições Científicas e Tecnológicas do Distrito Federal - ICT - DF, recursos humanos, laboratórios e equipamentos organizados e com predisposição ao intercâmbio entre os entes envolvidos para consolidação, marketing e comercialização de novas tecnologias.

Título da Iniciativa	**Política Distrital de Ciência, Tecnologia e Inovação**
Breve Descrição	A Lei dispõe sobre mecanismos, medidas e projetos para estímulo ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à qualificação científica e tecnológica, à inovação e à economia criativa no Distrito Federal, cria a Política Distrital de Ciência, Tecnologia e Inovação, estabelece diretrizes ao Plano Diretor de Ciência, Tecnologia e Inovação da Cidade Humana, Inteligente, Sustentável e Criativa. A norma recompõe dois mecanismos centrais inicialmente instituídos pelo DECRETO Nº 38.126, DE 11 DE ABRIL DE 2017, a saber: (i) o Sistema Distrital de Ciência, Tecnologia e Inovação, que destaca dentre suas finalidades viabilizar a articulação estratégica das atividades dos diversos organismos públicos e privados que atuem, direta ou indiretamente, no desenvolvimento de inovação, inclusive com destaque à integração da indústria criativa no Sistema e aos habitats de inovação instalados no Distrito Federal enquanto beneficiários dos dispositivos previstos; e (ii) a Política Distrital de Ciência, Tecnologia e Inovação, enquanto instrumento destinado a orientar as atividades dos diversos agentes que compõem o Sistema Distrital de Ciência, Tecnologia e Inovação, objetivando tanto aprimorar e integrar o poder público distrital, as instituições de ensino e pesquisa e as empresas inovadoras estabelecidas no Distrito Federa, como desenvolver mecanismos de coordenação e interação dos agentes ligados ao Sistema Distrital de Ciência, Tecnologia e Inovação, além de destacar o apoio econômico, financeiro e institucional à criação e à adequação de infraestrutura de apoio a empreendimentos inovadores. Além de integrar atividades criativas nos instrumentos e finalidades de estímulo à inovação nas empresas, previstos na Lei Distrital de Inovação (LEI Nº 6.140, DE 03 DE MAIO DE 2018), a norma ainda evidencia o papel estratégico das compras públicas de soluções inovadoras pelo Governo do Distrito Federal, dispondo que o Distrito Federal pode contratar diretamente instituições e empresas visando à realização de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação que envolva riscos tecnológicos, para solução de problema técnico específico ou obtenção de produto, serviço ou processo inovador ou criativo, com tratamento o tratamento diferenciado e simplificado às microempresas, empresas, microempreendedores individuais e startups.

Justificativa	O elevado grau atribuído à norma em tela é sustentado por duas questões centrais. A primeira consiste na articulação que promove das atividades, agentes e bens da economia criativa à agenda política de fomento à ciência, tecnologia e inovação, sendo elemento fundamental para estruturação do Polo Criativo Tecnológico do qual tratamos no presente relatório, particularmente ao observarmos que a Lei destaca e incorpora o que denomina de 'habitats de inovação' no âmbito do Sistema Distrital de Ciência, Tecnologia e Inovação. A segunda questão central, por sua vez, consiste em trazer centralidade aos processos de integração dos mecanismos de fomento e instâncias de governança, oferecendo um relevante marco institucional para endereçar a forte desintegração de iniciativas e atores reiteradamente indicada por interlocutores por meio dos instrumentos de coleta mobilizados. Por fim, mais ainda digno de destaque, a Lei evidencia o papel estratégico das compras públicas, localizando o Governo do Distrito Federal como importante consumidor de soluções inovadoras e criativas, oportunizando particularmente as desenvolvidas por micro e pequenos empreendimentos dos setores criativos e tecnológicos.
Tipologia Harmonizada	Instituições e Marcos Normativos
Natureza da Iniciativa	Legislação
Agenda de Incidência	Ciência e Tecnologia
Tipo de Intervenção	Regulação
Público-Alvo	Empresas de base tecnológica, instituições científicas, tecnológicas e de inovação, instituições de ensino superior, agências de fomento ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação no Distrito Federal e entidades gestoras de ambientes promotores da inovação.
Temporalidade	A Lei em tela entrou em vigor em 15 de junho de 2020, não havendo até o momento de elaboração deste relatório revogação expressa.
Entidade Promotora	Câmara Legislativa do Distrito Federal (https://www.cl.df.gov.br/)
Link de Referência	https://www.sinj.df.gov.br/sinj/DetalhesDeNorma.aspx?id_norma=2f476c9919c0485aa7e2373dac2977de
Instrumento de Implementação	LEI Nº 6.620, DE 10 DE JUNHO DE 2020
Observações Complementares	Na conceituação operada pela referida Lei, três destaques podem ser realizados, sendo os que seguem: (i) os 'Habitats de Inovação', localizados enquanto ambientes físicosou virtuais de incentivo à ciência, à tecnologia, à inovação e ao empreendedorismo, incluindo incubadoras de empresas, aceleradoras de negócios, clusters, arranjosprodutivos locais, parques e polos científicos, tecnológicos e de inovação; (ii) as 'Cidades Humanas, Inteligentes, Sustentáveis e Criativas' são compreendidas como aquelas quebuscam traçar seu desenvolvimento direcionado à qualidade de vida e ao empoderamento do cidadão, por meio da colaboração entre poder público, sociedade civil e instituições de ensino, buscando promover a criatividade local e a utilização detecnologias avançadas, gerando e gerenciando dados, de modo a permitir gestão pública mais eficiente, eficaz e efetiva em seus processos e otimização de recursos naturais e financeiros, além de desenvolver seus projetos e políticas públicas de modo integrado,transparente e sustentável, visando culminar em ações relevante para a população; e (iii) a 'Economia Criativa', por sua vez, é localizada como o conjunto de negócios baseados no capital intelectual que gera valor econômico, abrangendo os ciclos de criação, produção e distribuição de bens e serviços que usam criatividade e cultura como insumos primários.

Título da Iniciativa	Sistema Distrital de Ambientes de Inovação
Breve Descrição	Institui o Sistema Distrital de Ambientes de Inovação (SDAI), no âmbito do Sistema Distrital de Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei nº 6.140/2018, art. 1º), compreendendo quatro instâncias, a saber: I - o Sistema Distrital de Parques e Polos Tecnológicos (SDTec); II - a Rede Distrital de Incubadoras de Empresas (RDITec); III - a Rede Distrital de Centros de Inovação Tecnológica (RDCITec); e IV - a Rede Distrital de Núcleos de Inovação Tecnológica (RDNITec). No âmbito específico do Sistema de Parques e Polos Tecnológicos, são estabelecidos como objetivos: I - estimular, no Distrito Federal, o surgimento, o desenvolvimento, a competitividade e o aumento da produtividade de empresas cujas atividades estejam fundadas no conhecimento, na tecnologia e na inovação; II - incentivar a interação entre instituições de pesquisa, universidades e empresas, capital de oportunidade e investidores, com vista ao desenvolvimento de atividades intensivas em conhecimento e inovação tecnológica; III - apoiar as atividades de pesquisa, desenvolvimento e engenharia não rotineira no âmbito distrital; e IV - propiciar o desenvolvimento do Distrito Federal, por meio da atração de investimentos em atividades intensivas em conhecimento e inovação tecnológica. A norma ainda estabelece que os parques e polos tecnológicos integrantes do referido Sistema podem abrigar os seguintes tipos de entes: I - entidades de apoio, como unidades de ensino e pesquisa, Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs), Agências de Inovação e Competitividade, laboratórios de ensaios, testes e serviços tecnológicos e organismos de certificação; II - incubadoras, centros de incubação e pós-incubação de empresas, incubação cruzada com incubadoras e parques tecnológicos nacionais e internacionais; III - empresas e organizações, nacionais ou internacionais, centros e condomínios empresariais com vocação tecnológica e integrados ao plano estratégico do distrito de inovação, parque ou polo tecnológico; IV - empresas graduadas nas incubadoras e/ou pós incubadas sediadas em sistemas de inovação, parques ou polos tecnológicos ou integrantes da RDITec; V - microempresas e empresas de pequeno porte, que mantenham convênios e/ou contratos de pesquisa, desenvolvimento e inovação com instituições de ensino e pesquisa instaladas em sistemas de inovação, parques e polos tecnológicos integrantes do SDTec; VI - centros de pesquisa, desenvolvimento e inovação, laboratórios de desenvolvimento ou órgãos de intercâmbio com instituições de ensino e pesquisa; VII - órgãos e entidades governamentais diretamente envolvidos em políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação, unidades de agências de fomento e entidades associativas especializadas; e VIII - outras entidades integrantes dos sistemas nacional, regional e local de inovação.
Justificativa	Ao instituir o Sistema Distrital de Ambientes de Inovação, a norma estabelece um referencial terminológico e institucional relevante para os ambientes de inovação locais, inclusive no âmbito de polos tecnológicos, estruturando inclusive critérios de composição e adesão para credenciá-los a integrar o Sistema Distrital de Parques e Polos Tecnológicos que referencia. A institucionalização do Polo Criativo Tecnológico em tela consiste obviamente em um processo fundamental para a própria estruturação do polo, mas também para poder constituir em objeto de políticas integradas, a partir da articulação de distintos mecanismos do Governo do Distrito Federal. Dessa forma, cabe ponderar a previsão existente nos seus artigos 6º e 7º que referenciam o conjunto de requisitos para o credenciamento provisório e definitivo de empreendimentos no âmbito do SDTec, o que pode eventualmente constituir marcos relevantes para priorização do processo de criação do Polo Criativo Tecnológico.
Tipologia Harmonizada	Instituições e Marcos Normativos
Natureza da Iniciativa	Legislação
Agenda de Incidência	Ciência e Tecnologia
Tipo de Intervenção	Regulação
Público-Alvo	Entidades gestoras de ambientes de inovação, nomeadamente parques tecnológicos, polos tecnológicos, incubadoras de empresas, centros de inovação tecnológica e núcleos de inovação tecnológica.
Temporalidade	A Lei em tela entrou em vigor em 04 de março de 2024, não havendo até o momento de elaboração deste relatório revogação expressa.
Entidade Promotora	Câmara Legislativa do Distrito Federal (https://www.cl.df.gov.br/)
Entidades Associadas	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Distrito Federal (https://www.secti.df.gov.br/)
Link de Referência	https://www.sinj.df.gov.br/sinj/DetalhesDeNorma.aspx?id_norma=5f693a5791ae488fae865be2ea7cf7e9
Instrumento de Implementação	LEI Nº 7.471, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2024

Observações Complementares	A norma estabelece que o credenciamento provisório no SDTec pelo órgão competente de políticas públicas de Ciência, Tecnologia e Inovação requer que o empreendimento: I - já disponham de um Centro de Inovação Tecnológica integrante da Rede Distrital de Centros de Inovação Tecnológica - RDCITec, em funcionamento, e uma incubadora de empresas credenciada na Rede Distrital de Incubadoras de Empresas - RDITec, em funcionamento; e II - cumpram os seguintes requisitos, de apresentação de requerimento, pela entidade gestora, no qual conste justificativa do pleito e caracterização detalhada do empreendimento, documento manifestando apoio à implantação do parque tecnológico subscrito por empresas locais, bem como por centros de pesquisa e instituições de ensino e pesquisa, projeto básico do empreendimento, contendo esboço do projeto urbanístico e arquitetônico e estudos preliminares de viabilidade econômico-financeira, técnico-científica e de sustentabilidade ambiental. Enquanto requisitos para o credenciamento definitivo de um Polo Tecnológico no referido Sistema, por sua vez, são requisitos estabelecidos pela norma: I - a existência de pessoa jurídica sem fins lucrativos encarregada da gestão do polo tecnológico, que será a gestora e de uma incubadora de empresas, integrante da RDITec e em funcionamento, que deve integrar o polo tecnológico; II - a apresentação de requerimento, pela entidade gestora, no qual conste justificativa do pleito e caracterização detalhada do empreendimento e do ato constitutivo da entidade gestora, que demonstre tratar-se de entidade privada sem fins lucrativos ou de entidade do setor público da Administração Indireta e Fundacional, ter objetivos compatíveis com os arrolados pelo SDTec, existir órgão colegiado superior responsável pela direção técnico-científica, existir órgão técnico com a atribuição de zelar pelo cumprimento do objeto social da entidade r ter modelo de gestão adequado à realização de seus objetivos; e III - a comprovação de que a gestora possui capacidade técnica e idoneidade financeira para gerir o polo tecnológico; e IV - a comprovação da viabilidade técnica do empreendimento, mediante a juntada de projeto urbanístico-imobiliário básico de ocupação da área, projeto de ciência, tecnologia e inovação do qual constem as áreas de atuação inicial e os serviços disponíveis e estudos de viabilidade econômica, financeira e ambiental do empreendimento.

Título da Iniciativa	**Programa Desafio DF**
Breve Descrição	Com o objetivo geral de fomentar soluções destinadas ao estudo da viabilidade de políticas públicas voltadas a órgão ou entidade integrante da Administração Pública do Distrito Federal, o Programa é implementado por meio da realização de Chamadas específicas a fim de selecionar projetos de desenvolvimento e inovação que se destinem ao estudo da viabilidade de políticas públicas do órgão requerente ou à entidade requerente, que tenham como desenvolvimento e objeto impactos diretos para a política pública do Distrito Federal e/ou na Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal (RIDE-DF). Dentre seus objetivos específicos, indica-se: I - Atender demandas de pesquisa de órgãos ou entidades do Distrito Federal e órgãos federais com sede no Distrito Federal em relação à análise de políticas públicas em prospecção, com impacto direto no Distrito Federal; II - Promover Chamadas específicas para estudos da viabilidade de políticas públicas destinadas a órgãos; entidades do Distrito Federal e órgãos federais com sede no Distrito Federal; III - fomentar projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação submetidos por pesquisadores vinculados a instituições de ciência, tecnologia e inovação ou organizações da sociedade civil; IV - fomentar a participação de startups, ICTs, empresas inovadoras e OSCs, ampliando o escopo parainovação aberta; V - atender demandas que prevejam a possibilidade de transferência dos resultados das pesquisas para a Administração Pública, garantindo a aplicação prática dos estudos; e VI - Fomentar projetos que permitam promover a inovação aberta, possibilitando que os resultados das pesquisas subsidiem futuras Chamadas Públicas para aquisição de soluções inovadoras, como Chamadas Públicas para Soluções Inovadoras (CPSI), Encomendas Tecnológicas (ETEC), conforme previsto nas Leis nº 13.243/2016; Lei nº 14.133/2021 e Lei Complementar nº 182/2021. No exercício orçamentário de 2025, por meio do EDITAL FAPDF Nº 01/2025, será destinado o valor de R$ 9.800.000,00, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira da FAPDF.
Justificativa	O elevado grau de integração é inicialmente fundamentado pelo próprio projeto de estruturação do Polo Criativo Tecnológico do Setor Comercial Sul, demanda apresentada pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Distrito Federal, consubstanciada pela CHAMADA PÚBLICA FAPDF Nº 01/2024, vinculada ao Edital FAPDF Nº 01/2024, instruído no PROCESSO SEI Nº 00193-00001969/2024-27. Entretanto, cabe destacar a vinculação do referido Programa para além do contexto imediato de fomento ao projeto em tela, principalmente aos instrumentos de coleta do estudo-diagnóstico alertarem para um complexo conjunto de políticas públicas necessárias para gerar as condições físicas e institucionais necessárias à implementação do Polo, com destaque a políticas de revitalização urbana, mobilidade e acessibilidade, segurança pública e atendimento a grupos sociais em situação de vulnerabilidade. Dessa forma, considerando a necessidade de estabelecer-se a revitalização do Setor Comercial Sul como prioridade transversal às pastas que compõem o Governo do Distrito Federal, bem como a respectiva tradução dessa priorização na integração de diferentes instrumentos do poder público, o referido Programa pode induzir a recepção de demandas de outras Secretarias com foco nos diversos desafios da região, com destaque para as Secretarias de Cultura e Economia Criativa, de Turismo, de Obras e Infraestrutura, de Desenvolvimento Urbano e Habitação e de Desenvolvimento Social. Vale ainda salientar que outros programas da FAPDF também podem compor de maneira estratégica a estruturação do Polo Criativo Tecnológico, com destaque ao Programa FAPDF Learning, ao desenvolver e fomentar ecossistemas estratégicos a partir do apoio financeiro a projetos de pesquisa científica aplicada, tecnológica ou de inovação; não tendo sido destacado, entretanto, ao não constar edital em 2025, até o momento de produção do presente relatório.
Tipologia Harmonizada	Financiamento não-Reembolsável
Natureza da Iniciativa	Programa
Agenda de Incidência	Ciência e Tecnologia
Tipo de Intervenção	Financiamento

Público-Alvo	Órgãos e entidades pertencentes à Administração Pública Direta ou Indireta do Distrito Federal e órgãos federais com sede no Distrito Federal.
Temporalidade	Desde 2020, a Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal lança regularmente editais para implementação do Programa Desafio DF. Atualmente, encontra-se vigente até 31 de dezembro de 2025 o Edital Nº 01/2025, que seguirá fluxo contínuo ao longo de sua vigência, devendo as propostas serem submetidas até 30 de setembro de 2025.
Entidade Promotora	Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (https://www.fap.df.gov.br/)
Entidades Associadas	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Distrito Federal (https://www.secti.df.gov.br/)
Link de Referência	https://www.fap.df.gov.br/editais-fapdf-2025/; https://www.sinj.df.gov.br/sinj/DetalhesDeNorma.aspx?id norma=50f8e6fc7c1742ff97ea5466f8a1b6dc
Instrumento de Implementação	INSTRUÇÃO NORMATIVA FAPDF Nº 65, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017; PROCESSO SEI Nº 00193-00000071/2025-12; EDITAL FAPDF Nº 01/2025
Observações Complementares	Os órgãos interessados em acessar o Programa deverão encaminhar o Documento de Oficialização da Demanda, de acordo com o disposto na Resolução nº 04, de 09 de fevereiro de 2021, do Conselho Superior da FAPDF, que versa sobre requisitos e procedimentos para apresentação de demandas de órgãos e entidades do Governo no Distrito Federal à Fundação.

Título da Iniciativa	**Política Distrital de Desenvolvimento Local de Startups**
Breve Descrição	Dispondo sobre a política distrital de estímulo, incentivo e promoção ao desenvolvimento local de startups no Distrito Federal, a Lei em tela, a Lei estabelece dentre seus principais objetivos: I - convergir um ecossistema de inovação em rede de governo, empreendedores, investidores, aceleradoras e incubadoras, universidades, empresas, associações de classe e prestadores de serviço; II - propiciar segurança e apoio para as empresas em processo de formação; III - buscar instituir modelos de incentivo para investidores em startups; e IV - diminuir limitações regulatórias e burocráticas. De forma a alcançar seus objetivos, a norma destaca ainda a competência do Distrito Federal de adotar dentre as medidas de apoio às iniciativas públicas e privadas: I - criar programas e instituir projetos, planos e grupos técnicos, em articulação com a sociedade civil organizada, com oportunidade para empreendedores, investidores, desenvolvedores, designers, profissionais de marketing e entusiastas de se reunir para compartilhar, maturar e validar suas ideias, formar equipes e criar startups; II - abrir linhas de crédito e conceder incentivos fiscais; III - formar ambientes de negócios, de modo a consolidar as startups; e IV - realizar eventos de empreendedorismo prático para o fomento de ideias de inovação. Dentre outras previsões constantes da Lei, podemos ainda destacar: a criação de sistema de tratamento especial, com regime tributário diferenciado para startup em processo de constituição ou consolidação; a igualdade de condições de startups concorrerem em procedimentos licitatórios; e a realização de atividades extracurriculares voltadas para o contato com a inovação tecnológica na rede pública de ensino, por meio da Secretaria de Educação
Justificativa	Em interface com o projeto de estruturação do Polo Criativo Tecnológico, alguns destaques podem ser realizados perante as medidas e dispositivos previstos na Lei em tela. Considerando a reiterada desarticulação entre os atores e a fragmentação das ações desenvolvidas, cabe inicialmente ressaltar a relevância atribuída pela norma à integração de um ecossistema de inovação local, no desenvolvimento de uma rede composta por órgão públicos, empreendedores e empresas, investidores, organizações da sociedade civil, ambientes de inovação e instituições científicas, tecnológicas e de inovação. Outro destaque importante consiste em outra questão destacada pelos interlocutores mobilizados pelos instrumentos qualitativos operados, sendo a necessidade de qualificar o ambiente de negócios para startups locais, considerando medidas de desburocratização, implementação de um regime tributário especial e propiciarsegurança jurídica para esses empreendimentos. Enquanto mecanismos específicos de desenvolvimento da ecologia local de startups, a norma ainda destaca principalmente linhas de financiamento reembolsável e incentivos fiscais adequados, questão amplamente referenciada neste estudo-diagnóstico. Por fim, sendo elemento destacado também no âmbito da análise da LEI Nº 6.620, DE 10 DE JUNHO DE 2020, a presente política destaca a relevância de integração das startups aos processos licitatórios conduzidos pelo Governo do Distrito Federal, tais empreendimentos não podendo ser desqualificados por suas particularidades jurídicas ou institucionais.
Tipologia Harmonizada	Instituições e Marcos Normativos
Natureza da Iniciativa	Legislação
Agenda de Incidência	Negócios
Tipo de Intervenção	Regulação
Público-Alvo	Startups instaladas no Distrito Federal,

Temporalidade	A Lei em tela entrou em vigor em 9 de setembro de 2019, não havendo até o momento de elaboração deste relatório revogação expressa.
Entidade Promotora	Câmara Legislativa do Distrito Federal (https://www.cl.df.gov.br/)
Entidades Associadas	Secretaria de Educação do Distrito Federal (https://www.educacao.df.gov.br/)
Link de Referência	https://www.sinj.df.gov.br/sinj/DetalhesDeNorma.aspx?id_norma=ba6e92c8925642ba832bfe71e7dc1cc5
Instrumento de Implementação	LEI Nº 6.370, DE 5 DE SETEMBRO DE 2019

Título da Iniciativa	**Start BSB**
Breve Descrição	Considerado um dos maiores programas de fomento ao empreendedorismo inovador do Distrito Federal, o START BSB é uma iniciativa da FAPDF voltada à aceleração de startups e ao fortalecimento do ecossistema de inovação do DF e da Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno (RIDE). A proposta é impulsionar ideias com alto potencial de impacto, oferecendo suporte técnico, mentorias, capacitação e conexões com o mercado e investidores, desde o estágio inicial até a consolidação no mercado. O programa está estruturado em três ciclos, a serem realizados nos anos de 2024/2025, 2025/2026 e 2026/2027, com previsão de subvenção econômica a 100 startups e desembolso de R$ 9.996.000,00 por ciclo. Em cada ciclo, o programa é executado em três eixos, sendo eles: (i) ideação e pré-incubação, voltado a desenvolver competências empreendedoras e ajuda a estruturar ideias inovadoras, realizado em parceria com a Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos e a Universidade de Brasília; (ii) Incubação e Pré-Aceleração, que visa validar e consolidar modelos de negócio escaláveis, realizado em parceria com o Instituto Multiplicidades; e (iii) aceleração, com foco na consolidação das empresas e captação de investimentos. realizado em parceria com a Cotidiano Aceleradora. No âmbito do segundo ciclo do Programa Start BSB, a FAPDF lançou o EDITAL Nº 10/2025, cujo objeto consiste em: apoiar projetos voltados para a criação de soluções, serviços e/ou produtos com potencial de escalabilidade e replicabilidade, a serem executados por empresas emergentes, que busquem contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do Distrito Federal e RIDE, por meio de **inovação em áreas estratégicas definidas**[91]; e estimular o ecossistema empreendedor inovador por meio de capacitações para o desenvolvimento de produtos, serviços e processos inovadores, por meio da concessão de fomento, visando a geração de empresas de base tecnológica, a partir da transformação de ideias inovadoras em oportunidades de negócios, que incorporem tecnologias inovadoras aos setores econômicos estratégicos do Distrito Federal e RIDE.
Justificativa	Sendo uma das iniciativas mais referenciadas pelos interlocutores, o Start BSB se apresenta como um programa de referência para o apoio ao empreendedorismo e inovação no Distrito Federal, abarcando empreendimentos em diferentes áreas de atuação e em distintos estágios de maturidade tecnológica e negocial. O elevado grau de integração não foi atribuído apenas pela relevância e pertinência da iniciativa para o desenvolvimento de um ecossistema local de empreendimentos inovadores, mas também devido a possibilidade de sua articulação especificamente na estruturação do Polo Criativo Tecnológico aqui tratado. Considerando a questão recorrentemente apontada de desintegração entre os instrumentos de política pública e as prioridades estratégicas, foi suscitada por um entrevistado a ilustração de uma importante medida de indução para a estruturação do Polo, referenciando a vinculação de programas públicos de apoio a empreendimentos inovadores, como o próprio Start BSB, a instalação de empresas no Setor Comercial Sul, podendo constituir na forma de um projeto especial no âmbito do programa.

[91] Serão apoiados, prioritariamente, projetos de desenvolvimento de produtos, bens e serviços, ou de processos inovadores que transformem ideias inovadoras em empreendimentos potencialmente sustentáveis e que incorporem novas tecnologias, nas seguintes áreas e temas: agritech; cidades inteligentes e sustentáveis; construtech; economia circular; defesa; jogos eletrônicos; economia criava; educação; energia; fintech/insurtech; legaltech; healthtech; materiais biobaseados; biotecnologia; bioeconomia; blockchain; inteligência artificial; internet das coisas; manufatura avançada; microeletrônica; nanotecnologia; realidade aumentada, realidade virtual e realidade mista; gestão pública e governo digital gestão pública e governo digital; serviços e logística; e demais tecnologias emergentes

Tipologia Harmonizada	Inovação e Criatividade
Natureza da Iniciativa	Programa
Agenda de Incidência	Negócios
Tipo de Intervenção	Formação e Capacitação
Público-Alvo	Startups detentora da ideia inovadora; microempreendedores individuais; empresários individuais; empresas individuais de responsabilidade limitada; sociedades empresárias, enquadradas nas categorias de microempresas ou empresas de pequeno porte; sociedades cooperativas e sociedades simples, com sede e administração no Distrito Federal/RIDE, que pretendam introduzir novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo ou social do Distrito Federal/RIDE que resulte em novos produtos ou processos
Temporalidade	A FAPDF criou e fomenta o programa Start BSB desde 2019. Atualmente, o programa encontra-se em seu segundo ciclo de implementação, a ser realizado até 2026. Um terceiro ciclo é previsto para o biênio 2026/2027
Entidade Promotora	Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (https://www.fap.df.gov.br/)
Entidades Associadas	Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (https://www.finatec.org.br/) Universidade de Brasília (https://www.unb.br/) Instituto Multiplicidades (https://multiplicidades.org.br/) Cotidiano Aceleradora (https://www.somoscoti.com.br/)
Link de Referência	https://www.start.bsb.br/; https://www.fap.df.gov.br/editais-fapdf-2025/; https://shorturl.at/8xlsk
Instrumento de Implementação	EDITAL FAPDF Nº 10/2025; TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 01/2024 – FAPDF/FINATEC; TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 02/2024 – FAPDF/Multiplicidades
Observações Complementares	Para apoio à execução do programa Start BSB, a FAPDF firma instrumentos junto a organizações da sociedade civil, ilustrado pelo TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 01/2024 celebrado entre a Fundação e a Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos, cujo objeto consiste em animar os atores locais por meio do planejamento e viabilização de estratégias prioritárias ao fortalecimento do Ecossistema de Inovação do Distrito Federal, desenvolvendo ações para melhoria e integração dos ambientes e programas de inovação e operacionalizar um programa de transformação de ideias em negócios e de ações para elevar a competitividade das empresas já estabelecidas na região. A referida parceria tem vigência de 13/11/2024 a 31/07/2027, com execução a ser realizada em ciclos – nos anos de 2024/2025, 2025/2026 e 2026/2027 – e conta com um valor global dos recursos públicos de R$ 4.500.000,00.

Título da Iniciativa	**Requalificação Urbana do Setor Comercial Sul**
Breve Descrição	O processo de requalificação urbana do Setor Comercial Sul – concluída nas quadras 3, 4 e 5, e previstas as quadras 1, 2 e 6 – mobiliza serviços de execução de calçadas, recuperação do pavimento no bolsão de estacionamento, remarcação de sinalização viária, paisagismo e implantação de mobiliário urbano, visando propiciar melhores condições de acessibilidade e mais espaço para circulação e convivência. Nas quadras cujo processos de obras foi finalizado, destaca-se pela agência de comunicação do governo: a ampliação de calçadas, a revisão de meios-fios, lixeiras e bocas de lobo, a renovação da sinalização urbana local, implantação de novas áreas de convivência e a instalação de novos pisos em praças públicas, bem como de pisos táteis e rampas de acesso para acessibilidade. Os processos licitatórios realizados, posteriormente detalhados, previram a contratação de empresas especializadas para serviços como: recuperação do pavimento existente; sinalização viária; paisagismo; execução de calçadas, escadas e rampas; recuperação estrutural de passarela; obras complementares de drenagem; e implantação de mobiliário urbano.
Justificativa	A infraestrutura urbana do Setor Comercial Sul foi amplamente referenciada pelos interlocutores por meio dos instrumentos de coleta de informações como uma das questões mais críticas a serem endereçadas, visando tanto a atração e retenção de empresas, como a própria circulação de públicos para os comerciantes locais. Reconhecidos os avanços por meio das reformas empreendidas, e sendo reivindicadas a contemplação de outras quadras (particularmente as quadras 1 e 2), ainda persistem na avaliação de interlocutores questões relacionadas à mobilidade e acessibilidade urbana, iluminação pública, melhoria na infraestrutura elétrica e de telecomunicações, ampliação de áreas de convivência e modernização de unidades comerciais e de equipamentos públicos.
Tipologia Harmonizada	Infraestrutura
Natureza da Iniciativa	Projeto

Agenda de Incidência	Urbanismo
Tipo de Intervenção	Infraestrutura
Público-Alvo	População circulante, trabalhadores e empresários do Setor Comercial Sul.
Temporalidade	A reforma das quadras 3, 4 e 5 do Setor Comercial Sul foram concluídas em março de 2024. O processo licitatório para a quadra 6 já foi lançado, com conclusão prevista para 2026. Por fim, as reformas das quadras 1 e 2, cujo projeto foi aprovado pelo Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal em reunião realizada em março de 2025, tem previsão para serem realizadas após a conclusão das obras na Quadra 6
Entidade Promotora	Secretaria de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal (https://www.so.df.gov.br/) Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil(https://www.novacap.df.gov.br/) Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (https://www.seduh.df.gov.br/)
Entidades Executoras	Urbana Ambiental Construção (CNPJ 07.125.585/0001-15) Lan Empreendimentos e Construções (CNPJ 20.025.738/0001-10)
Link de Referência	https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/w/inaugurada-reforma-das-quadras-3-4-e-5-do-setor-comercial-sul/
Instrumento de Implementação	Cabe ressaltar a realização de alguns processos de licitação envolvidos para a requalificação do Setor Comercial Sul. No âmbito da Secretaria de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal, cabendo destacar as seguintes realizadas: (i) a Concorrência 02/2022, no valor estimado de R$ 6.625.777,42, cujo objeto consiste na seleção e contratação de empresa especializada para execução dos serviços de Requalificação Urbana do Setor Comercial Sul, Quadra 05, Asa Sul, Brasília-DF, Região Administrativa do Plano Piloto – RA-PP, compreendendo a recuperação do pavimento existente, sinalização viária, paisagismo, execução de calçadas, escadas e rampas, recuperação estrutural de passarela (viaduto) e implantação de mobiliário urbano, registrado no Processo SEI nº 00110-00003192/2021-65 (vide https://www.so.df.gov.br/concorrencia-no-02-2022/); e (i) a Concorrência 03/2022, no valor estimado de R$ 2.322.408,22, cujo objeto consiste na seleção e contratação de empresa especializada para execução dos serviços de requalificação urbana do Setor Comercial Sul, Quadra 04, Asa Sul, Brasília-DF, Região Administrativa do Plano Piloto – RA-PP, compreendendo a recuperação do pavimento existente no bolsão de estacionamento, remarcação de sinalização viária, paisagismo, execução de calçadas, e implantação de mobiliário urbano, registrado no Processo SEI nº 00110-00000188/2022-26 (vide https://www.so.df.gov.br/concorrencia-03-2022/). Pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, por sua vez, sendo possível destacar: (i) a Concorrência 11/2021, no valor estimado de R$ 1.608.474,35, cujo objeto consiste na contratação pelo Distrito Federal, por meio da Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal, de empresa especializada para a execução dos serviços de requalificação urbana, incluindo recuperação de pavimentação, sinalização, paisagismo, implantação de mobiliário urbano, execução de calçadas, escadas e rampas no Setor Comercial Sul, Quadra 03, Região Administrativa do Plano Piloto – RA I (vide https://app.novacap.df.gov.br/sislicitapublica/licitadetail/336); (ii) o pregão eletrônico 18/2025, no valor estimado de R$ 4.551.307,41, cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada para execução dos serviços de requalificação do Setor Comercial Sul – Quadra 06, localizado em Brasília, na Região Administrativa do Plano Piloto – RA I - DF (vide https://app.novacap.df.gov.br/sislicitapublica/licitadetail/6555); e a tomada de preços 03/2019, no valor estimado de R$ 1.597.048,12, cujo objeto consiste na execução dos Serviços de Revitalização da Praça do Povo, contemplando a Acessibilidade e Paisagismo, as Obras Complementares, Drenagem, Calçadas e Mobiliário Urbano localizado na Quadra 03 do Setor Comercial Sul – SCS, Área Central de Brasília – DF (vide https://app.novacap.df.gov.br/sislicitapublica/licitadetail/413).

Título da Iniciativa	**Zona Franca do Distrito Federal e Entorno**
Breve Descrição	Com base no regime tributário, cambial e administrativo previsto pela legislação para a Zona Franca de Manaus (vide DECRETO-LEI Nº 288, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967), o Projeto de Lei basicamente propõe a criação da Zona Franca do Distrito Federal e Entorno, abarcando, além do Distrito Federal, os municípios de Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Alto Paraíso de Goiás, Alvorada do Norte, Barro Alto, Cabeceiras, Cavalcante, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Flores de Goiás, Formosa, Goianésia, Luziânia, Mimoso de Goiás, Niquelândia, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, São João d'Aliança, Simolândia, Valparaíso de Goiás, Vila Boa e Vila Propício de Nova Iguaçu, no Estado de Goiás, e os Municípios de Arinos, Buritis, Cabeceira Grande e Unaí, no Estado de Minas Gerais. A proposição ainda destaca que as isenções e benefícios da referida Zona Franca do Distrito Federal e Entorno serão mantidos pelo prazo de vinte e cinco anos.
Justificativa	Apesar da aparente desconexão com o território e tema específicos relacionados à criação do Polo Criativo Tecnológico do Setor Comercial Sul, a proposição, cuja tramitação foi retomada nos últimos meses, foi destacada por interlocutores como uma iniciativa estratégica para geração de condições tributárias e fiscais relevantes para a estruturação do projeto, centralmente enquanto mecanismo de atração e retenção de empresas no Distrito Federal com interesse ou atuação no mercado internacional. No contexto da criação do Complexo de Exportação e Logística do Distrito Federal (LEI Nº 7.023, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021) e a previsão de criação de uma zona de processamento de exportação (LEI Nº 11.508, DE 20 DE JULHO DE 2007), lega-se centralidade ao regime tributário, cambial e administrativo articulado por essas áreas de livre comércio com o exterior que tem como finalidade de desenvolver a cultura exportadora, de fortalecer o balanço de pagamentos e de promover a difusão tecnológica, a redução de desequilíbrios regionais e o desenvolvimento econômico e social nacional.

Tipologia Harmonizada	Instituições e Marcos Normativos
Natureza da Iniciativa	Legislação
Agenda de Incidência	Economia
Tipo de Intervenção	Financiamento
Público-Alvo	Empreendimentos econômicos instalados no Distrito Federal e em municípios nos Estados de Goiás e Minas Gerais.
Temporalidade	O Projeto de Lei foi originalmente apresentado em agosto de 2019, sendo aprovado pela Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados em abril de 2025 e encaminhado para a Comissão de Desenvolvimento Econômico da casa legislativa em maio deste ano. Pelo sistema de acompanhamento de projetos de lei da Câmara, ao momento de elaboração deste relatório, a norma aguarda o parecer do relator na Comissão, tendo sido designado o Deputado Lafayette de Andrada (REPUBLIC-MG) em 9 de maio de 2025.
Entidade Promotora	Câmara dos Deputados (https://www.camara.leg.br/)
Link de Referência	https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2213515
Instrumento de Implementação	PROJETO DE LEI Nº 4247/2019
Observações Complementares	Na justificação da Lei, cabe ressaltar, grande destaque é oferecido à Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE/DF), criada pela LEI COMPLEMENTAR Nº 94, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998, como fundamento para implementação da referida Zona Franca, ao destacar a centralidade da integração de serviços públicos comuns nas áreas de infraestrutura, da geração de empregos e capacitação profissional, do saneamento básico, do uso do solo, dos transportes, da proteção ao meio ambiente, do aproveitamento de recursos hídricos e minerais, da saúde e assistência social, da educação e cultura, da produção agropecuária e abastecimento alimentar, da habitação popular, das telecomunicações, do turismo e da segurança pública (vide DECRETO Nº 7.469, DE 4 DE MAIO DE 2011).

Título da Iniciativa	**Lei Distrital de Inovação**
Breve Descrição	A Lei estabelece como segmentos da economia criativa os que seguem: I – setor das expressões culturais; II – setor das artes de espetáculo; III – setor do audiovisual; IV – setor das criações funcionais; V – setor tecnológico; VI – setor das artes visuais; VII – setor da literatura; VIII – infraestrutura e patrimônio cultural; e IX – outras formas de linguagem e de expressão cultural e artística. Nesse escopo, dentre as ações que compõem a estruturação de uma Política Distrital de Incentivo à Economia Criativa, a norma destaca: I – produção de informação e conhecimento sobre o campo; II – formação de profissionais, técnicos, artistas, produtores, empreendedores criativos e demais profissionais incluídos da economia criativa; III – fomento aos empreendimentos criativos; e a IV – criação e adequação de marco legal para a economia criativa. Em relação aos instrumentos da Política, a norma ainda destaca: I – o crédito para produção e comercialização; II – a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico; III – a assistência técnica; IV – a capacitação gerencial e a formação de mão de obra qualificada; V – o associativismo, o cooperativismo, os arranjos produtivos locais e os sistemas produtivos e as redes de economia criativa; VI – os fóruns, as câmaras e os conselhos setoriais, públicos e privados. Por fim, cabe registrar o destaque oferecido pela Lei às seguintes atribuições do poder público na formulação e execução da Política Distrital de Incentivo à Economia Criativa: I – fomentar a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias de produção; II – incentivar e apoiar a organização dos empreendedores vinculados à economia criativa; III – ofertar linhas de crédito e de financiamento para produção e comercialização, com prioridade para empreendedores criativos de micro, pequeno e médio porte e os organizados em associações, cooperativas, arranjos produtivos locais e sistemas produtivos e redes de economia criativa.
Justificativa	Apesar de carecer de uma regulamentação que avance os dispositivos e medidas previstas na Lei, esta ainda consiste num marco normativo central para regulação da agenda política local no âmbito da economia criativa. Agenda esta, não sendo particularidade do Distrito Federal, que carece de um marco legal mais estruturado e efetivo, no qual se estabeleça arquitetura programática, mecanismos de fomento e instâncias de governança concretos para seu desenvolvimento. Não tendo sido alcançado esse estágio de maturidade e institucionalização, alguns dispositivos infralegais tentarem endereçar esse cenário, como a instituição do Programa Território Criativo (PORTARIA Nº 197, DE 09 DE JULHO DE 2018), inclusive no que se refere ao Conselho de Economia Criativa do Distrito Federal (CONEC-DF), previsto pelo art. 27 da Lei Orgânica da Cultura (LEI COMPLEMENTAR Nº 934, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017), cuja composição e funcionamento é delineado pela PORTARIA Nº 264, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2022. Neste contexto, dentre os elementos relevantes mobilizados pela Lei em tela para a estruturação do Polo Criativo Tecnológico, cabe destacarmos: a integração do setor tecnológico ao escopo da economia criativa, particularmente o desenvolvimento de softwares, aplicativos, jogos eletrônicos e animação; o destaque oferecido à produção de conhecimento científico e mercadológico e à concessão de linhas crédito, priorizando pequenos empreendimentos e redes produtivas; e, sendo particularmente interessante, o enfoque estabelecido para a organização de empreendimentos criativos na forma de associações, cooperativas, sistemas produtivos e redes, o que sustenta o argumento sobre a relevância de estruturação de um polo criativo e tecnológico local.

Tipologia Harmonizada	Instituições e Marcos Normativos
Natureza da Iniciativa	Legislação
Agenda de Incidência	Economia
Tipo de Intervenção	Financiamento
Público-Alvo	Empreendimentos dos setores da economia criativa
Temporalidade	A Lei em tela entrou em vigor em 27 de abril de 2021, não havendo até o momento de elaboração deste relatório revogação expressa.
Entidade Promotora	Câmara Legislativa do Distrito Federal (https://www.cl.df.gov.br/)
Link de Referência	https://www.sinj.df.gov.br/sinj/DetalhesDeNorma.aspx?id_norma=62f70c50027a448e804eabff0ac13d5e
Instrumento de Implementação	LEI Nº 6.833, DE 26 DE ABRIL DE 2021
Observações Complementares	Em divergência ao conceituado pela LEI Nº 6.620, DE 10 DE JUNHO DE 2020, a presente norma localiza a economia criativa enquanto os ciclos de produção, individual ou coletiva, de distribuição, circulação, consumo e fruição de bens e serviços oriundos dos setores cujas atividades produtivas visem exclusivamente à criação de produtos, bens ou serviços de valor cultural, intelectual, social e artístico.

Título da Iniciativa	**Territórios de Distrito Criativo e Tecnológico do Distrito Federal**
Breve Descrição	Dispondo sobre a criação dos Territórios de Distrito Criativo e Tecnológico do Distrito Federal, o Projeto de Lei nº 970/2024, apresentado pelo deputado Max Maciel (PSOL), imputa ao poder executivo a definição, por meio decreto, de até três territórios em cada Região Administrativa, pelo prazo de cinco anos, autorizando a concessão de incentivos fiscais e demais benefícios às empresas e demais personalidades jurídicas da economia criativa instaladas nesses territórios. Abarcando empreendimentos da economia criativa de diferentes domínios e empresas e personalidades jurídicas de tecnologia com distintas atividades de prestação de serviços e provisão de bens e serviços, o referido Projeto de Lei prevê um amplo conjunto de mecanismos de incentivo fiscal e demais instrumentos, indicando-se ainda a priorização a empreendimentos de economia criativa vinculados a grupos sociais minoritários e de pessoas em situação de vulnerabilidade, bem como os já residentes nesses territórios. Em relação aos incentivosfiscais a empresas e personalidades jurídicas que se implantarem nos Territórios de Distrito Criativo e Tecnológico, o texto prevê pelo prazo de cinco anos: I - isenção total do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbano (IPTU) para cada inscrição imobiliária; II - isenção do Imposto Sobre Serviços sobre Qualquer Natureza (ISSQN); III - isenção ou desconto de ISS e ICMS da construção civil para construção ou reforma de imóvel nos Territórios de Distrito Criativo e Tecnológico, para empresas beneficiadas por esta Lei; IV - isenção de taxas distritais para instalação e funcionamento; e V - isenção de taxas distritais para ocupação e utilização de áreas públicas nos locais definidos como Territórios de Distrito Criativo e Tecnológico do Distrito Federal. Além dos incentivos referenciados, são previstos outros instrumentos a serem aplicados aos territórios definidos, sendo: I - simplificação dos procedimentos para instalação e funcionamento e obtenção das autorizações e alvarás necessários; II - assistência técnica para orientação sobre elaboração de projetos, propriedade intelectual, acesso a linhas de financiamento, desenvolvimento de produtos, apoio jurídico, acesso a incentivos à inovação e pesquisas, em especial aos da Politica Distrital de Incentivo à Economia Criativa estabelecidos na Lei nº 6.833, de 26 de abril de 2021; III - celebração de convênios, instrumentos de cooperação técnica para o desenvolvimento de atividades da economia criativa, bem como, instrumentos de cessão de uso de bens públicos imóveis, de forma gratuita ou onerosa, por tempo determinado ou indeterminado, a órgãos e entidades públicos e a entidades privadas; e IV - estabelecimento de territórios com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas de comércio, serviços e empresas para atividades referidas nesta Lei. O texto prevê ainda mecanismo de desincentivo fiscal para imóveis comerciais desocupados que estejam localizados nos Territórios de Distrito Criativo e Tecnológico definidos pelo poder executivo.
Justificativa	Mecanismos de incentivo fiscal, particularmente relativos a tributos como IPTU e ISSQN, foram amplamente referenciados por diferentes atores no âmbito das entrevistas em profundidade e grupos de discussão enquanto importantes instrumentos para a estruturação de um polo criativo e tecnológico no Setor Comercial Sul, tendo inclusive sendo a normativa em tela especificamente citada pelos interlocutores. Desa forma, apesar do atual estágio de tramitação do Projeto de Lei, foi atribuído um elevado grau de integração, considerando seu alto potencial, condicionada obviamente a sua aprovação e a definição pelo poder executivo do SCS enquanto território de Distrito Criativo e Tecnológico, de mobilizar incentivos fiscais considerados estratégicos para a proposta de estruturação em tela. O texto do Projeto de Lei também demonstra grande convergência, particularmente, ao considerar a centralidade de outros instrumentos para benefício de empresas já instaladas, a priorização de apoio a empreendimentos de economia criativa vinculados a pessoas em situação de vulnerabilidade e mecanismos de desincentivo fiscal a imóveis comerciais desocupados. Essas questões destacadas constituem previsões legais que endereçam desafios evidenciados pelos instrumentos de coleta utilizados, como a falta de acesso a linhas de financiamento pelos empreendimentos locais, a grande concentração de população em situação de rua no SCS e o grande contingente de imóveis desocupados na região.
Tipologia Harmonizada	Benefícios e Incentivos Fiscais

Natureza da Iniciativa	Legislação
Agenda de Incidência	Economia
Tipo de Intervenção	Financiamento
Público-Alvo	Empreendimentos da economia criativa atuantes nos seguintes domínios: I – domínio das expressões culturais: culturas populares, tradicionais, regionais, culturas indígenas, culturas afro-brasileiras; II – domínio das artes de espetáculo: música, teatro, dança, circo, ópera, musicais, entre outras manifestações; III – domínio do audiovisual, incluindo rádio e televisão, cinema e vídeo, publicações e mídias impressas e digitais; IV – domínio das criações funcionais, tais como artesanato, cultura digital, design, moda, gastronomia e arquitetura; V – domínio da inovação (tecnológico e científico): desenvolvimento de softwares, aplicativos, jogos eletrônicos, animação, sistemas de realidade aumentada, realidade virtual, laboratórios de materiais bidimensionais e de nanotecnologia, sistemas e equipamentos voltados à acessibilidade, sistemas de machine learning e Inteligência Artificial, outras área de inovação disruptiva; VI – domínio das artes visuais, incluindo pintura, escultura, fotografia, artes digitais, instalações, entre outras manifestações; VII – domínio da literatura, incluindo livro, leitura, escrita, literatura, contação de histórias; VIII – infraestrutura cultural, patrimônio material e imaterial cultural histórico e artístico, arquivos e demais acervos; e IX – outras formas de linguagem e de expressão cultural e artística. Empresas e personalidades jurídicas de tecnologia, considerando as startups, as instituições ou a pessoa jurídica de inovação que se dedique a atividades relacionadas à prestação de serviços e provisão de bens e serviços, tais como: I - serviços de e-mail, hospedagem e desenvolvimento de sites, blogs, comunidades digitais, marketplaces, plataformas digitais, serviços de streaming, nuvem e outras infraestruturas audiovisuais; II - comunicação pessoal, redes sociais, mecanismos de buscas, divulgação publicitária na internet; III - distribuição ou criação de aplicativos e software original por meio físico ou virtual para uso em computadores ou outros dispositivos eletrônicos móveis ou não; IV - desenho de gabinetes de desenvolvimento de outros elementos do hardware de computadores, tablets, celulares e outros dispositivos informáticos; V - produtos e serviços na área de economia criativa; VI - atividade de pesquisa, desenvolvimento ou implementação de ideia inovadora ou modelo de negócios baseado na internet e nas redes telemáticas; VII - atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação; e VIII - atividades de economia criativa.
Temporalidade	O Projeto de Lei foi apresentado em fevereiro de 2024, sendo aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais da Câmara Legislativa do Distrito Federal em maio do ano corrente. Pelo sistema de acompanhamento de projetos e outras proposições, ao momento de elaboração deste relatório, a última tramitação do referido instrumento data de 02/06/2025, consistindo na disponibilização para parecer no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Legislativa.
Entidade Promotora	Câmara Legislativa do Distrito Federal (https://www.cl.df.gov.br/)
Link de Referência	https://www.cl.df.gov.br/web/guest/proposicao/-/documentos/PL_970_2024
Instrumento de Implementação	PROJETO DE LEI Nº 970/2024
Observações Complementares	De acordo com o texto do referido Projeto de Lei, as empresas deverão se enquadrar num conjunto de condições para poderem solicitar os incentivos fiscais referenciados na proposta normativa, como não possuir débitos exigíveis de qualquernatureza com o Distrito Federal e comprovar receita bruta anual não superior a R$ 2.400.000,00.

Título da Iniciativa	**Desenvolvimento de Territórios Criativos pelo Pronac**
Breve Descrição	Estabelece procedimentos relativos à captação, execução, prestação de contas e avaliação de resultados de projetos culturais financiados por meio do mecanismo incentivo a projetos culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) para o apoio ao desenvolvimento sustentável de territórios criativos. Este, entendido como um processo que busca promover o crescimento econômico e social sustentável de um determinado espaço geográfico por meio da valorização e do estímulo à criatividade, à cultura e à inovação, com abordagem, a cultura e a economia criativa, são vistas como motores de desenvolvimento local, capazes de gerar empregos, atrair investimentos e fortalecer a identidade cultural de uma comunidade, inclusive povos originários, tradicionais, populares e afrodescendentes. As propostas devem contemplar, obrigatória e cumulativamente, os seguintes requisitos: I - delimitação do território a ser trabalhado na proposta; II - previsão de realização de programas e ações estruturantes e contínuos, que garantam a sustentabilidade do projeto após o término de sua fase de implementação por meio do Programa Nacional de Apoio à Cultura; III - indicação de uma ou mais dinâmicas econômicas locais ou regionais de criação, produção, comercialização e consumo de bens e serviços culturais e criativos que serão desenvolvidas no projeto; IV - identificação, mapeamento ou diagnóstico dos ecossistemas criativos e seus atores rede presentes no território; V - proposição de modelo de governança da implementação do projeto, amparado em plataformas digitais e fundamentado na articulação em rede dos atores do ecossistema criativo local ou regional, que contemple o monitoramento e avaliação de resultados e impactos do projeto; VI - previsão de realização de estudos e pesquisas ou estruturação de unidades no território (núcleos, centros de pesquisa, laboratórios, observatórios ou outros) voltadas à produção de dados e indicadores confiáveis sobre a economia criativa do território e do mundo do trabalho em cultura; VII - previsão de atuação em rede ou em parceria com instituições públicas e privadas do território, que tenham interface com a economia criativa, assim como com as comunidades locais, privilegiando a participação direta de força de trabalho e de fornecedores de insumos do próprio território; VIII - previsão de realização de atividades de qualificação ou formação para profissionais, empreendedores e empreendimentos criativos no território; e IX - oferta de suporte para a criação ou estruturação de negócios culturais e criativos no território.

Justificativa	A previsão de propostas de desenvolvimento sustentável de territórios criativos no âmbito do Pronac propicia uma potencial relevante fonte de recursos financeiros, por meio de mecanismo de incentivo fiscal, para implementação de infraestruturas e conteúdos voltados à estruturação de um polo criativo tecnológico no Setor Comercial Sul. Apesar de não ter sido explicitamente referenciada no âmbito dos instrumentos de coleta, considera-se como uma interface prioritária de forma a mobilizar recursos junto a pessoas jurídicas com regime de tributação pelo lucro real. Prevendo dentre seus requisitos atividades de pesquisa, qualificação e suporte, a tipologia traz enfoque na estruturação de sistemas de governança e de criação de condições de sustentabilidade convergentes ao projeto em tela, com tetos de captação e prazo de execução estendidos.
Tipologia Harmonizada	Benefícios e Incentivos Fiscais
Natureza da Iniciativa	Legislação
Agenda de Incidência	Cultura
Tipo de Intervenção	Financiamento
Público-Alvo	As propostas de desenvolvimento sustentável de territórios criativos devem ser exclusivamente apresentadas por empresas optantes pelo Simples Nacional e demais pessoas jurídicas, não sendo permitidos enquanto proponente pessoa física ou microempreendedor individual
Temporalidade	A previsão dessa nova tipologia de propostas foi realizada em junho de 2024, sendo atualmente regida por portaria de 2025 no âmbito do mecanismo de incentivo a projetos culturais do Pronac. As propostas devendo ser apresentadas, inicialmente, até 31 de agosto do ano corrente. Entretanto, há previsão de prorrogação deste prazo para 31 de outubro e 2025.
Entidade Promotora	Ministério da Cultura (https://www.gov.br/cultura/pt-br)
Entidades Associadas	Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (https://www.gov.br/cultura/ptbr/assuntos/lei-rouanet/textos/comissao-nacional-de-incentivo-a-cultura-cnic) Secretaria de Economia Criativa do Ministério da Cultura (https://www.gov.br/cultura/pt-br/composicao/secretaria-de-economia-criativa)
Link de Referência	https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-minc-n-13-de-5-dejunho-de-2024-563766875; https://www.in.gov.br/web/dou/-/instrucao-normativa-mincn-23-de-5-de-fevereiro-de-2025-611099887
Instrumento de Implementação	INSTRUÇÃO NORMATIVA MINC Nº 13, DE 5 DE JUNHO DE 2024; INSTRUÇÃO NORMATIVA MINC Nº 23, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2025
Observações Complementares	Os limites do art. 12, inciso IV (referente aos limites de quantidades e valores de projetos ativos para captação por carteira de proponente) e do art. 13, inciso II (referente ao valor aprovado para captação por projeto) da Instrução Normativa MinC nº 23, de 2025, poderão ser superados pelos projetos de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Criativos.

Título da Iniciativa	**Financiamento da Economia Criativa pelos Fundos Constitucionais**
Breve Descrição	Os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste têm por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, por meio de instituições financeiras federais de caráter regional, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com os respectivos planos regionais de desenvolvimento. A LEI Nº 15.130, DE 29 DE ABRIL DE 2025, permitiu que os recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO) financiem as atividades produtivas desenvolvidas por pessoas jurídicas ou físicas ligadas à economia criativa, que tenham sua origem na criatividade, na habilidade e no talento individuais e apresentem potencial para a criação de riqueza e empregos por meio da geração e exploração de propriedade intelectual, nas áreas de propaganda, arquitetura, mercados de arte e antiguidades, turismo, artesanato, design, moda, filme e vídeo, softwares e jogos eletrônicos de lazer e entretenimento, música, artes performativas, editorial, serviços de computação e software, mídias digitais, rádio e televisão e outras do mesmo gênero. No contexto dessa norma, respeitadas as disposições dos Planos Regionais de Desenvolvimento, passa a compor as diretrizes a serem observadas na formulação dos programas de financiamento de cada um dos Fundos, o tratamento preferencial às atividades produtivas ligadas à economia criativa, tais como cultura, consumo, mídias e tecnologia. A normativa destaca ainda que são beneficiários dos recursos dos fundos constitucionais de financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste as pessoas físicas e jurídicas que exercem algum tipo de atividade relacionada à economia criativa ou profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda que com o concurso de auxiliares ou colaboradores, desde que comprovem perante as instituições financeiras gestoras dos Fundos Constitucionais de Financiamento condições técnicas e financeiras para se candidatarem aos financiamentos.

Justificativa	Tendo especificamente o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste sido citado por interlocutores enquanto importante ferramenta para financiamento de atividades produtivas locais, apesar de alegada instabilidade na política de juros praticada, o elevado grau de relevância atribuído ao presente marco normativo para a criação do Polo Criativo Tecnológico se justifica tanto a partir da própria estruturação do Polo, quanto para o desenvolvimento da ecologia de empreendimentos criativos e tecnológicos locais. Na primeira perspectiva, cabe ressaltar, a exemplo de outros projetos estratégicos de infraestrutura econômica e urbana no DF, a possibilidade do FCO melhorar a infraestrutura de negócios do SCS para atividades criativas e tecnológicas, por exemplo para a criação de equipamentos públicos de apoio ao empreendedorismo e inovação no Setor Comercial Sul. Na perspectiva dos próprios empreendimentos criativos e tecnológicos, por sua vez, programas de financiamento como o FCO Empresarial pelo BB e entidades credenciadas (p.e.: BRB e Sicoob) podem financiar empreendimentos desses setores para ampliação da sua capacidade de desenvolver e de introduzir inovações no mercado e para a incorporação de tecnologias já disponíveis para produtos, serviços e/ou processos; enquanto outros programas, como o FCO para Financiamento de Microcrédito Produtivo Orientado, podem ajudar microempreendedores populares e microempresas a estruturar suas atividades produtivas a partir não apenas do acesso à crédito, mas da oferta de assistência técnica.
Tipologia Harmonizada	Financiamento Reembolsável
Natureza da Iniciativa	Legislação
Agenda de Incidência	Economia
Tipo de Intervenção	Financiamento
Público-Alvo	Pessoas físicas e jurídicas que exercem algum tipo de atividade relacionada à economia criativa ou profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística.
Temporalidade	Criados em 1989, os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste vêm promovendo desde então linhas de financiamento centralmente a partir da arrecadação do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados, entregues pela União. A previsão legal de que recursos dos Fundos Constitucionais financiem as atividades produtivas desenvolvidas por pessoas jurídicas ou físicas ligadas à economia criativa, data de abril de 2025, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2026.
Entidade Promotora	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (https://www.gov.br/mdr/pt-br) Banco do Brasil (https://www.bb.com.br/site/) Banco de Brasília (https://novo.brb.com.br/) Banco Cooperativo Sicoob (https://www.sicoob.com.br/)
Link de Referência	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7827.htm; https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2025/Lei/L15130.htm; https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Projetos/Ato_2023_2026/2023/PL/pl-5786.htm; https://www.gov.br/sudeco/pt-br/assuntos/conselho-deliberativo-do-desenvolvimentodo-centro-oeste-condel-sudeco-1/resolucoes
Instrumento de Implementação	LEI Nº 7.827, DE 27 DE SETEMBRO DE 1989; LEI Nº 15.130, DE 29 DE ABRIL DE 2025; PROJETO DE LEI Nº 5.786 DE 2023; RESOLUÇÃO CONDEL SUDECO Nº 159, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2024
Observações Complementares	Na Programação do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste para 2025, aprovada pela RESOLUÇÃO CONDEL SUDECO Nº 159, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2024, em acordo com o Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste para o período de 2024 a 2027, instituído pelo PROJETO DE LEI Nº 5.786 DE 2023, alguns breves destaques podem ser realizados. Dentre as prioridades setoriais estabelecidas, indica-se o financiamento a: projetos alinhados com o "Plano de Ação para a Neoindustrialização 2024 2026", como os relacionados à transformação Digital da indústria para ampliar a produtividade; projetos de estruturação do turismo em seus diversos segmentos e de valorização do patrimônio natural e cultural; e projetos de apoio a empreendimentos de infraestrutura de coleta, tratamento e destinação de resíduos urbanos, tecnologia da informação e comunicação e mobilidade urbana. No Programa FCO Empresarial, destaca-se a previsão de uma linha de financiamento de ciência, tecnologia e inovação, que conta dentre seus objetivos: difundir a cultura da absorção do conhecimento técnico e científico e estimular a cooperação entre empresas e Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs); incentivar a criação e consolidação de empresas intensivas em tecnologia, apoiando parques tecnológicos e incentivando a criação e expansão de capitais empreendedores; financiar a implantação, expansão, modernização, reforma e relocalização de empresas desenvolvedoras de software e prestadoras de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação; e, particularmente relevante, apoiar a criação, expansão e modernização de parques tecnológicos por meio do financiamento de infraestruturas de apoio ao desenvolvimento tecnológico, incubadoras de empresas, aceleradoras de empresas, espaços de socialização, infraestruturas e equipamentos multiuso, incluindo a estruturação e desenvolvimento e difusão de Startups. Dentre os programas de financiamento do Fundo Constitucional do Centro-Oeste, destaca-se os que seguem: Programa de FCO Empresarial pelo BB; Programa de FCO para Financiamento de Microcrédito Produtivo Orientado –PNMPO; e os Programas de FCO para Repasse. Neste caso, cabendo destacar duas Instituições financeiras credenciadas, a saber: o Banco Cooperativo Sicoob S.A. – BANCO SICOOB (CNPJ: 02.038.232/0001-64); e o Banco de Brasília S.A – BRB (CNPJ: 00.000.208/0001-00).

Título da Iniciativa	Ecossistema Local de Inovação
Breve Descrição	Considerando um ecossistema de inovação enquanto ambiente de interação harmônica e colaborativa entre empresas, empreendedores e agentes, a abordagem de Ecossistemas Locais de Inovação (ELI) busca compreender de maneira sistêmica o ecossistema de inovação de um município ou de uma microrregião geográfica, considerando suas vocações econômicas e seu potencial tecnológico, para promover o desenvolvimento local, sob a ótica da inovação, e estruturar uma intervenção coordenada de longo prazo. O ELI, dessa forma, tem como objetivo principal aumentar o grau de maturidade do ecossistema de inovação local, considerando fundamental ampliar a efetividade das integrantes das vertentes, bem como ampliar a integração entre as instituições. Como anteriormente acessado neste relatório quando da fundamentação teórico-conceitual de ecossistemas criativos, de acordo com a metodologia do Sebrae, entende-se por vertentes grupos com naturezas, caraterísticas e propósitos semelhantes que compõem um ecossistema, sendo eles: (i) 'ambientes de inovação', considerando estruturas que promovem o compartilhamento de conhecimento e o empreendedorismo; (ii) 'programas e ações', observando o nível de efetividade e integração do conjunto de iniciativas voltadas à inovação realizadas pelos atores do ecossistema; (iii) 'instituições de ciência, tecnologia e inovação', avaliando o grau de atuação e integração dessas instituições com os demais atores; (iv) 'políticas públicas', considerando a abrangência e a efetividade de instrumentos governamentais para o desenvolvimento do ecossistema; (v) 'capital', abarcando organizações e fluxos de recursos econômicos para empreendimentos inovadores; e, por fim, (vi) 'governança', considerando a maturidade, coesão e efetividade do sistema de gestão e decisão. Ainda de acordo com a metodologia proposta, são sete as etapas previstas de implementação da abordagem, a saber: (i) Caracterização do Ecossistema de Inovação, quando o ecossistema é estudado mais profundamente, identificando os setores prioritários, atores estratégicos, potencialidades tecnológicas e vocações econômicas, considerando as distintas vertentes e suas integrantes no território; (ii) Nível de Maturidade do Ecossistema de Inovação, sendo aferidos os níveis de maturidade do ecossistema e validado os setores prioritários previamente indicados; (iii) Identificação dos Pontos de Intervenção, ao analisar o nível de maturidade de cada integrante da vertente, são definidos os principais pontos de intervenção na contribuição para o fortalecimento do ecossistema; (iv) Plano de Intervenção, etapa na qual são estabelecidas coletivamente as estratégias de intervenção no ecossistema e se estrutura a forma de governança do processo; (v) Organização para Intervenção, quando são desenvolvidas as ações para viabilizar a execução do Plano de Intervenção, definindo prioridades e responsabilidades de cada um dos atores para a intervenção; (vi) Atuação Conjunta dos Atores, que consiste na ação integrada para viabilizar as estratégias de intervenção priorizadas na implementação do plano de intervenção; e, num modelo cíclico, (vii) Monitoramento do Ecossistema, compreendendo as rotinas de acompanhamento dos indicadores de monitoramento do ecossistema, para subsidiar o processo de tomada de decisões. Vale salientar que o programa conta com 238 projetos realizados, envolvendo 362 municípios, mas apenas 36 iniciativas estão localizadas no Centro Oeste (15,13% do total), incluindo um projeto no próprio Distrito Federal, que destaca como setores prioritários as Tecnologias de Informação e Comunicação, a Biotecnologia, a Ciência da Gestão Pública e a própria Economia Criativa (vide https://www.sebrae-eli.com.br catalogoprojetos/details/196/0). Cabe ainda, por fim, salientar a existência de outras iniciativas associadas, como os Agentes locais de inovação (ALI), que apoiam o desenvolvimento do potencial econômico-social de territórios brasileiros e seus ecossistemas; sendo, mais detidamente, o programa ALI Ecossistemas voltado à ativar a inovação no território, como forma de articular, integrar e dinamizar os atores de inovação, contribuindo para o desenvolvimento local e a criação e fortalecimento de empresas inovadoras (vide https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/agentelocaldeinovacao).
Justificativa	Claramente constituindo uma iniciativa com elevado grau de integração com a proposta de estruturação de um polo criativo tecnológico no Setor Comercial Sul, a abordagem do ELI proposta pelo Sebrae pode oferecer um referencial relevante para o desenvolvimento das atividades de intervenção em nosso contexto. Entretanto, principalmente, cabe ressaltar a oportunidade de integrar a agenda específica tratada em nosso contexto ao programa de forma a propiciar o acesso aos recursos institucionais e às redes de atores mobilizadas pelo programa. Nesse contexto, inclusive, sendo considerada estratégica a mobilização de Agentes Locais de Inovação para apoiar micro e pequenas empresas do Setor Comercial Sul numa perspectiva integrada a criação do Polo, podendo ser um relevante mecanismo de mobilização e articulação de negócios que não necessariamente compõem o sistema local de atividades criativas e tecnológicas, mas que contribuiriam para as relações de colaboração e comercialização no ecossistema.
Tipologia Harmonizada	Integração e Cooperação
Natureza da Iniciativa	Programa
Agenda de Incidência	Economia
Tipo de Intervenção	Formação e Capacitação
Público-Alvo	Atores de ecossistemas de inovação em estágio de maturidade inicial ou em estruturação, considerando agentes do mercado, governo, academia e sociedade civil.
Temporalidade	Aplicado em escala nacional a partir de 2020 pelo SEBRAE, o programa encontra-se em pleno funcionamento, realizando encontros entre os ecossistemas de inovação apoiados, o último tendo ocorrido em setembro de 2024 em Petrolina/PE..
Entidade Promotora	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (https://sebrae.com.br/)
Link de Referência	https://www.sebrae-eli.com.br/

Título da Iniciativa	Brasília Game Hub
Breve Descrição	O projeto "Brasília Game Hub - Incubadora de Jogos Eletrônicos" tem por objetivo fomentar o empreendedorismo no setor de jogos eletrônicos, apoiando e valorizando os setores de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação local. Além disso, visa estimular especificamente o empreendedorismo entre jovens no desenvolvimento de games, promovendo a criação de novas Propriedades Intelectuais, a formalização de empresas, a qualificação e profissionalização do mercado, e o lançamento de novos jogos. Também busca apoiar e dar visibilidade aos agentes e grupos que impulsionam o desenvolvimento tecnológico e a inovação no Distrito Federal, com foco em desenvolvedores de jogos eletrônicos, além de fomentar o desenvolvimento, a capacitação e a formação de novos profissionais capazes de atuar direta ou indiretamente no mercado de jogos eletrônicos, tanto no Distrito Federal quanto no Brasil.
Justificativa	Sendo o setor referenciado como dos mais estratégicos para a estruturação de um sistema local de atividades criativas e tecnológicas, o projeto Brasília Game Hub busca posicionar Brasília como um polo estratégico no desenvolvimento de jogos digitais, contando com uma estrutura que inclui espaço para residência e uso compartilhado por empresas, hackathons, capacitações, incubadora, aceleradora, rodadas de negócios e a criação de uma publisher própria para apoiar a inserção dos jogos locais no mercado global. Dessa forma, apesar de ser configurado enquanto projeto e ser fisicamente localizado externamente ao Setor Comercial Sul, a iniciativa apresenta alto potencial para oferecer serviços estruturados para empreendimentos de um setor estratégico para a estruturação do Polo Criativo Tecnológico, podendo ser estabelecidos processos de colaboração entre os dois polos para fortalecimento de um ecossistema criativo local.
Tipologia Harmonizada	Inovação e Criatividade
Natureza da Iniciativa	Projeto
Agenda de Incidência	Negócios
Tipo de Intervenção	Formação e Capacitação
Público-Alvo	Empresas e organizações formais, coletivos informais, desenvolvedores independentes, pesquisadores e demais profissionais que atuam no setor de games (desenvolvimento, publishing, educação, mídia, cultura, produção, serviços, entre outros).
Temporalidade	O projeto é implementado por meio de Termo de Colaboração, firmado em 26 de dezembro de 2024, com vigência até 27 de dezembro de 2025. Cabe salientar que o instrumento prevê a possibilidade de alteração da sua vigência mediante termo aditivo, conforme consenso entre os partícipes, não devendo o período de prorrogação ser superior a doze meses.
Entidade Promotora	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Distrito Federal (https://www.secti.df.gov.br/)
Entidade Executora	Instituto Conecta Brasil (https://institutoconectabrasil.org.br/)
Entidades Associadas	Associação Bring (https://abring.com.br/) Indie Hero (https://www.indiehero.io/) Game JamPlus (https://gamejamplus.com/) Xsolla (https://xsolla.com/)
Link de Referência	https://brasiliagamehub.org/; https://shorturl.at/12Wrv; https://www.secti.df.gov.br/documents/8958458/10258962/SEI_159440463_Termo_de_Colaboracao__MROSC__4.pdf
Instrumento de Implementação	TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 4/2024 – SECTI/CONECTA
Observações Complementares	Para execução do projeto Brasília Game Hub, foi celebrado o TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 4/2024 entre a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Distrito Federal e o Instituto Conecta Brasil, instruído no Processo SEI nº 04008– 00001079/2024–34, parceria com vigência de doze meses e com um valor global dos recursos públicos de R$ 5.000.000,00.

Título da Iniciativa	Lei Distrital de Inovação
Breve Descrição	O projeto "BRASÍL.IA - INCLUSÃO DIGITAL A PARTIR DE TECNOLOGIAS PORTADORAS DE FUTURO" como objeto a execução de oficinas a jovens sobre novas tecnologias emergente e relevantes, incentivando a adoção de novas ferramentas e capacitando os estudantes para que desenvolvam habilidade digitais, essenciais para o novo contexto econômico e social. Serão atendidos oitocentos jovens em cada uma de sete etapas formativas, atendendo as distintas Regiões Administrativas do Distrito Federal, organizados da seguinte forma: (i) primeira etapa, envolvendo Ceilândia, Sol Nascente e Pôr do Sol, Brazlândia e Santa Maria; (ii) segunda etapa, atendendo Estrutural (SCIA), SIA, Guará, Vicente Pires, Sobradinho II e Arapoanga; (iii) terceira etapa, envolvendo Candangolândia, Paranoá, Itapoã, Samambaia e Riacho Fundo; (iv) quarta etapa, atendendo Núcleo Bandeirante, Planaltina, Parkway, Arniqueira e Água Quente; (v) quinta etapa, envolvendo Águas Claras, Sobradinho, Fercal e Taguatinga; (vi) sexta etapa, atendendo Riacho Fundo II, Varjão, Lago Norte, São Sebastião e Recanto das Emas; e (vii) sétima etapa, atendendo Cruzeiro, Sudoeste, Octogonal, Plano Piloto, Jardim Botânico, Lago Sul e Gama. As oficinas serão executadas por meio de unidades móveis de inclusão digital totalmente acessíveis, dotadas de infraestrutura técnica e de recursos humanos e educacionais adequados, englobando os seguintes arcos de aprendizagem: (i) inteligência artificial; (ii) big data; (iii) internet das coisas; (iv) desenvolvimento de games; (v) design de games; (vi) marketing para games; e (vii) oficina de games.
Justificativa	Envolvendo temas de clara convergência ao marco de estruturação de um polocriativo tecnológico, inclusive no âmbito do setor de jogos digitais amplamente referenciado como estratégico, a atribuição de elevado grau de integração da iniciativa com o projeto é fundamentada centralmente ao centrar, por meio do processo formativo, a inclusão digital e produtiva de jovens estudantes e em situação de vulnerabilidade a partir do campo das tecnologias emergentes. Como amplamente referenciado pelos interlocutores do estudo aqui relatado, desafios sociais requerem políticas integradas, sendo relevante articular tanto atividades de acolhimento, quanto de capacitação para regenerar as capacidades de grupos em situação de vulnerabilidade de exercerem plenamente seus direitos e deveres como cidadão. Dessa forma, apesar de não constituir um público-alvo prioritário da intervenção no Setor Comercial Sul, a iniciativa sinaliza, em sua forma e conteúdo, uma abordagem relevante para propiciar uma estratégia de inclusão produtiva e qualificação profissional de atores para a região, a qual estabeleça diálogo direto com a própria proposta de estruturação do Polo.
Tipologia Harmonizada	Recursos Humanos e Formação
Natureza da Iniciativa	Projeto
Agenda de Incidência	Ciência e Tecnologia
Tipo de Intervenção	Formação e Capacitação
Público-Alvo	Estudantes da rede pública de ensino e/ou jovens em situação de vulnerabilidade social, entre 13 e 29 anos de idade, de todas as Regiões Administrativas do Distrito Federal.
Temporalidade	O projeto é implementado por meio de Termo de Colaboração, firmado em 23 de outubro de 2024, com vigência até 24 de outubro de 2025. Cabe salientar que o instrumento prevê a possibilidade de alteração da sua vigência mediante termo aditivo, conforme consenso entre os partícipes, não devendo o período de prorrogação ser superior a doze meses.
Entidade Promotora	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Distrito Federal (https://www.secti.df.gov.br/)
Entidades Associadas	Instituto Nacional de Empoderamento Social e Qualificação (https://inesq.org.br/)
Link de Referência	https://brasil.ia.inesq.org.br/; https://inesq.org.br/transparencia/; https://bit.ly/4mp0dLi
Instrumento de Implementação	TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 03/2024 – SECTI/INESQ
Observações Complementares	Para execução do projeto Brasíl.IA, foi celebrado o TERMO DE COLABORAÇÃO Nº3/2024 entre a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Distrito Federal e o Instituto Nacional de Empoderamento Social e Qualificação, instruído no Processo SEI nº 04008 00001131/2024-52, parceria com vigência de doze meses e com um valor global dos recursos públicos de R$ 13.000.000,00.

Título da Iniciativa	Revista Traços DF
Breve Descrição	Em Brasília desde 2015, a Revista Traços busca promover a cultura local e impactar a sociedade, por meio da criação de um ciclo de geração de renda e de ganho de autonomia para pessoas em situação de vulnerabilidade. As revistas são vendidas pelos Porta-Vozes da Cultura em locais de grande circulação pelas ruas da cidade. O objetivo é que, por meio da venda da revista, essas pessoas possam reestruturar suas vidas e, posteriormente, reingressar no mercado de trabalho, valorizando a economia criativa, o empreendedorismo social e difundindo a cultura local. Cada exemplar da revista custa R$10, do quais R$ 7 vão direto para as mãos do porta-voz que efetuou a venda, e os outros R$ 3 são destinados para aquisição de mais revistas, promovendo um ciclo contínuo de geração de renda. Os porta-vozes da cultura são acompanhados por um time de especialistas, que os ajudam a trilhar suas jornadas da melhor forma possível, respeitando as diferenças e o momento de vida de cada indivíduo. A iniciativa conta com diversos prêmios e, desde 2021, expandiu suas atividades para o Rio de Janeiro.
Justificativa	Como anteriormente referenciado, os desafios sociais existentes no Setor Comercial Sul são amplamente projetados nas pessoas em situação de vulnerabilidade social que ocupam os espaços da região. Dessa forma, além de desenvolver habilidades sociais, visibilidade positiva e inclusão produtiva, projetos promovidos por organizações da sociedade civil, como ilustrativamente a Revista Traços, podem compor uma importante política transversal de acolhimento e inclusão dessas pessoas não apenas ao Polo, mas a própria comunidade que se articulará entorno do projeto de intervenção na região.
Tipologia Harmonizada	Mercados e Públicos
Natureza da Iniciativa	Projeto
Agenda de Incidência	Social
Tipo de Intervenção	Cooperação e Comercialização
Público-Alvo	Pessoas em situação de extrema vulnerabilidade social e financeira.
Temporalidade	A Revista Traços tem atividades contínuas no Distrito Federal desde 2015, sendo seu projeto de mais recente, conforme declarado, com vigência até agosto de 2025.
Entidade Promotora	Associação Traços de Comunicação e Cultura (https://tracosbrasil.com.br/) Fora da Caixa Ltda. (CNPJ 17.410.170/0001-47)
Entidades Associadas	Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal (https://www.cultura.df.gov.br/)
Link de Referência	https://tracosbrasil.com.br/pages/revista-tracos-df; https://bit.ly/45qqLWv; https://bit.ly/4fHmDVk
Instrumento de Implementação	TERMO DE FOMENTO Nº 83/2024 – SECEC/TRAÇOS
Observações Complementares	Além de um projeto recente aprovado pela Lei de Incentivo à Cultura do Distrito Federal no valor de R$ 1.800.000,00, instruído no Processo SEI nº 00150-00003550/2024-33, o projeto foi viabilizado por meio do TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 83/2024 celebrado entre a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal e o Associação Traços de Comunicação e Cultura, instruído no Processo SEI nº 00150-00003824/2024- 94, com um valor global dos recursos públicos da parceria de R$ 100.000,00.

0. Todos
4. Afeganistão
8. Albânia
10. Antártica
12. Argélia
16. Samoa Americana
20. Andorra
24. Angola
28. Antígua e Barbuda
31. Azerbaijão
32. Argentina
36. Austrália
40. Áustria
44. Bahamas
48. Bahrain
50. Bangladesh
51. Armênia
52. Barbados
56. Bélgica
60. Bermudas
64. Butão
68. Bolívia
70. Bósnia e Herzegovina
72. Botswana
74. Ilha Bouvet
84. Belize
86. Território do Oceano Índico Britânico
90. Ilhas Salomão
92. Ilhas Virgens Britânicas
96. Brunei
100. Bulgária
104. Myanmar
108. Burundi
112. Bielo-Rússia
116. Camboja
120. Camarões
124. Canadá
132. Cabo verde
136. Ilhas Cayman
140. República Centro-Africana
144. Sri Lanka
148. Chade
152. Chile
156. China
162. Ilha Christmas
166. Ilhas Cocos (Keeling)
170. Colômbia
174. Comores
175. Mayotte
178. Congo
180. República Democrática do Congo
184. Ilhas Cook
188. Costa Rica
191. Croácia
192. Cuba
196. Chipre
203. Tchéquia
204. Benin
208. Dinamarca
212. Dominica
214. República Dominicana
218. Equador
222. El Salvador
226. Guiné Equatorial
231. Etiópia
232. Eritreia
233. Estônia
234. Ilhas Faroé
238. Ilhas Falklands (Ilhas Malvinas)
239. Ilhas Geórgia do Sul e Sandwich do Sul
242. Fiji
246. Finlândia
248. Ilhas Aland
250. França
254. Guiana Francesa
258. Polinésia Francesa
260. Territórios Franceses do Sul
262. Djibuti
266. Gabão
268. Geórgia
270. Gâmbia
275. Estado da Palestina
276. Alemanha
288. Gana
292. Gibraltar
296. Kiribati
300. Grécia
304. Groenlândia
308. Granada
312. Guadalupe
316. Guam
320. Guatemala
324. Guiné
328. Guiana
332. Haiti
334. Ilha Heard e Ilhas McDonald
336. Santa Sé (Vaticano)
340. Honduras
344. China (Hong Kong)
348. Hungria
352. Islândia
356. Índia
360. Indonésia
364. Irã
368. Iraque
372. Irlanda
376. Israel
380. Itália
384. Costa do Marfim
388. Jamaica
392. Japão
398. Cazaquistão
400. Jordânia
404. Quênia
408. Coreia do Norte
410. Coreia do Sul
414. Kuwait
417. Quirguistão
418. Laos
422. Líbano
426. Lesoto
428. Letônia
430. Libéria
434. Líbia
438. Liechtenstein
440. Lituânia
442. Luxemburgo
446. China (Macau)
450. Madagáscar
454. Malawi
458. Malásia
462. Maldivas
466. Mali
470. Malta
474. Martinica
478. Mauritânia
480. Maurício
484. México
492. Mônaco
496. Mongólia
498. Moldávia
499. Montenegro
500. Montserrat
504. Marrocos
508. Moçambique
512. Omã
516. Namíbia
520. Nauru
524. Nepal
528. Países Baixos
531. Curaçao
533. Aruba
534. Sint Maarten
535. Bonaire Sint Eustatius e Saba
540. Nova Caledônia
548. Vanuatu
554. Nova Zelândia
558. Nicarágua
562. Níger
566. Nigéria
570. Niue
574. Ilha Norfolk
578. Noruega
580. Ilhas Marianas do Norte
581. Ilhas Menores Distantes dos Estados Unidos
583. Estados Federados da Micronésia
584. Ilhas Marshall
585. Palau
586. Paquistão
591. Panamá
598. Papua Nova Guiné
600. Paraguai
604. Peru
608. Filipinas
612. Ilhas Pitcairn
616. Polônia
620. Portugal
624. Guiné-Bissau
626. Timor-Leste
630. Porto Rico
634. Catar
638. Ilha da Reunião
642. Romênia
643. Federação Russa
646. Ruanda
652. São Bartolomeu
654. Santa Helena
659. São Cristóvão e Névis
660. Anguilla
662. Santa Lúcia
663. São Martinho
666. São Pedro e Miquelão
670. São Vicente e Granadinas
674. San Marino
678. São Tomé e Príncipe
680. Sark
682. Arábia Saudita
686. Senegal
688. Sérvia
690. Seychelles
694. Serra Leoa
702. Cingapura
703. Eslováquia
704. Vietnã
705. Eslovênia
706. Somália
710. África do Sul
716. Zimbábue
724. Espanha
728. Sudão do Sul
729. Sudão
732. Saara Ocidental

Realização:

Católica
Universidade Católica de Brasília

UnB

Apoio:

fapdf
Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal

Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação

GDF

Apoio Institucional:

ACDF
ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO DISTRITO FEDERAL

assespro
FEDERAÇÃO · DF

Associação Bring
Brasília Indie Games

Brasil Startups

Fecomércio DF
CNC Sesc Senac
Sindicatos Empresariais | IFDF

FIBRA

ns

PREFEITURA
SETOR COMERCIAL SUL

Sindesei DF
Sindicato das Empresas de Informática do Distrito Federal